DESPREOCUPADOS... RUMO À GUILHOTINA

A autodemolição do Ancien Régime

Sob a direção de **João S. Clá Dias**

DESPREOCUPADOS...
RUMO À GUILHOTINA

A autodemolição do "Ancien Régime"

Coleção Fichários Históricos da TFP

Sob a direção de

João S. Clá Dias

Índice

Capítulo 4

Capítulo 5

Capítulo 6

Parte II

A Ordem Econômica e Social do Ancien Régime

Capítulo 1

PARTE III

PREPARAÇÃO REMOTA DA REVOLUÇÃO FRANCESA

CAPÍTULO 1

CAPÍTULO 2

CAPÍTULO 3

CAPÍTULO 4

Capítulo 5

Parte IV

A Revolução nas Tendências

Capítulo 1

Capítulo 2

Capítulo 3

Capítulo 4

PARTE V

A REVOLUÇÃO NAS IDÉIAS

CAPÍTULO 3

- O presente volume compõe-se preponderantemente de citações de obras históricas, as quais encontram-se assinaladas por aspas e itálico. Os compiladores se limitaram a agrupá-las em Partes e Capítulos, intercalando por vezes trechos introdutórios ou explicativos.

- Os títulos e subtítulos, bem como os destaques no texto, são de autoria dos compiladores.

- Coordenador da pesquisa: João S. Clá Dias.

- Seleções de documentos e textos: Membros dos Êremos de São Bento e do Praesto Sum.

- Agradecemos o incentivo e o apoio recebido de incontáveis sócios e cooperadores da TFP para a elaboração desta obra.

Edições Brasil de Amanhã
Rua Javaés, 681
01130-010 — São Paulo, SP
Fevereiro de 1993

Fotolitos e Fotocomposição
Artpress — Indústria Gráfica e Editora Ltda.

Impressão e acabamento
Artpress — Indústria Gráfica e Editora Ltda.
Rua Javaés 681/689 — Fone (011) 220.4522 – Fax (011) 220.5631
CEP 01130-010 – São Paulo – Brasil

Capa: Montagem feita com base no quadro *Le Déjeuner d'Huîtres* [Almoço de ostras], de V. J.-Fr de Troy (1734), Museu Condé, Chantilly.

INTRODUÇÃO

Soberania popular, laicidade do Estado, direitos humanos, "Liberdade — Igualdade — Fraternidade": 1789 assinala o início da Revolução Francesa, cujos princípios doutrinários definiriam os rumos do Ocidente nos séculos XIX e XX. Uns vêem nela, com entusiasmo, a consagração desses ideais; outros, pelo contrário, encontram nessa mesma consagração um motivo a mais para odiá-la.

Há duzentos anos, sua história vem sendo escrita e interpretada segundo o prisma das mais diversas correntes ideológicas. Para algumas dessas correntes, ela foi a sublevação espontânea de um povo faminto e oprimido; para outras, o fruto de uma mera conspiração.

Um certo número de partidários e adversários seus assegura, para aclamá-la ou para execrá-la, que a genuína aplicação da trilogia "Liberdade — Igualdade — Fraternidade" só ocorreu, na França, durante o período do Terror (e mais tarde, na Rússia e em numerosos outros países, com a implantação da ditadura do proletariado). Outros afirmam que houve duas revoluções: em 1789 a primeira, moderada e legítima; em 1793 a segunda, radical e inautêntica.

Todos reconhecem, porém, que ela é o marco divisório entre a antiga e a atual sociedade.

* * *

A presente obra constitui uma simples concatenação comentada de textos de autores diversos, sobre o Ancien Régime e as causas da Revolução Francesa. Esta concatenação, porém, não pretende ser uma resultante consensual das diferentes interpretações históricas acima mencionadas. Ela foi elaborada à luz do ensaio do Prof. Plinio Corrêa de Oliveira, *Revolução e Contra-Revolução.*

Nessa obra magistral, Plinio Corrêa de Oliveira situa a Revolução Francesa entre os três grandes episódios da imensa crise universal denominada *Revolução,* que há séculos vem erodindo a Civilização Ocidental e Cristã.

A causa profunda dessa Revolução universal — escreve ele — "é uma

explosão de orgulho e sensualidade que inspirou, não diríamos um sistema, mas toda uma cadeia de sistemas ideológicos. Da larga aceitação dada a estes no mundo inteiro, decorreram as três grandes revoluções da História do Ocidente: a Pseudo-Reforma, a Revolução Francesa e o Comunismo.

"O orgulho leva ao ódio a toda superioridade, e, pois, à afirmação de que a desigualdade é em si mesma, em todos os planos, inclusive e principalmente nos planos metafísico e religioso, um mal. É o aspecto igualitário da Revolução.

"A sensualidade, de si, tende a derrubar todas as barreiras. Ela não aceita freios e leva à revolta contra toda autoridade e toda lei, seja divina ou humana, eclesiástica ou civil. É o aspecto liberal da Revolução. (...)

"A Pseudo-Reforma foi uma primeira revolução. Ela implantou o espírito de dúvida, o liberalismo religioso e o igualitarismo eclesiástico, em medida variável aliás nas várias seitas a que deu origem.

"Seguiu-se-lhe a Revolução Francesa, que foi o triunfo do igualitarismo em dois campos. No campo religioso, sob a forma do ateísmo, especiosamente rotulado de laicismo. E na esfera política, pela falsa máxima de que toda desigualdade é uma injustiça, toda autoridade um perigo, e a liberdade o bem supremo.

"O comunismo é a transposição destas máximas para o campo social e econômico.

"Estas três revoluções são episódios de uma só Revolução".[1]

Porém, essa grande Revolução universal, não se compõe apenas de episódios sucessivos, atingindo o campo religioso, o político, o social e o econômico. Ela apresenta também profundidades diversas, afetando as tendências, as idéias e as instituições, segundo nos descreve, com clareza e precisão, o Prof. Plinio Corrêa de Oliveira:

"Podemos distinguir na Revolução três profundidades, que cronologicamente até certo ponto se interpenetram.

"A primeira, isto é, a mais profunda, consiste em uma crise nas tendências. Essas tendências desordenadas, que por sua própria natureza lutam por realizar-se, já não se conformando com toda uma ordem de coisas que lhes é contrária, começam por modificar as mentalidades, os modos de ser, as expressões artísticas e os costumes, sem desde logo tocar de modo direto — habitualmente, pelo menos — nas idéias.

"Dessas camadas profundas, a crise passa para o terreno ideológico. Com efeito — como Paul Bourget pôs em evidência em sua célebre obra *Le Démon du Midi* — *«cumpre viver como se pensa, sob pena de, mais cedo ou mais tarde,*

1) Plinio Corrêa de Oliveira, *Revolução e Contra-Revolução*, pp. 12-13

acabar por pensar como se viveu». Assim, inspiradas pelo desregramento das tendências profundas, doutrinas novas eclodem. (...)

"Essa transformação das idéias estende-se, por sua vez, ao terreno dos fatos, onde passa a operar, por meios cruentos ou incruentos, a transformação das instituições, das leis e dos costumes, tanto na esfera religiosa quanto na sociedade temporal".[2]

* * *

O Ancien Régime[3] sofreu enorme transformação nas tendências e nas idéias, antes de desaguar na Revolução de 1789 e ser por ela destruído. Este é o tema de "Despreocupados... rumo à guilhotina", primeiro volume de uma coletânea de textos destinada a fornecer subsídios para o estudo da Revolução Francesa.

Inicialmente, procura-se transmitir algo do esplendor do Ancien Régime, com vistas a fazer sentir ao leitor o perfume das tradições medievais e católicas que ainda impregnava muitas das instituições então vigentes (Parte I).

Também se analisa a situação sócio-econômica da França anterior à Revolução, enumerando e refutando os principais mitos fabricados pela historiografia revolucionária a tal respeito (Parte II).

Considera-se em seguida o que poderia ser qualificado de preparação remota da Revolução Francesa. De um lado, a crise religiosa provocada pelo jansenismo e pelo galicanismo, que causou um esfriamento generalizado da piedade dos fiéis. De outro, o absolutismo régio centralizador, que promoveu o desenraizamento da Nobreza do campo, transplantando-a para a Corte e substituindo-a no governo das províncias por uma burocracia estatal; uma verdadeira obra de autodestruição, que minou os alicerces da monarquia (Parte III).

Descreve-se depois a transformação das mentalidades, operada por uma paulatina e incessante revolução nas tendências: a ânsia de prazeres e divertimentos tomou conta de uma parcela ponderável da Nobreza de Corte, e os costumes, em geral, se foram degradando (Parte IV).

Verifica-se como, para justificar essas tendências desordenadas, surgiram idéias de cunho revolucionário, contrárias à tradição católica e à ordem estabelecida (Parte V).

Analisa-se então como tais idéias conquistaram uma significativa parcela da opinião pública, criando assim condições propícias para a explosão da Revolução Francesa (Partes VI e VII).

---

2) Plinio Corrêa de Oliveira, *Revolução e Contra-Revolução,* p. 23

3) Adotaremos nesta compilação a expressão francesa *Ancien Régime,* sem diferenciação gráfica, ao invés de Antigo Regime, por ser aquela mundialmente consagrada.

Da obra em seu conjunto, o leitor poderá extrair uma conclusão evidente: quase tudo que, em geral, se tem como indiscutível em matéria de Ancien Régime colide, em muitos aspectos, com os dados estabelecidos pela historiografia moderna em curso na Europa e nos Estados Unidos. Contudo, por uma curiosa e inexplicável insistência, certa publicidade ainda faz passar por causas verdadeiras da Revolução Francesa os velhos e surrados chavões revolucionários, a maior parte dos quais elaborados no século XIX...

Convidamos o leitor interessado a nos escrever fazendo reparos, críticas ou mesmo objeções, às quais procuraremos responder na medida de nossas possibilidades.

Porém, aos detratores do Ancien Régime e mitificadores da Revolução Francesa não será lícito silenciar esses dados, para encobrir a verdade histórica, só porque esta não lhes agrada; ou então continuar tocando o mesmo realejo difamatório, ao se sentirem desapontados diante de fatos e documentos bem diversos daqueles inventados nos laboratórios da historiografia revolucionária.

Parte I

O Esplendor do Ancien Régime

Capítulo 1

Conflito Entre Duas Mentalidades

O regime político-social da França anterior à Revolução de 1789 passou para a História com o nome de Ancien Régime. Ele compreende um período de limites pouco definidos, que tem seus primórdios no advento dos Bourbons, em fins do século XVI, e vai até o início da era revolucionária.

Além disto, a expressão Ancien Régime designa não só uma época histórica, mas também toda uma ordem de coisas oposta à que se lhe seguiu, oriunda da Revolução Francesa.

O companheiro de guerrilhas do *Ché* Guevara e antigo membro do governo Mitterrand, Régis Debray, escrevendo a propósito do bicentenário da Revolução, explicita a profunda diferença de mentalidades existente entre essas duas ordens de coisas:

"A estirpe da direita associa seu sonho de imaculada conceição à donzela de Orléans [Sta. Joana d'Arc], às princesas dos contos de fadas ou às Virgens dos afrescos (...) nós [os revolucionários], a uma prostituta da rua, maculada dos pés à cabeça".[1]

Este conflito de mentalidades se reflete também na apreciação que os historiadores fazem sobre o Ancien Régime.

O antigo presidente da Escola de Altos Estudos de Ciências Sociais de Paris, figura exponencial da corrente histórica do revisionismo crítico[2], François Furet, comenta a propósito:

---

1) Régis Debray, *Que vive la République*, p. 19

2) Chama-se "Revisionismo crítico" a corrente de historiadores que no início dos anos 60 contestou os postulados fundamentais da visão marxista — ou neo-jacobina — da Revolução Francesa. Para os "revisionistas", liderados na França por François Furet, a Revolução de 1789 deve ser interpretada sob o ângulo político-cultural, e apenas secundariamente do ponto de vista sócio-econômico.

"Este povo, tão espetacularmente dividido, não pode amar no conjunto toda a sua História, ao mesmo tempo que é por ela obsedado; pois, se ama a Revolução, detesta o Ancien Régime; e se sente nostalgia do Ancien Régime, odeia a Revolução".

Influenciado por certos princípios hegelianos-marxistas para interpretar a História, Furet assim explicita a idéia de Ancien Régime, vista em função da Revolução:

"A noção de Ancien Régime é consubstancial à de Revolução Francesa. Ela exprime o oposto, o aspecto mau, a negação. Não foi só, portanto, o que precedeu a Revolução, mas tudo aquilo em relação ao que ela foi uma rejeição, uma ruptura e um advento. (...)

"O termo Ancien Régime tende a designar tudo que é antagônico à Revolução, é como uma antítese. E assim, seu significado e mesmo sua definição cronológica apresentam uma extensão indefinida. (...)

"O Ancien Régime representa então, no drama com dois personagens que constitui a Revolução Francesa, o papel do segundo deles, daquele que se opõe à Revolução. (...)

"O Ancien Régime não é somente uma maldição, é também o inimigo. Ele cristaliza contra o mundo em vias de nascer todas as forças que lutam contra esta aurora".[3]

Os revolucionários de 1789 viam no Ancien Régime um mundo que deveria ser destruído até os fundamentos, para dar lugar a um outro baseado em uma suposta liberdade, igualdade e fraternidade. Para eles, tratava-se de fazer uma ruptura radical com o passado glorioso da nação que era a filha primogênita da Igreja, de tal modo que tudo quanto ao longo de séculos fizera a grandeza da França fosse sepultado sob o peso de um mundo emergente.

Claude Mazauric, professor na Universidade de Haute-Normandie, faz a mesma constatação ao afirmar que a Revolução Francesa "marcou uma tal ruptura na vida nacional, que praticamente toda a cultura se reconstituiu a partir dela".[4]

E Antoine Casanova, professor na Universidade de Franche-Conté e membro ativo do Partido Comunista Francês, vai mais a fundo: "A Revolução Francesa representou de fato uma transformação radical, sócio-econômica, política e cultural, em suma: antropológica".[5]

Discorrendo sobre a meta dos teorizadores da Revolução, o conhecido historiador Hypolyte Taine, da Academia Francesa, comenta:

---

3) François Furet, *Dictionnaire Critique de la Révolution Française*, pp. 627, 631 e 632
4) Claude Mazauric, *Vive la Révolution*, p. 47
5) Antoine Casanova, *Vive la Révolution*, p. 170

"Consideremos a sociedade futura tal qual fora concebida pelos legisladores de gabinete [os filósofos que inspiraram a Revolução]. Imaginemos que ela apareceria em seguida sob o mesmo aspecto no espírito dos legisladores da Assembléia. A seus olhos o momento decisivo chegara. Doravante haveria — segundo eles — duas histórias: uma do passado, outra do futuro. (...) Absolutamente nada do que o passado fundara e transmitira seria legítimo".[6]

Diante desse quadro, certas perguntas vêm normalmente ao espírito: por que tanto ódio contra o Ancien Régime? Por que tal obstinação em fazer tábula rasa da França monárquica? Por que desprezar séculos de experiência, de civilização e de glória?

O Ancien Régime não esteve isento de contradições. Porções ainda apreciáveis e luminosas da civilização cristã, que atingira seu apogeu na Cristandade medieval, coexistiam com decadências espantosas.

Mas, ao investir contra a velha França, a Revolução não foi movida pelo sadio desejo de corrigir as injustiças ou retificar os desvios que nela se observavam. Pelo contrário, os revolucionários de 1789 odiavam justamente aquilo que de algum modo ainda representava a tradição católica, não só na hierarquia social e no regime político, como também nos ambientes, nos modos de ser e nos costumes.

Todo ser intermediário, visto de um dos extremos, se parece com o extremo oposto. Assim, o jovem adolescente, visto pelo respeitável ancião, não passa de um menino inexperiente. Mas, visto pela criança que dá seus primeiros passos, o mesmo jovem é um apoio seguro. Aplicado este princípio ao Ancien Régime, poderemos distinguir melhor suas contradições.

Visto dos nossos dias, ele se nos afigura como uma época ainda profundamente imbuída das tradições medievais, e em certo sentido o é. Daí o ódio de morte que a Revolução lhe devotou.

Se o considerarmos entretanto sob a perspectiva da Cristandade medieval, perceberemos que, junto com alguns inegáveis e preciosos aperfeiçoamentos, ele já continha em suas entranhas o fermento revolucionário que o conduziria aos horrores da Revolução Francesa.

Portanto, considerar o Ancien Régime à luz dos princípios de "Revolução e Contra-Revolução" é antes de tudo uma tarefa que exige discernimento: muitos dos frutos por ele produzidos foram magníficos, mas a árvore já não deitava — e cada vez menos — todas as suas raízes no solo imaculado e fértil da Santa Igreja. Com o tempo, alguns desses frutos secaram, outros apodreceram. E a árvore foi atirada ao fogo pelas mãos criminosas dos Marats, Dantons e Robespierres.

---

6) Hipolyte Taine, *Les Origines de la France Contemporaine*, pp. 303 e 304

O esplendor do Ancien Régime

Para auxiliar o leitor nessa tarefa, começaremos por considerar o Ancien Régime em seus aspectos esplendorosos, naquilo que ele representou de mais autêntico da tradição católica. Degustaremos um pouco seu charme incomparável e sentiremos algo de seu fascínio.

Capítulo 2

Douceur de Vivre

Antes de analisar no que consistiu a *douceur de vivre* [doçura de viver] do Ancien Régime, convém conhecer o ambiente e o contexto social desse elegante e agradável país, a velha França, cujo último bruxulear se tentará aqui fixar através da descrição viva e penetrante de Henri Robert, da Academia Francesa:

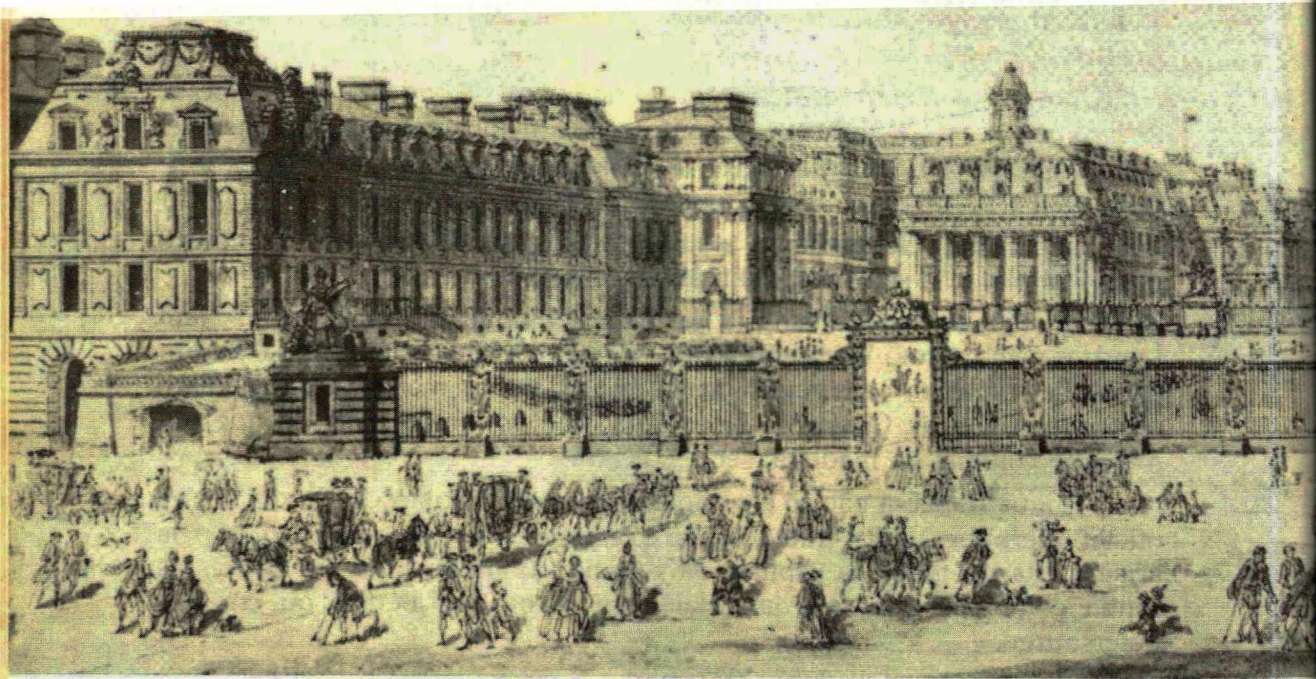
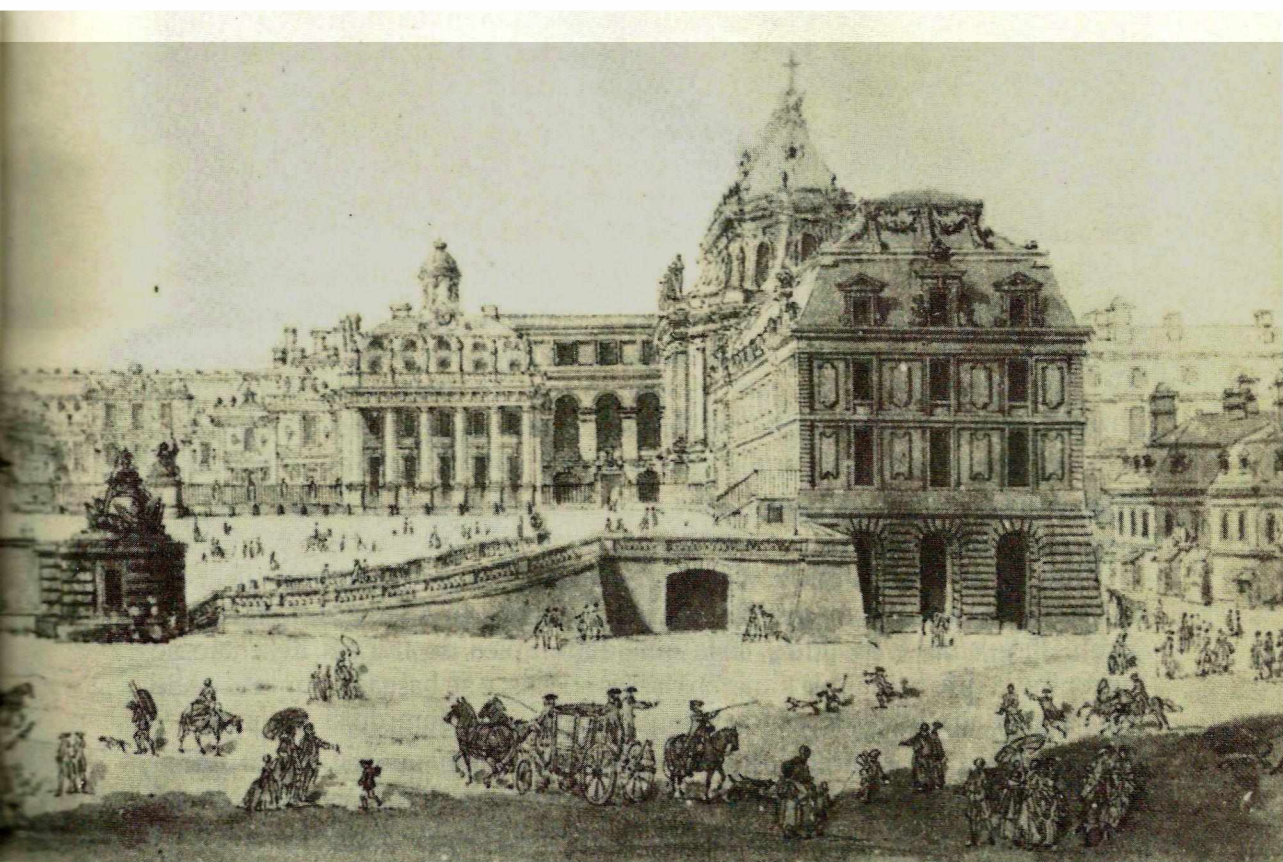
"[Quem lê as memórias dessa época] não pode defender-se de um pesar furtivo por não a ter conhecido, e compreende melhor, então, toda a inefável melancolia desta frase do Príncipe de Talleyrand: *«Não conhece a doçura de viver, quem não viveu na França antes de 1789!»*

"É que nunca, efetivamente, a sua sedução fora tão viva, o seu encanto mais fascinador, o seu prestígio mais incontestado.

"Paris era verdadeiramente a capital da humanidade civilizada. Nem Londres nem mesmo Viena sonhavam em disputar-lhe a supremacia. Berlim e São Petersburgo, construídas havia pouco, muito menos ainda podiam pretender rivalizar. Quanto a Nova-York, não era então mais do que um mercado colonial de madeira, sebo e alcatrão.

"A língua francesa não só era adotada por todas as nações como a língua oficial internacional dos tratados, como também era conhecida e falada pela aristocracia de todas as capitais da Europa, de modo que um francês se sentia como em sua casa em Haia, em Viena, em Berlim ou em São Petersburgo.

"Paris e a Corte de Luís XVI exerciam sobre os estrangeiros a mais inacreditável atração.

"Esta ia a tal ponto que não era raro ver-se alguém percorrer duzentas léguas unicamente para participar de um jantar, para assistir a uma *soirée* ou a uma representação, e Mme. Vigée-Lebrun conta-nos que *amigos do Príncipe de Ligne partiam de Bruxelas depois do café da manhã, chegavam à*

O palácio de Versailles foi durante um século (1686-1789) a sede do governo e a residência dos Reis da França. A Corte que em torno dos monarcas aí se formou foi indiscutivelmente a mais brilhante e agradável das Cortes européias do século XVIII.

Ópera exatamente a tempo de ver subir o pano, e, terminado o espetáculo, voltavam em seguida para Bruxelas, correndo toda a noite.

"O luxo e a elegância nunca tinham atingido um nível tão alto.

"Em torno de Paris, e mesmo dentro da cidade, eram numerosas as residências senhoriais onde se davam festas e recepções contínuas. Em Versailles, aos lados do palácio do Rei, todas as grandes famílias possuíam as suas casas. (...)

"Na capital, o Rei tinha o Louvre e as Tulherias; o Duque de Orléans tinha o Palais-Royal; Monsieur [o mais velho dos irmãos do Rei] possuía o Luxemburgo; o Príncipe de Salm, o Duque de Bourbon, o Duque de Soubise tinham residências vastas e suntuosas como palácios. (...)

"Quando o Rei saía na sua carruagem, quatro trombetas tocavam adiante, quatro atrás. À frente dos cavalos, cem suíços, com uniforme do século XVI, abriam a marcha com o chapéu de penacho, a partasana [alabarda de infantaria], a gola plissada, o amplo gibão de cores vivas.

"De um lado os guardas suíços, de outro os guardas franceses, com uniformes azul-do-rei, formavam intermináveis alas. Em torno do coche, marchavam os guardas a cavalo com a espada e a carabina, de calças vermelhas, botas pretas, túnica azul com bordados brancos.

"Era um espetáculo maravilhoso nas vastas avenidas retilíneas de Versailles!

"Mas não havia só Versailles. Havia também Trianon, Fontainebleau, Compiègne, Choisy, Marly, Saint-Germain-en-Laye, Saint-Cloud, Rambouillet, que eram residências reais. Mesdames [tias do Rei] tinham Bellevue, o Príncipe de Condé tinha Chantilly".[1]

"Politesse" e "causerie"

Entre os elementos que constituíam a *douceur de vivre*, ocupava lugar de destaque aquele modo distinto de proceder ou de falar, conhecido pela expressão *politesse* [polidez]. Esta qualidade típica do francês de então se encontrava difundida por todas as classes sociais, e se baseava numa espécie de necessidade inata de devotamento, abnegação e dom de si mesmo.

Tal estado de espírito era fruto dos séculos em que a França ouvia atentamente da Santa Igreja, sua Mãe ternísssima, o divino ensinamento: é preciso amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo.

Taine bem definiu a *politesse* como uma "arte engenhosa e encantadora que penetra todos os pormenores da palavra e da ação para transformá-las em graça, e que impõe ao homem, não o servilismo e a mentira, mas o

1) Henri Robert, *Os Grandes Processos da História,* II série, pp. 43 a 46

CHÁ NO SALÃO DO PRÍNCIPE DE CONTI. *Na França do século XVIII, não só o Rei, mas muitos altos nobres mantinham verdadeiras Cortes em seus palácios. Nesses salões, a vida social foi levada a um requinte inimaginável e a arte de conversar com elegância e distinção passou a ser considerada a mais alta ilustração do convívio humano.*

respeito e a preocupação com os outros, permitindo-lhe, em contrapartida, extrair da sociedade humana toda a alegria que ela pode proporcionar".[2]

Junto com a *politesse,* desabrochou, nos séculos XVII e XVIII, uma flor tardia, mas quão preciosa, da civilização católica, que começou a murchar no século passado, para se extinguir no início deste. Esta flor foi a arte da conversa.

Naqueles tempos a conversa se desenvolveu com tal brilho, transformou-se em algo tão magnífico, que passou a ser reputada a mais alta ilustração da vida.

Foi uma espécie de luz nova do espírito humano que então apareceu. Ela comportava todas as regras e todos os cuidados de uma verdadeira arte. E, de fato, se requintou na mais alta das artes: a do convívio humano.

"Por instinto — prossegue Taine em sua descrição, com uma pontinha de ironia — o francês gosta de estar em companhia de outros. A razão disso está em que ele realiza bem, e sem dificuldade, todas as ações que a vida social comporta. Ele não tem os constrangimentos que embaraçam seus

2) H. Taine, *Les Origines de la France Contemporaine,* p. 185

vizinhos do Norte, nem as paixões fortes que absorvem seus vizinhos do Sul. Não necessita de esforço para conversar, não tem nenhuma timidez natural a vencer, nenhuma preocupação rotineira a sobrepujar.

"Ele conversa pois com facilidade e disposição, e sente prazer em fazê-lo. Porque aquilo de que precisa é uma felicidade de um gênero particular, fina, ligeira, rápida, incessantemente renovada e variada, onde sua inteligência e seu amor-próprio, todas as suas vivas e simpáticas faculdades de espírito encontrem alimento: ora, este tipo de felicidade apenas o mundo e a conversação lhe podem proporcionar.

"Sensível como é, as atenções, o comedimento, as solicitudes, os delicados agrados são sua atmosfera própria, fora da qual ele respira com dificuldade. Custar-lhe-ia ser grosseiro, quase tanto quanto receber uma grosseria.

"Para seus instintos de benevolência e de vaidade, há encantadoras doçuras no hábito de ser amável, tanto mais quanto ele é contagioso. Quando comprazemos a alguém, este nos deseja agradar, e aquilo que damos em amabilidade nos é devolvido em atenções.

"Com tais pessoas se pode conversar; isto equivale a entreter os outros, entretendo-se a si mesmo. Não há prazer mais vivo para um francês. Ágil e sinuosa, a conversa é como o vôo de um pássaro: passa com vivacidade de uma idéia a outra, animada pelo ímpeto da presença alheia".[3]

Atitudes e cerimonial aristocráticos: o *maintien*

Imagine-se agora, caro leitor, transportado para os séculos de glória do Ancien Régime, penetrando no interior de um palácio numa noite de gala. Sob o faiscar das luzes refletidas nos cristais dos espelhos, encontra-se uma elite de damas e cavalheiros, ricamente trajados, conversando e se entretendo numa verdadeira *feeria* de distinção e boas maneiras.

Todos assumem posturas adequadas à elevada situação social a que pertencem: é o que em francês se entende por *maintien*.

O *maintien* não se reduzia a mera etiqueta convencional, mas era fruto de hábitos e costumes seculares, cujas origens remontam à Idade Média.

De fato, assim como as ordens religiosas elaboraram, naquela *doce primavera da Fé,* uma liturgia e uma série de símbolos que exprimem a santidade de sua condição de vida, assim também a aristocracia européia idealizou um conjunto de cerimônias e atitudes que simbolizam a nobreza de seu estado.

"No gentil-homem do século XVIII — escreve o Professor Plinio Corrêa

---

3) H. Taine, op. cit., pp. 160 e 161

de Oliveira — a expressão da fisionomia, o porte, o gesto, o traje exprimem a idéia de que a existência de elites sociais não só é justa, mas desejável, e que a superioridade de cultura, de maneiras e de gostos dos seus membros deve naturalmente manifestar-se com um máximo de precisão, realce e requinte".[4]

À luz de tais considerações, se compreendem melhor descrições como a que nos faz Taine:

"Até os últimos anos do Ancien Régime, os meninos (...) usavam espada, levavam chapéu debaixo do braço, trajavam roupas com galões dourados e beijavam a mão das jovens senhoritas com tanta graça que pareciam ser mestres no assunto. Uma menininha de seis anos (...) já era uma dama em miniatura; e ela o sabia, executando seu papel à vontade, sem esforço nem incômodo, por força do costume.

"O *maintien* era ensinado continuamente. (...) Pois, sem ele, como executar com desembaraço, medida e leveza as inúmeras ações triviais da vida quotidiana, como andar, sentar-se, manter-se de pé, oferecer o braço, apanhar o leque caído, escutar e sorrir, sob olhares tão experimentados e diante de um público tão requintado?

"Tanto para os homens como para as mulheres, esta será a grande questão do futuro, razão pela qual já deve ser o grande problema das crianças. Juntamente com a distinção das atitudes e dos gestos, elas já possuem a leveza de espírito e o dom da palavra. Ao balbuciar as primeiras palavras, já demonstram uma linguagem polida, que é a de seus pais".

Ao receber os convidados num dia de festa em seu salão, "uma grande senhora saúda ao mesmo tempo dez pessoas, inclinando-se uma só vez, mas atribuindo a cada um, pelo olhar ou inclinação de cabeça, aquilo que lhe convém. Ou seja, dando o matiz de atenção apropriado ao estado social, ao grau de nascimento ou à consideração devida. (...) Ela nunca se engana, nem hesita, em meio a essas sutis distinções. Com um tato, uma destreza e uma flexibilidade de tom incomparáveis, seu modo de receber os convidados obedece a gradações. (...)

"Um estrangeiro ficaria estupefato, vendo-a circular com tão hábil e segura desenvoltura em meio a tantas vaidades acesas, sem nunca provocar ou receber um choque".[5]

Educado assim desde a primeira infância, o francês do Ancien Régime tornou-se um modelo de boas maneiras, e a França transformou-se numa autêntica escola de polidez para todo o mundo civilizado.

"Em nenhum país — prossegue Taine —, em nenhum século, a vida chegou a tornar-se tão agradável, por força de uma arte social tão perfeita.

---

4) Plinio Corrêa de Oliveira, *Pintando a Alma Humana*, Catolicismo, nº 5, Maio de 1951

5) H. Taine, op. cit., pp. 177,178 e 183

PASSEIO NAS RUAS DE PARIS. *A afabilidade no trato era a nota dominante dos franceses no Ancien Régime e impregnava todos os aspectos de suas existências.*

Paris era a escola da Europa. Uma escola de urbanidade, na qual jovens da Rússia, da Alemanha e da Inglaterra vinham se educar. Lord Chesterfield não se cansava de repeti-lo em cartas a seu filho, estimulando-o a freqüentar esses salões, que o limpariam de sua *ferrugem de Cambridge*. Quem os conhecia, jamais os abandonava, ou, quando era obrigado a fazê-lo, lamentava-o sempre".[6]

O influxo civilizador penetra em toda a sociedade

Alguém, no entanto, poderia levantar uma objeção: a distinção e as boas maneiras não caracterizavam apenas a elite do Ancien Régime?

Não. À semelhança daquelas fontes em que o jato dágua sobe muito alto, para depois cair sucessivamente sobre patamares superpostos, o influxo civilizador partia das elites, irrigando em seguida todas as camadas da população.

6) H. Taine, op. cit., pp. 179 e 180

Os exemplos e a descrição que nos faz G. Lenôtre, da Academia Francesa, bem demonstram isso:

"Todos os franceses eram afáveis, e isso de maneira tão natural que eles nem se davam conta; pois esta deliciosa característica se harmonizava então com seu gênio e resultava, por assim dizer, do equilíbrio da própria nação. (...)

"Pode-se encontrar menção desta encantadora cortesia nos relatos feitos por estrangeiros. (...)

"Consta que um certo Campe, originário de Brunswick, tão logo entrou em nosso território, ficou extasiado: *os cocheiros demonstram previdência, bom humor, honestidade, educação e probidade. Nunca exteriorizam a menor queixa, a mais leve discussão.* Nos locais de parada, Campe só via gente risonha, cortês e solícita. Em Cuvilly (...) ficou hospedado numa casa *parecida com um pequeno palácio,* de uma família *amável e distinta.*

"Aconteceu-lhe lá uma pequena aventura que o deixou por algum tempo penalizado: a carruagem ficou na estrada com os cavalos soltos. Ninguém permaneceu para vigiá-la, e Campe se preocupou por ter deixado sua bagagem nesse carro abandonado. Quando expôs ao estalajadeiro suas preocupações, este lhe pediu que examinasse as portas de sua casa e do pátio: nenhuma chave, nenhuma fechadura, mas simples ferrolhos. — *Mas,*

PASSEIO PELOS ARREDORES DE PARIS. *As boas maneiras se difundiam por todo o corpo social. Nas ruas quase só se encontrava gente risonha, cortês e solícita. Uma testemunha da época assinala: "Até os cocheiros davam prova a toda hora de uma educação requintada...".*

rouba-se então na Alemanha? — perguntou-lhe o bravo hospedeiro. Campe confessou que não pôde impedir-se de corar, e desviou a conversa.

"Ei-lo em Paris há vários dias. *Ainda estou à procura* — escreve ele — *de um caso de grosseria; nunca vi uma briga, até mesmo nos lugares onde, a multidão sendo compacta, não se podia dar dez passos sem esbarrar em alguém. Quem por descuido for esbarrado, apressar-se-á em pedir desculpas, ao mesmo tempo em que o outro lhe pedirá perdão. Os dois se cumprimentam, e o caso está encerrado.* (...)

"*Os cocheiros* — é-se levado a crer que este teutão exagerava — *os cocheiros dão prova a todo instante de uma educação requintada. Se, em meio ao vaivém constante das ruas, duas carruagens se abalroam, o condutor do carro retido diz ao outro: «Senhor, vós me atrapalhais muito».* (...) *Após o que, se entendem tranqüilamente*".[7]

O afã de ser hospitaleiro na velha França, uma constatação unânime

Outra manifestação da incomparável *douceur de vivre* da velha França era a preocupação contínua em ser hospitaleiro.

"É bem verdade — narra ainda Lenôtre — que os franceses de outrora sabiam ser miraculosamente acolhedores, sendo particularmente solícitos quanto à hospitalidade.

"Sir John Dean Paul, um inglês que atravessara o Canal repleto de preconceitos contra a França, ficou confundido desde a primeira noite. Ao entrar no teatro de Calais, não encontrou lugar. Dois senhores, vendo-o acompanhado de damas, cedem seus assentos e insistem para que os utilize. *Tudo isso,* nota ele, *de maneira tão natural, e com uma obstinação tão refinada, que nos foi impossível recusar.*

"Uma das compatriotas de Dean Paul, a sra. Cradock, conta um fato acontecido com ela, quando esteve em Paris com seu marido, em junho de 1784. Entraram para tomar algo num café, no qual havia uma excelente orquestra. *Mal perceberam que éramos ingleses, começaram a tocar o «God save the King».* Alguns dias mais tarde, a mesma homenagem lhes foi prestada quando estavam na feira de *Saint Laurent.* Toda a assistência, *composta de pequenos burgueses e de grandes senhores,* pôs-se a aplaudir, para manifestar sua aprovação a esse gesto de solicitude.

"É unânime a constatação de que por toda parte na França, antes da grande subversão, se era acolhido de bom coração. Hoje em dia, há (...)

7) G. Lenôtre, *Gens de la Vieille France,* pp. 40 a 43

hotéis (...) em que as atenções e o menu são graduados em função do preço da diária. Outrora, tinha-se a estalagem, isto é, não somente mesa e hospedagem, mas também diligência, interesse, afeto e dedicação. (...)

"Uma estalajadeira de Calais, a Sra. Grandsire, põe em risco sua liberdade, talvez até mesmo sua vida, para salvar uma emigrante desconhecida para ela, que voltava da Inglaterra sob um nome falso, e que somente por acaso chegara em sua casa.

"Na cidade de La Flèche, na hospedaria do Leão de Ouro, a sra. Richard cobra na proporção inversa do que se come: trinta *sous* por pessoa para duas refeições, com ave, caça e peixe, além de um quarto aquecido por boa lareira; seis francos por uma simples omelete, pois a sra. Richard não suporta que se desdenhe sua cozinha. (...)

"Na localidade de Pont-Saint-Esprit, em novembro de 1784, um inglês, com sua sra., seu médico, sua carruagem e acompanhantes, paga pelo uso de quatro quartos com lareira, almoço, jantar copioso com filé de urso, trufas etc., além de sobremesa, *punch*, vinhos raros e café, uma soma tão pequena que provoca uma discussão entre os viajantes e o estalajadeiro, o qual declara não aceitar um centavo a mais. Pelo contrário, antes de saírem, ainda lhes oferece uma garrafa de licor, que os viajantes confusos se negam a aceitar, e que acaba sendo dividida entre os lacaios".[8]

O afã de ser amável e atencioso comportava a idéia de que quando se é anfitrião deve-se ter o prazer de praticar sacrifícios para agradar o próximo. E isso se manifestava em toda a escala social, desde o camponês ao próprio Rei.

"Assim eram os antigos costumes — conclui Lenôtre —, e é preciso reconhecer que eram sábios. A causa de tal procedimento talvez estivesse na idéia, por todos admitida, de que quando se hospeda alguém, convém enfrentar com alegria as dificuldades que se tem para acolhê-lo. Não se considerava digna uma acolhida se ela não ocasionasse algum incômodo ou sacrifício, e não exigisse certa abnegação.

"É neste sentimento que se encontra a origem das obrigações, durante tanto tempo assumidas voluntariamente pelos anfitriões de todas as classes sociais, desde o aldeão tratando com os seus rendeiros, até o soberano recebendo embaixadores de potências estrangeiras, acreditados junto à sua augusta pessoa. Eles deviam saber cortar as carnes e as aves à mesa, bem como servir cada um dos convivas com uma frase amável".[9]

---

8) G. Lenôtre, op. cit., pp. 44, 45, 52 e 53

9) G. Lenôtre, op. cit., pp. 56 e 57

Capítulo 3

O Rei e o Amor do Povo pela Monarquia

No alto dessa pirâmide social, quase se diria, desse magnífico palácio de graça e distinção que foi a sociedade francesa anterior à Revolução, encontrava-se o Rei.

"Defensor da Igreja — escreve o Prof. Plinio Corrêa de Oliveira —, primeiro gentil-homem de seu Reino, reunindo exponencialmente em sua pessoa toda a distinção e requinte de uma Nobreza que por sua vez é o expoente da própria nação, um Rei de França encarnava todos os ideais de uma sociedade em que a Fé, a tradição, a destilação de valores através de um processo formativo de base familiar, realizado durante séculos pelas famílias de escol, eram elementos dos mais essenciais das instituições, geralmente aceitos e prezados pela psicologia coletiva.

"Quanto mais alto, mais poderoso, mais requintado o rei, tanto mais ufano e dignificado o povo..."[1]

Luís XIV: o rei-sol

Na galeria dos Reis que formam a história da monarquia francesa no Ancien Régime, Luís XIV (1638-1715), o rei-sol, é com certeza a figura exponencial. Ele personificou de algum modo a própria realeza, embora sua obra política tenha apresentado inúmeros aspectos censuráveis, dos quais se falará adiante.

1) Plinio Corrêa de Oliveira, *Popularidade de Hoje e de Outrora,* Catolicismo, nº 4, abril de 1951

O Duque de Saint-Simon, que tanto o criticava por seu absolutismo, dele nos deixou, no entanto, uma descrição inigualável:

"Jamais houve um homem tão naturalmente polido, nem de uma polidez tão proporcionada, tão cheia de matizes, nem que distinguisse melhor a idade, o mérito, a categoria social nas suas respostas (...) e em suas maneiras. Estes diversos graus notavam-se precisamente no seu modo de cumprimentar e de receber as reverências, quando se partia ou quando se chegava.

"Luís XIV era admirável ao receber as saudações à frente das linhas, no exército ou nas revistas. Mas sobretudo para com as senhoras, não havia quem se lhe assemelhasse. Nunca passou diante da mais simples criada sem levantar o chapéu — eu quero dizer das arrumadeiras, que ele conhecia como tais — como acontecia com freqüência em Marly. (...)

"Suas reverências, mais ou menos profundas, mas sempre ligeiras, tinham uma graça e uma majestade incomparáveis, inclusive sua maneira de se levantar um pouco durante as refeições, a cada dama que chegava. (...)

"Jamais alguém deu com mais boa vontade, aumentando assim o valor de seus benefícios; jamais alguém tornou tão valiosas suas palavras, seus sorrisos e até seus olhares. Ele tornava tudo precioso pelo proporcionado e pela majestade, à qual a raridade e a brevidade de suas palavras acrescentavam bastante. Se ele as dirigia a alguém, quer sobre algum problema, quer sobre coisas indiferentes, toda a assistência o olhava; era uma distinção com a qual as pessoas se entretinham, e que suscitava sempre uma espécie de estima.

"Dava-se o mesmo com todas as atenções, as distinções, e as preferências, que ele concedia nas devidas proporções. Nunca lhe escapou algo que pudesse ser descortês para com alguém, e se ele tinha que repreender, censurar ou corrigir, o que era muito raro, fazia-o sempre com um ar de bondade, quase nunca com rispidez e jamais com cólera. (...)

"Nunca algo fora de propósito ou feito ao acaso; pelo contrário, seus mínimos gestos, seu modo de andar, seu porte e toda a sua atitude, tudo com medida, decente, nobre, grande, majestoso, e ao mesmo tempo muito natural, a que o aspecto e a superioridade incomparável e única de toda a sua figura davam uma grande facilidade. (...)

"Também nas coisas sérias, nas audiências de embaixadores, nas cerimônias, jamais alguém se impôs tanto, e era preciso começar por se acostumar a vê-lo, se ao discursar não se quisesse esquecer o que se ia dizer. Suas respostas nessas

Na página anterior:
LUÍS XIV (1638 - 1715), O REI-SOL. *Seu reinado foi o mais longo e um dos mais gloriosos da história francesa, sobretudo pelas figuras de gênio que o ilustraram, tanto na política e na guerra, quanto nas artes, nas letras e nas ciências.*

UMA CONQUISTA DA HISTÓRIA...

"A velha aliança entre a monarquia sagrada e a sociedade, na França — assinala Pierre Chaunu, membro do Instituto de França — teve um efeito benéfico claramente perceptível. (...)

"Nenhum soberano, do século XIII ao XVIII, dispôs de tantos meios, financeiros e militares, quanto o rei de França. Nenhum obteve, em troca, um nível de paz interior comparável. O único perigo existente era a violência endêmica. Ser francês era, antes de tudo, ter o privilégio de viver protegido pelas flores-de-lis.

"O nível de tranqüilidade em Paris era único no mundo, em meados do século XVIII, graças aos esbirros do delegado de polícia.

"Nenhuma cidade era tão segura quanto Paris, de dia e de noite, de 1730 a 1789. É conhecido, é célebre, isto contribuiu para a atração que ela exercia, e participava do prestígio que desfrutava. (...)

"Nenhum interior, no mundo, era tão seguro como o campo francês do século XVIII. (...) O primeiro de todos os Estados, o recorde de realização da exigência cardeal da segurança das pessoas e dos bens, é o Estado monárquico na França. A imagem emblemática: São Luís sob seu carvalho. (...)

"Sim, a segurança foi a maior conquista da História, a mais frágil, e, na França, a mais antiga e permanentemente assegurada (salvo durante a Revolução)". (Pierre Chaunu, *Le Grand Déclassement*, pp. 77-78)

ocasiões eram sempre curtas, precisas, substanciosas, e muito raramente sem algo de cortês, algumas vezes até de lisonjeiro, quando o discurso o merecia. Também o respeito que sua presença suscitava, em qualquer lugar em que estivesse, impunha silêncio e até uma espécie de temor. (...)

"Ele apreciava muito o ar livre e os exercícios, e os praticava sempre que podia. Era excelente na dança, no jogo do malho, na péla. Era ainda admirável a cavalo. (...) Tinha prazer em ver todas estas coisas feitas com graça e destreza. E sair-se bem ou mal ao fazê-las diante dele era mérito ou desmerecimento. (...) Gostava muito de atirar, e não havia um tão bom atirador como ele. (...)

"Amava em tudo o esplendor, a magnificência, a profusão. Este gosto, ele, por política, o transformou em máxima e o inspirou em tudo na sua Corte. Era uma maneira de agradá-lo fazer luzir este gosto nas mesas, nos

trajes, nas equipagens, nas construções, no jogo. Ninguém se aproximou dele no número e na magnificência de seus apetrechos de caça e de toda espécie de equipagens. Suas construções, quem as poderá enumerar?"[2]

"Arca da Aliança" do povo: o Rei

Em relação a seu Rei, todo francês experimentava um sentimento tão vivo de enlevo, de veneração e de ternura, que nos é difícil hoje em dia imaginá-lo. "Um rei — escrevia em 1790 o Cardeal de Tencin — seja ele qual for, é para os soldados e o povo o que era a Arca da Aliança para os hebreus; sua simples presença já anunciava o sucesso".[3]

O conhecido escritor e filósofo Joseph de Maistre, ao comentar as cartas de um viajante inglês que percorreu a França naquela época, transmite algo desse sentimento:

"Ninguém ignora que este povo fosse talvez o mais monarquista de toda a Europa; que o amor que ele tinha pelos seus reis era o principal traço de seu caráter, aquele do qual mais se orgulhava e que se repetia sob todas as formas possíveis. (...) Um viajante inglês (...) nos descreve muito bem esta característica.

"*O amor e a afeição do francês,* diz ele, *pela pessoa de seus reis constitui uma parte essencial e marcante do caráter nacional (...) A palavra rei suscita no espírito de um francês idéias benfazejas de reconhecimento e amor, ao mesmo tempo que de poder, grandeza e felicidade.*

"*Os franceses acorrem a Versailles em multidão, aos domingos e dias de festa, para verem o Rei, com uma avidez sempre nova, e o vêem pela vigésima vez, com tanto prazer quanto na primeira. (...)*

"*Repetem comprazidos as menores coisas ditas por ele, nas quais procuram observar alguma faísca de genialidade, ou a menor aparência de bom senso. Até as menores circunstâncias relativas ao Rei tornam-se importantes: se ele come muito ou pouco no jantar, o traje que ele veste, o cavalo que ele monta.*

"*Todas estas particularidades dão assunto para conversas nas assembléias de Paris, e constituem notícias das mais interessantes para as correspondências da capital com as cidades das Províncias.*

"*Se acontece de o Rei ter uma ligeira indisposição, Paris inteira, ou toda a França fica alarmada, como se estivesse ameaçada de algum flagelo. (...)*

---

2) Saint-Simon, *Mémoires,* vol. IV, pp. 1101 a 1004

3) apud Goucourt, E. et J., *La Femme au XVIIIe. siècle,* p. 383

"Os franceses têm tanto orgulho de tudo que adorna a realeza — como o palácio, os soberbos jardins, o número de cavalos — quanto um inglês tê-lo-ia de sua própria casa, de seu jardim e de sua equipagem. (...)

"Sob qualquer ângulo que se considerasse este sentimento, é evidente que ele existia e chamava a atenção até dos menos observadores. Era o traço saliente do caráter francês e, por assim dizer, a alma da nação".[4]

O entusiasmo do povo francês pela monarquia e pelos membros da Família Real fazia com que a magnificência da Corte e o luxo dos palácios fizessem parte do orgulho nacional.

"O povo — escreve Lenôtre — sentia-se vaidoso em obedecer a seus senhores, em comparação dos quais todos os demais monarcas da Europa ou da Ásia não passavam de «*Reis de Província*». Orgulhava-se do incontestável prestígio desta augusta família, à qual estavam ligados seus destinos. Orgulhava-se não pouco de que a Corte da França fosse suntuosa, ou que o palácio de Versailles fosse o mais admirado do mundo.

"Para a Corte francesa, o esplendor é indispensável. E não é a vaidade dos príncipes, mas a vaidade do povo que o torna necessário. Sébastien Mercier notou com perspicácia este traço de nosso caráter: *Um burguês parisiense comenta de modo muito sério a um inglês: «O que é feito de vosso Rei? Ele está mal acomodado, dá até pena... Veja o nosso ... Não é soberbo este castelo? Tendes um semelhante para mostrar? Que grandeza e que brilho! Nossos Príncipes de sangue têm uma Corte mais brilhante do que a do vosso Rei da Inglaterra»*. É dessa maneira que o «povinho» se glorifica com esta magnificência".[5]

Toda a população podia desfrutar a beleza e o esplendor dos palácios

A magnificência dos palácios e da Corte não era desfrutada apenas por uns poucos privilegiados. Pelo contrário, mostra Lenôtre, "antes de 1789 tudo era aberto em Paris. Os grandes senhores, os sábios, possuidores de galerias de arte ou de salas com curiosidades, permitiam o acesso a suas casas de qualquer interessado em arte ou ciência.

"Existia em Paris um «guia» de interessados e viajantes estrangeiros, publicado em 1787, onde eram mencionadas numerosas residências particulares, com a respectiva indicação dos quadros célebres ou dos bonitos

4) Joseph de Maistre, *Considérations et Fragments sur la France*, pp. 205 a 210
5) G. Lenôtre, *Gens de la Vieille France*, p. 81

LUÍS XVI (1754-1793) EM TRAJE DE COROAÇÃO. *O esplendor da monarquia francesa se refletia de modo especial na indumentária dos monarcas. O entusiasmo do povo francês por seu Rei fazia com que a magnificência da Corte e o luxo dos palácios fossem pontos de honra para o orgulho nacional.*

móveis a serem admirados, sem necessidade de pedir autorizações ou apresentar quaisquer títulos. (...)

"No tempo privilegiado da *douceur de vivre,* alguém que fosse favorecido pela fortuna não imaginava que, por ter adquirido uma obra de arte, tinha comprado simultaneamente o direito de guardá-la e escondê-la de todos os olhares; as belas coisas eram reputadas patrimônio da coletividade. As pessoas se compraziam em compartilhar com todos estas alegrias. (...)

"Os exemplos desta afabilidade generalizada e acolhedora são tantos, que se tem até dificuldade em escolher as citações. Um dos exemplos mais marcantes foi o de três estudantes de Nancy que, em maio de 1787, tendo vindo a pé da Lorena a Paris, onde não tinham conhecido algum, entraram com facilidade — bem espantosa para nós — nos palácios dos príncipes. (...)

"No palácio do Conde de Artois, em Bagatelle, foram introduzidos até no próprio quarto de dormir. No Palácio Bourbon, onde morava o Príncipe de Condé, após terem percorrido todas as galerias, o zelador que os acompanhava comunicou-lhes que, caso quisessem visitar os apartamentos particulares, deveriam escrever ao Príncipe pedindo autorização. Não se fizeram de rogados e, assim procedendo, obtiveram um bilhete do mesmo, que lhes concedeu a autorização solicitada.

"Em Chantilly, eles passearam por toda parte. (...) Quando estavam a ponto de deixar este local de delícias, um oficial de Sua Alteza sugeriu-lhes *«com toda honestidade»* que aproveitassem uma das carruagens do Príncipe, que estava saindo naquele instante para Paris; e nossos turistas voltaram em companhia de duas damas da Corte, numa carruagem com as armas do Príncipe de Condé.

"Em Versailles, (...) andava-se pelo castelo como numa feira. Tudo permanecia aberto para qualquer um, e a única condição era a obrigatoriedade de portar uma espada, que podia ser alugada por pouco dinheiro.[6](...)

"Para atestar a extrema liberdade de ir e vir existente em Versailles, nada melhor do que o seguinte caso, narrado por Mme. du Hausset. Conta-nos ela que, em certa ocasião, Luís XV, ao entrar em seu quarto, deparou-se com um senhor muito perplexo, que após ter-se perdido no dédalo do castelo, abriu uma porta qualquer e, sem encontrar nenhum oficial que lhe barrasse o caminho, viu-se nos aposentos reais. (...)

"Estes fatos — tão pequenos, que muitos certamente julgarão desprovidos de interesse — estão em flagrante contradição com o que ensinam os manuais de História. Isto é, que os poderosos do Ancien Régime, os nobres e os senhores, mostravam-se sempre soberbos, arrogantes, pretensiosos e vaidosos; duros para com os humildes curvados sob o peso dos trabalhos da gleba e submetidos a qualquer capricho desses senhores impiedosos. Por que falsificar assim nossa bela História?"[7]

Senhor e súditos constituíam uma grande família

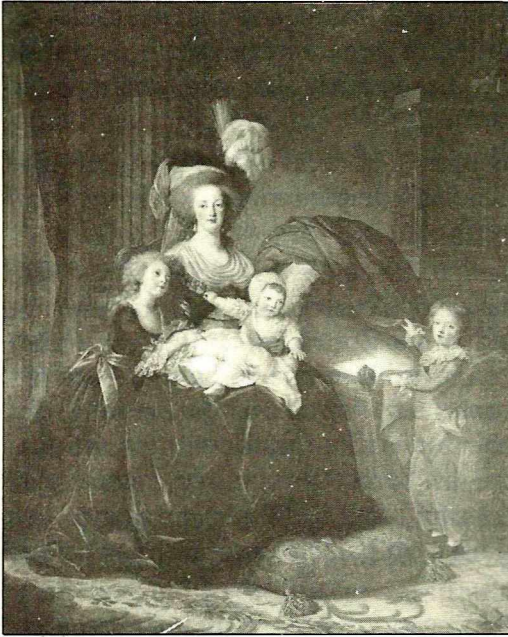
"Nada mais difícil para um espírito moderno — escreve Funck-Brentano, membro do Instituto de França — do que imaginar como era, na velha França, a pessoa do Rei, bem como os sentimentos que tinham para com ela seus súditos".[8]

De fato, esta dificuldade se explica, pois na França do Ancien Régime o Rei, antes de ser chefe de Estado, era pai da Nação.

"Dizia-se — observa Mons. Henri Delassus — que o Rei era o pai de seus súditos. Esta expressão correspondia a um sentimento vivo e concreto, tanto da parte do soberano como da parte da nação. *Chamar o Rei «pai do*

6) "O Palácio de Versailles — comenta o escritor e jornalista Philip Mansel — era mais acessível sob Luís XVI do que hoje em dia o Élysée. O público podia apresentar petições ao Rei em seus apartamentos, quando este ia à missa ou à caça". (Philip Mansel, *La Cour sous la Révolution*, p. 15)

7) G. Lenôtre, op. cit., pp. 46 a 51

8) apud Mons. Henri Delassus, L'Esprit Familial, p. 41

MARIA ANTONIETA (1755 - 1793), RAINHA DE FRANÇA, COM SEUS FILHOS. EM SEU COLO, O FUTURO LUÍS XVII

FESTA OFERECIDA PELA CIDADE DE PARIS AO REI, À RAINHA E À CORTE PELO NASCIMENTO DO DELFIM (21/1/1782)

Por ocasião do nascimento do Delfim, a alegria se manifestava pela França inteira. Os desconhecidos abordavam-se nas ruas, e abraçava-se quem se encontrasse. Aqueles que tinham a felicidade de contemplar o "enfant royal" tremiam de emoção e choravam de alegria...

povo», dizia La Bruyère, que punha sempre tanta precisão em seus ditos, *não é tanto elogiá-lo, mas defini-lo.* E Tocqueville acrescenta: *A nação tinha para com o Rei, simultaneamente, a ternura que se devota a um pai e o respeito que se deve a Deus.*

"*A França é apaixonadamente monarquista,* escreve Mirabeau. E Michelet declara: *Das entranhas da França surge, com timbre profundo, uma sincera exclamação: Meu Rei!*"[9]

Por considerar o monarca como o chefe da grande família que era então o Reino Cristianíssimo, o povo francês comemorava com júbilo os eventos felizes que se passavam com a Família Real. Assim, por exemplo, o nascimento do delfim:

"Que importância representava para este bom povo tão sensível — escreve Lenôtre — os acontecimentos de família, tais como o nascimento de um delfim! Nossa época não pode imaginar a expectativa que envolvia a França

9) Mons. Henri Delassus, op. cit., p. 41

inteira, à espera da novidade: quando ela era enfim conhecida, todas as cabeças giravam até quase a loucura; a alegria se manifestava em arroubos tão sinceros quanto barulhentos, nos cafés, nos espetáculos, nos bairros mais populares, mais pobres.

"Os desconhecidos abordavam-se nas ruas, e abraçava-se o primeiro que se encontrasse; aqueles que tinham a felicidade de contemplar o *enfant royal* tremiam de emoção e choravam de alegria. (...)

"Paris inteira desfilava em Versailles, todas as corporações de ofício vinham prestar homenagens ao recém-nascido; o cortejo era de uma candura tocante: os condutores de liteiras traziam uma dourada, onde se via uma saudável ama de leite e uma robusta criancinha; os serralheiros, batendo sobre uma bigorna, forjavam uma coroa; os sapateiros acabavam um pequeno par de botas para o delfim no berço; os alfaiates davam os últimos retoques num minúsculo uniforme com as cores do seu regimento. Até mesmo coveiros... mas logo que se deram conta de sua presença, os desviaram para as dependências secundárias do palácio, enquanto as outras corporações desfilavam no terraço.

As senhoras de La Halle, vestidas de negro, e em sua maioria ornadas com diamantes, foram recebidas segundo o cerimonial apropriado à sua classe; jantaram nos apartamentos reais; foram introduzidas no quarto da Rainha, onde se encontrava Luís XVI, para quem uma delas cantou estes versos:

Não temas, querido papai,
De aumentar vossa família.
O bom Deus a tudo proverá.
Tenha tantos filhos que Versailles
Se torne um formigueiro!...

"Era este o costume e, ainda uma vez, isto se passava em família!...

"Estas coisas, ditas com bom coração e aceitas da mesma forma, não espantavam ninguém e alegravam nossos bons antepassados".[10]

E os soberanos retribuíam este afeto, tratando seu povo mais como filhos do que como súditos.

"Esta ternura do povo — prossegue Lenôtre — para com seus senhores era acrescida de uma confiança recíproca: (...) os soberanos não temiam se misturar com a multidão; pelo contrário, eles a procuravam, certos de a encontrar sempre atenciosa e cheia de respeito.

10) G. Lenôtre, op. cit., pp. 87 a 89

"O que mais revelador sobre isso, do que a aventura de um estudante de Tourraine, recentemente chegado de sua Província e que, curioso por visitar Versailles, foi passear um dia inteiro no palácio, em companhia de uma jovem mulher, sua conterrânea, cujo aspecto não deixava dúvida sobre esperanças próximas de maternidade?

"Viram os apartamentos, a Família Real na capela, os jardins, o Trianon... Pela tarde os dois provincianos passeavam no terraço do castelo, em meio a uma grande afluência de pessoas, de todas as origens e de todas as partes.

"Mas a moça sentiu-se fatigada: onde repousar? Todos os bancos de mármore estavam ocupados. O jovem acabou percebendo um, no qual estavam sentadas apenas duas senhoras. Desembaraçadamente, ele saiu correndo, ocupou o lugar que estava vazio entre elas, e, tomando posse do mesmo sem cerimônia, fez sinal para sua acompanhante. Só depois foi que olhou para sua vizinha... Era a Rainha!

"Assim que a reconheceu, pôs-se de pé, saudou-a, desculpou-se e expôs-lhe os motivos de sua intromissão. Maria Antonieta, então, insistiu para que ele fosse buscar rapidamente aquela a quem estava destinado o lugar tão valentemente conquistado.

"No momento em que a jovem, muito confusa, ia sentar-se, a Rainha chamou um lacaio que passava, ordenando-lhe ir depressa a seus apartamentos e trazer uma almofada que ela mesma pôs sobre o banco, dizendo: «*Este mármore é muito frio para vós neste momento, madame; vosso estado exige os maiores cuidados...*» E estando a moça finalmente instalada, a conversa se engajou, tão amena como se fosse entre amigas que conversassem diante da porta de suas casas.

"Alguns anos mais tarde o provinciano reviu a Rainha, desta vez no teatro. Tendo-se tornado autor dramático, ele escreveu a letra da ópera-cômica «Pedro o Grande», da qual Grétry compôs a música. Maria Antonieta assistiu a uma das apresentações, e Bouilly conta que, quando ela apareceu em seu camarote, os assistentes, de pé, aclamaram suas três reverências; depois de sentar-se ela passeou o olhar pela sala e descobriu, em uma frisa, a filha de Grétry, Antonieta, da qual era madrinha.

"Então, retirando a luva, a Rainha depositou sobre a ponta dos dedos um beijo que fez voar com um sopro para sua afilhada. Esta infração encantadora da etiqueta (...) desencadeou uma tempestade de bravos, de lágrimas, que interrompeu durante quase um quarto de hora a orquestra e os cantores".[11]

11) G. Lenôtre, op. cit., pp. 84 a 86

DUQUE DE BOURBON-PENTHIÈVRE E FAMÍLIA. *O carinho cheio de dignidade e respeito que os súditos devotavam à Família Real transparecia muitas vezes no relacionamento entre a Nobreza que habitava em suas próprias terras e os camponeses. A vida do Duque de Bourbon-Penthièvre foi disto um belo exemplo. Nobre da mais alta linhagem e católico fervoroso, ele era tão querido por seus vassalos que terminou seus dias tranqüilamente em seus domínios sem ser incomodado pelos sangrentos episódios da Revolução.*

Respeito, veneração e ternura no relacionamento orgânico entre os nobres e seus camponeses

O carinho cheio de dignidade e respeito que os súditos devotavam à Família Real transparecia também no relacionamento entre a Nobreza rural e os camponeses.

A grandeza dos senhores da terra não humilhava, mas elevava aqueles que trabalhavam no campo. O fato de esses nobres provincianos residirem próximo a seus auxiliares dava ensejo a manifestações recíprocas de solicitude e abnegação.

Até o Príncipe de Talleyrand-Périgord, Bispo apóstata e um dos principais mentores da Revolução Francesa, recorda com saudades essa harmonia social que reinava entre nobres e camponeses.

Ao narrar os anos de sua infância, passados no castelo de sua bisavó, Mme. de Chalais, ele assim descreve o teor das relações sociais de então:

"Mme. de Chalais era uma pessoa muito distinta. Seu espírito, sua linguagem, a nobreza de suas maneiras, o som de sua voz, tinham *un grand charme* [um grande encanto]. Ela conservava aquilo que ainda se chamava: *L'esprit des Mortemart* [o espírito dos Mortemart]. Era o seu nome. (...)

"O tempo que passei em Chalais causou-me uma profunda impressão. (...) O respeito devido à dignidade era a pauta que regrava, nessas Províncias afastadas e distantes da capital, as relações *des anciens grands seigneurs* [dos antigos grandes senhores] — ainda residentes em seus castelos — com a Nobreza de uma ordem inferior e com os habitantes de suas terras. A pessoa mais importante da Província ter-se-ia por aviltada se não fosse polida e *bienfaisante* [benfazeja].

"Seus distintos vizinhos considerariam faltar a si mesmos, se não tivessem, pelos antigos nomes de família, uma consideração e um respeito que, expressos com liberdades decentes, não eram senão uma homenagem do coração.

"Os camponeses só viam seus senhores para receber deles socorros e palavras encorajadoras e consoladoras. (...)

"Alguns velhos senhores, terminada sua carreira de Corte, sentiam prazer em retirar-se para as Províncias que tinham contemplado a grandeza de sua família. Aí, de volta aos seus domínios, gozavam de uma autoridade de afeição, aumentada e aureolada pelas tradições da Província e pela recordação daquilo que tinham sido seus antepassados. Dessa espécie de consideração, jorrava uma certa importância sobre aqueles que mais proximamente se sentiam objeto de seus favores. (...)

"Chalais era um dos castelos *de ce temps révéré et chéri* [daquele tempo saudoso e querido]. Muitos gentis-homens, de velha estirpe, formavam aí, para minha avó, uma espécie de Corte. Nesta pequena Corte os hábitos de deferência se conjugavam com os sentimentos mais elevados. M. de Benac, M. de Verteuil, M. de Gourville, M. D'Absac, M. de Chauveron, M. de Chamillard, tinham gosto em acompanhá-la todos os domingos à missa paroquial, desempenhando cada um funções *que la haute politesse ennoblissait* [que a alta polidez enobrecia]. Bem junto do genuflexório de minha avó, ficava a pequena cadeira que me destinavam.

"Terminada a missa, todos nos dirigíamos para uma vasta sala do castelo, chamada botica (farmácia), onde, muito limpamente e bem dispostos em pequenas prateleiras, estavam os vidros contendo ungüentos diversos, cujas receitas, desde tempos imemoriais, a velha residência conservava.

"Todos os anos eram renovados pela solicitude do boticário e o desvelo do pároco do lugar. Havia também garrafas de elixir, xaropes e caixas contendo outros medicamentos. Os armários guardavam provisão considerável de chumaços, de um grande número de rolos de ligaduras de dimensões diversas, preparadas com velha roupa branca muito fina.

"Na sala que precedia a botica, esperavam reunidos todos os doentes que vinham procurar socorros. Nós passávamos por eles e os saudávamos. Mademoiselle Saunier, a mais antiga *femme de chambre* [camareira] de minha avó, fazia-os entrar um após outro. Minha avó os recebia numa poltrona de veludo, tendo diante de si uma mesa negra de velha laca. (...)

"Meu direito me colocava junto à poltrona da Princesa.

"Duas irmãs de caridade indagavam de cada enfermo suas moléstias ou suas feridas. Em seguida, diziam quais os ungüentos que podiam curá-los ou aliviá-los. Então, minha avó designava o lugar em que eles se encontravam. Um dos gentis-homens que a acompanhara à missa ia buscá-los. Outro trazia a gaveta com as ataduras. Eu pegava um maço, passava-o a minha avó, e ela mesma cortava as bandas e as compressas de que necessitava.

"Os doentes levavam para casa ervas para chá, vinho, remédios e *quelques autres adoucissements* [alguns outros confortos], dos quais os mais tocantes eram as bondosas palavras da boa dama, que os socorria em suas necessidades e se apiedava de seus sofrimentos.

"Os melhores remédios, receitados por médicos de grande fama, ainda que distribuídos também gratuitamente, não conseguiriam reunir tantos indigentes. Sobretudo, não lhes proporcionariam tão grande bem, pois faltar-lhes-iam os eficazes efeitos morais que facilitam a cura do povo: a obsequiosidade, o respeito, a fé e a gratidão. (...)

"As lembranças do que vi e do que ouvi nesses primeiros albores de minha vida, são para mim de uma doçura extrema.

"*Desde sempre* — repetiam-me cada dia — *o vosso nome é objeto de veneração nesta terra.*

"*Nossa família* — dizia-me outro afetuosamente — *sempre esteve ligada a alguém de vossa casa... A terra que nós temos, foi de vosso avô que a recebemos... Foi ele quem construiu a nossa igreja... A cruz de minha mãe foi presente de Madame... As boas árvores não degeneram! Vós sereis bom, não é verdade?* (...)

"Foi em Chalais, junto de minha avó, que sorvi todos os bons sentimentos... elevação sem orgulho... respeito... ternura sem familiaridade... afeto... porque há uma herança de sentimentos que cresce de geração em geração".[12]

---

12) *Mémoires du Prince de Talleyrand*, vol. I, pp. 8 a 13

CAPÍTULO 4

FARTURA E ALEGRIA DE VIVER

Considerados sumariamente alguns traços dos modos de ser da Nobreza no Ancien Régime, é o momento de ver algo do teor de vida calmo e digno, do ambiente modesto, mas cheio de temperante louçania, que caracterizava a existência dos burgueses e dos camponeses na era da *douceur de vivre.*

A vida farta e tranqüila da burguesia provinciana

O aconchego, a intimidade e a ordenação dessa vida séria, simples mas dotada de muita dignidade, é descrita por uma testemunha insuspeita: Dr. Poumiès de la Siboutie, médico em Paris, simpatizante de revolucionários fanáticos, como dos jacobinos que votaram a morte de Luís XVI.

"Por toda parte reinava a ordem, a economia, a simplicidade no vestuário, na mesa, em tudo que dizia respeito à boa apresentação da casa. (...)

"Os móveis eram de grandes dimensões, mas proporcionados aos vários cômodos de que se compunha a casa. Os leitos, sempre em grande número, (...) recobertos por um dossel (...) por vezes de seda. Semelhantes leitos de carvalho ou de nogueira duravam séculos sem deixar de estar na moda. (...)

"Os armários, aparadores, arcas, baús, eram sempre adornados de esculturas, algumas das quais não eram desprovidas de mérito, e teriam hoje grande valor. (...) Alguma mesa coberta com toalha, cadeiras e poltronas de madeira forradas com palha, um espelho de Veneza sustentado por dois pregos trabalhados e por um cordel que permitia incliná-lo para frente, completavam o mobiliário dos quartos de dormir.

"Algumas vezes as paredes eram recobertas de chita à guisa de tapeçaria. (...)

"A cozinha merecia, bem mais do que o salão, o nome de peça principal. Distinguiam-se nela duas grandes mesas de jantar. Uma para os senhores, outra para os criados, operários, meeiros, jornaleiros. Havia um aparador, com vasos e bacias de estanho. A dona da casa tinha como ponto de honra que todo este vasilhame fosse mantido sempre limpo e brilhante como uma prataria de castelo. (...)

"O único luxo da casa consistia numa abundância de panos e roupas de toda espécie, o que explica esses imensos armários e cômodas. Uma família, de medianas posses, tinha freqüentemente lençóis, toalhas, guardanapos e toalhinhas às centenas, e o resto proporcionadamente. Embora fabricados na região, com o linho e o cânhamo colhidos na propriedade e tecidos pelas criadas, a roupa fina ou o brim era de uma bela qualidade, de uma grande alvura, e se prestava a longo uso. (...)

"A grande habilidade dos senhores das casas consistia em consumir no seu meio e na família os produtos da terra, e em comprar o menos possível os objetos do consumo. (...)

REFEIÇÃO EM UMA RESIDÊNCIA DE CAMPONESES. *O ambiente modesto mas cheio de temperante louçania caracterizava a existência dos pequenos burgueses e dos camponeses no Ancien Régime.*

"O óleo de nozes de primeira qualidade servia para a mesa e a cozinha; o de qualidade inferior usava-se para a iluminação. O vinho, o vinagre, o mel, a aguardente, os licores, as conservas, compotas, eram recolhidas ou feitas na casa. Criavam-se muitas aves e de toda espécie, que eram abatidas e no mesmo dia colocadas na gordura. (...)

"Cada ano matavam-se dois ou três porcos gigantescos, criados com pouco gasto no chiqueiro. A carne era salgada e guardada para ocasiões oportunas. O toucinho e a gordura substituíam a manteiga. Os pedaços melhores eram levados de presente aos vizinhos. (...)

"A vida simples e afanosa desse tempo tinha, outrossim, seus prazeres, suas diversões. Em cada casa burguesa era praxe reunir três ou quatro vezes por ano os vizinhos à sua mesa. Daí que acabavam por ocorrer duas ou três reuniões dessas por mês. O almoço era servido precisamente ao meio-dia.

"Mas que almoços! (...) Contei na mesa nove travessas de assado, no segundo serviço, de carnes do matadouro, de caças e aves. (...) Bebia-se vinho da casa, e do melhor, que fora posto em reserva nos bons anos. (...) A sobremesa se compunha de frutas, conservas e doces. E assim dava-se um belo e bom almoço sem ter que recorrer à cidade. Tudo fora produzido na propriedade.

"Saíam da mesa às três da tarde, iam ao jardim, se o tempo permitia, e conversavam. (...) Por volta de cinco ou seis horas, punham-se a jogar cartas. Às nove da noite voltavam para o "enterro dos ossos". (...)

"Nas longas noites de inverno, reuniam-se duas ou três vezes por semana, numa das casas principais, para jogar ou conversar.

"Também os jovens tinham seus dias de prazer. No carnaval, nas festas votivas, reuniam-se para dançar. (...) Num só baile cabia todo mundo: senhoras da Nobreza, senhoras da burguesia, senhores, camponeses, camponesas, patrões, criados. E todos dançavam alegremente e com todo o gosto. E tal costume jamais foi ocasião de familiaridades fora de propósito ou de falta de respeito. (...)

"Os trabalhos do campo igualmente tinham suas festas: colheitas e plantações eram, ao mesmo tempo, época de trabalhos e de diversões. A partilha dos grãos com os meeiros era sempre seguida de uma refeição muito alegre, sobretudo nos anos de abundância. (...)

"O horário das refeições correspondia pouco mais ou menos ao de hoje. Num mesmo cômodo, e ao mesmo tempo, comiam todos: senhores, empregados e outros. Meu pai nunca deixava de enviar algum alimento de sua mesa, ou um copo de vinho, a um bom empregado, a um meeiro ligado à casa há muitos anos.

"Bebia cordialmente com eles, acertava suas contas, discutia o momento oportuno para certos trabalhos, assegurava os do dia seguinte e separavam-se satisfeitos uns com outros.

"Também a noite era passada em comum. (...) Pelas dez horas ou um pouco mais, havia a oração em conjunto, rezada em voz alta por uma das crianças, e iam dormir".[1]

Felicidade e abundância na vida dos camponeses

Descrições semelhantes à de Poumiès se encontram também nos relatos de viagem da época, que atestam a fartura e a alegria da vida dos camponeses no Ancien Régime.

"A alegria do francês — escreve Lenôtre —, se bem que proverbial, permanecia para os estrangeiros um motivo de admiração. (...) *Feliz alegria, alegre felicidade,* eram palavras que vinham aos lábios a cada passo. (...)

"Lady Montagne escreveu: *As cidades são habitadas por aldeões fortes e bochechudos, vestidos com boas roupas de linho natural: não se pode imaginar a atmosfera de abundância e de contentamento espalhada por todo o Reino*".[2]

E Edmond Pilon declara:

"O que de início mais espantava os estrangeiros que viajavam por nosso território antes da Revolução, era essa espécie de bem-estar nas casas, e de saúde espelhada nas fisionomias que se via por toda parte. Enfim, sobretudo, era aquele gosto do trabalho, aquela aplicação nas atividades dos campos: «*Que país, que solo fértil!*» exclama o doutor Rigby. «*Como os habitantes são industriosos!*» (...)

"Um cidadão inglês, Stevens, que visitou a Provence, escreveu que *por toda parte as vilas são cheias de vida e de alegria*".[3]

"Horace Walpole — é Funck-Brentano quem escreve — ao cruzar o Artois, em 1765, disse: *Vejo que esta região enriqueceu-se prodigiosamente... as menores aldeias apresentam um aspecto próspero.*

"E um intendente do Rossillon assinala as numerosas refeições dos camponeses: *quatro, cinco ou seis refeições ao dia, e, em cada uma delas, carne e vinho...*"[4]

Leiamos agora testemunhos sobre a vida dos camponeses no Ancien Régime, deixados por autores que viveram nesse meio social.

"Rétif de la Bretonne — prossegue Brentano — camponês da Borgonha,

---

1) Poumiès de La Siboutie, *Souvenirs d'un Médecin de Paris,* pp. 1 a 14
2) G. Lenôtre, *Gens de la Vieille France,* pp. 72 e 73
3) Edmond Pilon, *La Vie de Famille au XVIIIème. Siècle,* pp. 165, 168 e 169
4) Funck-Brentano, *L'Ancien Régime,* p. 120

UMA GRANJA DO ANCIEN RÉGIME. *O teor de vida calmo e digno dos camponeses franceses, o bem-estar e a alegria que se espelhavam em suas fisionomias, eram objeto da admiração dos estrangeiros que visitavam a França antes da Revolução.*

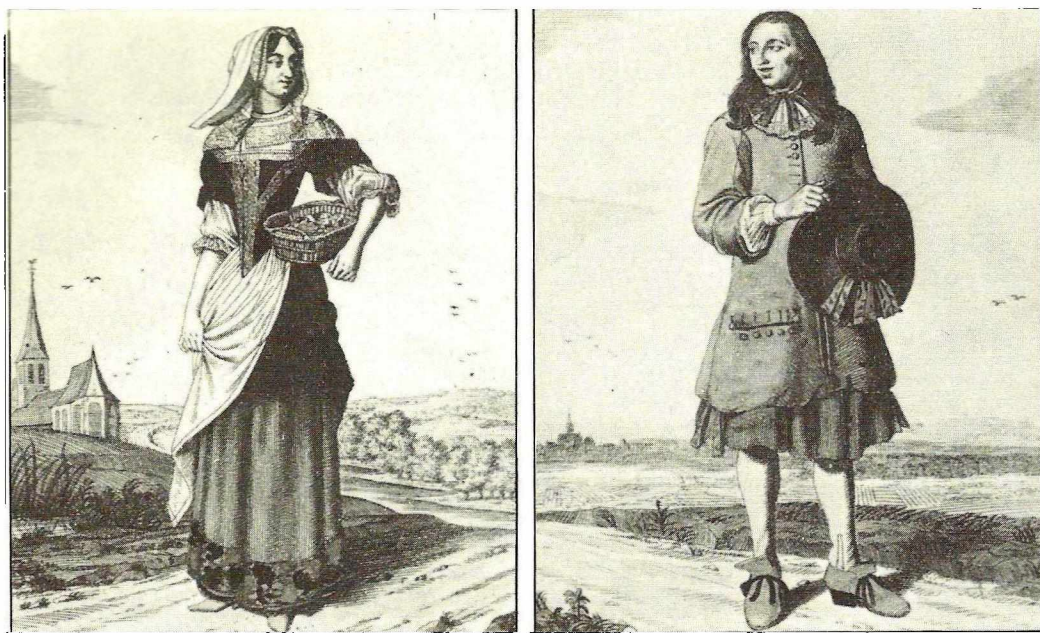
que conduziu o arado até os vinte anos de idade, permaneceu em sua aldeia e descreveu, com vigor e precisão, a vida dos seus. (...)

"De noite, no jantar, a única refeição em que toda a família podia reunir-se, Edmé Rétif (o pai) era como um patriarca frente a uma família numerosa. Geralmente eram vinte e dois à mesa, contando o ajudante da lavoura, os que trabalhavam nas vinhas (que no inverno se dedicavam a debulhar a colheita), o vaqueiro, o pastor e as duas criadas, uma das quais ajudava os das vinhas e a outra ocupava-se das vacas e da leiteria.

"Todos se sentavam em torno da mesma mesa. O pai num extremo, ao lado do fogo, e junto a ele sua mulher, que tinha a seu alcance os pratos que seriam servidos. Somente ela se ocupava da cozinha. As criadas, que tinham trabalhado todo o dia, permaneciam sentadas e comiam tranqüilamente.

"Os filhos dispunham-se à mesa por ordem de idade; (...) depois deles, vinha o ajudante de lavoura mais antigo e seus companheiros; em seguida os trabalhadores das vinhas, o vaqueiro, o pastor e, por último, as duas criadas. (...)

"Outra descrição da vida nas aldeias, nos é deixada por Marmontel. Ele, como Rétif, também era filho de camponeses, gente boa, entre os quais passou sua infância. (...)

"Minhas tias fiavam a lã e o linho campestre, com o qual obtínhamos roupa

CAMPONESES DA REGIÃO DE PARIS. *O bem cuidado e até mesmo a elegância dos trajes deixa transparecer uma vida farta e elevada.*

branca. À noite, sob a luz de um lampião aceso com azeite de nosso nogueiral, os jovens da vizinhança vinham separar conosco as fibras do belo linho, e formávamos todos um quadro encantador.

"A colheita de cereais da pequena lavoura assegurava nossa subsistência; a cera e o mel, que uma de minhas tias cultivava cuidadosamente, representavam uma renda que exigia poucos gastos; o azeite, extraído de nossas nozes ainda frescas, tinha um sabor e um odor que preferíamos ao gosto e ao perfume do de oliva. Nossas tortas feitas com trigo de segunda, umedecidas quando ainda quentes na excelente manteiga de Mont-d'Or, eram para nós a melhor das guloseimas.

"Nenhum prato teria superado nossos nabos e nossas castanhas. No inverno, quando se assavam os nabos perto do fogo, ou quando ouvíamos ferver a água no vasilhame que cozinhava aquelas castanhas tão saborosas e doces, nossos corações palpitavam de alegria...

"Assim, num lar onde nada se perdia, mantínhamos com escassos meios nosso bem-estar, e quase não era preciso gastar para atender nossas necessidades. A lenha seca era abundante nos bosques vizinhos e não tinha quase nenhum valor. Meu pai tinha autorização para prover-se dela quanto quisesse. A excelente manteiga montanhesa e os queijos mais delicados eram coisas correntes e custavam pouco; o vinho não era caro, mas nem por isso meu pai abusava dele...

"Natal! Ceia de Natal! (...) *Enquanto estávamos na missa* — prossegue Marmontel — *a sopa de couves, o chouriço, a salsicha, os outros frios, os melhores salgados, os pastéis, os bolos de maçã, tudo preparado misteriosamente pela avó e por uma de suas irmãs... Depois da missa, encontrávamos todas essas maravilhas na mesa. As exclamações de entusiasmo eram dignas de serem ouvidas!*"[5]

5) Funck-Brentano, op. cit., pp. 105 a 120

CAPÍTULO 5

EXEMPLOS DE SANTIDADE

A par do esplendor ou da felicidade de situação existentes na vida temporal do Ancien Régime, também floresceram, na França de então, magníficos exemplos de santidade.

É bem verdade que a vida de piedade já não era, nem de longe, o que deveria ser. Como salienta o Prof. Plinio Corrêa de Oliveira, "desde o século XVI, o espírito cristão se vinha tornando cada vez menos presente, influente e visível nos ambientes, nos costumes e em toda a civilização ocidental; e foi sendo substituído gradualmente por um espírito neopagão eivado de panteísmo naturalista, de igualitarismo onímodo e de sensualismo".[1]

A vida de piedade e a santidade nas classes mais elevadas da sociedade

Esses fatores corrosivos da piedade católica atuavam em profundidade na vida social, mas houve também, no Ancien Régime, quem lutasse contra tal desagregação. Assim, no firmamento espiritual da Santa Igreja, brilharam naquela época inúmeros astros de santidade, muitos dos quais pertencentes à Nobreza.[2]

---

1) Plinio Corrêa de Oliveira, *Automóveis, Mentalidades, Estilos de Vida*, Catolicismo, nº 36, dezembro de 1953.

2) O historiador dos Papas, Ludwig Pastor, enumera a coorte de varões e de mulheres que, com verdadeira santidade, propagavam a fé católica na França do Ancien Régime:
"A França possuía no século XVII muitos homens e mulheres insignes por uma santidade real, como os Bispos de Marseille e de Cahors, João Batista Gault (†1643) e Alain de Solminihac (†1659), os grandes missionários João Eudes (†1680), Grignion de Montfort (†1716), o apóstolo da Bretanha, Miguel Lenobletz (†1652), o fundador dos Irmãos das Escolas Cristãs, João Batista de Lasalle (†1719), o fundador dos Lazaristas e das Irmãs de Caridade, Vicente de Paulo (†1660)

"Se os costumes eram frouxos na Corte e nas cidades — volta a escrever o Prof. Plinio Corrêa de Oliveira — havia a isto numerosas e retumbantes exceções. Nos degraus do trono, no próprio trono, o escândalo de um Luís XIV por exemplo, era de algum modo reparado por sua emenda e sua vida modelar depois do casamento com Mme. de Maintenon, e a queda de Mlle. de la Vallière o era por sua penitência exemplar no Carmelo.

"Mme. de Montespan, por sua vez, morria cristãmente; o Duque de Borgonha, neto de Luís XIV, se destacava por sua piedade, e a Família Real ainda teria no século XVIII, ao lado da vergonha da vida de Luís XV, a ilustração das virtudes pouco comuns do Delfim Luís, da carmelita Madame Louise de France e da Princesa Clotilde de Saboya, ambas filhas do Rei e falecidas em odor de santidade".[3]

A esse propósito, o Pe. Felix Sardá y Salvany lembra um episódio pouco conhecido:

"Refere o padre Carlos de la Rue, da Companhia de Jesus, que tendo sido um dia admitido à audiência de Luís XIV, Rei de França, achou-o rezando o rosário. Manifestando o padre certa admiração, acompanhada de sentimentos respeitosos de edificação, o Rei disse: Não se admire tanto; eu me glorio de rezar o rosário; é uma prática que herdei da rainha, minha mãe, e não gostaria de passar um só dia sem rezá-lo".[4]

A reação católica do século XVII

O conhecido historiador Georges Duby, professor do *Collège de France* e membro do Instituto, oferece uma visão de conjunto da ação missionária empreendida pela Santa Igreja para combater a influência neopagã do Humanismo e da Renascença. Estes movimentos culturais, mesmo depois de arrefecidos em seu foco irradiador, a Itália, continuaram ainda por muito tempo a influenciar a mentalidade do povo francês.

"São Francisco de Sales, Bispo de Genebra residente em Annecy, imitador

---

e sua cofundadora, Luiza de Marillac (†1660). "Entre as mulheres havia ainda as duas Marias da Encarnação, a carmelita madame Acarie (†1618) e a ursulina madame Guyart (†1672), Joana de Lestonnac (†1640), Joana Francisca de Chantal (†1641), Margarida Maria Alacoque (†1690); finalmente, dos difamados jesuítas, os dois missionários Francisco de Regis (†1640), em Cevennes, e Julião Maunoir, na Bretanha (†1683), o varão inteiramente espiritual Claudio de la Colombière (†1682) e os oito missionários mártires canadenses, além de Isaac Yogues (†1646) e João de Brebeuf (†1649)". (Ludwig Pastor, *Historia de los Papas,* vol. 28, pp. 382 e 383)

3) Plinio Corrêa de Oliveira, *Doutor, Profeta e Apóstolo na Crise Contemporânea,* Catolicismo Nº 53, maio de 1955

4) D. Felix Sardá y Salvany, *Piedoso Mês de Outubro,* p. 84
Sobre o costume que tinha Luís XIV de rezar o rosário, ver também François Bluche, *La Vie Quotidienne au Temps de Louis XIV,* p. 60, e Louis Bertrand, *Les Journées du Grand Roi,* p. 49.

fiel, em sua administração diocesana, de São Carlos Borromeu, abriu para os leigos, por seu livro *Introdução à Vida Devota* (1608), a via da oração e de santidade.

"A perfeição já não estava destinada exclusivamente aos eclesiásticos, mas também era compatível com o exercício de um dever de estado, pois consistia, antes de tudo, no amor de Deus e do próximo... [São Francisco de Sales] convidava a todos para os mais altos destinos espirituais, sem arrancá-los do convívio de sua família, de sua profissão ou do serviço a seu príncipe.

"Ele procurou ensinar um novo modo de servir aos pobres, sem entretanto jamais condenar as riquezas e as hierarquias: *Eu quero colocar no vosso coração a riqueza e a pobreza juntas, um grande apreço e ao mesmo tempo um grande desapego pelas coisas temporais... Tenhamos pois a preocupação da conservação e do acréscimo de nossos bens... mas privemo-nos contudo, todos os dias, de alguma parte deles, doando algo aos pobres...* Seu *Tratado do Amor de Deus* foi dedicado a (Santa) Joana Francisca de Chantal, que fundou sob sua direção a Ordem da Visitação de Santa Maria. (...)

"Ordens religiosas novas foram introduzidas na França: em 1594, as ursulinas, que se ocupariam especialmente da educação das jovens; os jesuítas, por algum tempo proibidos de atuar após o atentado de Châtel contra Henrique IV, voltaram à França em 1603. Um de seus membros, o Pe. Coton, que se tornou confessor do Rei cinco anos mais tarde, exerceu ainda este ministério junto a Luís XIII, inaugurando assim, para sua ordem, uma tradição honrosa. (...) Os colégios da Companhia, em número de setenta desde 1640, acolhiam não só os filhos da aristocracia, mas também os filhos mais ilustres da média burguesia das cidades e dos campos.

"Igualmente, as ordens antigas multiplicavam o número de suas casas. Cada cidade de tamanho médio via instalar-se, ao abrigo de suas muralhas, inúmeras comunidades religiosas. Em Paris, por exemplo, em meio século, se estabeleceram mais de cem casas religiosas. (...)

"São Vicente de Paulo, profundo conhecedor da miséria moral que reinava nos campos, fundou, em 1625, a Sociedade dos Padres da Missão. (...) No oeste, São João Eudes, antigo oratoriano, fundou em 1643 a Congregação de Jesus e Maria, cujos membros animavam as missões nos campos e instruíam os clérigos. (...)

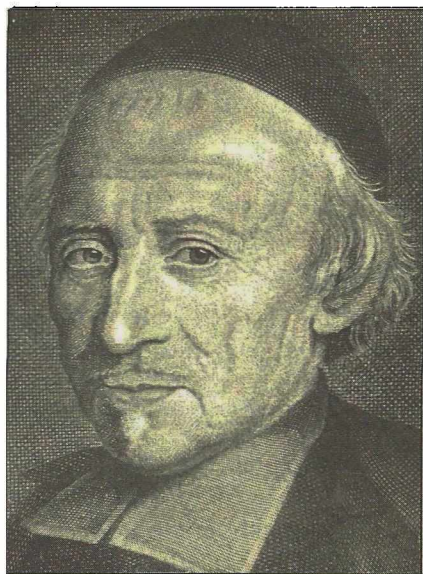
"Graças a esse Clero mais numeroso e instruído para sua tarefa, os leigos foram cristianizados e vigiados pela Igreja. Capuchinhos, lazaristas, oratorianos e jesuítas rivalizavam em zelo na organização das missões pelo interior da França.

"A missão comportava sempre pregação, sermões, catecismos para adultos e crianças. Freqüentemente havia conferências especializadas para distintos grupos sociais. Os pastores da religião pretensamente reformada

SÃO FRANCISCO DE SALES (1567-1622), BISPO E FUNDADOR. *Doutor da Igreja, incansável pregador, grande teólogo e escritor religioso, foi uma das figuras mais salientes da literatura francesa. Fundou, juntamente com Santa Joana de Chantal, a Ordem da Visitação de Maria.*

SÃO FRANCISCO DE SALES ENTREGA A SANTA JOANA DE CHANTAL A REGRA DAS FILHAS DA VISITAÇÃO. *Segundo o santo doutor, era preciso "servir aos pobres sem jamais condenar as riquezas e as hierarquias".*

SANTA JOANA DE CHANTAL (1567-1641), FUNDADORA. *O Santoral Romano louva-a pela santidade com que se distinguiu constantemente, enquanto virgem, esposa, viúva e fundadora. São Francisco de Sales dizia a seu respeito: "Em Mme. de Chantal eu encontrei a mulher perfeita que Salomão procurou em vão em Jerusalém". Depois de viúva fundou, sob a direção de São Francisco de Sales, a Ordem da Visitação de Maria.*

SÃO JOÃO EUDES (1601-1680), FUNDADOR. *Um dos grandes renovadores da vida religiosa francesa no século XVII. Realizou mais de 110 viagens missionárias pelo interior da França, alcançando um êxito extraordinário. São Pio X o chamou de "criador, mestre e apóstolo da adoração litúrgica do Sagrado Coração de Jesus".*

SÃO VICENTE DE PAULO (1581-1660), FUNDADOR. *Conselheiro do Reino para assuntos eclesiásticos, São Vicente de Paulo foi o apoio dos pobres, o consolo dos enfermos, o pai dos órfãos, o emancipador e amigo dos escravos, o provedor de alimentos das províncias assoladas pela guerra ou pela fome, o propulsor da caridade organizada e o fundador e a alma das Irmãs da Caridade.*

SANTA LUIZA DE MARILLAC (1591-1660), FUNDADORA. *Nascida na aristocracia francesa, Santa Luiza de Marillac foi a fundadora das Irmãs da Caridade, associação religiosa sem clausura, consagrada às atividades apostólicas no mundo. Segundo São Vicente de Paulo, as irmãs deveriam ter "por convento a casa dos enfermos, por cela um quarto alugado, por capela a igreja paroquial, por claustro as ruas da cidade, por clausura a obediência, por grades o temor de Deus, por véu a própria modéstia".*

eram desafiados, os protestantes interpelados. Depois, rezava-se, cantava-se em comum, e a missão terminava por uma comunhão geral e uma grande procissão.

"Enquanto São João Eudes percorria a Normandia e São Francisco Regis o Vivarais, Julien Maunoir, dirigindo mais de quatrocentas missões com ponto de apoio na Bretanha, pelo uso do dialeto, a composição de cânticos populares, os encorajamentos dados às devoções afetivas e familiares, enraizou o catolicismo em todo o oeste.

"O esforço do Clero foi sustentado por numerosas associações devotas: confrarias, particularmente confrarias mariais; sodalícios de colegiais e estudantes; ordem terceira franciscana, e, sobretudo, a Companhia do Santíssimo Sacramento (1627-1665).

"Tratava-se de uma sociedade secreta, que agrupava leigos e clérigos.[5] Entre seus objetivos figuravam, ao lado da devoção ao Santíssimo Sacramento, a assistência aos indigentes, a luta contra os protestantes e a reforma dos costumes. Ela vigiava os libertinos, denunciava-os às autoridades, empreendia contra os reformados e seus pastores uma perpétua batalha de processos e polêmicas e perseguia os comediantes por causa de sua má reputação e suas balbúrdias.

"A presença em seu interior de grandes senhores, como o Duque de Ventadour e o Príncipe de Conti, de eclesiásticos como (São) Vicente de Paulo e o Pe. Condren, de parlamentares como o primeiro presidente Lamoignon, dava a suas intervenções indiretas uma grande influência.

"Esta sociedade contribuiu a seu modo para uma certa depuração dos costumes, ainda bastante rudes, proscreveu as danças públicas, regulou os banquetes e as festas das comunidades, ajudou, em todo o Reino, a monarquia a proibir os duelos e exigir contra os blasfemadores a aplicação do rigor das leis. (...)

"Para São Vicente de Paulo e seus amigos, a assistência aos pobres era um preâmbulo da conversão e da salvação. Ele reuniu em associações caritativas paroquiais as senhoras da melhor sociedade, que visitavam e socorriam «os pobres envergonhados», os levavam a se confessar e a comungar, e faziam ver a eles que a continuidade destas devoções condicionaria a manutenção destes socorros.

"Rapidamente, entretanto, a experiência fez ver *que as senhoras de alta condição tinham dificuldade em levar os víveres aos pobres doentes, arrumar-lhes*

---

5) O Direito Canônico da época não proibia a fundação de sociedades secretas e a filiação nas já existentes.
A Companhia do Santíssimo Sacramento gozava da aprovação do Rei Luís XIII e do reconhecimento tácito e benévolo da Santa Sé, que chegou a enriquecê-la com indulgências.

ENFERMARIA DAS FILHAS DA CARIDADE. *Para São Vicente de Paulo, a assistência aos pobres era o preâmbulo da conversão e da salvação.*

o leito, ministrar-lhes os remédios e geralmente lhes prestar outros serviços menores, mas necessários. São Vicente de Paulo reuniu então mulheres de condição social mais modesta numa Congregação das Filhas de Caridade, *para se encarregarem das coisas de caráter mais servil que era necessário fazer junto àqueles doentes.*

"O fundador quis delas a mais estrita pobreza, mas nem clausura nem convento. Vestidas como *villageoises* [aldeãs], elas consagravam seus cuidados aos pobres doentes, chegando até a preferir este serviço ou o das crianças abandonadas, às devoções habituais das outras religiosas. (...)

"A prática dominical e a comunhão pascal se generalizaram, o catecismo foi mais bem ensinado, a instrução primária progredia nas cidades".[6]

---

6) Georges Duby, *Histoire de la France — dynasties et révolutions — de 1348 a 1852,* pp. 150 a 155

São Luís Maria Grignion de Montfort

Para finalizar este *aperçu* sobre a santidade no Ancien Régime, não podemos deixar de realçar, pela pena de Plinio Corrêa de Oliveira, alguns traços da biografia do santo que teve a glória de levar a devoção a Nossa Senhora a píncaros até então nunca vistos: São Luís Maria Grignion de Montfort.

SÃO LUÍS MARIA GRIGNION DE MONTFORT (1673-1716). *Doutor, Profeta e Apóstolo na crise contemporânea, foi um dos santos mais desprezados e humilhados que houve na Igreja. Porém, humilhado até o fim, até o fim lutou e levou a devoção a Nossa Senhora aos mais elevados píncaros.*

"São Luís Grignion de Montfort foi verdadeiro profeta. No momento em que tantos espíritos ilustres se sentiam inteiramente tranqüilos quanto à situação da Igreja, embalados num otimismo displicente, tíbio, sistemático, ele sondou com olhar de águia as profundezas do presente, e predisse uma crise religiosa futura, em termos que fazem pensar nas desgraças que a Igreja sofreu durante a Revolução, isto é, a implantação do laicismo de Estado, o estabelecimento da «Igreja Constitucional» e a proscrição do culto católico, a adoração da deusa Razão, o cativeiro e morte do Papa Pio VI, os massacres ou deportações de sacerdotes e religiosas, a introdução do divórcio, o confisco dos bens eclesiásticos etc.

"Mas além de profeta, S. Luís Grignion de Montfort foi missionário e guerreiro. Missionário, causticou ele implacavelmente o espírito neopagão, fazendo quanto podia para afastar o povo fiel do mundanismo e de tudo quanto possuía o mau espírito nascido da Renascença.

"A região evangelizada por ele foi tão profundamente imunizada contra o vírus da Revolução, que se levantou de armas na mão contra o governo republicano e anticatólico de Paris. Foi a chouannerie. Se S. Luís Grignion tivesse estendido sua ação missionária a toda a França, provavelmente teria sido outra sua história, e a história do mundo.

"Ora, por que não a evangelizou inteira?

"Orador sacro eficientíssimo, pregava a palavra de Deus com um desassombro extraordinário. Isto lhe valeu o ódio, não só dos calvinistas, mas de uma das seitas mais detestáveis e mais influentes que até hoje tenha existido infiltrada na Igreja, isto é, os jansenistas.[7] (...)

"Esta seita, dispondo de deplorável influência sobre muitos fiéis, sacerdotes e até bispos, arcebispos, cardeais, seguia uma linha de pensamento e de ação nociva a toda restauração da vida religiosa, afastava as almas dos sacramentos, e combatia vivamente a devoção a Nossa Senhora.

"São Luís Grignion de Montfort, pelo contrário, tinha à Santíssima Virgem a devoção mais ardente, e até compôs em louvor dela o «Tratado da Verdadeira Devoção», que constitui hoje o fundamento mais forte de toda piedade mariana profunda. De outro lado, por suas missões aproximava o povo dos sacramentos, afervorava-o no rosário; em uma palavra, fazia obra diametralmente oposta às intenções dos jansenistas.

"Isto lhe trouxe, nos próprios meios católicos, uma perseguição aberta, que lhe valeu as maiores humilhações. Causa pasmo que, enquanto tantos prelados, clérigos e leigos, em nome da caridade se mostravam irritados ou apreensivos com a justa severidade da Santa Sé em relação aos jansenistas, não tiveram penalidades, atos de hostilidade nem humilhações que bastassem contra São Luís Maria.

"Pode-se dizer que foi um dos santos mais desprezados e humilhados que houve nestes vinte séculos de vida da Igreja. Por fim, só em duas dioceses lhe foi permitido exercer seu ministério. Mas, novo Inácio de Loyola, sentindo com serenidade o ímpeto contra sua pessoa, dos vagalhões de ódio anticatólico disfarçado com ares de piedade, não se perturbou. E, humilhado até o fim, até o fim lutou".[8]

---

7) Do jansenismo se tratará mais adiante (cfr. parte III, cap. 2).

8) Plinio Corrêa de Oliveira, *Doutor, Profeta e Apóstolo na Crise Contemporânea,* Catolicismo, nº 53, maio de 1955

CAPÍTULO 6

QUAL A ORIGEM DE TAL ESPLENDOR?

A França do Ancien Régime, que se acaba de considerar em alguns de seus aspectos esplendorosos, era — na feliz descrição do renomado historiador Pierre Gaxotte, da Academia Francesa — "um grande e antiquíssimo edifício construído por cinqüenta gerações, e que abarcava um período de mais de quinhentos anos.

"Todas essas gerações tinham ali deixado a sua marca individual, juntando sempre alguma coisa ao passado, sem quase nunca eliminar ou amputar nada. (...)

"O plano desse edifício se mostrava de uma maneira geral (...) opulento, a fachada tinha um aspecto grandioso e vivia-se ali melhor e mais agradavelmente que em qualquer outro lugar".[1]

A Cristandade medieval

O esplendor do Ancien Régime foi ainda um fruto tardio da *doce primavera da Fé,* isto é, a Idade Média, na expressão do Conde de Montalembert. Com efeito, mesmo depois da ruptura da unidade cristã provocada pelo protestantismo, o espírito da antiga e gloriosa Cristandade medieval continuou influenciando as mentalidades e os costumes dos povos europeus à semelhança de um sol que, embora em seu ocaso, continua a irradiar seus últimos fulgores antes de se velar por completo.

"A Cristandade medieval — afirma o Prof. Plinio Corrêa de Oliveira — não foi uma ordem qualquer possível, como seriam possíveis muitas outras ordens.

---

1) Pierre Gaxotte, *A Revolução Francesa,* p. 7

Foi a realização, nas circunstâncias inerentes aos tempos e aos lugares, da única ordem verdadeira entre os homens, ou seja, a civilização cristã".[2]

Esta afirmação é um eco fidelíssimo do Magistério eclesiástico, que a propósito da Cristandade medieval se exprimiu de modo particularmente elogioso através das palavras de Leão XIII:

"Tempo houve em que a filosofia do Evangelho governava os Estados. Nessa época, a influência da sabedoria cristã e a sua virtude divina penetravam as leis, as instituições, os costumes dos povos, todas as categorias e todas as relações da sociedade civil.

"Então a Religião instituída por Jesus Cristo, solidamente estabelecida no grau de dignidade que lhe é devido, em toda parte era florescente, graças ao favor dos príncipes e à proteção legítima dos magistrados. Então o Sacerdócio e o Império estavam ligados entre si por uma feliz concórdia e pela permuta amistosa de bons ofícios.

"Organizada assim, a sociedade civil deu frutos superiores a toda expectativa, cuja memória subsiste e subsistirá, consignada como está em inúmeros documentos que artifício algum dos adversários poderá corromper ou obscurecer".[3]

Sob os auspícios da Santa Igreja, a sociedade assim constituída caminhou para a realização daquela súplica feita por Nosso Senhor Jesus Cristo ao Pai Celeste: "Venha a nós o Vosso Reino, seja feita a Vossa Vontade assim na Terra como no Céu". Por isso, fundamentalmente sacral, austera e hierárquica, a sociedade medieval realizou a civilização por excelência, que é a civilização cristã.

Filha primogênita da Igreja, florão da Cristandade medieval, a França, nação de São Luís IX, de São Bernardo, de Santa Joana d'Arc e de tantos outros santos, nasceu, cresceu e se desenvolveu graças à ação civilizadora da Santa Igreja, à dedicação de seus monarcas e à abnegação de gerações sucessivas de nobres guerreiros que sempre a defenderam dos perigos e das ameaças externas.

Mas tanto a Cristandade medieval quanto a França não surgiram de um dia para outro. Antes de conhecerem o apogeu do século XIII, elas passaram pelo cadinho das provações que começaram com o desmoronamento do Império Romano.

---

2) Plinio Corrêa de Oliveira, *Revolução e Contra Revolução,* p. 28

3) Leão XIII, Encíclica *Immortale Dei,* nº 28

O papel da Igreja, ...

Comentando a influência do cristianismo sobre as almas nos turbulentos séculos que antecederam o naufrágio completo da nave imperial romana, Taine escreve:

"Em um mundo fundado sobre a conquista, duro e frio como uma máquina de bronze, condenado, em razão de sua própria estrutura, a destruir em seus membros a coragem para agir e a vontade de viver, o cristianismo anunciou a Boa Nova, prometeu o Reino de Deus, pregou a resignação, inspirou a paciência, a doçura, a humildade, a abnegação, a caridade, e abriu as portas pelas quais o homem, sufocado no ergástulo do poder romano, podia respirar e perceber a luz do dia".[4]

Com a queda do Império Romano, provocada pelas invasões bárbaras, o papel desempenhado pela Igreja foi mais importante do que nunca. Seus missionários empreenderam então a árdua missão de converter e evangelizar os novos senhores da Europa, isto é, os bárbaros.

Pierre Gaxotte descreve essa imensa obra missionária e civilizadora no Reino dos Francos: "Quando o Império desmoronou sob os golpes dos bárbaros, foi a Igreja o refúgio das leis e das letras, das artes e da política, ocultando, nos seus mosteiros, tudo o que podia ter valor para a cultura e ciência humana.

"Em plena anarquia, soube construir uma sociedade viva e ordenada, cuja política e espírito eram suficientes para, por si só, fazerem lembrar os tempos calmos e suspirar por eles. Vai ao encontro dos invasores, conquista-os, apazigua-os, converte-os, canaliza a sua vaga e limita suas devastações.

"Perante o Bispo, representante de um além misterioso, o germano tem medo e recua; poupa as pessoas, as casas e as terras. O homem de Deus torna-se o chefe das cidades, o defensor dos lares e dos edifícios, o único protetor dos humildes neste mundo.

"Mais tarde, quando tiver já passado a época dos saques e dos incêndios, quando for preciso reconstruir, administrar e negociar, as assembléias e os conselhos abrir-se-ão de par em par perante os clérigos, únicos capazes de redigir um tratado, levar a bom fim uma embaixada ou falar a um príncipe. (...)

"No meio de desgraças que surgem, no meio da derrocada do Estado carolíngio, no meio dessa noite do nono século cheio de ruídos de armas, ao mesmo tempo que novas invasões húngaras, sarracenas e normandas devastam e enchem o país, ao mesmo tempo que a população flutua errante, a Igreja, mais uma vez, agüenta-se. Acata as tradições interrompidas, combate as desordens feudais, regulamenta as guerras privadas, impõe as tréguas e a paz.

4) H. Taine, *Les Origines de la France Contemporaine*, pp. 3 e 4

"Os grandes monges Odon, Odilon e Bernardo levantam por cima dos torreões e das cidades o poder moral da Igreja, a idéia universal, o sonho da unidade cristã. Pregadores, pacificadores, conselheiros de toda a gente, árbitros de todas as questões, eles intervêm por toda parte e em tudo, como verdadeiros poderes internacionais, aos quais os poderes terrestres não podem resistir senão tremendo. (...)

"Em volta dos grandes santuários e das santas abadias, estreitam-se relações e planejam-se viagens. Ao longo dos caminhos, por onde transitam longas procissões de peregrinos, nascem as canções épicas. As florestas desaparecem, graças aos monges que as desbravam. À sombra dos mosteiros, repovoam-se os campos.

"Aldeias em ruínas reerguem-se de novo. Os vitrais das igrejas e as esculturas das catedrais são o livro de imagens onde o povo se instrui. O Papa ordena as cruzadas e destrona reis. Doações, riquezas, honras, tudo é deposto aos pés dos clérigos, e o próprio excesso deste reconhecimento é o índice da grandeza dos seus benefícios".[5]

... da Nobreza...

Se a ação missionária e civilizadora da Igreja trouxe para o seio do cristianismo a maior parte dos povos europeus, isso deveu-se em larga medida aos monarcas e príncipes cristãos que desembainharam sua espada para proteger os pregadores.

Graças ao amparo assim recebido, os missionários católicos podiam penetrar com segurança em meio à gentilidade pagã e aí pregar o Evangelho.

Além do auxílio inestimável dispensado à Igreja, esses príncipes e senhores cristãos defenderam as cidades e os campos contra as investidas sucessivas de hordas bárbaras hostis ao cristianismo.

Na França, após o ocaso do Império carolíngio, sobreveio a "noite do nono século" de que nos fala Funck-Brentano.

Nesse período conturbado e violento, a maioria das cidades francesas foi destruída ou pilhada. O comércio se viu paralisado, o terror era constante. Em vagas sucessivas, as invasões de sarracenos expandiram-se pelo sul. Os húngaros marcharam sobre as Províncias do leste, e os normandos atingiram o coração da França, *"nadando à maneira de piratas"* pelos rios.[6]

---

5) Pierre Gaxotte, op. cit., pp. 7 e 8

6) Cfr. Frantz Funck-Brentano, *Le Moyen Age,* pp. 1 a 3

Esses bárbaros abandonaram-se às mais cruéis sevícias, saqueando a população indefesa, arrasando os campos e destruindo igrejas. Transformaram grande número de mosteiros veneráveis em estrebarias para seus cavalos.

Em conseqüência desse caos generalizado, o Poder Público se enfraqueceu e a autoridade real desapareceu. Não obstante — comenta Gaxotte — "quando o cetro de Carlos Magno deslizou das débeis mãos dos seus sucessores, levantou-se uma multidão de soldados para lhe apanharem os fragmentos".[7]

Com efeito, em meio à desagregação do Estado e à dissolução social, a Nobreza feudal, animada e consolada pelos Bispos e missionários católicos, representou um papel de extrema relevância, como bem descreve Taine:

"Depois de Carlos Magno tudo desmoronou. Não houve mais homens de guerra após a batalha de Fontanet. Durante meio século, bandos de quatrocentos ou quinhentos malfeitores vinham impunemente matar, queimar e devastar o país. Em contrapartida, nesse mesmo momento, surgiu uma geração militar. (...)

"Nessa hora, o benfeitor, o salvador foi o homem que soube lutar e defender os outros; tal foi efetivamente o caráter da nova classe que se estabeleceu. Na linguagem do tempo, o nobre era o homem de guerra, o soldado. (...)

"No século X, pouco importava sua origem. (...) O nobre então era o bravo, o homem forte e experimentado nas armas, que à testa de uma tropa, em lugar de fugir e pagar resgate, expunha o peito e protegia com sua espada um pedaço de terra. (...)

"Ao cabo de um século, esta Europa antes saqueada por frotas de pequenos barcos lançaria duzentos mil homens armados sobre a Ásia. Doravante ao Norte e ao Sul, em face dos muçulmanos e dos pagãos, em vez de ser conquistada, ela conquistá-los-ia. (...)

"Nessa época de guerra permanente, um único regime era bom: o de um exército diante do inimigo; e tal era o regime feudal. Por este único traço, julgai os perigos que o nobre devia enfrentar e o serviço aos quais se sujeitava. *Nesse tempo,* diz a crônica geral da Espanha, *os reis, os condes, os nobres e todos os cavaleiros, a fim de estarem prontos a qualquer hora, tinham seus cavalos nas salas onde dormiam com suas mulheres.* (...)

"Sua morada não passava de um refúgio: punha-se um pouco de palha e folhas secas no assoalho do salão, e lá o nobre descansava com seus cavaleiros, tirando uma das esporas quando tinha oportunidade de dormir.

---

7) Pierre Gaxotte, op. cit., p. 9

Se as seteiras apenas deixavam entrar a luz, era sobretudo porque tratava-se de se proteger das flechas. (...)

"Graças a estes bravos, o camponês estava ao abrigo; já não seria morto, nem levado cativo com a canga no pescoço como gado. Pelo contrário, ousava trabalhar, semear e colher, pois, em caso de perigo, sabia que encontraria um asilo para si, seus grãos e seus animais, no interior da paliçada ou aos pés da fortaleza.

"Aos poucos, entre o chefe militar do donjon e os antigos colonos do campo, a necessidade estabeleceu um contrato tácito que se transformou em costume respeitado. Estes trabalhavam para aquele, cultivando suas terras e transportando suas mercadorias. (...)

"Soberano e proprietário, a este duplo título o senhor feudal reservava para si o rio e a floresta, (...) e empregava seu tempo de lazer em caçar os grandes animais ferozes. (...)

"Afinal, senhores, vilões, servos e burgueses, adaptados às suas condições, ligados por um interesse comum, formaram juntos uma sociedade, um verdadeiro corpo. (...)

"O senhorio, o condado, o ducado, transformou-se assim em uma pátria (...) que se confundia com o senhor e sua família. Por tal motivo, tinha-se orgulho dele, relatava-se seus grandes feitos de arma. Quando ele passava em cavalgada pelas ruas era aclamado e se demonstrava simpatia por sua magnificência. (...)

"Quando o senhor ficava viúvo e sem filhos, o povo pedia que ele se casasse novamente, para que sua morte não provocasse no país a guerra dos pretendentes ou atraísse a cobiça dos vizinhos. (...)

"Para que a pequena pátria feudal se transformasse na grande pátria nacional, era preciso apenas que todos os senhorios se reunissem nas mãos de um único soberano".[8]

... e do Rei

A Nobreza feudal, portanto, deu organização e chefes militares a uma sociedade desamparada, desconexa e dispersa, onde a lei do mais forte imperava.

Além disso, o feudalismo gerou uma harmoniosa hierarquia social, nascida não de meras convenções, mas das circunstâncias inerentes a cada região.

No alto da pirâmide social assim formada encontrava-se o Rei, que era um *primus inter pares*, um "senhor entre os senhores", segundo Regine Pernoud, uma das maiores especialistas em mundo medieval.[9] Ao contrário

8) H. Taine, op. cit., pp. 9 a 14
9) Cfr. Régine Pernoud, *Pour en finir avec le Moyen Age*, p. 66

dos monarcas absolutos do Ancien Régime, "ele não tinha por súditos senão alguns poderosos vassalos", como assinala o renomado Fustel de Coulanges.[10]

"[O Rei] foi antes de tudo o obreiro da unidade nacional — escreve Gaxotte — e o seu poder cresceu à medida que o sentimento [de unidade nacional] se tornava mais imperioso nas consciências populares. (...)

"Com a severidade de um proprietário rural que procurava aumentar o seu domínio, [os monarcas franceses] reconquistaram a herança carolíngea. Cada reinado marca uma fase de reconstrução".[11]

Essa portentosa obra de edificação da nação francesa é assim resumida por Taine:

"Ele [o Rei] edificou-a [a França] pedra por pedra. Hugo Capeto pôs a primeira. (...) Durante oitocentos anos, pelo casamento, conquista, destreza, herança, este trabalho de acréscimo continuou. Até sob Luís XV, a França incorporou a Lorena e a Córsega.

Partindo do nada, o Rei formou um Estado compacto, que reunia vinte e seis milhões de habitantes, e que era então [às vésperas da Revolução], o mais poderoso da Europa. (...)

"[O Rei] era o chefe da defesa pública, o libertador do país contra os estrangeiros. (...) No interior, desde o século XII, com o elmo posto e sempre pelos caminhos, ele foi o grande justiceiro, (...) reprimiu os excessos dos fortes, protegeu os oprimidos, aboliu as guerras privadas, estabeleceu a ordem e a paz. (...)

"Todas as coisas úteis executadas por sua ordem ou desenvolvidas sob seu patrocínio — caminhos, portos, canais, hospitais, universidades e academias (...) — traziam sua marca e o proclamavam benfeitor público.

"Tais serviços pediam uma recompensa proporcionada. Admitia-se pois que, de pai para filho, ele contraísse um casamento com a França. (...) Todas as recordações do passado e todos os interesses presentes autorizavam esta união.

"A Igreja o sagrava em Reims por uma espécie de oitavo sacramento. (...) Ele era o ungido de Deus. (...)

"Todos, por uma vaga tradição, por um respeito imemorial, sentiam que a França era um navio construído pelas mãos reais, e que, a este título, o transatlântico lhe pertencia. (...) Seu único dever era ser experiente e vigilante, para bem conduzir mar a dentro o magnífico navio onde toda a fortuna pública navegava sob o seu pavilhão!"[12]

* * *

---

10) Fustel de Coulanges, *A Cidade Antiga*, p. 252

11) Pierre Gaxotte, op. cit., pp. 10 e 11

12) H. Taine, op. cit., pp. 14 a 16

Por obra da Igreja, da Nobreza e do Rei, a França se tornou assim o primeiro e mais excelente Reino da Cristandade. Essa primazia sobre as demais nações européias só foi perdida com a Revolução de 1789.

Uma sociedade dividida em ordens sociais, organicamente estabelecidas

Ao longo de todo o Ancien Régime, a França conservou a estrutura social hierárquica herdada da Idade Média.

Como no medievo cristão, a sociedade permanecia dividida em ordens, conforme a função desempenhada.[13]

"Uma ordem — escreve Jacques Ellul, professor da Faculdade de Direito e Ciências Econômicas de Bordeaux — correspondia a uma certa função na sociedade, e a partilha de acordo com as funções era sancionada juridicamente.

"A ordem do Clero, assumindo as funções religiosa, intelectual e de assistência, tinha um estatuto jurídico particular, e formava uma espécie de sociedade independente no corpo social inteiro.

"A ordem da Nobreza tinha a função militar e política. A isso também correspondia uma organização jurídica particular.

"A terceira ordem era a dos plebeus, dos vilões, que era encarregada da função econômica. Devia assumir a vida material do grupo. Esta função, na Idade Média, não parecia nem mais nem menos importante do que as precedentes".[14]

Por outro lado, a existência de costumes particulares a cada cidade, fruto da experiência adquirida ao longo de séculos de tradição, conferia um caráter muito especial ao Reino Cristianíssimo.

Assim, cada região possuía, num grau difícil de imaginar em nossos dias, sua personalidade própria, sua autonomia política, seus hábitos e costumes locais, suas roupas típicas e até sua culinária.

A unidade nacional era assegurada pela autoridade do monarca, que nada tinha de parecido com o autoritarismo estatal uniforme de nosso século.

"A autoridade aparece-nos hoje — comenta Gaxotte — sob a figura dum funcionário por trás de uma grade de ferro e investido dos mais amplos direitos. Este personagem é eterno, imutável, idêntico a si mesmo, de uma extremidade a outra do território. Na planície ou na montanha, na Ilha de França ou na Lorena, ele aplica os mesmos regulamentos e recebe os mesmos impostos.

---

13) Sobre as obrigações e privilégios das diversas ordens, cfr. Parte II, Capítulos 3 e 4

14) Jacques Ellul, *Histoire des Institutions,* t. II, p. 20

"É todo-poderoso, porque a sua autoridade é numerosa, porque toda a gente tem necessidade dele, porque os seus decretos são apoiados por uma polícia ativa, por uma magistratura dócil e por numerosos regimentos. (...)

"Esta concepção de um governo servido por um exército de funcionários, e que promulga para uma nação de administradores uma legislação única, é, talvez, o que há de mais estranho ao Ancien Régime".[15]

* * *

Como tudo que é vivo, a sociedade francesa de antes da Revolução se formou de modo natural e orgânico, sem seguir planos arbitrariamente pré-estabelecidos.

Diversificada em seus aspectos regionais, essa sociedade no entanto apresentava um poderoso princípio de unidade, que era consubstanciado na figura do Rei Cristianíssimo.

E como a unidade na variedade é um dos elementos da perfeição estética, era desse princípio que provinham, em larga medida, sua beleza e seu charme inigualáveis.

Mesmo no pardacento e desgracioso mundo contemporâneo, mais de dois séculos após o apagar de seu reluzimento, algo daquele brilho ainda fascina quem percorre palácios como Versailles ou castelos como Chenonceaux e Chantilly.

É que nessas faustosas construções pulsou outrora a vida de Corte da velha França. Nelas se decidiu, durante séculos, o rumo político da nação francesa. Nelas ainda ficou indelevelmente esculpido na pedra e no cristal o esplendor do Ancien Régime.

15) Pierre Gaxotte, op. cit., pp. 12 e 13

Parte II

A Ordem Econômica e Social do Ancien Régime

Capítulo 1

A Pretensa Crise Econômica

Os historiadores que se submetem ao "dogma", gratuitamente proclamado pelas esquerdas, da excelência da Revolução Francesa, não se inibem diante da realidade histórica, e, para justificar as abominações praticadas por tal Revolução, descrevem o Ancien Régime como uma época de fome e miséria generalizada.

Miséria, proveniente não só do que eles qualificam de completo atraso cultural de um povo analfabeto, mas sobretudo causada pela opressão política e econômica exercida pelas classes privilegiadas. Estas classes sugariam da nação todas as riquezas, e viveriam na mais descarada opulência, enquanto o povo não teria o que comer.

Os mitos e a realidade na vida econômica do Ancien Régime

Gustave Le Bon exemplifica com um caso característico desta historiografia:

"Os escritores que defendem a Revolução (...) traçam quadros de tal modo sombrios com relação à existência dos camponeses sob o Ancien Régime, que não se compreende como não tivessem todos, desde muito tempo, sucumbido à fome. Um belo exemplo dessa maneira de escrever nota-se num livro do Sr. A. Rambaud, outrora professor na Sorbonne, publicado sob este título: *História da Revolução Francesa.*

"Ali se vê, principalmente, uma gravura cujo texto diz: *Miséria dos camponeses no reinado de Luís XIV.* No primeiro plano, um homem luta com cães pela posse de ossos, aliás inteiramente descarnados. Ao seu lado, um infeliz se contorce, comprimindo o ventre. Mais longe, uma mulher, deitada, devora a erva do solo. No fundo da paisagem, personagens, de quem não se pode dizer se são cadáveres ou entes esfaimados, estão estendidos no solo".[1]

CARICATURA FAVORÁVEL À REVOLUÇÃO FRANCESA. *A propaganda revolucionária lançou mão de todos os recursos publicitários que estavam a seu alcace, inclusive caricaturas e desenhos satíricos, muitas vezes pornográficos. O desenho ao lado insinua a falsa idéia de que, no Ancien Régime, o povo miserável arcava com o peso esmagador da Nobreza e do Clero.*

E Simon Schama, professor da Universidade de Harvard, descreve com outras palavras essa fantasia a respeito da situação econômica do povo no Ancien Régime, habitualmente forjada por seus detratores:

"Multidões de mendigos esquálidos morrendo pelas estradas; as ruas de Paris atulhadas de lixo; implacáveis *feudistes* arrancando o último soldo de camponeses, que mal sobreviviam com suas papas de castanhas; prisioneiros apodrecendo nas galés, por haverem roubado um punhado de açúcar ou contrabandeado um saco de sal; cavalos e cães de caça inertes, em nome do *droit de chasse* [direito de caça] do senhor; trapos imundos envolvendo bebês largados todas as manhãs, nas escadarias das igrejas parisienses, com bilhetes que pediam o batismo; quatro doentes numa só cama do Hôtel-Dieu, morrendo juntos da mesma disenteria. (...)

"A impressão provocada por essas imagens era a de um desespero constante, um mundo que precisaria explodir para mudar substancialmente. Tão logo surgiu, o termo Ancien Régime recebeu uma carga de significados ligados a tradicionalismo e senescência. Evocava uma sociedade tão incrustada de anacronismos que só um choque muito violento poderia libertar o organismo vivo encerrado em seu seio".[2]

1) Gustave Le Bon, *A Revolução Francesa e a Psicologia das Revoluções*, p. 126

Contudo, hoje em dia, o avanço da pesquisa histórica desfez este falso quadro de estagnação e miséria. Os historiadores sérios encontram-se diante de uma realidade inteiramente diferente daquela forjada pela propaganda revolucionária.

"Na verdade — continua Simon Schama — o Ancien Régime não era uma sociedade que se arrastava em direção ao túmulo. Longe de ser moribunda, mostra sinais de dinamismo e energia em todos os setores que o historiador examina".[3]

Inúmeros historiadores comprovam a prosperidade econômica existente na França pré-revolucionária.

Segundo François Bluche, professor na Universidade de Paris-Nanterre, "a França de 1774 e de 1789 era o país mais opulento que existia no mundo".[4]

E o historiador marxista Albert Mathiez afirma que "não é num país esgotado, mas, ao contrário, em um país florescente e em pleno progresso, que explodirá a Revolução".[5]

No mesmo sentido, declara Funck-Brentano:

"Historiadores estrangeiros — o alemão Wahl, o russo Ardascheff — que abordaram o estudo dos últimos anos do Ancien Régime (...) chegaram às mesmas conclusões. Terminando a exposição da prosperidade existente na França desde o fim do reinado de Luís XV até a Revolução, Ardascheff escreveu: *O presente capítulo foi escrito antes que a obra de M. Wahl tivesse aparecido; ora, as pesquisas que fizemos independentemente um do outro, e com fontes diferentes, nos conduziram quase ao mesmo resultado, igualmente pouco conforme às idéias correntes sobre o assunto.*

"Eis a conclusão do livro de Wahl: *Encontramo-nos, sem dúvida alguma, diante de uma época de formidável progresso, que se manifesta principalmente nas cidades, mas que aparece também, sob diversos aspectos, nos campos. Este avanço, o qual se pode constatar já no fim do reinado de Luís XV, prossegue sob seu sucessor, e, em muitos lugares, a ascensão é muito rápida*".[6]

Por sua vez, o renomado Tocqueville, da Academia Francesa, considerava: "Se prestarmos atenção na diferença dos tempos, convencer-nos-emos de que, em nenhuma das épocas que se seguiram à Revolução, a prosperidade pública se desenvolveu mais rapidamente do que durante os vinte anos que a precederam".[7]

---

2) Simon Schama, *Cidadãos*, pp. 164 e 165
3) Simon Schama, op. cit., p. 165
4) François Bluche, *La Vie Quotidienne au temps de Louis XVI*, p. 12
5) Albert Mathiez, *La Révolution Française*, p. 11
6) Frantz Funck-Brentano, *L'Ancien Régime*, pp. 248 e 249
7) Alexis de Tocqueville, *L'Ancien Régime et la Révolution*, p. 221

MERCADO DE PARIS NO ANCIEN RÉGIME. *A abundância retratada no quadro indica bem o que as testemunhas da época assinalam e os historiadores confirmam: a França, em 1789, era a nação mais opulenta do mundo. Foi num país florescente e em pleno progresso que eclodiu a Revolução.*

"Em 1789 — escreve Pierre Gaxotte — os franceses não eram infelizes. Os mais seguros documentos provam-nos, pelo contrário, que a riqueza aumentava consideravelmente desde há um século, e que o estado material de todas as classes sociais, com exceção da Nobreza rural, tinha melhorado sensivelmente".[8]

* * *

Por outro lado, a melhora das condições de vida favoreceu consideravelmente o crescimento da população. Por isso, segundo Florin Aftalion, PhD em Economia Financeira pela Universidade de Northwestern, em 1789 a França era o país mais populoso da Europa, com quase 26 milhões de habitantes.[9]

"Após o século XVII de deflação e austeridade — comenta o conceituado historiador e jornalista René Sedillot — o século XVIII aparecia como um

8) Pierre Gaxotte, *A Revolução Francesa*, p. 23

9) Cfr. Florin Aftalion, *L'Ecomomie de la Révolution Française*, p. 50

século de progresso e vitalidade: as cidades se povoavam em benefício da construção. Os citadinos se vestiam melhor que os camponeses, em proveito da indústria têxtil. As necessidades se multiplicavam e o consumo crescia, em proveito da produção em geral".[10]

Progresso industrial

"O regime corporativo[11] — pondera Gaxotte — muito menos opressivo e muito menos generalizado do que se tem dito, não impedira o aparecimento da indústria nem se opusera a que ela ocupasse o devido lugar. O maquinismo importado da Inglaterra favorecera as concentrações de capitais, e já se desenhava, pelo menos nos seus traços mais estáveis, a clássica fisionomia da França mineira e manufatora.[12]

Simon Schama reforça essa impressão:

"A indústria francesa, sempre à sombra da expansão espetacular que

---

10) René Sedillot, *Le Coût de la Révolution Française,* p. 178

11) "As Corporações — escreve Albert Soboul — haviam aparecido no século XI, como as associações de Saint-Omer ou de Valenciennes; no começo, agrupamentos de caráter essencialmente religioso e social. As formas se precisaram pouco a pouco e os fins tornaram-se estritamente profissionais.

"O seu verdadeiro progresso data do século XIV, sua institucionalização coincide com o surto do mercantilismo; desde então o sistema apresenta uma real unidade até o fim do Ancien Régime. (...)

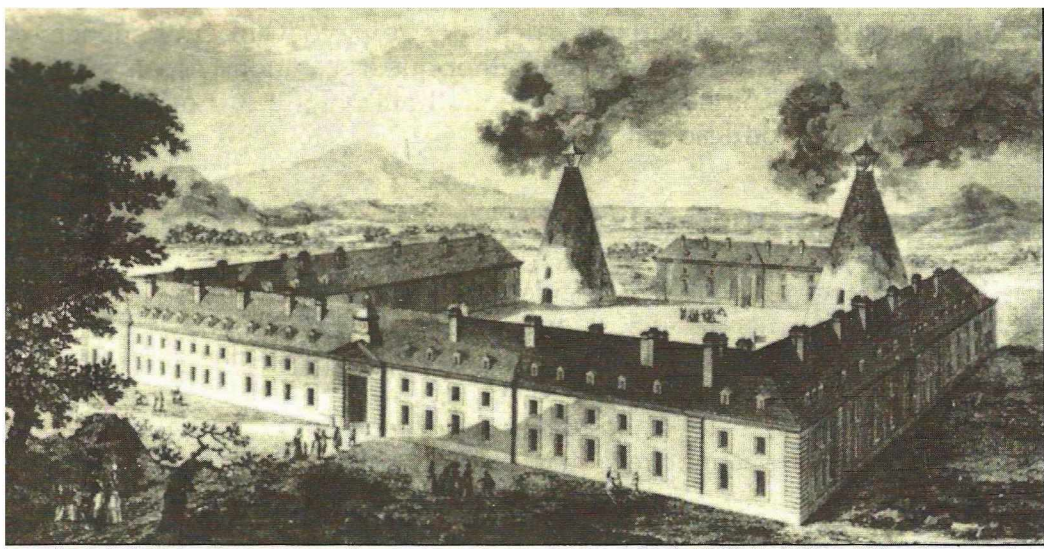
"A corporação se definia como uma associação de direito público ou semipúblico, que submetia seus membros a uma disciplina coletiva, para o exercício de sua profissão. (...)

"As condições da fabricação e de venda eram regulamentadas. O mesmo acontecia com os preços. Em virtude da idéia cristã do «justo preço», eles deviam ser calculados de modo a responder, tanto aos interesses do cliente, quanto aos do artesão; bastante baixo para o comprador, mas bastante alto para que o produtor se sentisse remunerado. (...)

"A partir do reinado de Henrique III, a realeza esforçou-se por estender e uniformizar a instituição. Colbert multiplicou as corporações, ao mesmo tempo que generalizou a legislação técnica da produção industrial: partidário de um estrito dirigismo, ele substituiu o poder das corporações pelo do Estado. Era o Estado que regulamentava, taxava e fixava as condições de fabricação e os preços. (...) No século XVIII numerosas corporações foram reunidas pela fiscalização real.

"Os partidários do liberalismo triunfaram quando, em janeiro de 1776, Turgot aboliu, por um edito real, os ofícios jurados, jurandas, mestres e corporações. Esta medida foi uma das causas de sua queda. Em agosto do mesmo amo, as corporações foram restabelecidas. (...)

"As corporações não podiam sobreviver à destruição do Ancien Régime; foram finalmente abolidas pela lei d'Allarde de 2 de março de 1791". (Albert Soboul, *La Civilisation et la Révolution Française, I, La Crise de L'Ancien Régime,* pp. 283 a 286)

12) Pierre Gaxotte, op. cit., p. 21. "No norte e na região do maciço central — informa Gaxotte — as explorações de carvão e as fábricas metalúrgicas (o Creusot data de 1781); em Lyon, a indústria de sedas; em Rouen e Mulhouse, o algodão; em Troyes, a indústria de malhas; em Castres, em Sedan, em Abbeville e em Elbeuf, a lã; na Lorena, o ferro e o sal; em Marselha, o sabão; em Paris, os curtumes, o mobiliário e os artigos de luxo. Já nessa altura se queixavam da escassez da mão-de-obra e da falta de combustível!" (Idem)

INDÚSTRIA DE CRISTAIS EM CREUSOT. *No final do Ancien Régime, a França era a maior potência industrial do continente europeu e a taxa de crescimento de sua indústria superava, em alguns setores, a da Inglaterra.*

ocorria na Inglaterra, crescia no final do Ancien Régime. A França era indiscutivelmente a maior potência industrial do continente europeu e, embora sua produção, em números absolutos, fosse insignificante em comparação com a produção inglesa, sua taxa de crescimento em alguns setores chegava a superar a da Inglaterra".[13]

No comércio, "jamais se assistira a tal exuberância, nem a semelhante enriquecimento"

No que diz respeito ao comércio, a prosperidade era geral e incontestável.

Michel Vovelle, professor da Universidade de Provence, reconhece que "o balanço é sem apelação: entre os anos vinte e as vésperas da Revolução, uma alta de 400 a 450% do comércio total exprime o progresso generalizado".[14] [15]

13) Simon Schama, op. cit., p. 170. "Por exemplo — assinala Schama — no setor da manufatura de algodão e no de mineração de carvão, a produção crescia à taxa de 3,8% ao ano. Só nas grandes minas de Anzin a produção aumentou 700% na segunda metade do século, e em Mulhouse o número de tecelagens de algodão cresceu 1800%. Também no setor da metalurgia o crescimento francês, no período de 1720 a 1790, foi da ordem de 500%, contra 100% da Inglaterra". (Idem)

14) Michel Vovelle, *La Chute de la Monarchie*, p. 59

UMA ESTRADA DA FRANÇA NO SÉCULO XVIII. *Quarenta mil quilômetros de antigos caminhos de terra foram, no final do Ancien Régime, transformados em estradas largas e retilíneas, calçadas e ladeadas por árvores e fossos.*

René Sedillot analisa este brilhante progresso comercial:

"Este aumento e este desabrochar das operações comerciais eram, em grande parte, devidos a uma melhora dos meios de transporte. (...) Um mundo fechado metamorfoseava-se em um mundo aberto. As riquezas circulavam numa verdadeira ebriedade de comunicações, facilitadas pelo progresso das técnicas.

"Antes de mais nada, a rede rodoviária tornou-se exemplar. Nunca, desde

15) "Na falta de estatísticas globais sobre o comércio interior — escreve René Sedillot —, a prosperidade das grandes feiras dá disso um testemunho. Em 1788, quer dizer, em um ano que Ernest Labrousse considera ruim no plano comercial, a feira de Beaucaire realizava uma cifra de 41 milhões de francos em negócios. Sua fama remontava à Idade Média, e sobre o eixo do Ródano ela continuava a ser, em cada mês de julho, o grande ponto de encontro dos mercadores de tecidos. Lyon era o primeiro mercado europeu da seda. Orléans e Rouen dominavam o mercado da lã. Mas as próprias feiras esqueciam-se alegremente de seus calendários, para comerciar em todas as estações e em todos os lugares". (René Sedillot, op. cit., p. 202)

os tempos de Roma, havia-se visto uma rede de tal amplitude e de tal qualidade. (...) Quarenta mil quilômetros de antigos caminhos de terra, ou de estradas já gastas, estavam consertadas, alargadas, calçadas, ladeadas por árvores e fossos, e assinaladas em cada légua com altos marcos de granito, com flores-de-lis, que indicavam as distâncias em relação ao marco zero — a praça de Notre-Dame. (...)

"Sobre estas vias perfeitamente transitáveis, foram colocadas em serviço novas diligências públicas. (...) De Paris, elas permitiam alcançar em um só dia Rouen, Amiens, Reims ou Orléans, em vez dos dois ou três que se gastavam anteriormente. (...)

"As vias fluviais foram melhoradas, de modo a facilitar os transportes pesados, os quais davam emprego a toda uma população bateleira. Abriam-se ou construíam-se os canais do Orne, do Escaut, da Picardie, da Bourgogne, do Centro, do Ródano ao Reno. A 24 de julho de 1784, em nome do Rei, o Príncipe de Condé colocou a primeira pedra da represa inicial de cada um dos três últimos: promessa de transportes simplificados, menos lentos e menos custosos.

"No comércio exterior, as cifras falam por si: de 50 milhões de libras no advento de Luís XV, as exportações passaram, nas vésperas da Revolução, a mais de 450 milhões. Em setenta anos, elas foram multiplicadas por nove. No mesmo período as importações passaram de 40 para 240 milhões: multiplicadas por seis. O comércio exterior da França, igual à metade do comércio inglês no tempo da Regência, o alcança em 1789. (...)

"Nunca se assistira a tal exuberância de atividade mercantil, nem semelhante enriquecimento".[16]

Progresso agrícola

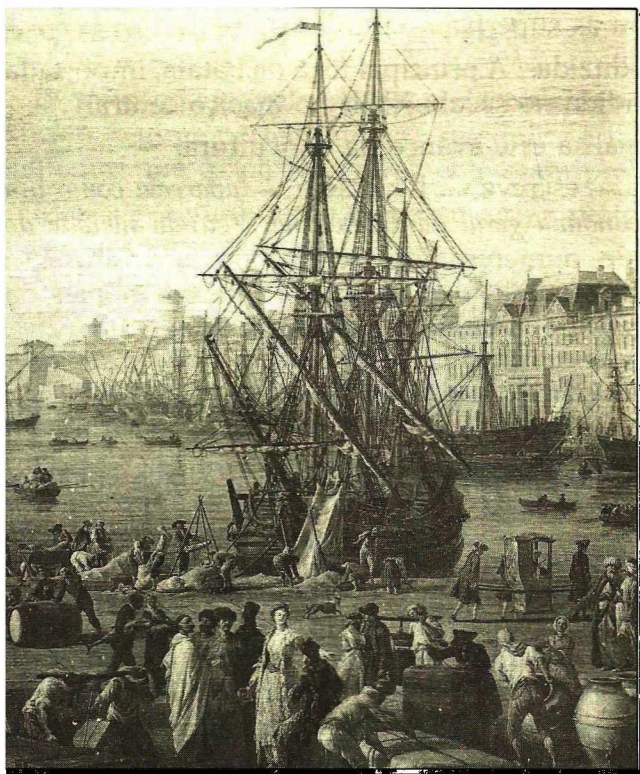
"A agricultura — escreve Florin Aftalion — representava aproximadamente 3/4 da produção nacional. Graças a vários fatores (preparação da terra, novas plantações, diminuição do número de feriados, melhora das técnicas, etc.), a produtividade do solo aumentava, mas em um ritmo

---

16) René Sedillot, op. cit., pp. 202 a 207. "Como convinha a um país desenvolvido — acrescenta René Sedillot — a França vendia mais produtos industrializados do que comprava, importava mais matérias-primas do que exportava, e mantinha um proveitoso tráfico, servindo de intermediária entre as colônias da América e o estrangeiro, como entre o Extremo-Oriente e a Europa. (...)

"Todo este tráfico era garantido por uma marinha poderosa e moderna, menos numerosa, certamente, que a marinha inglesa, mas com unidades de uma tonelagem três vezes superior. (...)

"Os portos apresentavam uma prosperidade arrogante. (...)

"Nas vésperas da Revolução, todos os portos da França batiam seus próprios recordes de tráfico e se inebriavam com seu crescimento. Não se conheceria mais, antes de muito tempo, uma semelhante alegria". (Idem)

VISTA DO PORTO DE MARSELHA. *Nas vésperas da Revolução, todos os portos franceses batiam seus próprios recordes de tráfico e se inebriavam com seu crescimento. O comércio da França, igual à metade do comércio inglês no tempo da Regência, o alcançou em 1789. Não se conheceria mais, antes de muito tempo, semelhante alegria.*

relativamente lento, apenas superior ao crescimento da população".[17]

Avaliando o paulatino progresso agrícola realizado, René Sedillot comenta que "o século XVIII aparecia como um século ousado, mesmo considerado no plano das técnicas rurais. As sociedades de agricultura se multiplicavam. (...)

"A criação melhorava por via de seleção. O rebanho progredia devido à importação de bovinos holandeses. Rambouillet acolhia as ovelhas de raça merino. A exemplo dos ingleses, criavam-se cavalos puro-sangue, e foi um cavalo normando de Lauzun que ganhou, diante da rainha, a primeira corrida de Sablons. Duas escolas veterinárias, ancestrais das do gênero, abriam suas portas. Em um vilarejo normando, Maria Harel inventava o queijo Camembert.

"O Estado encorajava o desmatamento para a agricultura, por meio de incentivos fiscais. Os camponeses cultivavam vinhas. Certas terras comunais, tornando-se propriedades privadas, passaram a ser cultivadas. Certos pântanos iam sendo secados. (...) Todas estas iniciativas aumentavam

---

17) Florin Aftalion, op. cit., p. 50

moderadamente, ou protegiam as superfícies cultivadas.

"Culturas novas eram introduzidas. A principal foi a da batata, importada da América, e já muito expandida no século XVIII no maciço central".[18]

Funck-Brentano também analisa este avanço da agricultura:

"*O progresso da agricultura* — escreve G. Levasseur — *aparecia como um dos traços característicos da economia geral da França na segunda metade do século XVIII.* Os trabalhos de numerosas sociedades de agricultura, o exemplo de grandes agrônomos, entre os quais viam-se brilhar nomes da mais alta Nobreza, os incentivos do governo, produziram seus frutos".[19]

* * *

Evidentemente, este quadro de prosperidade econômica estava sujeito a certas crises esporádicas.

"A expansão econômica — escreve Florin Aftalion —, como aliás a expansão demográfica que a acompanhava e, em certa medida, sem dúvida a provocava, não acontecia de modo regular. Ela sofria flutuações irregulares, que se transformavam, às vezes, em crises extremamente brutais e dolorosas. (...)

"A origem das crises de subsistência era sobretudo climática. A agricultura, lembremos, que era responsável por quase 75% da produção nacional, utilizava ainda técnicas muito rudimentares. A abundância das colheitas dependia em larga medida dos caprichos da temperatura e das chuvas, sem que os camponeses pudessem se proteger contra a adversidade das estações.

"[Isso trazia como conseqüência que] uma diminuição da produção agrícola, no decurso de um mau ano reduzia então consideravelmente os excedentes vendidos e o abastecimento das cidades".[20]

---

18) René Sedillot, op. cit., pp. 155 e 156

19) Frantz Funck-Brentano, op. cit., pp. 249 e 250. "Usava-se ainda o antigo descanso trienal — informa Funck-Brentano —, a terra permanecia inculta um ano em cada três. *Variai as culturas, diziam as sociedades agrícolas, cobri vossos campos que descansam, com trevos, vários tipos de ervilhas, favas, nabos, cenouras, milho...* o conselho foi seguido.

"Os intendentes forneciam aos camponeses grãos para a semeadura; eles organizavam comitês de cultivadores, que se reuniam todas as semanas em casa dos subdelegados, para combinarem as melhores medidas a tomar. Eram concedidas medalhas aos agricultores mais meritórios. A extensão dada aos pastos artificiais permitiu utilizar terrenos ruins, com maior proveito para o gado. Rapidamente a abundância cresceu.

"Um pároco do Maine escrevia em 1783: *As criadas de hoje estão mais bem vestidas que as moças de família de há vinte anos*". (Idem)

20) Florin Aftalion, op. cit., p. 56

A quem pertencia a terra?

O mito criado pela propaganda revolucionária é de que as terras no Ancien Régime pertenciam, em sua quase totalidade, à Nobreza e ao Clero, enquanto que os plebeus raramente eram proprietários.

Mas a realidade indica que as terras pertenciam em larga medida aos burgueses e camponeses.

"Na França — assegura Tocqueville — o camponês não somente havia cessado de ser servo: ele se tinha tornado proprietário rural. (...) Pelo menos vinte anos antes da Revolução, encontram-se sociedades de agricultura que já lamentam que o solo se retalhava, (...) que havia na França uma quantidade imensa de pequenas propriedades rurais".[21]

Dados seguros da historiografia moderna, informa Florin Aftalion, indicam que "os camponeses (...) possuíam quase 40% das terras (contando 5% dos bens comunais). O restante do solo pertencia à Nobreza (25%), ao Clero (10%) e à parte mais rica da burguesia (25%)".[22]

Da mesma forma, René Sedillot constata: "Os nobres não eram mais proprietários senão de um quinto (avaliação de Albert Soboul), com grandes variações regionais. (...) As propriedades nobres cobriam, em média, 150 hectares (avaliação de Ernest Labrousse). (...)

"A parte do Clero era menor. Parecia ser importante sobretudo no Norte. (...) Média provável: 6 a 10% — 6%, se acreditarmos em George Lefèvre.

"Todo o restante, que representava bem mais do que a metade das terras, era propriedade burguesa ou camponesa. (...) As propriedades cultivadas por seus proprietários vinham aumentando em número, ao longo de todo o século".[23]

Assim, é forçoso concluir com Gaxotte: "A maior parte das vezes os camponeses eram também proprietários. (...) Na véspera da Revolução, metade do solo, pelo menos, lhes pertencia. E, da parte que cabia ao Clero, aos nobres e aos burgueses, tinham de ser deduzidas muitas terras improdutivas: bosques, terrenos de caça, parques e domínios de recreio".[24]

---

21) Alexis de Tocqueville, op. cit., pp. 100 a 102. "É pois seguir um erro corrente — acrescenta Tocqueville — o crer que a divisão da propriedade rural na França data da Revolução. A Revolução, é verdade, vendeu todas as terras do Clero e uma grande parte das dos nobres. Mas, se quisermos consultar as atas de sessão destas vendas, como algumas vezes tive a paciência de fazê-lo, se verá que a maioria destas terras foram compradas por gente que já possuía outras. De modo que, se a propriedade trocou de mãos, o número de proprietários aumentou bem menos do que se imagina. Já havia na França uma «imensidade deles», segundo a expressão ambiciosa mas justa, desta vez, de Necker". (Idem)

22) Florin Aftalion, op. cit., p. 51

23) René Sedillot, op. cit., p. 153

24) Pierre Gaxotte, op. cit., p. 27

Nos lábios de viajantes estrangeiros, a exaltação da prosperidade francesa.

Charles Kunstler, do Instituto de França, comenta:

"As cartas, as descrições de viajantes franceses e estrangeiros que visitaram o Reino de Luís XVI, os diários e as memórias que nos deixaram os contemporâneos de Besenval e de Mercier, confirmam suas afirmações. Todos, ou quase todos, concordam em exaltar a prosperidade da França e a felicidade de seus habitantes". (Charles Kunstler, *La Vie Quotidienne sous Louis XVI*, p. 10)

Testemunho característico da abundância e prosperidade do Ancien Régime francês é o relato do Dr. Rigby, sobre sua viagem pela França no verão de 1789 — notemos bem —, na mesma ocasião da queda da Bastilha, época que a propaganda revolucionária costuma pintar como de uma miséria particularmente atroz, que teria sido a causadora imediata da Revolução Francesa.

"Viagem rápida — prossegue Charles Kunstler — contudo cheia de ensinamentos para um observador atento e imparcial, que queria formar uma opinião pessoal sobre a França e os países vizinhos.

"Psicólogo, economista, agrônomo, dotado de vasta inteligência e de um feitio natural generoso, o Dr. Rigby era amante da justiça e da liberdade. «Whig» e progressista, ele não admitia nenhuma soberania que não fosse a do povo. (...)

"Contrariamente ao que se lhes havia dito na Inglaterra, nossos viajantes encontraram as estradas da França tão boas quanto as de seu país. Aquela que eles seguiram estava plantada de salgueiros, olmos e álamos. Um único aborrecimento: esta estrada corria sempre reta, de tal maneira que, ao sair de uma aldeia, percebia-se já o sino da seguinte. Mas, nos dois lados deste caminho, um tanto monótono, não se viam senão campos (...) de favas e de aveia, com uma altura extraordinária, quadras luzidias de tabaco, retângulos de linho e de «pastel». (...)

"Os camponeses, todos bem vestidos, eram fortes e pareciam felizes. Nada dava idéia de indigência. Desde o amanhecer, todos trabalhavam. De vez em quando, o doutor Rigby e seus companheiros viam passar camponeses robustos e bem nutridos. (...)

"Estou maravilhado com a grandeza deste Reino. Seus habitantes são tão industriosos, e seu clima tão doce, que minha admiração não cessa de crescer... Acabamos de percorrer 4 a 5 mil milhas na França, e foi com dificuldade que encontramos um hectare de terra inculta. As únicas exceções foram um parque e uma floresta, pertencentes um ao Rei de França, e outra ao príncipe de Condé. Por toda parte, quase cada polegada de terreno está trabalhada ou arada; neste momento, eles parecem esmagados sob o peso das colheitas. (...)

"Ao longo de todo o caminho, o doutor Rigby e seus companheiros não cessavam de exclamar: *Que país! Que solo fértil! Que povo engenhoso! Que delicioso clima!*" (Charles Kunstler, op. cit., pp. 13 a 18)

Os hábitos alimentares no Ancien Régime

Para corroborar os dados econômicos apresentados neste capítulo, que demonstram a inconsistência do "mito da fome", é oportuno citar alguns trechos de Lenôtre sobre a maneira como os franceses de então se alimentavam:

"Como se comia na França, no século XVIII! Desde a mesa de Versailles, onde o Rei se sentava quase sempre só, até aquela em torno da qual se apinhava toda uma família de artesãos, bisavós, avós, pai, mãe, tios, tias, primos, criançada, o que se comia era inverossímil.

Para um dia de abstinência

"Não se estava mais, certamente, no tempo em que se empanturrava com qualquer coisa, em quantidades formidáveis, sem ordem, sem escolha, sem método, como por exemplo neste jantar magro, servido um dia de quaresma, em casa do Arcebispo de Paris: apareciam sobre a mesa quatro grandes salmões frescos, dez rodovalhos, doze lagostas, cinqüenta libras de baleia, duzentas tripas de bacalhau, uma cesta de mariscos, nove «aloses» frescos, dezoito trutas de meio metro cada uma, dezessete solhas, sessenta e duas carpas, dezoito lampréias, duzentos grandes caranguejos, duzentos arenques claros, duzentos arenques escuros, vinte e quatro salmões salgados, dezoito barbados, três cestas de eperlanos e seiscentas rãs.

"Suponho que Monsenhor não estivesse só, e tivesse convidado alguns Cônegos para fazerem abstinência com ele; não importa, depois das tripas de bacalhau e dos duzentos arenques escuros, um francês de hoje se daria por vencido.

A sábia ordenação: dos "hors-d'œuvre" aos "entremets"...

"No século XVIII procedia-se com mais medida, e uma sábia ordenação presidia a seqüência de uma refeição: sabia-se distinguir uma entrada de um assado, e, se o menu começava pelos *hors-d'œuvre,* terminava pelos *entremets.*

"Estes *hors-d'œuvre* e *entremets* não eram o que pensamos. O primeiro destes termos desperta hoje a perspectiva de três ou quatro azeitonas ou um pouco de manteiga, o segundo evoca algum suspiro, um creme leve... Atenção: os *hors-d'œuvre* de nossos pais — e não é preciso ser centenário para lembrar-se — consistiam em chouriços, salsichas, costeletas e lingüiças. Como *entremets,* admitia-se presuntos deitando gordura sobre a faca, patês mergulhados em molhos com a consistência do betume em ebulição, ou cabeças de porcos estufadas, servidas com caldo de cebolas, alhos e louros. Entre este prefácio e este epílogo... jantava-se.

Um cardápio real

"Seria fácil terrificar os incrédulos, reproduzindo aqui um cardápio de Luís XVI, em uma refeição do Petit Trianon. Cardápio que contava com quase 20 páginas repletas, compreendendo de setecentos a oitocentos pratos. O argumento pecaria precisamente por sua enormidade: é evidente que, nestas refeições de Corte, os convidados não tocavam a não ser em certos pratos, preparados especialmente para eles; o que sobrava passava para a criadagem. Sabia-se que Versailles inteira vivia do opulento serviço do castelo.

"Sem irmos tão longe, podemos citar exemplos menos suspeitos, e, portanto, mais convincentes.

As refeições "sóbrias"

"M. de Védel convidou, em 1760, Mme. de Saint-Vincent a jantar num restaurante: dois lugares apenas. Os dois convivas tinham ido lá, muito mais para conversar do que para banquetear-se. Eis o cardápio desta refeição: Sopa de caranguejo, marreco *à la provençale*, ovas de carpas, pequenos pombos inocentes, enguias com molho picante, cabeça de salmão, um rodovalho, uma galinha de Caux, trufas ao champagne, aspargos, alcachofras e maçãs *à la Charlotte*...

"O cavaleiro de Eon, conhecido por sua sobriedade e por comer pouco, contentando-se com quase nada, jantava sozinho: pediu um melão, um ensopado de enguias, uma carpa, dois frangos, um pedaço de vitela *à l'oseille*, um guisado de 4 pombos, um coelho *à la poulette*, um lombo de vaca, uma torta de amêndoas, vagens, peras, pêssegos, nozes escaldadas. (...)

"Uma tal abundância era tão normal nos hábitos da época, e de tal modo considerada indispensável, que ao próprio cavaleiro d'Eon, preso em Dijon em 1779, a administração da prisão lhe servia cada dia: guisado e ensopado, truta ou salmão, caranguejo, frango ou galinholas, legumes, aspargos, café, aguardente e uma ou duas garrafas de vinho Clos-Vougeot.

A incrível fartura nos albergues

"Eram, portanto, apetites deste gênero que as cozinhas de albergue deviam satisfazer. Com o agravante de que, em viagem, é-se mais exigente do que na própria casa; o cavalo, a caminhada ou a carruagem abrem o apetite. É uma verdadeira tradição comer bem quando se está em viagem.

"É preciso levar em consideração que, naquele tempo, um burguês da França consumia regularmente, por dia, de dois a dois quilos e meio de carne e quatro garrafas de vinho. Pode-se imaginar que ele não fizesse abstinência, ao passar por uma hospedaria.

"É por isso que nos albergues, de uma ponta a outra do ano, sem intervalos, acionados por grandes cachorros atrelados e sempre em movimento, giravam numa chaminé profunda três ou quatro andares de espetos guarnecidos com pernis, frangos e gansos transudando gordura, pernis de carneiros gordos e pedaços de carnes, continuamente aspergidos com molho por meninos encarapitados. É por isso que, borbulhando no fogo, em panelas gigantescas, cozinhavam-se ensopados untuosos e se assavam sobre brasas espetos de perdizes, codornizes, galinholas e verdelhas.

"Certas pessoas julgarão cruel lembrar, no atual período de restrições, estas épocas afortunadas.

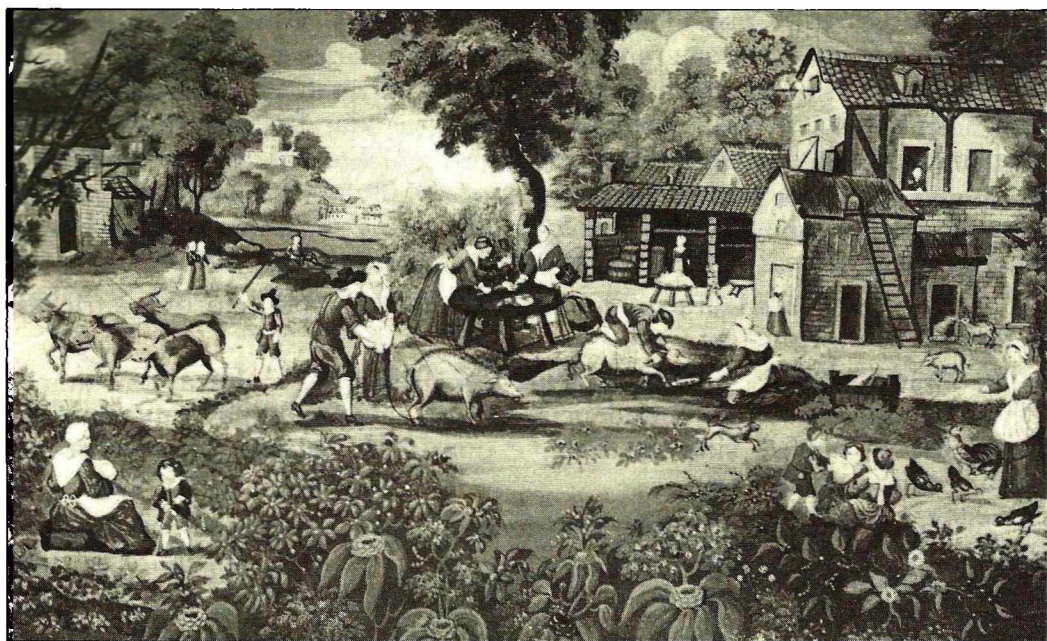
"Contudo, não é sem interesse para a história econômica constatar a extraordinária e habitual abundância, na qual vivia a antiga França: nossos compatriotas não se surpreendiam, e quase não falavam disso, mas os estrangeiros se extasiavam.

"Sir John Carr passou em Nantes às 8 horas da manhã, parou num albergue e pediu o café: a mesa estava posta, e sobre o fogareiro portátil estavam colocados a sopa, um pedaço de carne, uma ave... Não sem dificuldade, o inglês deixou entender que não se alimentava deste modo, e que um pouco de café e um pão ser-lhe-iam suficientes. Enquanto ele discutia com o hoteleiro consternado, seus companheiros de diligência, todos franceses, estavam alegremente instalados, guardanapo no pescoço, e comiam valentemente os pratos substanciosos que se lhes apresentavam. *Que povo feliz!* — escreve John Carr — *Sempre pronto, a qualquer hora. Ele não tem nem idéia do que possa incomodá-lo...*

"Locatelli não tinha falado dos viajantes que, *por habituar-se às privações ou por economia, se contentavam de manhã com presunto, carne salgada e ovos?* O que comeriam então os que não olhassem para a despesa?

"É verdade que os cafés dos albergues eram muito apetecíveis: por toda parte, na França, se encontrava excelente leite, manteiga fresca, um verdadeiro encanto. Por toda parte o hoteleiro se engenhava e se requintava em algum prato inimitável: ensopado de ovos de carpa com cogumelos, trufas, pistaches e alcaparras, ou bolo de patas de caranguejos com manteiga. Cada província, cada cidade, cada aldeia, tinha sua especialidade, cujos segredos eram transmitidos cuidadosamente pelas donas de casa locais.

As especialidades regionais

"Como a reputação destas boas coisas não era «industrializada», só se podia degustar estas delícias em sua origem: patês de Chartres ou de Toulouse, pastéis de Commercy, salsichões de Lyon ou de Arles, ensopados variados, *bouillabaisses* legendárias, maçapães de Nancy, chouriços de Vire, de Troyes ou de Cambrai, línguas de Valenciennes, *pieds croquants* de Sainte-Menehould, torresmos de Tours... Foi através dos albergues que se

UMA GRANJA NO OUTONO. *Segundo Lenôtre, "a produtividade de cada recanto da França bastava copiosamente para as necessidades de seus regionais e para as fantasias dos estrangeiros de passagem".*

estabeleceu a fama européia, que contribuiu, mais do que se possa imaginar, para o prestígio de nosso país.

"No relato de viagem de Mme. Cradock, documento precioso no tocante a estas matérias, a cada parágrafo encontramos estas palavras: *excelente jantar, vinho delicioso.* A dama registra com enternecimento certo albergue, onde lhe foram servidas verdelhas. Ela percebeu na cozinha uma montanha delas.

"Em Toulouse, um dia de festa, ela contou 17 pratos no almoço do albergue, e espantou-se de que um vizinho de mesa — um francês — não deixasse passar um só deles. (...) No albergue de Bessay, a adega era tão rica em vinhos ótimos, e a grelha tão opulentamente guarnecida de aves e de caças de toda espécie, que houve entre os viajantes da carruagem uma verdadeira sublevação, quando os condutores pretenderam, certa vez, parar em outro lugar.

Como os albergues se abasteciam

"Como faziam os hoteleiros desses velhos tempos, para aprovisionar-se, com tanto cuidado e profusão, de mantimentos tão solicitados? Em que mercado eles se abasteciam? Eh! Eles os tinham sob suas próprias mãos, e não havia necessidade de recorrer a intermediários onerosos ou a atravessadores avarentos.

"Toda casa de albergue possuía seu curral, seu chiqueiro, seu galinheiro. Toda dona de casa era leiteira e batia sua manteiga, a qual, destinada a ser consumida no mesmo dia, não exigia nem lavagem, nem mistura de nenhuma espécie.

"O riacho, o rio, a torrente ou a represa vizinha forneciam as solhas, trutas, carpas, enguias e caranguejos. A caça pululava em todas as regiões da França, e não era apanágio dos «prazeres senhoriais». Do contrário não se poderia explicar a abundância existente na mesa dos menores hoteleiros.

"A produção de cada recanto da França bastava copiosamente para as necessidades de seus regionais e para as fantasias dos estrangeiros de passagem".[25]

---

25) G. Lenôtre, *Gens de la Vieille France*, pp. 251 a 260

CAPÍTULO 2

IMPOSTOS E PRIVILÉGIOS

No Ancien Régime, a França era um dos países onde se pagava menos impostos. Além disso, os privilégios fiscais não eram exclusivos do Clero e da Nobreza, mas estavam repartidos por todas as classes sociais, e variavam muito de acordo com as diversas cidades e regiões do país.

A evolução histórica dos impostos

"Do ponto de vista moderno — escreve Gail Bossenga, da Universidade de Kansas — o imposto pode ser definido como uma contribuição obrigatória e permanente, cobrada sobre a fortuna privada, para financiar os serviços públicos.

"No Ancien Régime, contudo, o aspecto público, permanente e obrigatório do imposto, ainda estava por ser definido. Foi apenas durante a Revolução que esta definição do imposto, como também a do aparelho institucional necessário para seu funcionamento, desenvolveu-se de forma completa.

"Seguindo a tradição medieval, o monarca não tinha nenhum direito permanente de taxar seus súditos. Os impostos eram considerados como expedientes temporários e excepcionais, levantados nas situações críticas, em geral para a guerra.

"Em tempo de paz, supunha-se que o Rei deveria *viver do que era seu*, quer dizer, subvencionar ele próprio as suas necessidades, a partir dos direitos feudais e senhoriais, e com outras rendas «ordinárias» provenientes dos domínios reais. Se precisasse de rendas suplementares, era-lhe, às vezes, possível receber doações e subsídios voluntários, negociando com seus vassalos ou suas cidades.

"Durante as guerras endêmicas dos séculos XV e XVI, a idéia de que o Rei tinha o direito de levantar um número limitado de taxas permanentes começou a ser geralmente bem acolhida".[1]

Com os progressos do absolutismo real, os impostos permanentes foram se estabelecendo, mas geralmente respeitando os privilégios e isenções fiscais das diferentes ordens, províncias e corpos do Reino.

No último século do Ancien Régime, comenta o professor em Paris-Sorbonne e membro do Instituto de França, Pierre Chaunu, "o imposto, na França, ao contrário do que acontecia no resto da Europa, não acompanhava o crescimento da população, das riquezas e das necessidades. (...) A França se tornou — o que foi malsão — um paraíso fiscal".[2]

Uma sociedade toda feita de privilegiados

Quanto à distribuição dos impostos na sociedade e quanto à sua isenção pelos privilegiados, é preciso levar em consideração — analisa Pierre Goubert, professor na Faculdade de Letras de Paris-Nanterre e diretor de estudos da Escola Prática de Altos Estudos — que "uma das características do Ancien Régime era justamente que quase todo mundo detinha privilégios. (...)

"Nunca se repetirá bastante que o Ancien Régime foi o mundo das «leis privadas» (*leges privatae*, privilégios), que se afirmavam sempre diante da lei geral".[3]

François Hincker por sua vez comenta que "no Ancien Régime a regra de toda instituição era a exceção. Os privilégios (sociais, geográficos...) e o prestígio do costume (em virtude do qual não se destruía quase nunca as instituições anteriores, mas se lhes justapunham as novas) eram seu fundamento. (...)

"O imposto real não era tido como ordinário, como normal. Para o francês do Ancien Régime era o privilégio que era considerado natural. (...)

"Naquele tempo, todo mundo queria ser mais ou menos privilegiado. Até mesmo o camponês de Bretanha o era quanto à *gabelle*, em relação ao do Anjou, sendo que este último o era quanto à *taille*, em relação ao da Bretanha. É forçoso constatar que, até o século XVIII, não houve revoltas contra os privilégios fiscais, mas sim contra o fisco".[4]

Os impostos diretos

Florin Aftalion analisa os diversos tipos de impostos existentes no Ancien Régime:

1) Gail Bossenga, *Dictionnaire Critique de la Révolution Française*, p. 586
2) Pierre Chaunu, *Le Grand Déclassement*, p. 82
3) Pierre Goubert, *L'Ancien Régime 1: La Société*, p. 132
4) François Hincker, *Les Français devant l'impôt sous l'Ancien Régime*, pp. 12 e 25

"É possível fazer, para a época que nos interessa, a distinção, corrente hoje em dia, entre impostos diretos e impostos indiretos. Entre os primeiros,(...) o mais antigo era a *taille*.[5]

Em sua origem ela tinha sido estabelecida para financiar as guerras e, naturalmente, não pesava senão sobre a população não combatente, ou seja, plebeus, como uma espécie de remissão de recrutamento".[6]

Além da *taille*, havia outros impostos, dos quais a nobreza não estava isenta.

"Às vésperas da Revolução — acrescenta Aftalion — [a nobreza] devia, em teoria, pagar a *capitation* (datando de 1695) e o *vingtième* (introduzido pela primeira vez em 1749; um segundo *vingtième* deveria ser em seguida agregado ao primeiro). Estes dois impostos eram, em princípio, estabelecidos sobre as possibilidades reais dos contribuintes".[7]

"No século XVIII — escreve G. Bossenga — o governo reduziu pouco a pouco, ou tentou reduzir, os privilégios do sistema impositivo no plano jurídico. (...)

"Pode-se discutir o sucesso do programa de uniformização de impostos proposto pela monarquia. Muitas vezes assinalou-se que, em certas regiões, a *capitation* tornou-se um suplemento da *taille*, e que o favoritismo e as boas relações permitiam que certos membros da elite deixassem de pagar

---

5) "A *taille*— explica Aftalion — não se cobrava da mesma maneira em todo o Reino. Nas regiões ditas de *taille* pessoal, era estabelecida sobre o conjunto das possibilidades presumidas dos contribuintes.

"Cada ano, o Conselho de Estado determinava, segundo as necessidades do momento, o montante total a ser coletado por meio deste imposto, e o repartia entre os intendentes do Reino. Estes determinavam em seguida, às diversas paróquias, uma soma a pagar, tanto mais elevada quanto a cobrança correspondente se tivesse revelado fácil no passado.

"Por sua vez, as paróquias nomeavam um coletor, encarregado de constituir os cargos e de receber o imposto. Sua tarefa não era nem um pouco invejável. Ele se beneficiava de uma redução de sua quota, mas corria o risco de arruinar-se, se não obtivesse o montante que lhe estava designado. Não conhecendo as rendas reais, nem as capacidades de cada contribuinte, ele só podia se fiar nas aparências. Em conseqüência, era do interesse dos *taillables* aparentar pobreza. (...)

"Um tal sistema engendrava necessariamente uma arbitraridade considerável na repartição da *taille* pessoal, acrescida muitas vezes pelas simpatias e pelas inimizades do coletor.

"O imposto parecia mais justo nas regiões de *taille* real, onde era, em princípio, estabelecido sobre o valor dos bens plebeus, qualquer que fosse seu possuidor. Mas como este valor se determinava de acordo com as declarações dos contribuintes e por cadastros antigos e muito inexatos, também se manifestavam grandes disparidades nas regiões de *taille* real.

"As contribuições da nobreza, em particular, eram bem inferiores às que deveriam ser. (...) Mas os próprios plebeus suportavam muito desigualmente este imposto, pelo sistema de coleta, mas também porque existiam entre eles numerosos privilégios. Os burgueses podiam, em certos casos, beneficiar-se de situações próximas às dos nobres". (Florin Aftalion, *L'Economie de la Révolution Française*, pp. 24 e 25)

6) Florin Aftalion, op. cit., pp. 24 e 25

7) Florin Aftalion, op. cit., p. 26

Uma defesa contra os impostos: a pobreza aparente

"Infeliz do contribuinte que fosse exato e sincero! — comenta Gaxotte — era sobre ele que caía todo o peso. Tendo de receber uma importância que fora prévia e globalmente determinada, desejosos de se verem livres o mais depressa possível da sua espinhosa missão, e encantados por encontrarem um ingênuo de boa fé — um lorpa, como se diria hoje — os distribuidores do imposto apressavam-se a dobrar-lhe ou triplicar-lhe a sua quota-parte, aliviando assim aqueles que lhes podiam criar dificuldades: os manhosos que souberam dissimular os seus rendimentos, os de cabeça dura que gozavam da reputação de se não deixarem lograr, e os chicaneiros endurecidos que não receavam complicações nem «histórias».

"É um dogma, profundamente radicado nos espíritos populares, que o único meio de não pagar pelos outros, a única forma de não ser esmagado por avaliações injustas, é restringir as despesas, mostrar-se sem recursos e aparentar exteriormente a mais completa penúria. (...)

"Esta era exatamente a situação do camponês do Ancien Régime: uma grande afetação de miséria e, por trás deste manto de farrapos, uma vida calma, quase sempre sem dificuldades, e algumas vezes abastada". (Pierre Gaxotte, *A Revolução Francesa*, pp. 26 e 27)

a parte que lhes era devida no imposto sobre a renda. Mesmo se práticas deste gênero privassem o tesouro real de rendimentos, não se pode equiparar o fato de se acomodar para não pagar um imposto como o *vingtième,* com o ser legalmente dispensado de pagá-lo.

"O programa de governo para tributar os grupos privilegiados levava estes últimos, por sua vez, a exigir uma participação no governo; exigência que a monarquia não estava absolutamente disposta a considerar.

"As lutas constitucionais provocadas pelos impostos diretos levaram a monarquia a recorrer maciçamente aos indiretos".[8]

Os impostos indiretos

François Hincker eslarece: "Contrariamente a uma crença difundida, não havia impostos indiretos generalizados, semelhantes, se quisermos, ao T.V.A. de hoje;[9] o que parece uma grande vantagem da França do Ancien Régime sobre a França contemporânea, onde todos os produtos são taxados".[10]

"Entre os inumeráveis impostos indiretos — escreve Aftalion — o mais pesado era a célebre gabela. (...) Tratava-se de um imposto sobre o sal, produto de que na época se fazia um intenso uso, pois servia para a conservação de numerosos alimentos".[11]

"[A gabela] não era o único imposto sobre o consumo de produtos de uso corrente. De modo geral as «ajudas» eram recolhidas por ocasião da marcação obrigatória de diversos produtos, como os couros, os ferros, o ouro e a prata. (...) Entretanto, as «ajudas» impostas sobre as bebidas, especialmente pesadas, eram particularmente mal suportadas.

"[Além disso] diversas taxas entravavam o comércio e a livre circulação das mercadorias. Os *traîtes,* verdadeiros direitos de alfândega, eram exercidos não só nas fronteiras do Reino, mas também em numerosos locais do

---

8) Gail Bossenga, op. cit., p. 589

9) Imposto correspondente ao ICMS brasileiro.

10) François Hincker, op. cit., p. 24

11) "Sua taxa — continua Aftalion — variava consideravelmente, segundo as regiões. Distinguia-se as regiões de «grande gabela», (...) as de «pequena gabela», as redimidas (que tinham feito no passado um pagamento indenizador) e as regiões inteiramente isentas. Como para os outros impostos da época, qualquer questionamento do *status quo* poderia levar os beneficiários de uma condição favorável a se revoltar, caso sentissem seus privilégios ameaçados.

"Para garantir à gabela um bom rendimento, as autoridades deviam impedir que os camponeses conseguissem livremente um produto do qual tinham uma necessidade premente. Por isso o sal, com freqüência, só era vendido nos armazéns da gabela, aonde era preciso ir, percorrendo, muitas vezes, longas distâncias. Ademais, para lutar contra o contrabando generalizado, as autoridades estabeleceram que a população deveria comprar, obrigatoriamente, quantidades mínimas (6 quilos por ano e por família, nas regiões de grande gabela: o «sal do dever»". (Florin Aftalion, op. cit., pp. 27 e 28)

interior[12] (onde, em outras épocas, havia fronteiras)".[13]

A suavidade dos impostos

"É difícil determinar — escreve Bossenga — em que medida as classes inferiores eram premidas pelo imposto, pois se ignora o peso exato da fiscalização real na época da Revolução. (...)

"De 1725 a 1789, as rendas da monarquia provenientes dos impostos aumentaram de 260%, passando de 180 a 472 milhões, mas se levarmos em consideração o crescimento da população, dos preços e da produção, parece que não houve aumento verdadeiramente significativo no peso do imposto oficial antes da Revolução".[14]

"Na segunda metade do século XVIII — comenta Pierre Chaunu — cada inglês pagava o dobro de cada francês".[15]

Assim, Bossenga conclui que, "segundo estas estatísticas, a crise do Ancien Régime proveio não de um excesso, mas de uma insuficiência de impostos".[16]

Apesar do claudicante da comparação, é extremamente interessante a aproximação que François Hincker faz entre a carga fiscal na França do Ancien Régime e na França contemporânea.

"Utilizaremos uma comparação artificial, mas com a vantagem de ser expressiva.

"Os 25 milhões de habitantes com que contava provavelmente a França, deviam pagar 470 milhões de impostos por ano; ou seja, cada um, entre 18 e 19 libras. Nessa época, o salário diário de um pedreiro em Paris se situava em pouco menos de uma libra. Assim, o assalariado médio trabalhava um pouco mais de 7 dias para pagar *tailles, capitation* e *vingtièmes*, um pouco mais de dois para pagar a gabela, e um pouco mais de nove para

---

12) "A disparidade existente nas regiões — pondera Bossenga — existia também no estabelecimento das alfândegas. (...) Nas Províncias que faziam parte da região alfandegária conhecida pelo nome de «As Cinco Grandes Fazendas», a circulação das mercadorias não era praticamente submetida a nenhuma taxa, enquanto que as relações comerciais nas Províncias situadas fora destas regiões eram regidas por mais de duas dúzias de tarifas.

"Lá também, os nobres, as pessoas que possuíam algum cargo, os burgueses das cidades privilegiadas, gozavam geralmente da franquia, ao menos parcial, do imposto sobre o sal, a *régie* e as bebidas acoólicas.

"Assim, diferenciações locais, arranjos administrativos, privilégios urbanos, cargos oficiais, pertencença à nobreza ou ao Clero, eram todos fatores importantes, para ser legalmente isento de impostos". (Gail Bossenga, op. cit., pp. 588 e 599)

13) Florin Aftalion, op. cit., pp. 27 e 28

14) Gail Bossenga, op. cit., pp. 587 e 588

15) Pierre Chaunu, op. cit., p. 83

16) Gail Bossenga, op. cit., p. 588

Um exemplo de diversidade regional dos impostos

Outro exemplo dessa enorme escala de privilégios, repartidos por todas as classes sociais, e das inúmeras diversidades regionais, era a "corvéia", introduzida no século XVIII.

"No princípio do século XVIII — escreve Gaxotte — alguns administradores de Províncias fronteiriças, empenhados em apressar a reparação dos caminhos em péssimo estado, mobilizaram os camponeses que moravam nas proximidades das estradas e obrigaram-nos a trabalhar. Como os resultados fossem satisfatórios, este sistema das corvéias foi pouco a pouco se espalhando.

"Em 1731, o inspector geral Orry convidou os seus subordinados a generalizarem tal sistema, e propôs um modelo de regulamento. É claro que não se podia impor a prestação de tais serviços aos nobres e aos eclesiásticos. As cidades, que já eram obrigadas a olhar pelas suas ruas e praças, estavam também naturalmente isentas e, dos seus habitantes, só pagariam aqueles que possuíssem quintas ou casas de campo.

"Seriam ainda isentos os oficiais de justiça, os empregados de finanças, os guardas de transportes e, de uma maneira geral, todos os indivíduos que era preciso conservar e manter nos seus lugares, porque contribuíam para a prosperidade da sua Província. O intendente de Champanha, por exemplo, isentou os operários que se ocupavam na fabricação de armas, os fundidores e afinadores de metais. Em Poitou, os isentos foram os papeleiros. Aqui, a corvéia é exigida com severidade; acolá, com doçura. E terras há em que a má vontade é tal, que não é possível pô-la em vigor.

"Fica, pois, a decisão ministerial bem emendada. Mas ainda não é tudo. O Languedoc, que tem já há muito os seus orçamentos de pontes e calçadas, não lhe liga importância alguma. Na circunscrição de Paris, para onde convergem as grandes vias, as estradas são conservadas à força de dinheiro, e a corvéia está reduzida ao transporte das pedras e dos paralelepípedos. Na Província, dois ou três intendentes pensam melhorar-lhe o rendimento, atenuando-lhe o encargo, e, de acordo com as paróquias, transformam-na numa contribuição pecuniária, repartida pelo conjunto da sua circunscrição.

"Orceau de Fontette imagina um sistema para a sua: a de Caen, que é rica. Turgot aplica uma outra: do Limousin, que é pobre. Nomeado ministro, tenta impor à França inteira uma lei análoga, mas a sua tentativa de uniformidade é mal sucedida e volta-se aos regulamentos parciais, mais numerosos que nunca, adaptados aos recursos de cada região e ao caráter dos seus habitantes.

"Quarenta anos depois da sua generalização, a corvéia está irreconhecível. De dez em dez léguas, varia de natureza, de taxa, de fundamento, de força. Deformada, aumentada, diminuída, convertida, aceita, combatida ou reduzida a nada, traduz pelas suas mil formas a extrema variedade do Reino, bem como o seu poder de resistência e de reação no que diz respeito a empreendimentos governamentais." (Pierre Gaxotte, op. cit., pp. 14 a 16)

pagar os outros impostos indiretos «invisíveis».

"Em 1966 as receitas fiscais da República francesa se elevaram a 105 bilhões de francos (40 dos impostos diretos, 65 dos impostos indiretos); quer dizer que cada um dos 48 milhões de franceses teve que pagar um pouco mais de 2.000 francos.

"O salário diário médio de um trabalhador especializado na metalurgia parisiense era de 28 francos: cada assalariado médio teve portanto que trabalhar mais de 71 dias para pagar seus impostos, cerca de 4 vezes mais do que em 1789 (mais de 26 dias para os impostos «visíveis», ou seja, 3 vezes mais; 45 dias para os impostos «invisíveis», ou seja, 4 vezes mais).

"Apesar de todas as desigualdades regionais e sociais que estas cifras escondem, tem-se a nítida impressão de que o fisco do Ancien Régime era notavelmente mais leve do que o fisco contemporâneo".[17]

17) François Hincker, op. cit., pp. 41 e 42

CAPÍTULO 3

PRIVILÉGIOS E OBRIGAÇÕES DO CLERO

Neste capítulo serão analisados os privilégios e as obrigações do Clero, e no seguinte os da Nobreza; das "classes privilegiadas", costuma-se dizer.

A expressão é um tanto imprecisa, pois no Ancien Régime todas as classes sociais gozavam de privilégios.

Vejamos, em primeiro lugar, quais eram os privilégios do Clero e a que obrigações correspondiam.

"A Igreja tinha seus privilégios à parte (...) — escreve Pierre de la Gorce, do Instituto de França — privilégio de honra, privilégio de culto público exclusivamente exercido, (...) privilégio em matéria de impostos.

"O privilégio de honra vinha de longa data. Desde a época merovíngia, tinha-se visto os *leudes* se apagarem, ainda que murmurando, diante dos Bispos. A Idade Média havia proclamado e fortificado a preeminência da ordem eclesiástica. (...)

Nas raras assembléias dos Estados-gerais, o primeiro lugar era reservado ao Clero. Em abril de 1695, um edito real consagrou solenemente esta preeminência.

"Apenas os ministros da religião católica tinham direito de celebrar publicamente as cerimônias do culto. Em 1685, Luís XIV, revogando o edito de Nantes, cancelou todas as concessões feitas por Henrique IV aos protestantes.

"Os religionários — como eram chamados os reformados (...) — que ficaram na França não conservaram outra liberdade senão a de ler a Sagrada Escritura na intimidade de seus lares. (...) Em matéria de impostos, o privilégio, se bem que muito combatido, se mantinha bem vivo. (...) O Clero dividia com a Nobreza a imunidade da *taille*. Por outro lado, ele não pagava

nem a *capitation* nem os *vingtièmes*, e nisto diferenciava-se da Nobreza, que pagava tanto uma quanto outra contribuição".[1]

Os bens do Clero

Até o fim do Ancien Régime, o Clero conservava uma riqueza considerável. Porém — prossegue Pierre de la Gorce — "esta riqueza, por sua origem, foi tão regular como nenhuma outra jamais o fora. Nos arquivos públicos ou privados, encontra-se ainda bom número das cartas que constituíram a propriedade eclesiástica.

"Reis e príncipes, burgueses e senhores, clérigos e leigos, membros de corporações, todos contribuíram, em todas as épocas, para estabelecer e aumentar o patrimônio sagrado. Um doou para cumprir um voto feito nos perigos de uma viagem, nas ansiedades de uma tempestade, na sorte vacilante de uma batalha, ou ainda pelo feliz retorno das Cruzadas. Outro quis agradecer a Deus por uma epidemia apaziguada; tal outro, deixando o mundo para entrar no claustro, depositou no umbral de seu convento toda riqueza que possuía. (...)

"A Igreja legitimou duplamente sua propriedade, fazendo-a sua através de uma ocupação fecunda. Entregaram-lhe matagais, e ela os transformou em campos cultivados; concederam-lhe florestas, e ela as desbravou; deram-lhe pântanos, e ela os secou. Onde havia grandes espaços vazios, ela construiu mosteiros; em torno dos mosteiros, as casas se agruparam e transformaram-se em aldeias, burgos, cidades. Sob o trabalho secular dos monges, a propriedade multiplicou-se, como um metal precioso nas mãos do artista que o cinzela".[2]

---

1) "Quanto à *capitation* e aos *vingtièmes* — esclarece Pierre de la Gorce — o Clero não havia sido gratuitamente dispensado, mas tinha se exonerado. Em 1710, ele havia se libertado da *capitation* pelo pagamento imediato de um capital de 24 milhões, e na mesma época havia se livrado dos *vingtièmes*, mediante a soma, aliás bastante irrisória, de 8 milhões.

"Porém, a ordem eclesiástica concorria para as despesas nacionais de forma voluntária, o que constituía marcadamente um privilégio. A cada 10 anos, (...) havia assembléias onde, mediante a requisição de um comissário real, o Clero votava, sob o nome de doação gratuita, subsídios para as necessidades do Estado. Depois, por meio de seus agentes gerais e seus agentes diocesanos, repartia entre todos os seus membros o encargo a suportar, e procedia à arrecadação. A este e a outros títulos diversos, quase 10 milhões eram levantados cada ano sobre o Clero de França.

"Aliás, estas somas não entravam diretamente nos cofres públicos, mas eram aplicadas, no total ou em parte, para reembolsar o capital ou para pagar os juros dos adiantamentos que, em numerosas ocasiões, a Igreja tinha feito à monarquia". (Pierre de la Gorce, *Histoire Religieuse de la Révolution Française*, t. 1, pp. 3 a 7)

2) Pierre de la Gorce, op. cit., pp. 13 a 15

O dízimo

"A seus bens de raiz, o Clero acrescentava um outro elemento de riqueza: o dízimo. Sua origem remonta aos primeiros tempos da Igreja. Na epístola aos Gálatas, São Paulo prega: *O fiel deve socorrer com seus bens aquele que o instrui.*

"O dízimo havia sido regulamentado por Carlos Magno, tinha se perpetuado durante toda a Idade Média, havia sobrevivido às transformações das épocas seguintes, e, se bem que muito atacado, mantinha-se ainda no século XVIII.

"Longe de estar estabelecido de acordo com regras uniformes, ele variava segundo as regiões, seja quanto a seu valor, seja quanto a seu objeto. Não atingia, como seu nome indica, 10% dos produtos, mas, em média, somente 6%.

"Em certas Províncias, como em Artois, o dízimo atingia não apenas os cereais, mas as forrageiras, o cânhamo, as lãs, e, sob nome de dízimo de sangue, se cobrava até sobre os animais. Em outros lugares, ele era cobrado apenas sobre os grãos. Freqüentemente, na mesma região, variava de paróquia a paróquia".[3]

A Igreja desempenhava as funções dos atuais ministérios de Educação, Saúde e Assistência Social

No Ancien Régime os bens do Clero não se destinavam apenas à manutenção do culto divino. Eles constituíam também o orçamento do que seriam hoje os ministérios de Educação, Saúde, e Assistência Social, cujas funções, naquela época, estavam a cargo da Igreja.

"Se a Igreja era a primeira ordem do Reino — comenta François Bluche —, se seus privilégios eram grandes, sua riqueza evidente, e se o Rei lhe deixava uma tal autonomia, era porque ela aliviava os poderes civis de uma parte notável da administração: ela mantinha a assistência social, não sem dificuldades (mas o Estado deparou-se com os mesmos problemas quando pretendeu substituí-la). Ela controlava de perto todo o ensino, e com um êxito incontestável".[4]

---

3) Pierre de la Gorce, op. cit., pp. 11 e 12. "O dízimo— continua P. de la Gorce — seja quando pertencente aos padres, seja quando reivindicado pelas abadias investidas dos direitos curiais, era geralmente recolhido por arrendatários rurais que recebiam, a título de intermediários, polpudos benefícios. Por outro lado, os camponeses que em certas Províncias começaram a contestar esse pagamento, encontravam razões muito sutis e muito agudas para discutir ou restringir sua dívida. Às contestações se acrescentava a fraude que, às vésperas da Revolução, era considerada muito venial em face da Igreja. Uma tendência bastante generalizada era reduzir o dízimo aos grãos ou outros cereais, e abolir o resto". (Idem)

4) François Bluche, *La Vie Quotidienne au Temps de Louis XVI*, p. 188

Escreve Pierre de la Gorce: "Às doações, aos legados, havia encargos correspondentes que variavam ao infinito: indigentes para alimentar, crianças para ensinar, hospitalidade a exercer frente aos viajantes, feridos de combate a receber e a curar, tropas em marcha a hospedar, enfermos a recolher, novos convertidos a confirmar na Fé.

"Estas liberalidades privadas, acumuladas no decurso do tempo, formavam o verdadeiro orçamento de assistência, e durante longos séculos a sociedade não conheceu outro. (...)

"Não havia um grande bem episcopal ou abacial que, no fim do Ancien Régime, não estivesse obrigado a encargos. Aqui eram pensões em proveito de outros eclesiásticos; lá, subvenções para hospitais, estabelecimentos de beneficência, seminários, universidades; acolá, eram bolsas em favor de estudantes pobres".[5]

A ação educadora da Igreja

Quanto à educação, René Sedillot comenta que, "até a Revolução, o ensino no essencial era exercido apenas pelo setor privado: à Igreja, não ao Estado, competia instruir os jovens franceses. Nas escolas primárias ela se empenhava para dar os conhecimentos básicos às crianças. Nos colégios se esforçava para ministrar o ensino médio e nas universidades oferecia o ensino superior. Em nenhum destes níveis a instrução era exclusiva para nobres e ricos".[6]

"A Igreja — afirma Pierre Chaunu — geria o que chamamos hoje de «orçamento social e educacional da nação». O caminho aberto no século XVIII foi considerável. A porcentagem dos alfabetizados passou de um pouco mais de 25% no final do século XVII, a quase 50% em 1780.[7] Praticamente o dobro em apenas 70 anos. A Igreja desempenhou-se bem de seu ofício".[8]

"A instrução elementar — assinala Albert Soboul — havia sem dúvida feito progressos no último século do Ancien Régime. (...) As escolas primárias haviam se multiplicado nas cidades desde o século XVII. (...) A crermos em (...) Des Enarts, em seu «Dicionário Universal de Polícia» (1786-1791), havia poucas paróquias que não tivessem um mestre-escola".[9]

---

5) Pierre de la Gorce, op. cit., pp. 9 e 15
6) René Sedillot, *Le Coût de la Révolution Française*, p. 89
7) "O analfabetismo — escreve Simon Schama — predominava somente nos meios de diaristas não qualificados, como os carregadores do mercado, trabalhadores de construção, estivadores, limpadores de chaminé e cocheiros, muitos dos quais procediam das Províncias. Em contrapartida, praticamente todos os criados domésticos, também oriundos do interior, eram alfabetizados, capazes de ler seus contratos de emprego". (Simon Schama, *Cidadãos*, p. 162)
8) Pierre Chaunu, *Le Grand Déclassement*, p. 133
9) Albert Soboul, *La Civilisation et la Révolution Française, I, La Crise de L'Ancien*

E, como afirma Jean de Viguerie, da Universidade de Angers, "o Clero fornecia os professores de todos os colégios e da maior parte das escolas primárias. A instrução das moças estava, numa proporção muito elevada (sem dúvida perto de dois terços das alunas em escola), nas mãos das congregações femininas dedicadas ao ensino. As doze Escolas Reais Militares, criadas em 1776, foram confiadas a institutos religiosos: beneditinos e oratorianos. (...) Em seus pensionatos, os Irmãos das Escolas Cristãs ministravam um ensino científico e técnico muito moderno".[10]

Dez mil religiosas hospitalares

Além da educação, o Clero incumbia-se também da saúde. Escreve Jean de Viguerie:

"Sem eles [os membros do Clero], não haveria assistência pública. O Clero fornecia a quase totalidade do pessoal que servia nos hospitais municipais e nos hospitais gerais.

"A França contava com dez mil religiosas hospitalares.

"As Filhas da Caridade, primeira congregação hospitalar, tomou o encargo, entre 1750 e 1790, de trinta novos hospitais. Em inumeráveis cidades, burgos e aldeias se encontravam «casas de caridade» (chamadas também de «Providências» ou «sopa dos pobres»), mantidas por religiosas, as quais eram ao mesmo tempo dispensários, asilos, escolas e fornecedoras de sopas populares. Todos os beneficiários [detentores de um "benefício" eclesiástico] davam esmolas aos pobres, tiradas não só de seus benefícios, mas também de suas próprias fortunas. (...)

"Havia também obras permanentes, verdadeiras instituições de assistência: ajudas gratuitas e caritativas, *bureaux* de caridade, montepios e *ateliers* para os pobres, como os criados pelos Bispos de Coutances e de Bayeux. (...)

"Todos os mosteiros e conventos faziam caridade pública, distribuições semanais (geralmente de víveres, mais raramente de dinheiro), reservadas aos pobres e praticadas na porta da casa".[11]

Pode-se concluir, citando Pierre Chaunu: "A instrução e a assistência pública eram garantidas pela Igreja a partir do dízimo. A supressão do dízimo, a 4 e sobretudo a 10 de agosto [de 1789], foi equivalente, *mutatis mutandis*, à supressão, de um só golpe, dos créditos da Educação Nacional e do orçamento da Segurança Social".[12]

Régime, pp. 178 e 445

10) Jean de Viguerie, *Christianisme et Révolution*, pp. 32 e 33

11) Jean de Viguerie, op. cit., pp. 31 e 32

12) Pierre Chaunu, op. cit., p. 131

Capítulo 4

Privilégios e Obrigações da Nobreza

No Ancien Régime os privilégios exclusivos da Nobreza eram sobretudo honoríficos.

Escreve Soboul: "Uma distinção exterior era própria à pessoa do nobre: o porte da espada".[1]

Segundo Goubert, "o uso de brasões timbrados foi, durante muito tempo, essencial: Luís XIII e seu filho experimentaram a necessidade de confirmar este privilégio, em 1634 e 1665. Mas após 1696, os excessos da *Grande Maîtrise d'Armes* do Reino, que vendia os brasões com descontos, comprometeram este velho privilégio. Os plebeus acomodados e pretensiosos o transgrediam, sem escrúpulo e sem perigo.

"O terceiro privilégio de honra era bem nítido: o nobre era julgado no tribunal civil pelo juiz, e no criminal pelo Parlamento. Os castigos em que incorria não eram os mesmos que os dos plebeus, e todos sabiam que eles não seriam nunca enforcados, mas degolados".[2]

"Certos privilégios honoríficos — prossegue Soboul — eram mais bem senhoriais do que nobiliárquicos: o catavento sobre o castelo senhorial, o banco reservado na igreja, a sepultura no coro. (...)

"O privilégio fiscal não era específico da Nobreza: numerosos burgueses, cidades, e até Províncias, estavam isentos da *taille*. (...) Teoricamente, o nobre não pagava a *taille*, sinal do plebeu. De fato, estava isento nas

---

1) Albert Soboul, *La Civilisation et la Révolution Française, I, La Crise de L'Ancien Régime*, p. 201

2) Pierre Goubert, *L'Ancien Régime, 1: La Société*, p. 135

Províncias de *taille* pessoal; nas Províncias de *taille* real, ele pagava por suas terras plebéias. (...)

"[Além disso], existia para os nobres o que se poderia denominar, por anacronismo, de «empregos reservados», especialmente no exército, na Corte e na Igreja.

"[Mas], em troca de seus privilégios, a Nobreza tinha deveres. Antes de tudo, servir o Rei em seus exércitos, em seus conselhos, e preencher junto a ele as funções de seu serviço. Ela deveria manter um «estilo de vida nobre», caracterizado particularmente pela proibição de qualquer ocupação lucrativa, profissão ou comércio. (...) E isto sob pena de degradar-se, ou quase tanto!".[3]

O imposto de sangue

Convém analisar mais de perto isso que ficou conhecido no Ancien Régime como "imposto de sangue", ou seja, a obrigação que tinha o nobre de servir no exército.

"Sob o antigo regime — escreve Henri Robert — não havia conscrição. O serviço militar obrigatório é uma conquista da Revolução. Foi nesta que, pela primeira vez, se chamou o povo às armas. Na época da realeza, só os nobres eram moralmente obrigados a consagrar-se ao ofício das armas, em tempos de guerra. Quanto ao mais, havia um exército composto de mercenários, se preciso estrangeiros, e que, em princípio, se haviam alistado voluntariamente".[4]

"A profissão das armas — comenta Soboul — tinha tradicionalmente um caráter nobre; o prestígio da espada se mantinha. O oficial vivia nobremente. Este ideal militar se impunha, mesmo aos nobres de recente linhagem".[5]

Pierre de Vaissière, em sua obra premiada pela Academia Francesa, assevera que "os nobres eram tão ciosos de sua prerrogativa militar, que chegavam a aceitar não só servir como capitães, mas algumas vezes fazer sua aprendizagem nas armas como simples soldados, em regimentos de infantaria, quando percebiam o futuro reservado a estas tropas de elite".[6]

Além disso, essa obrigação de servir no exército (o velho dever de "auxilium" do vassalo) deveria ser cumprida pelos nobres equipando-se, às próprias custas, do necessário para a guerra (cavalos, armas, etc.).[7]

---

3) Albert Soboul, op. cit., p. 201
4) Henri Robert, *Os Grandes Processos da História,* V série, pp. 241 e 242
5) Albert Soboul, op. cit., p. 208
6) Pierre de Vaissière, *Gentilshommes Campagnards de l'Ancienne France,* p. 88
7) Cfr. Pierre Goubert, op. cit., p. 135

Um sinal de decadência: a venda dos títulos nobiliárquicos

"Com o crescimento do Estado moderno — escreve David Bien, da Universidade de Michigan — e sobretudo dos custos da administração, do exército e de uma marinha inteiramente renovada, a Nobreza tornou-se rapidamente uma fonte de recursos financeiros importante para a monarquia.

"Incapaz de recolher suficientes impostos, que lhe permitissem remediar a falta crônica de fundos, e, muitas vezes até, incapaz de tomar empréstimos normalmente, o Estado francês, desde o século XVI, transformou progressivamente os antigos privilégios em cargos venais, além de criar outros novos.

"A Nobreza tornou-se então a parte prestigiosa de um conjunto mais amplo de privilégios, que compreendia monopólios, ofícios e direitos diversos. Ela se transformou no troféu que os ambiciosos cobiçavam para si próprios e para sua posteridade. Em outros termos, o Estado descobriu que a Nobreza podia tornar-se uma fonte de lucros. (...)

"Gradualmente a distribuição de cartas de Nobreza mediante dinheiro, procedimento comum desde o século XVI, deu lugar à venda de cargos, enobrecendo seus ocupantes. (...)

"Desde 1715, as chancelarias abrangiam oitocentos cargos enobrecedores, sem outra função senão esta, e as Cortes soberanas contavam com outro tanto de ofícios supérfluos. No total, havia mais de quatro mil postos deste tipo no século XVIII. (...)

"Nos quinze últimos anos do Ancien Régime, pelo menos dois mil e duzentos plebeus adquiriram ofícios que, sem a Revolução, tê-los-iam enobrecido com seus descendentes. Enfim, os últimos sessenta anos da monarquia foram a idade de ouro do enobrecimento. (...)

"Provavelmente a maior parte dos homens que entraram assim na Nobreza teriam parecido perfeitamente dignos a quem pudesse conhecê-los. Mas para quem não os conhecia pessoalmente, (...) a maior parte dos enobrecidos passava por ter enriquecido às custas do Estado, através dos lucros da finança. Além disso, visivelmente, eles ocupavam ofícios inúteis, e a falta de virtude não os impedia de procurar honrarias.

"Esta grande hostilidade em relação às práticas que facilitavam o acesso à Nobreza era evidente em 1789. Os *cahiers* dos nobres e do Terceiro-Estado concordam em reclamar que a Nobreza, que recompensava o mérito, não fosse vendida a preço de dinheiro". (David Bien, *Dictionnaire Critique de la Révolution Française,* pp. 644 a 646)

O monopólio dos altos cargos do exército

Sendo a Nobreza a única obrigada ao serviço das armas, era natural que as mais altas patentes do exército estivessem reservadas exclusivamente aos nobres.

Esta exclusão tácita da burguesia do corpo de oficiais superiores tornou-se explícita e mais radical em 1781, depois do decreto do Ministro da Guerra, Ségur, exigindo quatro gerações de Nobreza para atingir o posto de oficial. Exigência esta que serviu para acirrar os ânimos contra os "privilégios exorbitantes da Nobreza", no final do Ancien Régime.

A historiografia revolucionária afirma que este decreto estaria inserido num conjunto mais amplo de medidas (como o recrudescimento dos direitos feudais, dos quais se falará no próximo capítulo), que caracterizaria uma verdadeira "reação aristocrática" nas vésperas da Revolução Francesa.

Como bem analisa David Bien, esta suposta "reação aristocrática", no caso dos altos cargos do exército, não visava a burguesia enquanto classe, mas certos nobres de recente linhagem, oriundos do mundo das finanças, que pretendiam, através do dinheiro, se impor à antiga Nobreza.

"Após despojar a Nobreza de suas funções locais e políticas — escreve Bien — o Estado parecia igualmente ter desvalorizado uma classe que não lhe servia mais para governar. Este rebaixamento contribuiu também para o destino posterior dos nobres, desencadeando uma aparente «reação aristocrática», que teve efeitos desastrosos aos olhos do público.

"Dirigida de fato contra os enobrecidos, esta reação ofendia os plebeus. Os não-nobres dificilmente podiam saber que a famosa ordenação de Ségur, de 1781, exigindo quatro gerações de Nobreza para ser oficial, não os concernia. Além disso, os burgueses não tinham servido senão raramente no exército, e sua exclusão meramente tácita nunca tinha sido, até ali, contestada. Mas tornada explícita, ela transformou-se em matéria de discussão.

"Contudo, com a imposição da regra genealógica, o exército tinha apenas uma intenção reformista: proibir os corpos de oficiais aos enobrecidos que, com cartas patentes nas mãos, haviam sido atraídos unicamente pelo prestígio do uniforme e do estado de oficial. Oriundos de famílias sem tradição militar, acostumados à independência, ao dinheiro e ao luxo, eles teriam sido inassimiláveis. Uma genealogia rigorosa e antiga era o meio de eliminá-los.

"Do mesmo modo, numerosos parlamentos, sobretudo das cidades ou regiões onde o enobrecimento era muito rápido, impuseram restrições semelhantes, por razões profissionais análogas.

"Mas os novos homens do Terceiro-Estado, ignorando completamente o objetivo destas manobras, dirigidas pelos nobres contra outros nobres, viram aí, pelo contrário, vexações novas e arbitrárias. O caso das provas genealógicas passou para a consciência pública no decênio de 1780 e cristalizou a

hostilidade dos burgueses comuns, que jamais teriam sonhado em ser tenentes ou magistrados".[8]

Em troca do privilégio de ir à guerra, a proibição de ganhar dinheiro...

O privilégio de ocupar os altos cargos do exército vinha no entanto acompanhado de uma proibição: o nobre não podia exercer atividades lucrativas, especialmente o comércio.

"A Nobreza — escreve Funck-Brentano — está constituída hereditariamente para o serviço militar e para o patronato agrícola. Esta era sua função. Qualquer outra atividade lhe estava vedada, sobretudo as mais lucrativas, as que davam a fortuna e o poder do dinheiro.

"A burguesia, pelo contrário, contava hereditariamente, entre suas atribuições, a prática do comércio e da indústria. (...)

"A Nobreza inglesa comerciava, mas a diferença provinha de sua origem. Ela não se havia formado familiarmente, feudalmente; era uma Nobreza conquistadora, de importação estrangeira.

"A Nobreza francesa nasceu para combater, enquanto na sombra de sua coragem o camponês lavrava a terra e o comerciante traficava. Sua ocupação era o patronato armado. Mas como se tratasse de um trabalho não remunerado, era justo que não apenas estivesse isenta de certos impostos (por exemplo, a «taille»), como também recebesse rendas, pois estavam-lhe fechadas as fontes da fortuna.

"Tocamos aqui em um dos pontos da história do Ancien Régime sobre o qual se formulam freqüentemente opiniões incompletas. O fato de a antiga aristocracia abster-se sistematicamente do comércio e da indústria é atribuído a sentimentos de vaidade e orgulho.

"A verdade não é essa. A Nobreza foi proibida de exercer o comércio e a indústria, a pedido do Terceiro-Estado, que fazia valer energicamente seus próprios direitos e privilégios.

"Olhemos as ordens expressas dos representantes populares nos Estados-gerais do século XVI. A burguesia não quer concorrência. Ela defende seu monopólio, em troca do qual deixa à Nobreza a isenção da *taille*, os postos militares e os cargos da Corte.

"O Terceiro-Estado ficava com a melhor parte, e por isso não tinha direito de queixar-se por estar excluído destas funções".[9]

---

8) David Bien, op. cit., pp. 644 a 646

9) Frantz Funck-Brentano, *L'Ancien Régime*, pp. 135 e 136

CAPÍTULO 5

OS DIREITOS FEUDAIS

Outro mito criado pela historiografia revolucionária foi o da sobrevivência, no Ancien Régime, dos "insuportáveis direitos feudais".

Segundo esta lenda, o povo sofrido e miserável, já acabrunhado pelo impiedoso fisco real, teria que entregar o pouco que lhe restara, para satisfazer as ambições e a cupidez da antiga e orgulhosa Nobreza feudal.

E para agravar ainda mais esta "clamorosa injustiça", conta-se que, às vésperas da Revolução, teria ocorrido um recrudescimento destas "pretensões descabidas da Nobreza", com um agravamento desses "odiosos resquícios do feudalismo".

A população, esmagada sob este "peso terrível", teria então se sublevado, iniciando assim a Revolução Francesa.

Também neste caso, a realidade histórica é inteiramente diferente daquela apregoada pela mitologia revolucionária

"No Ancien Régime — escreve Pierre Gaxotte — com o estabelecimento da monarquia absoluta, o feudalismo, que já não existe como regime político nem mesmo como quadro social, subsiste sob o ponto de vista civil e econômico. (...)

"A servidão, que se manteve em quase todos os países da Europa, já não existe na França. Subsiste apenas, de forma atenuada, em algumas regiões do Jura e do Bourbonnais. O rei teve o cuidado, em 1779, de eliminar os últimos vestígios de servidão nos seus domínios, e nisto foi imitado por alguns senhores do Franco-Condado".[1]

---

1) Pierre Gaxotte, *A Revolução Francesa*, pp. 27 e 28

O irrelevante peso econômico dos direitos feudais

Analise-se o que restava dos direitos feudais, ou — seria melhor dizer — dos direitos senhoriais, sob o ponto de vista econômico.

"Em primeiro lugar — prossegue Gaxotte — é preciso não nos deixarmos iludir pela extraordinária quantidade de termos que servem para designar as taxas feudais. Nenhuma língua foi tão rica em sinônimos.

"Conforme os lugares, conforme a sua importância e conforme a natureza das terras, o mesmo imposto podia chamar-se *champart, terrage, agrier, agrière, parcière, tasque, tierçage, sixte, cinquain, vingtain, carpot,* etc. Cada substantivo tem sete ou oito equivalentes e, algumas vezes, mais; e desta infinidade de denominações poder-se-á concluir a existência dum sistema fiscal multiforme e insaciável, quando, afinal, tudo se reduzia a quatro ou cinco foros, uns cobrados em gêneros e outros em dinheiro.

"As contribuições em dinheiro tinham sido estabelecidas, de uma vez para sempre, na Idade Média. Isto equivale a dizer que, devido à depreciação da moeda, essas taxas estavam reduzidas a nada, e não subsistiam senão como simples formalidades. (...)

"As taxas em gêneros eram mais pesadas, mas o direito a elas era contestado e, por negligência, por medo de criar dificuldades ou com receio de provocarem uma emigração, muitos senhores abstinham-se de exercer os seus direitos com rigor. (...)

"Em muitos lugares, os camponeses estavam correntemente vinte ou trinta anos sem pagar coisa alguma. Noutros, tinham conseguido certas vantagens, que reduziam consideravelmente as antigas taxas. Noutros ainda, comprando a terra, adquiriam, ao mesmo tempo, os direitos que pesavam sobre ela. Centenas de portages haviam sido suprimidas pelos intendentes. Se os censos não tinham já razão de existir, as banalidades justificavam-se ainda por uma contrapartida: a manutenção dum lagar, de um forno ou de um moinho".[2]

Os historiadores modernos concordam em reconhecer o valor econômico inexpressivo dos direitos senhoriais.

Por exemplo, o professor da Sorbonne, Jean Tulard, afirma que eram "menos pesados do que durante muito tempo se pensou".[3] Florin Aftalion se refere à sua "relativa inocuidade",[4] e René Sedillot mostra que "os direitos de origem feudal, se eram os mais impopulares, não eram os mais insuportáveis. (...) A sobrevivência destes rendimentos não formava senão um catálogo de arcaísmos".[5]

2) Pierre Gaxotte, op. cit., pp. 27 e 28
3) Jean Tulard, *História da Revolução Francesa,* p. 27
4) Florin Aftalion, *L'Economie de la Révolution Française,* p. 51

A burguesia tornou-se detentora de inúmeros direitos feudais

Para se entender corretamente o problema dos direitos senhoriais, é preciso considerar sua origem.

Os senhores feudais nobres detinham, na Idade Média, além da propriedade, o senhorio que pesava sobre a terra.

Observa Alfred Cobban que "a terra, durante a alta Idade Média, mudava de mãos rapidamente, tornando-se propriedade dos plebeus, após ter sido dos nobres. Mas se os primeiros podiam adquirir o solo, não podiam exercer sobre este solo os direitos de um senhor feudal.

"Para pôr fim a esta dificuldade, os juristas do século XVI fizeram uma distinção entre o domínio direto, que continuava sempre nas mãos do senhor, e o domínio útil, que podia ser alienado. No século XVIII, o domínio útil veio a ser considerado como um verdadeiro direito de propriedade, e o domínio direto, como uma espécie de «jugo» pesando sobre o primeiro.

"Um grande jurista do século XVIII, Pothier, definia assim a situação: *Aquele que tem o domínio útil se denomina proprietário ou senhor útil; aquele que tem o domínio direto se chama simplesmente senhor. Ele é perfeitamente proprietário de seu direito de senhorio, porém não é ele, mas o senhor útil, o verdadeiro proprietário do patrimônio.* (...)

"Ainda não chegamos ao fim da história. Os direitos senhoriais tornaram-se igualmente alienáveis, e quando começaram a passar para as mãos dos plebeus, estes começaram a exercer os direitos de senhorio. Assim, a propriedade da terra e os direitos senhoriais tornaram-se ambos separáveis e distintos da condição de nobre.

"À interrogação sobre as condições de admissão nas assembléias da Nobreza, em 1789, foi respondido oficialmente que a posse de um feudo não conferia a qualidade de nobre".[6]

Pode-se constatar, assim, que no Ancien Régime, devido ao contínuo empobrecimento da Nobreza, a posse de direitos senhoriais já não se confundia mais com a condição de nobre. Inúmeros burgueses tornaram-se detentores destes direitos.

"Em 1789 — prossegue Alfred Cobban — os direitos senhoriais foram muitas vezes passados das mãos dos nobres para as dos plebeus. O domínio dos não-nobres sobre a terra havia começado já na Idade Média, e incluía a aquisição dos feudos.

---

5) René Sedillot, *Le Coût de la Révolution Française*, pp. 235 e 236

6) Alfred Cobban, *Le Sens de la Révolution Française*, pp. 48 e 49

"Este processo (...) foi facilitado pela tendência natural dos nobres à acumulação de dívidas,[7] que os forçava à venda de suas terras ou senhorios. *No século XVIII,* diz Georges Lefevre, *o mercado dos direitos senhoriais, na Bélgica meridional, era tão ativo quanto o da terra.*

"Bem entendido, alguns dos compradores tornaram-se nobres por sua vez, mas em 1789 o Terceiro-Estado contava com numerosos proprietários de direitos senhoriais. Notava-se a presença de senhores não nobres na Guyenne, em Bordeaux, Rouen, Reims, Valenciennes, e é fora de dúvida que muitos outros exemplos poderiam ser citados".[8]

"As rendas senhoriais — comenta no mesmo sentido David Bien — variáveis de uma região a outra, não contribuíam, ao que parece, senão com uma parte mínima nos rendimentos da Nobreza. Em outros termos, elas não eram apanágio dos nobres: certos feudos pertenciam aos burgueses, e os nobres estavam muitas vezes desprovidos deles".[9]

A "reação feudal"

Alguns historiadores têm procurado explicar o ódio encarniçado que os revolucionários devotavam aos restos de feudalismo, no final do Ancien Régime, por um possível aumento dos direitos senhoriais a partir de 1750.

A Nobreza, vivendo na Corte e coberta de dívidas, se teria esforçado em descobrir e exercer direitos antigos, caídos em desuso. Este pretenso aumento dos direitos senhoriais tem sido denominado "reação feudal".

Há historiadores, contudo, que põem em dúvida se realmente houve um acréscimo generalizado dos direitos feudais na França ou se ocorreram apenas casos esparsos.

François Furet, por exemplo, comenta: "É um problema discutido há um século pelos historiadores, o saber se eles [os direitos feudais] se tornaram mais pesados nas décadas que precederam a Revolução. A idéia foi levantada primeiramente por Sagnac em 1898. (...) Criticada imediatamente, não cessou, desde então, de ser discutida: não está demonstrado que tenha havido um acréscimo dos direitos feudais em escala nacional, no decurso do século XVIII".[10]

---

7) Cfr. Parte IV, cap. 2

8) Alfred Cobban, op. cit., p. 63

9) David Bien, *Dictionnaire Critique de la Révolution Française,* p. 642

10) François Furet, *Dictionnaire Critique de la Révolution Française,* p. 725. "A verdade é que — pondera Furet — este cálculo é quase impossível de ser realizado, levando-se em consideração a extraordinária diversidade destes direitos e das situações locais, que desafiam a idéia de um recenseamento e de um cômputo global. A realidade variava, não só segundo as Províncias, mas segundo os senhorios, como indicam os estudos monográficos disponíveis". (Idem)

Apesar de não ser possível demonstrar a hipótese de uma "reação feudal" a nível nacional, é certo que ocorreram vários casos isolados. No entanto, estes casos não devem ser imputados à cobiça da Nobreza, mas à tendência, cada vez mais acentuada na burguesia, em adquirir direitos senhoriais.

Escreve Aftalion: "Esta reação feudal pode se explicar pelo fato de ser cada vez maior o número de burgueses que compravam os feudos.[11] Eles tentavam rentabilizar, o melhor que podiam, seu empreendimento financeiro".[12]

Poderiam ser citados inúmeros exemplos das pretensões descabidas dos burgueses que compravam os direitos senhoriais.

"Um caso isolado — escreve Alfred Cobban — interessante em si mesmo, foi o do senhorio de Villeneuve-de-Rivière, na circunscrição de Auch. Jean d'Estrémé, originário desta aldeia, adquiriu o senhorio em 1761. Ele era de origem camponesa, mas sua família, pelo comércio de lã e pelo transporte feito em lombo de mulas com a Espanha, havia adquirido fortuna, e era considerada de negociantes. (...)

"Parece que d'Estrémé tornou-se um tirano da aldeia, ávido por aproveitar tanto quanto podia seus direitos senhoriais, e por confirmar seu lugar de «mestre e senhor». Ele se engajou em uma série de processos com a comunidade, a respeito da fundição e do moinho, e levou sua causa até o Conselho do Rei, de onde a oposição dos camponeses terminou por retirá-la, em 1787. (...)

"Outro exemplo: A comuna da Capelle-Cabanac, no Lot, protestou, em janeiro de 1790, a propósito de um senhorio vendido em 1743 a um certo João Batista Bonnamie Duroc, um plebeu que se apressou em tomar o título

---

11) "Os proprietários burgueses — comenta Régine Pernoud — que haviam comprado terras durante os três séculos do Ancien Régime, procuraram, com uma atividade incessante, aumentar os antigos direitos (rendas diversas em dinheiro ou em espécie), aos quais essas terras pudessem ter estado submetidas no passado, para recebê-los novamente.

"É inútil acrescentar que eles não procuravam garantir a contrapartida de proteção, que se tornara atributo do poder central. (...)

"Se alguma vez houve exploração do camponês, do homem da terra, foi nesta época. A procura dos antigos direitos, ditos «feudais», restabeleceu as rendas que estavam em desuso no momento da compra da terra; seja porque os antigos senhores haviam cessado de cobrá-las durante um tempo suficiente para que o costume confirmasse o abandono (o que aconteceu, por exemplo, nas Cruzadas, de onde muitos senhores não voltavam), seja porque elas tivessem sido resgatadas pelos camponeses.

"Ora, a procura dos antigos direitos, pelos burgueses que se haviam tornado proprietários de domínios outrora senhoriais, foi feita em tais condições, com o apoio dos parlamentos, que cabia ao camponês dar a prova deste resgate. (O que era, na maior parte das vezes, impossível, pois os acordos eram freqüentemente verbais, e não escritos, na época feudal).

"Compreende-se assim a ênfase demonstrada pelos camponeses, por ocasião da *Grande-Peur*, em 1789, em queimar os arquivos senhoriais. Mas estes direitos tinham de «feudais» apenas o nome". (Régine Pernoud, *Pour en finir avec le Moyen Age*, pp. 70 e 71)

12) Florin Aftalion, op. cit., p. 51

de «messire», empreendeu perseguições contra os habitantes para reclamar o pagamento de suas taxas, obrigou os magistrados locais a vestir roupas com suas armas e a lhe prestar juramento, de joelhos e cabeça descoberta. Os peticionários acrescentavam que as decisões favoráveis, que ele tinha obtido, não eram alheias ao fato de seu filho ser conselheiro no parlamento de Toulouse.

"Um historiador recente do campesinato da Bourgogne descreveu a penetração dos capitais vindos da cidade para investir no campo, durante o século XVIII, como uma verdadeira «ofensiva capitalista». *Ela destruiu,* dizia ele, *a velha comunidade das aldeias e desferiu um golpe mortal no antigo senhorio.* Os camponeses lamentavam-se de que os bons velhos senhores (...) tivessem vendido seus senhorios a burgueses indiferentes aos interesses da população rural".[13]

O ódio revolucionário contra os direitos feudais era motivado pelo que eles simbolizavam, e não por seu significado econômico

Porém, o mais importante aqui é notar que a indignação contra os direitos feudais não era fruto de seu peso econômico, o qual — como já se analisou — era irrelevante. Esta indignação era fruto do ódio dos revolucionários às desigualdades e às honras devidas aos superiores, ódio este motivado por um orgulho exacerbado.

"A questão da impopularidade dos direitos feudais, no fim do século XVIII — assinala Furet — é independente do problema de seu peso real. (...)

"De fato, o tema dos restos odiosos do feudalismo era um lugar-comum da filosofia das luzes, antes de tornar-se a bandeira da insurreição camponesa. (...)

"Nas duas últimas décadas do que seria chamado Ancien Régime o termo feudalismo acabou por encarnar tudo que os tempos presentes comportam de negativo: aristocracia em relação à igualdade, opressão em relação à liberdade, privilégio em relação à unidade, tradição «gótica» em relação à razão, barbárie em relação à civilização, anarquia em relação à ordem. (...)

"Para convencer-se de que o «feudalismo» já condensava, nos anos que precederam imediatamente a Revolução, as maldições do Ancien Régime, basta a leitura dos dois famosos panfletos de Sieyès, publicados em novembro de 1788 e em janeiro de 1789: O «Ensaio sobre os privilégios» e «O que é o Terceiro-Estado?» (...)

---

13) Alfred Cobban, op. cit., pp. 63 a 65

"Para ele, feudalismo tornou-se quase sinônimo de aristocracia e antônimo de nação, a herança contra a qual era preciso reconstruir uma ordem social baseada na razão e na igualdade.

"Ora, em alguns meses, a doutrina de Sieyès tornou-se a doutrina da Revolução".[14]

Com efeito, escreve Cobban, abstraindo do inexpressivo peso econômico dos direitos senhoriais, "a palavra feudalismo, (...) em 1789, tornou-se um simples espantalho, um termo injurioso como «fanatismo», e com um conteúdo tão pouco preciso quanto este".[15]

Vê-se assim que o termo feudalismo, desligado de seu preciso significado, passou a simbolizar genericamente um mundo antigo, baseado na hierarquia e impregnado de tradições medievais, que a Revolução Francesa procurava acima de tudo destruir.

Assim, na semana de 4 a 11 de Agosto de 1789, quando os direitos feudais foram abolidos pela Assembléia Constituinte, não se tratava de aliviar o povo de um insuportável peso de taxas e impostos, mas de abolir a forma hierarquizada da antiga sociedade.

"Como os debates do mês de junho tinham transferido o poder soberano do Rei para a assembléia — escreve Furet — os textos de 4 e 11 de agosto iriam revolucionar a natureza jurídica da sociedade civil.

"Com efeito, o caráter mais interessante dos discursos pronunciados e das decisões tomadas durante esta semana memorável foi a dinâmica coletiva que levou todos os deputados a uma ruptura espetacular com o passado, e foi o sentimento geral de que este passado maldito tinha por denominador comum o «regime feudal».

"Pouco importava que muitos dos direitos feudais abolidos fossem simplesmente declarados resgatáveis. O importante era que, nos casos em que a propriedade feudal se convertera em propriedade burguesa, o prosaísmo dos interesses se vestiu com a idéia de um passado detestável e de uma sociedade regenerada.

"No dia 11 de agosto, o decreto final indicou que *a Assembléia Nacional destruía inteiramente o regime feudal*, e a leitura do texto indicava bem a extraordinária elasticidade do termo. Pois incluía não só as sobrevivências da mão-morta ou da servidão pessoal e das justiças senhoriais, todos direitos feudais; mas também os dízimos, proveitos propriamente eclesiásticos, que não tinham nada a ver, nem de longe, com as leis feudais. No corpo do decreto seguia a supressão do direito de venda dos ofícios e privilégios, não

14) François Furet, op. cit., pp. 726 a 728

15) Alfred Cobban, op. cit., p. 47

somente fiscais, mas de toda natureza, em benefício da igualdade de todos perante a lei.

"A destruição do regime feudal, a 11 de agosto, deu pois, a esta fórmula, um vasto significado, que designava toda a estrutura da antiga sociedade. (...)

"Foi esta sociedade, em que a posição honorífica não tinha mais relação com o serviço público, mas estava estabelecida na idéia das diferenças sociais, que os homens de 1789 acabaram por designar com o termo de «feudalismo».

"A própria popularidade do termo, nesta época, e seu emprego tão indiferenciado, sob a forma nominal ou adjetiva, fazem compreender que se tratava de algo profundamente central na representação que os revolucionários faziam de sua própria ação. Da mesma forma que aristocracia e aristocrata, feudalismo e feudal se opunham à igualdade e a indivíduos iguais; como Ancien Régime se opunha ao que estava em vias de nascer.

"Eles remetiam a um mundo social caracterizado pela hierarquia e pelo privilégio de nascimento, em que os interesses particulares dos diferentes corpos constituíam obstáculos para a soberania do povo.

"Suprimindo completamente a estrutura «feudal» da antiga sociedade, o decreto de 11 de agosto de 1789 deu à Revolução Francesa um caráter de individualismo radical, colocado como condição indispensável da igualdade democrática.

"O feudalismo transformou-se, como também a aristocracia, no negativo deste mundo novo".[16]

---

16) François Furet, op. cit., p. 729

Parte III

Preparação Remota da Revolução Francesa

CAPÍTULO 1

HUMANISMO — RENASCENÇA PROTESTANTISMO

O Ancien Régime se encontra separado da Idade Média não apenas por um lapso de tempo que compreende muitas gerações, mas sobretudo por uma diferença profunda de mentalidade.

Entre o medieval e o homem do *grande século* ou do *século das luzes* há um fosso aberto pelo Humanismo e pela Renascença, o qual se tornou ainda mais profundo com a eclosão do Protestantismo.

De fato, esses três movimentos, revolucionários em sua essência, representaram uma ruptura formal e declarada com a mentalidade, a religião, a filosofia e a cultura da Idade Média. Tratou-se, conforme assinala Pastor, "de uma transição dos antigos modos de ser para outra disposição de coisas totalmente diversa.

"Em todos os campos da vida operou-se uma profunda transformação, na qual se manifestaram os mais rudes contrastes, de modo que o político e o social, a literatura e arte, e os próprios assuntos eclesiásticos achavam-se em estado de fermentação que pressagiava a aurora de um novo período".[1]

A decadência da Idade Média

Esse novo estado de espírito que, segundo o conhecido historiador alemão Wilhelm Oncken, "não tinha afinidade com a essência do cristianismo, nem nada a ver com os ideais da Igreja na Idade Média",[2] nasceu de uma

1 Ludwid Pastor, *Historia de los Papas*, vol. V p. 59

2 Wilhelm Oncken, *Historia Universal*, vol. 21, p. 343

mudança de mentalidade, que é assim descrita pelo Prof. Plinio Corrêa de Oliveira:

"No século XIV começa a observar-se, na Europa cristã, uma transformação de mentalidade que ao longo do século XV cresce cada vez mais em nitidez. O apetite dos prazeres terrenos se vai transformando em ânsia. As diversões se vão tornando mais freqüentes e mais suntuosas. Os homens se preocupam sempre mais com elas.

"Nos trajes, nas maneiras, na linguagem, na literatura e na arte o anelo crescente por uma vida cheia de deleites da fantasia e dos sentidos vai produzindo progressivas manifestações de sensualidade e moleza.

"Há um paulatino deperecimento da seriedade e da austeridade dos antigos tempos. Tudo tende ao risonho, ao gracioso, ao festivo. Os corações se desprendem gradualmente do amor ao sacrifício, da verdadeira devoção à Cruz e das aspirações de santidade e vida eterna.

"A Cavalaria, outrora uma das mais altas expressões da austeridade cristã, se torna amorosa e sentimental, a literatura de amor invade todos os países, os excessos do luxo e a conseqüente avidez de lucros se estendem por todas as classes sociais.

"Tal clima moral, penetrando nas esferas intelectuais, produziu claras manifestações de orgulho, como o gosto pelas disputas aparatosas e vazias, pelas argúcias inconsistentes, pelas exibições fátuas de erudição, e lisonjeou velhas tendências filosóficas, das quais triunfara a Escolástica, e que já agora, relaxado o antigo zelo pela integridade da Fé, renasciam em aspectos novos.

"O absolutismo dos legistas, que se engalanavam com um conhecimento vaidoso do Direito Romano, encontrou em príncipes ambiciosos um eco favorável, e *pari passu* foi-se extinguindo nos grandes e nos pequenos a fibra de outrora para conter o poder real nos legítimos limites vigentes nos dias de São Luís de França e de São Fernando de Castela.

Pseudo-Reforma e Renascença

"Este novo estado de alma continha um desejo possante, se bem que mais ou menos inconfessado, de uma ordem de coisas fundamentalmente diversa da que chegara a seu apogeu nos séculos XII e XIII.

"A admiração exagerada, e não raro delirante, pelo mundo antigo, serviu como meio de expressão a esse desejo. Procurando muitas vezes não colidir de frente com a velha tradição medieval, o Humanismo e a Renascença tenderam a relegar a Igreja, o sobrenatural, os valores morais da Religião, a um segundo plano.

"O tipo humano, inspirado nos moralistas pagãos, que aqueles movimentos introduziram como ideal na Europa, bem como a cultura e a civilização

coerentes com este tipo humano, já eram os legítimos precursores do homem ganancioso, sensual, laico e pragmático de nossos dias, da cultura e da civilização materialistas em que cada vez mais vamos imergindo.

"Os esforços por uma Renascença cristã não lograram esmagar em seu germe os fatores de que resultou o triunfo paulatino do neopaganismo.

"Em algumas partes da Europa, este se desenvolveu sem levar à apostasia formal. Importantes resistências se lhe opuseram. E mesmo quando ele se instalava nas almas, não lhes ousava pedir — de início pelo menos — uma formal ruptura com a Fé.

"Mas em outros países ele investiu às escâncaras contra a Igreja. O orgulho e a sensualidade, em cuja satisfação está o prazer da vida pagã, suscitaram o protestantismo.

"O orgulho deu origem ao espírito de dúvida, ao livre exame, à interpretação naturalista da Escritura. Produziu ele a insurreição contra a autoridade eclesiástica, expressa em todas as seitas pela negação do caráter monárquico da Igreja Universal, isto é, pela revolta contra o Papado.

"Algumas, mais radicais, negaram também o que se poderia chamar a alta aristocracia da Igreja, ou seja, os Bispos, seus príncipes. Outras ainda negaram o próprio sacerdócio hierárquico, reduzindo-o a mera delegação do povo, único detentor verdadeiro do poder sacerdotal.

"No plano moral, o triunfo da sensualidade no protestantismo se afirmou pela supressão do celibato eclesiástico e pela introdução do divórcio".[3]

* * *

Embora a França tenha permanecido fiel à sua condição de filha primogênita da Santa Igreja, ela não deixou de sofrer os efeitos perniciosos do Humanismo, da Renascença e do Protestantismo, efeitos estes que se intensificaram nos séculos seguintes ao brado ímpio "los von Rom" (livres de Roma), de Lutero.

Em capítulos subseqüentes, tratar-se-á dessa influência deletéria no campo religioso, social e político.

---

3) Plinio Corrêa de Oliveira, *Revolução e Contra-Revolução*, p. 19

CAPÍTULO 2

JANSENISMO

> "A ação profunda do Humanismo e da Renascença, entre os católicos, não cessou de se dilatar numa crescente cadeia de conseqüências, em toda a França.
>
> "A piedade dos fiéis foi enfraquecida pelo jansenismo e por outros fermentos que o protestantismo do século XVI desgraçadamente deixara no Reino Cristianíssimo".[1]
>
> Plinio Corrêa de Oliveira

Tratar-se-á neste capítulo das querelas suscitadas pelos jansenistas que conturbaram a vida da Igreja durante o Ancien Régime.

O nosso objetivo aqui não é analisar os aspectos teológicos e doutrinários do jansenismo, mas fazer notar como ele contribuiu substancialmente para dividir e desprestigiar o esforço da Santa Igreja em sua luta contra as influências neopagãs da Revolução.

Por outro lado — e principalmente —, nos importa considerar as conseqüências deletérias sobre a piedade dos fiéis causadas pela doutrina e pela prática jansenistas, que desestimulavam a freqüência aos sacramentos e viam com maus olhos a devoção a Nossa Senhora.

---

1) Plinio Corrêa de Oliveira, *Revolução e Contra Revolução,* p. 19

A situação moral e religiosa da sociedade francesa no Ancien Régime

"A sociedade francesa dos séculos XVII e XVIII — escreve o Prof. Plinio Corrêa de Oliveira — estava gravemente enferma. Tudo a preparava para receber passivamente a inoculação dos germes do enciclopedismo e para desmoronar-se, em seguida, na catástrofe da Revolução Francesa.

"Apresentando aqui um quadro circunscrito dela e, pois, forçosamente muito simplificado, pode-se dizer que nas três classes sociais — Clero, Nobreza e Povo — preponderavam dois tipos de alma: os laxos e os rigoristas.

"Os laxos, tendentes a uma vida de prazeres que levava à dissolução e ao ceticismo. Os rigoristas, propensos a um moralismo hirto, formal e sombrio, que conduzia ao desespero, quando não à rebelião.

"Mundanismo e jansenismo eram os dois pólos que exerciam uma nefasta atração, inclusive até em meios reputados dos mais piedosos e moralizados da sociedade de então. (...)

"Haveria um trabalho de História interessante para fazer, demonstrando que o demônio começa a vencer quando consegue diminuir a devoção a Nossa Senhora. Isso se deu em todas as épocas de decadência da Cristandade, em todas as vitórias da Revolução.

"Exemplo característico é o da França antes da Revolução Francesa. A devoção a Nossa Senhora foi prodigiosamente diminuída pelo jansenismo, e foi por isso que ela ficou como uma floresta combustível onde uma simples chispa pôs fogo a tudo".[2]

A doutrina e a prática jansenistas

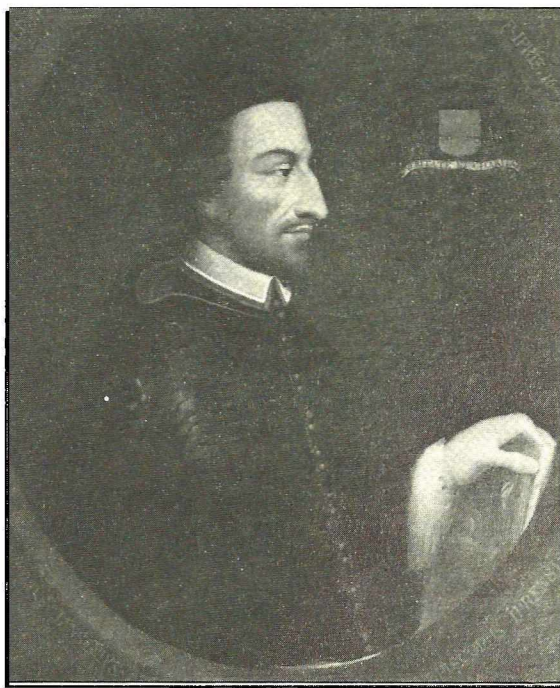
O jansenismo teve sua origem nas digressões teológicas de Cornélio Jansen, mais conhecido por Jansênio (1585-1638), Bispo de Ypres.

Este conjunto de doutrinas heréticas, ele o condensou na obra *Augustinus*, escrita com a pretensa finalidade de compilar os ensinamentos de Santo Agostinho sobre a graça e a predestinação; porém, acabou caindo em erros semelhantes aos dos protestantes.[3] Ludwig Pastor, em sua célebre *História*

---

2) Plinio Corrêa de Oliveira, *Prólogo à edição argentina de "Revolución y Contra-Revolución"*. pp. 11, 12 e 30

3) Para Jansênio, "como conseqüência do pecado de nossos primeiros pais, a natureza humana, despojada dos elementos essenciais de sua integridade, encontra-se radicalmente corrompida e depravada.

"Dominada pela concupiscência, a vontade é impotente para resistir e torna-se meramente passiva,

JANSÊNIO (1585-1638), BISPO DE YPRES. *Sua doutrina teológica, condenada como herética pela Santa Sé após sua morte, suscitou uma das seitas mais detestáveis e influentes que até hoje tenha existido infiltrada na Igreja.*

dos Papas, comenta a semelhança do jansenismo com o protestantismo, bem como a boa acolhida que recebeu entre os calvinistas.

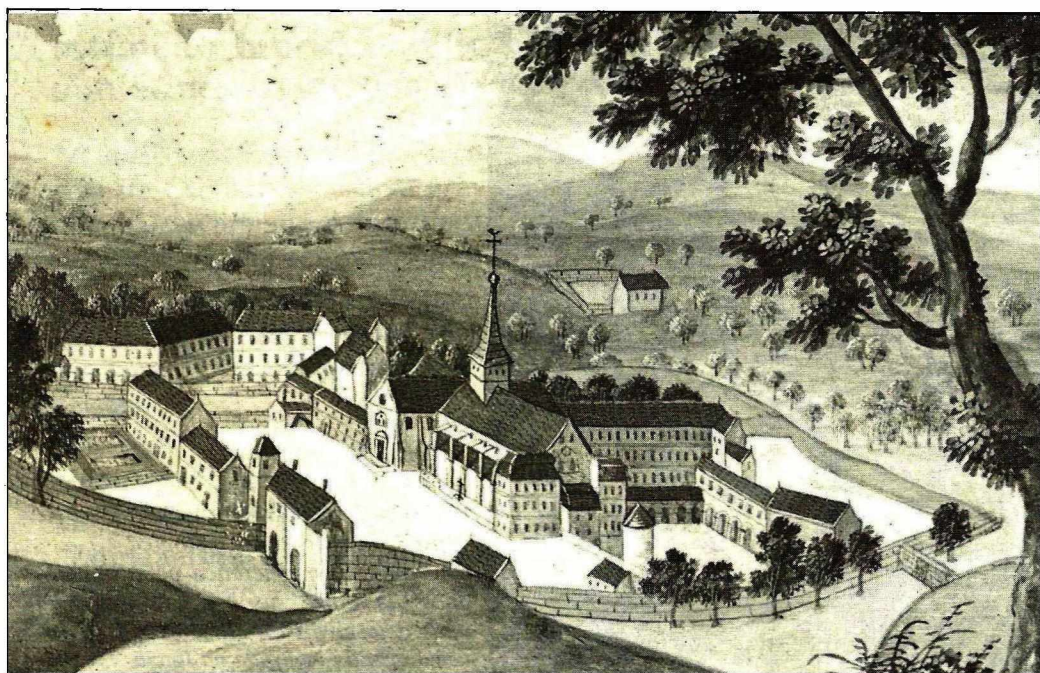
"Na pouca freqüência aos sacramentos, na aversão ao esplendor e à magnificência do culto, os jansenistas se aproximam dos protestantes e estão evidentemente influenciados por eles. Da mesma forma se mostram frios quanto à veneração pela Mãe de Deus. (...)

"O *Augustinus* recebeu grandes elogios dos calvinistas holandeses. Do púlpito, o ministro calvinista Gilberto Voit, que anteriormente se havia declarado contra Jansênio, elogiou o livro e empenhou-se em traduzi-lo ao holandês, afirmando que nada lhe parecia tão apropriado para confirmar em sua fé o povo calvinista.

---

não podendo fugir à atração que sobre ela exerce o mal, a não ser que se encontre ajudada por um movimento da graça superior à força da concupiscência. (...)

"Deste modo, o homem irresistivelmente, mas de forma voluntária, faz o bem ou o mal, segundo se encontre dominado pela graça ou pela concupiscência, não podendo resistir nem a uma nem à outra". (...)

O *Augustinus* "propagou-se após a morte de Jansênio rapidamente pela Bélgica, Holanda e França, tendo aparecido em pouco tempo em Paris uma nova edição com aprovação dos doutores da Sorbonne. Por outro lado, um decreto do Santo Ofício, de 1º de agosto de 1641, o condenava e proibia sua leitura." (Enciclopédia Universal Ilustrada Espasa-Calpe, Barcelona, 1924, verbete Jansenismo, vol. 28, p. 2462 e 2463)

CONVENTO DE PORT-ROYAL. *Foco de expansão do jansenismo na França. Por sua frieza em relação à devoção a Nossa Senhora, pela aversão ao esplendor do culto e pela pouca freqüência aos sacramentos, os jansenistas se assemelhavam aos protestantes.*

"Hugo Grocio já não duvidava da possibilidade de unir calvinistas e católicos, caso a doutrina do *Augustinus* fosse também a do Papa. (...)

"O pastor calvinista de Leerdan dava graças a Deus, porque o Bispo de Ypres finalmente se havia convertido e aceito a doutrina pregada por ele mesmo no púlpito de Leerdan".[4]

Na França, o foco de expansão do jansenismo foi o convento de Port-Royal.

"O jansenismo penetrou em Port-Royal — comenta Pierre Gaxotte — [por obra] de um de seus diretores, Duvergier de Hauranne, abade de Saint-Cyran (1581-1643). Assim, por efeito desta conjuntura, Port-Royal foi transformado. No começo, não era senão um destes múltiplos movimentos de renovação católica que apareciam por toda parte. Transformado em foco do jansenismo, ele perturbou a vida religiosa da França até a Revolução".[5]

Para se ter uma idéia da transformação que o jansenismo operou em Port-Royal, nada melhor do que ler as cartas que as religiosas dirigiam ao

4) Pastor, *Historia de los Papas*, vol. 28, pp. 341, 378 e 379
5) Pierre Gaxotte, *La France de Louis XIV*, pag. 223

DUVERGIER DE HAURANNE (1581-1643), ABADE DE SAINT-CYRAN, DIRETOR ESPIRITUAL DE PORT-ROYAL

MADRE ANGÉLICA ARNAULD (1591-1661), ABADESSA DE PORT-ROYAL

Os jansenistas eram partidários de um moralismo hirto, formal e sombrio que conduzia ao desespero e à rebelião. Suas doutrinas rigoristas terminavam por afastar os fiéis inicialmente das práticas religiosas e, depois, da própria religião.

abade de Saint-Cyran. Por exemplo, o criterioso historiador J. B. Weiss transcreve: "*Entre nossas filhas* — escrevia-lhe cheia de júbilo a abadessa de Port-Royal — *há algumas que já fazem 15 meses que não se confessam*".[6]

E Pastor acrescenta: "Refere Angélica [a abadessa] que sua irmã Magdalena — desde as instruções de Saint Cyran — procurava se confessar mais a Deus do que aos homens. Ela se encontrava então em um estado de extrema violência, dirigindo-se à confissão com tremor e terror por medo de não estar suficientemente preparada. Depois da confissão dos pecados, retirava-se do confessionário, sem se atrever a receber a absolvição.

"Outra irmã narra (...) a indizível angústia que sentia quando tinha que comungar, pois não sabia se cumprira a penitência que, segundo a doutrina do confessor, era necessária para recobrar a vida da graça perdida. (...)

"Angélica também permaneceu uma vez cinco meses sem comungar; causou muita estranheza que até numa Páscoa da Ressurreição se abstivesse do sacramento".[7]

---

6) J. B. Weiss, *Historia Universal*, Vol. XI, p. 611

7) Pastor, op. cit., p. 325

O farisaísmo pseudo-moralista dos adeptos de Jansênio logrou enganar, de início, muitas pessoas de boa fé. Porém, ao revelar suas doutrinas, os jansenistas provocavam escândalo entre os verdadeiros católicos.

Escreve Pastor: "Teria sido para Saint-Cyran uma preciosa aquisição, se tivesse podido persuadir São Vicente de Paulo, e através dele a Congregação dos Sacerdotes da Missão. Entretanto, a amizade de quinze anos com Vicente terminou quando Saint-Cyran sustentou a opinião de que Calvino havia pensado retamente, mas se expressado mal; que o Concílio de Trento tinha sido uma mera assembléia de escolásticos, cheia de intrigas e parcialidades; que desde o século XVI já não havia mais Igreja, pois antigamente Ela fora um rio com águas cristalinas, mas agora continha somente feno e lodo; (...) que antes a Igreja era a Esposa de Cristo, agora uma adúltera que obrigara o Esposo a repudiar a Esposa fiel e escolher outra".[8]

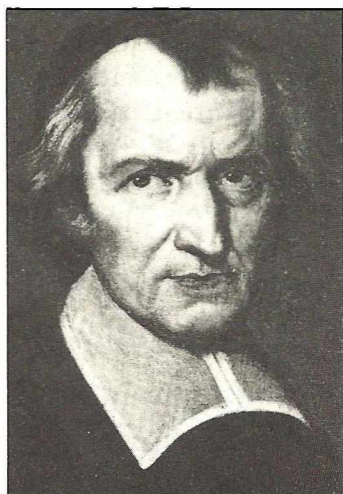
Comentam E. Preclin e E. Jarry, na conhecida *História da Igreja,* de Fliche-Martin: "Até aquela época, o jansenismo havia sido a opinião particular de alguns teólogos e doutores das universidades de Paris e de Louvain. (...) Ele transformar-se-ia, entretanto, em uma das correntes do pensamento religioso francês, belga e holandês".[9]

A expansão do jansenismo e as intermináveis querelas que suscitou

Com o passar do tempo, a doutrina jansenista foi ganhando sempre mais adeptos.

Para tal expansão, escreve Gaxotte, "o verdadeiro chefe do grupo jansenista foi Antonio Arnauld (1612-1694), doutor na Sorbonne, que seus amigos chamavam de grande Arnauld. Era um homem de baixa estatura, escuro e feio, jurista, dialético, geômetra, gramático, processualista, hábil no manobrar um silogismo seco, eriçado, veemente, não temendo a ninguém, pensando sempre contra alguém, repetindo continuamente seus próprios argumentos e tentando convencer os outros. O padre Henri Brémond o considerava uma «metralhadora teológica».

"Sob sua influência, a preocupação ascética e mística, que tinha sido a base de Port-Royal, passou para o segundo plano; o essencial agora era definir a doutrina, demonstrar, assegurar e proclamar que tinham razão e esgotar os meios de discussão e de dialética para esmagar os adversários e conservar sua posição.

8) Pastor, op. cit., pp. 326 e 327
9) E. Preclin e E. Jarry, in *Histoire de l'Eglise de Fliche et Martin,* Vol. 19, p. 207

ANTONIO ARNAULD (1612-1694), *um dos principais propagadores do jansenismo. Sob sua influência, as querelas jansenistas se exacerbaram.*

"Quando a Faculdade de Teologia obteve de Roma, em 1653 e em 1656, a condenação das cinco proposições que, segundo o magistrado Cornet, eram a alma do *Augustinus* [o livro de Jansênio], Arnauld submeteu-se como todo mundo.

"Reconheceu que segundo as normas do direito não havia matéria para chicanas, uma vez que o Papa havia falado. As proposições eram realmente heréticas e escandalosas, mas, agregava ele, elas não se encontravam no livro *Augustinus*. Elas não resumiam o seu conteúdo. Jansênio jamais dissera semelhantes coisas, uma vez que se ativera à pura doutrina de Santo Agostinho. A condenação, pois, não atingia nem a ele nem a seus discípulos.

"Esta distinção do fato e do direito iria dominar toda a polêmica. Roma ordenou a todos os clérigos a assinatura de uma declaração na qual abjurassem formal e explicitamente as cinco proposições. Os jansenistas não aceitaram assiná-la senão mediante reservas mais ou menos subtis, conservando a distinção do fato e do direito; os Bispos os apoiaram, juntamente com os Vigários-Gerais, administradores da Diocese de Paris na ausência do Cardeal de Retz.

"Luís XIV, desejando encerrar a questão e temendo o aspecto de clã político e de seita religiosa do jansenismo, anulou a decisão dos Vigários-Gerais. As pensionistas e as noviças foram expulsas de Port-Royal, e as escolas que os jansenistas mantinham foram demolidas. Arnauld fugiu. As religiosas mais fanáticas foram presas e dispersadas por outros conventos. (...)

"Em 1667, por ocasião da morte de Alexandre VII e eleição de Clemente IX, quatro Bispos ainda se mantinham em rebelião e vários outros simpatizavam com sua causa. (...)

"Persuadido de que a Igreja era a principal vítima dessas querelas, Clemente IX aceitou uma composição. Os quatro Bispos assinaram a declaração, mas acompanhada de comentários cheios de ambigüidades. O Papa louvou-os por terem assinado com um coração sincero. Arnauld foi recebido com distinção pelo núncio e pelo Rei. Port-Royal des Champs reabriu suas portas às religiosas. (...) Tal foi a paz da Igreja [a famosa Paz Clementina], celebrada como um grande acontecimento do Reino. Evidentemente ninguém se deixara convencer: era uma paz obtida pelo cansaço. (...)

"Durante toda a crise, os mais eloqüentes e intransigentes adversários de Port-Royal haviam sido os jesuítas. Será contra eles, agora, que Port-Royal fará represálias e dirigirá seus golpes.

"Das dezoito «Provinciais» [cartas escritas pelo matemático e escritor jansenista Pascal], doze analisavam a moral [dos jesuítas] e seus doutores. Com luxo de citações, Pascal denunciou os pretensos diretores de consciência cuja engenhosa doutrina consistia em tudo desculpar e permitir: a mentira, o roubo, a calúnia, o duelo, o homicídio. Levantou assim, contra a Companhia de Jesus, um mundo de suspeitas e hostilidades.

"Derrotado como doutrina, o jansenismo venceu entretanto como polêmica. Apesar de colocadas no Index em Roma e queimadas em Paris, as «Provinciais» triunfaram irresistivelmente. (...)

Últimas controvérsias a propósito de uma heresia obstinada

"O furacão levantado a propósito de um caso de consciência submetido aos doutores da Sorbonne em 1701 — prossegue Gaxotte — não se apaziguou mais. Foi uma tempestade de mandados, censuras, instruções, libelos, respostas, breves fulminados de Roma, decretos fulminados a partir de Versailles. O centro do debate foi um livro — as *Reflexões Morais*, do Pe. Quesnel — cuja exegese era ainda mais difícil que a do *Augustinus*, pois ele trocava várias vezes de título, de formato, de capa e, em parte, de conteúdo. (...)

"O espírito do jansenismo evoluiu mais uma vez; já não se tratava de um grupo de homens obstinados, eruditos e piedosos defendendo com pertinácia uma doutrina que tinham por verdadeira. Tratava-se agora de uma seita, de um partido. (...)

"O Pe. Quesnel foi condenado pela Inquisição, Port-Royal des Champs abolido, as irmãs dispersas pela polícia (1708), os edifícios derrubados, o

cemitério suprimido, os restos dos solitários e religiosas exumados, lançados numa tumba e levados para o cemitério de Saint-Lambert (1710).

"Finalmente, a 8 de setembro de 1713, Clemente XI, pela bula «Unigenitus Dei Filius», condenou 101 proposições extraídas das *Reflexões Morais* como falsas, capciosas, temerárias, injuriosas, ímpias, blasfematórias, errôneas ou heréticas.

"Porém, longe de pôr fim à agitação, esta bula deu início a uma revolta ainda mais incendiária, mais grave, mais longa, que duraria até depois do Ancien Régime".[10]

Conseqüências da querela jansenista

"Os jansenistas — assinala o historiador Bernard Faÿ — não se submeteram. Vencidos em todos os terrenos, mantiveram sua oposição graças a uma rede de resistência secreta no Clero e entre os fiéis, e a um jornal clandestino, *Les Nouvelles Ecclésiastiques*, que a polícia real nunca conseguiu confiscar".[11]

Assim, podemos afirmar com François Furet que o jansenismo foi a "crise fundamental, decisiva sem dúvida, da França católica".[12]

Por seu lado, a diretora de pesquisas do Centro Nacional de Pesquisas Científicas da França, historiadora Mona Ozouf, salienta que "provavelmente ainda não se mediu inteiramente o desnorteamento profundo que comunicaram à massa dos fiéis as querelas intermináveis do jansenismo".[13]

E Paul Hazard, da Academia Francesa, assinala que "as conseqüências não foram pequenas. As matérias de fé mais delicadas tinham sido tratadas em praça pública, e o mais ignorante acreditava-se juiz para decidir se as proposições condenadas pela bula se encontravam ou não no livro do Pe. Quesnel. Assim, gente «obstinada como demônios», mulheres comuns, e até empregadas, seriam capazes de dar a vida a propósito de distinções e interpretações que na maioria das vezes não entendiam.

"O poder civil, chamado a intervir nos assuntos religiosos, o fez com tanta arbitraridade que perdeu o crédito. A hierarquia eclesiástica foi ameaçada: por que a autoridade do Papa, e não a dos Bispos sucessores diretos dos Apóstolos? Por que a autoridade dos Bispos, e não a dos párocos, ministros do Evangelho? Por que a autoridade dos padres, e não a dos fiéis, decidindo como membros da comunidade cristã?

---

10) Pierre Gaxotte, op. cit., 1946, pp. 223 a 228
11) Bernard Faÿ, *La Grande Révolution*, p. 21
12) François Furet, *Penser la Révolution Française*, p. 162
13) Mona Ozouf, *Dictionnaire Critique de la Révolution Française*, p. 53

"O baixo Clero foi instigado a desaprovar os Bispos, e o temporal se levantou contra o espiritual. Nestas desordens os racionalistas encontraram uma bela ocasião para o debique, e não deixaram de explorá-la. (...)

"Os hábitos e os procedimentos jansenistas haviam abalado na sociedade laica o ascendente do magistério eclesiástico. Nesta Igreja que, face aos filósofos, teria necessidade de coesão, as brechas existiam. E os devotos peregrinos que, portando o pequeno manual publicado em 1767, rumavam de Paris a Port-Royal des Champs como se estivessem fazendo uma Via-Sacra, não se davam conta de que esta religião port-royalista, da qual celebravam as supremas liturgias, viria a tornar-se, involuntariamente, o arsenal de Voltaire e Diderot".[14]

Assim, apesar de condenado, o jansenismo continuou influindo largamente na França e produzindo frutos desastrosos para a piedade dos fiéis. Como assinala Pastor, "esta nova doutrina seria bem recebida por muitos, porque de certa forma os desobrigava do pesado dever de confessar-se; e além de distanciá-los dos sacramentos, dava-lhes a gloriosa aparência da mais alta perfeição.

"Desta maneira, muitos fiéis deixaram primeiro as práticas religiosas, e depois a própria religião.

"Goethe considera que *Voltaire, (...) Hélvecio, Rousseau e toda sua escola não prejudicaram a moralidade e a religião por mais tempo do que o severo e enfermiço Pascal e seus seguidores*. De qualquer modo, ter-se-ia recusado Voltaire com um brado de indignação se o terreno já não estivesse preparado, em parte também, pelo jansenismo".[15]

Georges Duby faz notar, por sua vez, que "mil sintomas assinalavam que a crise religiosa era profunda: em certas regiões o jansenismo pôde acelerar uma descristianização pouco a pouco perceptível; o pensamento religioso cedeu gradualmente lugar a uma religiosidade epidérmica, indiferente à doutrina.

"E sobretudo a «filosofia» fez progressos consideráveis no baixo Clero, que contava em suas fileiras notórios anticlericais e «filósofos» declarados".[16]

Nas primeiras décadas do século XVIII, como mostra Gaxotte, o jansenismo paulatinamente "misturou-se com o galicanismo para reavivá-lo. Ele é cada vez menos eclesiástico, e cada vez mais popular e parlamentar. Nós o encontramos até nos bancos da Assembléia Constituinte.

"Ele inspira os tribunais de justiça, nas ocasiões solenes em que se enfrentavam os direitos do Rei, os direitos do Papa e os direitos da Igreja francesa".[17]

14) Paul Hazard, *La Pensée Européenne au XVIIIe. Siècle*, pp. 106 e 107
15) Pastor, op. cit., pp. 383 e 384
16) Georges Duby, *Histoire de la France*, p. 219

Taine é enfático: "Em toda a primeira metade do século XVIII, não vejo no Terceiro-Estado senão o único foco de oposição: o Parlamento. E, em torno dele, para atiçar fogo, o velho espírito galicano ou jansenista. (...)

"Incessantemente reacesa, a querela entre o Parlamento e a Corte será uma das tochas incendiárias que provocará a grande explosão final, e as brasas jansenistas, cobertas sob as cinzas, encontrarão seu emprego em 1791, quando se atacar o edifício eclesiástico".[18]

---

17) Pierre Gaxotte, *Histoire des Français,* p. 467
18) H. Taine, *Les Origines de la France Contemporaine,* pp. 400 e 401

CAPÍTULO 3

GALICANISMO

Ao lado do jansenismo, o galicanismo foi outra corrente de pensamento que conturbou a vida religiosa no Ancien Régime francês.

A polêmica suscitada em torno de suas teses também contribuiu para enfraquecer consideravelmente a unidade da Igreja, prejudicando assim seus esforços contra o crescente avanço da irreligião.

Bernard Basse, em sua tese de doutorado laureada pela Sorbonne, resume a doutrina e a importância do galicanismo na preparação dos espíritos para a Revolução Francesa.

"Daniel-Rops situa muito bem o galicanismo quando escreve: *Na França, a marcha em direção ao absolutismo é acompanhada pelo desenvolvimento de uma doutrina que não demorará muito em colocar temíveis problemas para a Igreja: o galicanismo.*

"Doutrina? O termo é realmente preciso. Trata-se de todo um conjunto de tradições, de práticas e de idéias, que tiveram raízes profundas no tempo e se apresentam de maneira complexa. É uma corrente para onde confluem o orgulho e a independência nacionais e uma espécie de anticlericalismo disfarçado, na verdade uma forma de laicismo.

Ela nos traz à memória muitas lembranças históricas do tempo de Filipe o Belo, da época do grande cisma, das discussões que precederam a concordata de 1516, sem falar das teses protestantes. Tomado em seu conjunto, o galicanismo se apresenta como um movimento de oposição às prerrogativas da Sé Pontifical em favor das da Igreja da França e do Estado francês".[1]

---

1) Bernard Basse, *La Constitution de l'ancienne France,* p. 341

As diversas correntes do galicanismo

Podemos distinguir dois tipos de galicanismo, o político e o eclesiástico.

"O primeiro — continua Bernard Basse — teve por defensores jurisconsultos como de Moulin, G. Coquille e Pierre Pithou. Foi certamente o último quem lhe deu sua melhor expressão, em 1594, em um tratado intitulado «As liberdades da igreja galicana». O autor enumera ali os principais privilégios do Rei face à Igreja francesa. Por exemplo, a prerrogativa de impedir os Bispos do Reino de se comunicarem diretamente com Roma, ou ainda o privilégio de se opor à introdução na França das decisões pontifícias e conciliares.

"Como assinala Daniel-Rops, *em princípio, os direitos espirituais do Papa não estavam em jogo, mas se lhes retirava a maior parte dos meios de torná-los eficazes na França.* (...)

"Quanto ao galicanismo eclesiástico, não era menos excessivo, pretendendo que o poder infalível pertencia unicamente ao Concílio. Era o que sustentava Edmond Richer, no início do século XVII, em sua obra «O poder eclesiástico e o poder político», onde defendia as prerrogativas da Igreja galicana.

"Tais eram os dois tipos de galicanismo: um afirmava os direitos da realeza sobre a Igreja da França, o outro questionava a autoridade espiritual do Papa".[2]

Vendo no galicanismo uma forma de reforçar o poder real absoluto, Luís XIV tomou atitudes favoráveis às correntes galicanas.

"Com o reinado pessoal de Luís XIV — escrevem Preclin e Jarry — os conflitos vão nascer e se agravar, pois o Rei queria servir-se da Igreja galicana como de um instrumento para os seus fins políticos".[3]

A questão das regalias

"No início de seu reinado — prossegue Bernard Basse —, vários incidentes tiveram lugar, por ocasião da publicação de diversos escritos favoráveis à infalibilidade pontifícia, que levaram a Sorbonne, apoiada pelo Rei, a tomar partido pelo galicanismo.

"Mas estes incidentes nada foram em comparação com o caso das «regalias». Desde os primeiros tempos da realeza, era admitido que ela dispunha do direito de «regalia». Este direito se apresentava sob duas formas: a regalia temporal e a regalia espiritual.

---

2) Bernard Basse, op. cit., p. 346

3) E. Preclin et E. Jarry, *Histoire de L'Église* vol. 19, p. 151

BOSSUET (1627-1704), BISPO DE MEAUX. *Célebre por sua eloqüência sacra, combateu com vigor os protestantes. Apesar disso, foi o redator da "Declaração dos quatro artigos", que resumia a doutrina galicana.*

"A primeira conferia ao Rei o direito de cobrar a renda de um bispado durante a vacância da sede episcopal. A segunda, mais recente, autorizava o Rei a dispor dos benefícios eclesiásticos em caso de vacância da Sé, enquanto que em tempo normal o titular de um benefício era designado pelo Bispo. Mas enquanto a regalia temporal se exercia em toda a extensão do Reino, a regalia espiritual não era concedida ao Rei a não ser em certas dioceses, em geral no norte da França.

"Ora, pelas cartas patentes de 10 de fevereiro de 1673, Luís XIV decidiu estender a regalia espiritual a todo o Reino. Era usurpar os direitos pertencentes à Igreja. Inocêncio XI, se bem que muito descontente, contemporizou. Luís XIV imaginou então ratificar sua decisão por uma assembléia do Clero da França. Esta, dominada pela alta figura de Bossuet, examinou a questão.

"Rapidamente, porém, esqueceu-se a regalia para discutir o problema mais amplo das relações entre o poder espiritual e o poder temporal. Colbert, apoiado pelo Rei, trabalhou para que fosse proclamada pela Assembléia a doutrina galicana.

"Foi nessas circunstâncias que Bossuet redigiu em 1682 a famosa «Declaração dos quatro artigos», que foi aprovada por unanimidade pela Assembléia do Clero. E o Rei apressou-se em publicar esta Declaração no edito de 22 de março de 1682, o qual fez registrar pelo Parlamento, procurando dar-lhe a qualidade de lei fundamental.

BEM-AVENTURADO INOCÊNCIO XI (1661-1689). *No conflito com as pretenções galicanas de Luís XIV, soube defender com fiel intransigência as prerrogativas eclesiásticas da Santa Sé.*

"Inocêncio XI, depois de muita paciência, decidiu em 16 de novembro de 1687 excomungar Luís XIV. Contudo a medida não foi publicada, mas somente notificada secretamente ao Rei.

"Tendo o Papa morrido, o conflito se apaziguou sob seus dois sucessores, Alexandre VIII e Inocêncio XII. Depois fez-se um acordo em 1693, através de uma negociação: Luís XIV renunciava a considerar a Declaração como lei fundamental, em troca do que o Papa lhe concedia o direito de regalia em todo o Reino.

O galicanismo e suas conseqüências nas relações Igreja-Estado

"O que continha a Declaração de 1682? Como «catecismo» do galicanismo, ela afirmava a independência absoluta do poder temporal em face do Papa, a superioridade do concílio universal sobre a autoridade papal, a existência de privilégios especiais em proveito da Igreja da França, e finalmente a necessidade do assentimento da Igreja universal para tornar infalíveis as decisões pontifícias. Só o enunciado destes quatro artigos já dispensa comentários.

"Esta célebre Declaração, à qual juridicamente se recusou o valor de uma lei fundamental, conservou no entanto uma autoridade quase oficial, e regulou, praticamente até a queda da realeza, as relações entre a Igreja e o

Estado. Ela tinha sido, porém, formalmente condenada pelos papas, notadamente por Inocêncio XI em suas cartas em forma de Breve, de 11 de abril de 1682, por Alexandre VIII na Constituição «Inter multiplices», de 1º de agosto de 1690, e um século mais tarde por Pio VI, na bula «Auctorem fidei», de 18 de agosto de 1794.

"Sem dúvida ela foi revogada e repudiada por vários Bispos que a haviam assinado. E o próprio Luís XIV, em uma carta endereçada a Inocêncio XII em 14 de setembro de 1693, renunciou à execução de seu edito de março de 1682, que tornava obrigatória em todo o Reino o ensino da Declaração. Mas, apesar de tudo, ela continuou sendo o código que regulamentou as relações entre os dois poderes até a queda da realeza.

"Tal foi a história do galicanismo, muito sucintamente recordada. Afirmando a independência quase total do Rei de França em face do Papado, o galicanismo caminhava no mesmo sentido que o absolutismo. (...) Permitindo ao Rei intervir nas esferas eclesiásticas, e desse modo misturar perigosamente o temporal e o espiritual, ele tendia a laicizar a religião, estatizando-a.

"De outro lado, como assinala Fr. Olivier-Martin, parece certo que o galicanismo, afastando muito de Roma a Igreja da França, acabou por enfraquecer sua posição global, e contribuiu (...) para o progresso da irreligião.

"É a razão pela qual, mesmo sem chegarmos à conclusão de que «as máximas de 1682 minaram a realeza francesa», podemos entretanto afirmar que a Revolução [Francesa], na medida em que foi uma revolução religiosa, deitou numerosas raízes no galicanismo.

"Como chama a atenção Joseph de Maistre: *Dia virá em que todos se convencerão de que as teorias revolucionárias, que têm feito tudo o que nós temos visto, não são senão um desenvolvimento rigorosamente lógico dos quatro artigos estabelecidos como princípios.*

"Absolutismo e galicanismo foram as duas principais úlceras que corroeram a realeza".[4]

4) Bernard Basse, op. cit., pp. 347 a 350

CAPÍTULO 4

O APARECIMENTO DA BUROCRACIA ESTATAL[1]

O galicanismo, no qual já se podiam entrever os germes da "Igreja Constitucional" de 1790, foi, por muitos lados, uma manifestação do absolutismo real.

No absolutismo real, uma tendência velada ao igualitarismo

Como se verá a seguir, Luís XIV terminou de implantar na França o governo absoluto e criou uma verdadeira burocracia estatal, ao substituir a antiga Nobreza pela burguesia tecnocrática no governo das Províncias.

---

1) Neste capítulo e nos subseqüentes analisaremos a cegueira, os defeitos, as cumplicidades da Família Real e dos nobres em relação aos germes de decadência religiosa, moral, social e política que acabaram por tomar conta da França do século XVIII.

Para melhor compreender esses fatores, sua ação deletéria e suas conseqüências, será necessário pô-los em realce e descer aos pormenores. É o que procuraremos fazer, sem exagerar nada, mas sem ocultar nada.

Entretanto, isso não significa que não tenha havido na Nobreza e na Família Real exemplos altamente edificantes durante esse período. Seria deslocado citá-los no decorrer da descrição que segue, mas nem por isso são eles menos evidentes.

Sobretudo convém ter em mente o papel altamente necessário e benéfico da Nobreza, e a seu modo da Realeza, como instituições, o qual em nada fica prejudicado pela existência de maus nobres. Sobre esse papel remetemos o leitor para a excelente obra do Prof. Plinio Corrêa de Oliveira, "Nobreza e elites tradicionais análogas nas alocuções de Pio XII ao Patriciado e à Nobreza romana".

Nesta substituição havia uma tendência ao igualitarismo, bem apontada por François Furet: "A monarquia administrativa esvaziou de sua substância viva a sociedade de ordens e abriu as vias, não tanto à igualdade de condições quanto ao igualitarismo como valor".[2]

Na verdade, o Ancien Régime, enquanto continuação da Idade Média, estava construído sobre a noção de hierarquia. E de uma hierarquia baseada não só na desigualdade de méritos pessoais, mas sobretudo na desigualdade hereditária da tradição, que é o resultado de um conjunto de méritos adquiridos no passado.

Luís XIV, ao preterir a desigualdade conferida pela tradição — portanto pelo nascimento — em favor da proveniente da fortuna e dos méritos pessoais, foi destruindo as próprias bases sobre as quais se estabelecera a sociedade do Ancien Régime, abrindo desta maneira o caminho para a Revolução Francesa.

O absolutismo favoreceu poderosamente as tendências igualitárias que já trabalhavam a França pré-revolucionária, aponta Furet:

"Aquilo que Tocqueville denomina em seu último livro [*L'Ancien Régime et la Révolution*] «democracia», é uma cultura igualitária bem mais do que um estado da sociedade. Esta cultura deveu sua extensão ao desenvolvimento da monarquia absoluta, que ao mesmo tempo destruiu e fixou as hierarquias tradicionais, esvaziando-as de seu conteúdo, mas eternizando-as pela lei.

"Ora, foi o triunfo desta cultura — e de uma administração centralizada da qual ela foi a causa e o efeito — que constituiu o sentido da Revolução Francesa, ligando Luís XIV e Napoleão".[3]

Como o absolutismo destruiu um consórcio de interesses econômicos favorável ao equilíbrio social

Ao separar o nobre de sua gente e de suas terras, onde exercia uma influência benéfica oriunda de sua autoridade patriarcal, Luís XIV destruiu um consórcio existente entre os interesses do senhor e o bem comum do feudo. Outrora, a prosperidade da região dependia da prosperidade dos senhores da terra.

Pelo sistema de aforamento, o trabalhador rural não era um mero assalariado, como ocorre em nossos dias. Ele tinha direitos específicos sobre

2) François Furet, *Penser la Révolution Française*, p. 45
3) François Furet, op. cit., p. 127

a propriedade em que trabalhava e ligava-se ao senhor da terra por vínculos especiais cuja origem remontava à Idade Média. Isso fazia com que, do ponto de vista econômico, senhores e camponeses se sentissem co-proprietários de uma mesma "empresa" chamada feudo.

Pode-se assim compreender o papel dessa convergência de interesses para a manutenção da harmonia social, política e econômica entre as diversas ordens do Ancien Régime.

Esse equilíbrio ficou gravemente conturbado pela obra centralizadora do "rei-sol": a figura do senhor da terra foi substituída pela do funcionário do governo central, que era inteiramente estranho à região e alheio aos interesses locais.

Perito em finanças e fiscal do Rei, esse funcionário tinha empenho em coletar da população rural a maior quantia possível em impostos, para com isso demonstrar zelo pelos interesses reais.

Com o passar do tempo, a situação foi se tornando insustentável, provocando conflitos de interesses entre o poder central e os poderes locais, entre os súditos e o Rei.

A Fronda e suas conseqüências

Por outro lado, durante a Fronda,[4] a mais alta Nobreza se levantou contra o Rei, ao qual maximamente ela devia fidelidade, vassalagem e obediência, visando tornar o poder real mais simbólico do que efetivo.

"O absolutismo real — comenta Georges Duby — que os *frondeurs* haviam contestado, encontrou na experiência de cinco anos de agitações uma temível justificação.

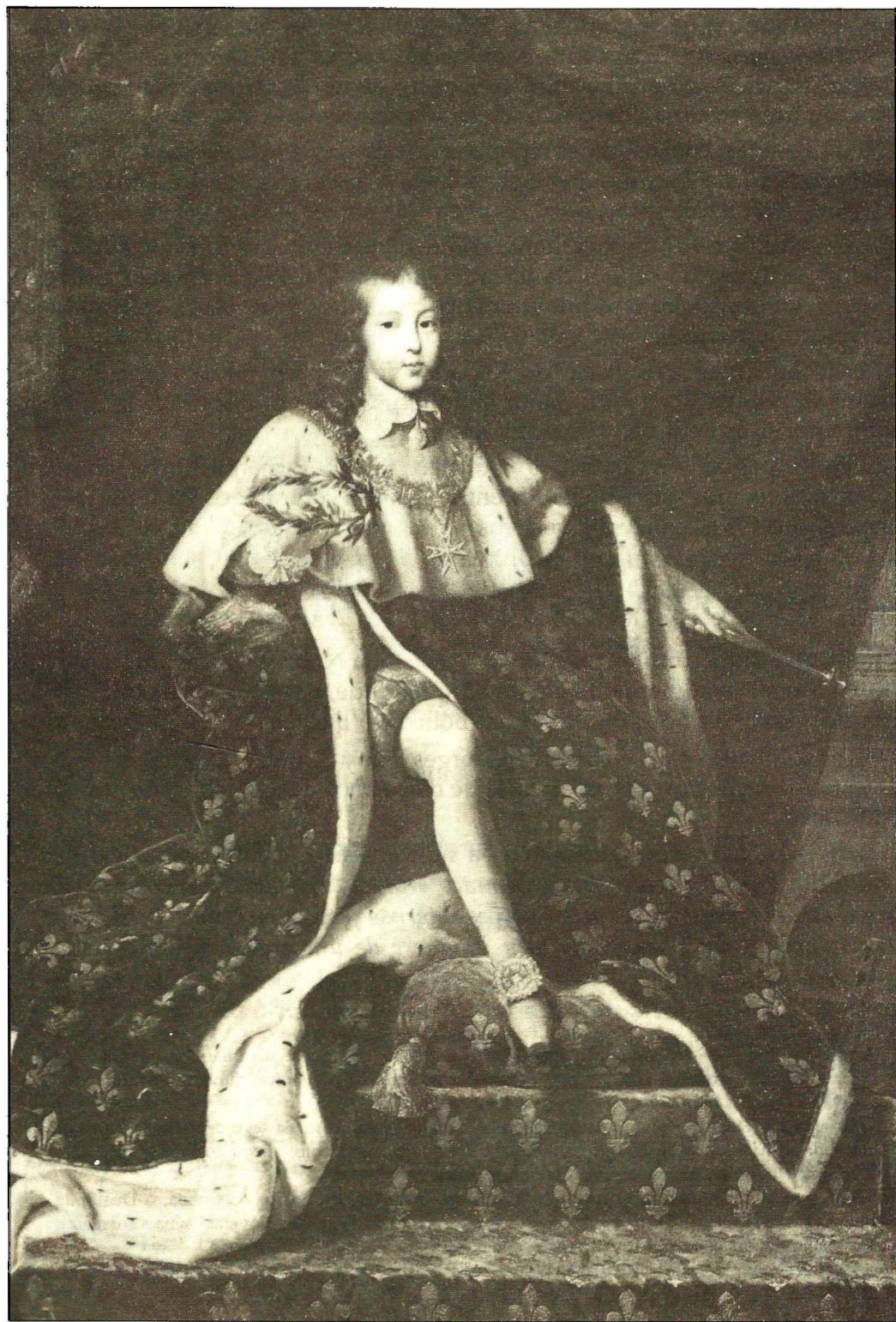
"Luís XIV não esquecerá jamais a humilhação e a insegurança de sua juventude: *Estas agitações terríveis antes e depois de minha maioridade, uma guerra estrangeira onde as perturbações internas fizeram a França perder mil e mil vantagens, um príncipe de meu sangue e de um grande nome à testa de*

---

4) A palavra Fronda — *fronde* em francês, jogo com que as crianças se divertiam na Paris do Ancien Régime, passou à História para designar a guerra civil na França, durante a minoridade de Luís XIV, entre o partido da Corte e o do Parlamento (1648-1653).

Causada sobretudo pela má política financeira de Mazarino, a Fronda teve duas fases: a primeira, chamada velha Fronda ou Fronda parlamentar, em que o Parlamento, aliado ao Prícipe de Conti e ao Cardeal de Retz, desempenhou o principal papel.

Na segunda, chamada Fronda nova ou Fronda dos príncipes, o Príncipe de Condé, o Duque de Beaufort e Madame de Longueville, com o apoio secreto da Espanha, moveram uma verdadeira campanha militar contra as tropas reais, comandadas por Turenne.

A velha Fronda durou de 1648 a 1649, e a nova de 1649 a 1653.

meus inimigos... Estas lembranças pesarão muito sobre todo seu Reino, e condicionarão certamente muitos aspectos de sua política interna".[5]

Com efeito, a recordação da Fronda produziu em Luís XIV uma espécie de horror da volta ao feudalismo, porque ele identificava infundadamente *feudalismo* com *caos*, e por isso *absolutismo* com *ordem*.

Diante de uma Nobreza com direitos próprios que o Rei não podia eliminar; hereditária, que não precisava do Rei para transmitir seus feudos a seus filhos; que vivia em suas terras sem auxílio real; onde, segundo o dito de Montaigne, "cada francês nobre é um rei em suas terras, e não precisa prestar contas a ninguém";[6] diante dessa Nobreza, Luís XIV imaginava que, para obrigá-la à obediência, precisava de uma força hercúlea. Pois, como a unidade da nação provinha do monarca, esse *unum* tinha que ser fortíssimo, hercúleo. Em outras palavras: absoluto.[7]

O seu grande erro foi, portanto, confundir absolutismo com ordem.

Por outro lado, a Nobreza encontrava-se intoxicada por uma decadência moral que a fazia esquecer seu dever de lealdade e de submissão para com o Rei. Ora, frouxo o vínculo moral, o poder nada resolve. Para manter a

Na página anterior:
LUÍS XIV MENINO. *Durante sua minoridade, eclodiu a Fronda, verdadeira guerra civil promovida pelos mais altos nobres contra o poder real. Essa recordação produziu em Luís XIV um horror da volta ao feudalismo. Ele identificava infundadamente "feudalismo" com "caos", e, por isso, "absolutismo" com "ordem".*

5) Georges Duby, *Histoire de la France de 1348 à 1852*, p. 148

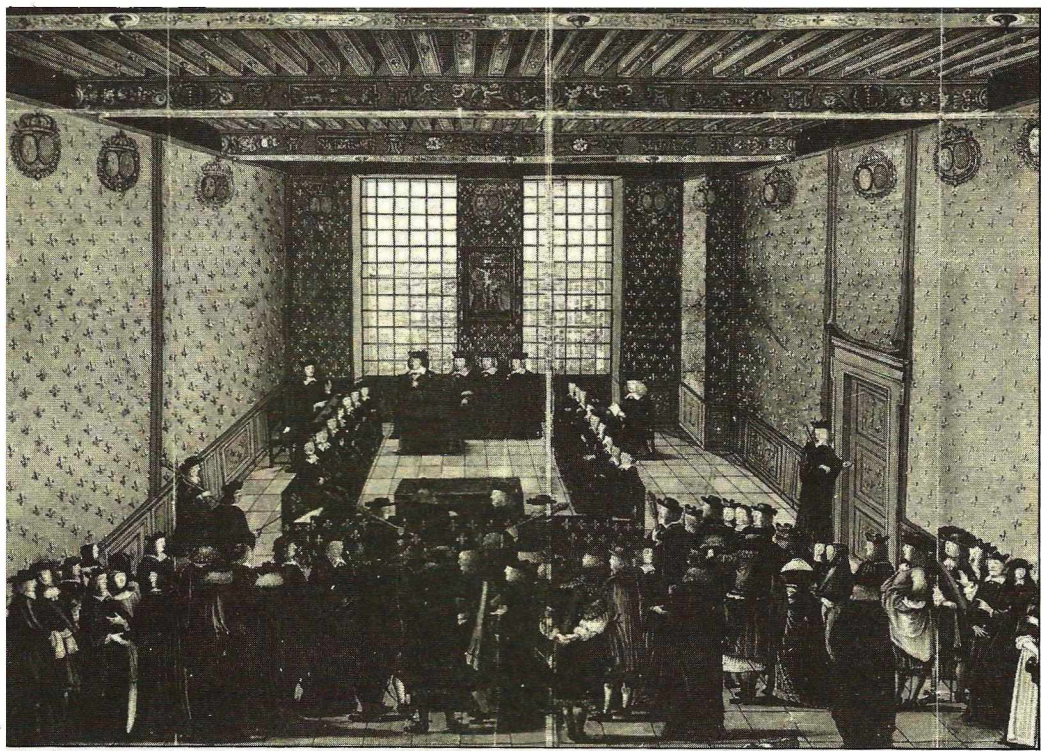
6) Apud Weiss, *História Universal*, vol. XV, p. 216

7) R. R. Palmer, da Academia Americana de Ciências e Artes e professor nas Universidades de Princenton, Chicago e Colorado, matiza o caráter absoluto da monarquia francesa no Ancien Régime:

"Monarquia absoluta é uma expressão empregada mais pelos historiadores que pelos reis ou seus súditos. Não foi senão nas piores situações, como aquela de Luís XV diante do Parlamento de Paris, em 1766, que um soberano afirmou enfaticamente seu poder absoluto. (...)

"A oeste da Rússia, todos os reis reconheciam a importância da lei e dos juristas, e concediam, pelo menos em princípio, a existência de liberdades para seus povos. (...)

"Mesmo na teoria, o absolutismo real era limitado. Assim, como disse Bossuet, o poder legítimo do Rei da França era absoluto, mas de nenhum modo arbitrário. O Rei não podia fazer tudo o que quisesse, nem pretendia encarnar qualquer destino histórico ou vontade nacional; era um monarca cristão, reinando dentro do contexto das leis da religião e da Igreja.

"O poder real era limitado de fato, não só porque o mais capaz dos soberanos dependia dos que o cercavam e de seus conselheiros, mas porque cada monarquia era uma construção composta de classes sociais e de Províncias diferentes, cada uma dotada de um estatuto particular, de um sistema jurídico ou de privilégios aos quais a autoridade real estava superposta". (R.R. Palmer, *Les Grandes Vagues Révolutionnaires — 1789*, pp. 40 e 41)

SESSÃO INAUGURAL DE UMA CÂMARA DE JUSTIÇA. *Luís XIV substituiu os restos de feudalismo pela burocracia administrativa. Com um sistema de governo cada vez mais centralizador, ele hipertrofiou o poder real e tirou da Nobreza toda e qualquer autoridade local.*

ordem, torna-se muitas vezes tirânico. E à força de ser tirânico, acaba explodindo. Surge então um clima propício para a eclosão da Revolução Francesa.

Por isso, Luís XIV, que sob certos aspectos simboliza o contrário da Revolução Francesa, e ao qual esta odiou especialmente, foi ele próprio um de seus precurssores.

A implantação do absolutismo real na França

Com a preocupação de instaurar um governo absoluto, Luís XIV não se apoiou na Nobreza, mas na burguesia: "*Eu achei* — disse o próprio Luís XIV — *que não era de meu interesse escolher homens de dignidade mais eminente, porque tendo necessidade de estabelecer em todas as coisas minha própria reputação, era importante que o público conhecesse, pela posição de todos aqueles de quem me fazia servir, que não tinha intenção alguma de dividir com eles minha autoridade, e que eles mesmos, sabendo o que eram, não tivessem maiores esperanças que as que eu mesmo lhes quisesse dar*".[8]

Deste modo, uma administração nova, inteiramente dependente do poder real, foi gradualmente extinguindo os restos de autonomia local que ainda existiam na França.

Como assinala o professor da Sorbonne, Philippe Sagnac, "no momento em que Luís XIV assumiu o governo, (...) a França não era ainda um Estado moderno no sentido próprio da palavra. Ela conservava um regime social que era ainda o feudalismo civil. (...) Luís XIV e seus ministros entenderam que deviam criar uma monarquia absoluta. (...)

"Para esta obra era preciso que o Rei dispusesse de agentes permanentes, os quais não dependessem senão dele, e lhe fossem em tudo devotados: na própria sede do governo, os ministros, os secretários e os conselheiros de Estado, todos escolhidos exclusivamente da burguesia, menos independentes que nobres e clérigos. (...) Nas Províncias, ao lado dos governadores e comandantes militares, que pertenciam à Nobreza, os comissários, revestidos de plenos poderes através de sua «carta de comissão», representantes diretos do Rei, revogáveis quando necessário.

"Em cada «generalidade» ou «intendência» estava sediado um intendente com posto fixo. (...) O intendente era o verdadeiro senhor de sua «generalidade». Era um agente ativo da centralização. (...) Desse modo, uma nova administração se superpôs à antiga. (...)

"[Aos intendentes] vieram se acrescentar mais tarde os chefes de polícia. Para ter em suas mãos Paris, que ele temia, Luís XIV confiou a polícia, até então dispersa entre o Parlamento e a Prefeitura, a um único chefe. O sucesso desta instituição fará estabelecer um dia chefes de polícia em todas as cidades mais importantes do Reino. Estes serão agentes de centralização de primeira ordem. (...)

"Assim, em todas as regiões da antiga França a centralização administrativa se desenvolvia rapidamente. O Rei controlava as Províncias através das cidades. Sem dúvida as eleições municipais não foram abolidas, (...) mas o prefeito era nomeado pelo Rei, seja indireta, seja diretamente. A liberdade municipal perecera.

"Doravante não haveria mais nenhum poder político em uma Província. Os burgueses não podiam levantar a voz; quanto à Nobreza, que não aparecia mais reunida a não ser por ocasião dos «Estados»[9] de algumas Províncias, (...) estava desde então sem força, e por outro lado comprometida pelos favores reais, os graus brilhantes do exército, os ilustres bispados e as rendosas abadias, ou pelos lucrativos cargos da Corte".[10]

---

8) apud Philippe Sagnac, *La Formation de la Société Française Moderne*, p. 52

9) Reuniões dos representantes das três ordens (Clero, Nobreza e Povo) da Província.

10) Philippe Sagnac, op. cit., pp. 59 a 63

"O governo detinha toda a autoridade, e o nobre, pelo contrário, apenas o título vazio"

Assim, com esse sistema de governo cada vez mais centralizador, Luís XIV, hipertrofiando o poder real, tirou da Nobreza toda e qualquer autoridade local.

"O Governo — escreve Weiss — deu a seus intendentes toda a autoridade, quando se apoderaram da administração de todas as aldeias, do recrutamento, da coleta de impostos, da reparação das igrejas, da construção das estradas e dos estabelecimentos de beneficência; a partir daí, foi proibida toda reunião com mais de vinte nobres.

"O Governo detinha toda a autoridade, e o nobre, pelo contrário, apenas o título vazio".[11]

"Na França — assinala Taine — os Estados-gerais caíram em desuso, e o Rei pôde afirmar-se verdadeiramente o único representante do país. Semelhantes a árvores asfixiadas pelo crescimento de um carvalho gigantesco, os outros poderes públicos pereceram sufocados pelo poder real. (...)

"O Parlamento, simples galho do grande carvalho, acreditou algumas vezes que tinha suas próprias raízes; mas sua seiva era muito claramente vinda de fora, para que ele pudesse manter-se de pé por si mesmo e oferecer ao povo um abrigo independente.

"Os outros corpos sobreviventes — as assembléias do Clero e dos «Estados» provinciais — embora definhados, protegiam ainda uma ordem e quatro ou cinco Províncias; mas esta proteção não cobria senão a ordem ou a Província, e, se eles defendiam interesses parciais, era geralmente em prejuízo de um interesse geral".[12]

O absolutismo real chegou a minar o próprio direito de propriedade

Levando o absolutismo até o inimaginável, Luís XIV chegou a cercear, em muitos de seus aspectos, o próprio direito de propriedade, em favor do despotismo estatal.

"Luís XIV — escreve Tocqueville — havia ensinado publicamente, em seus editos, a teoria de que todas as terras do Reino haviam sido, originariamente, concedidas sob condição, pelo Estado. Este tornava-se assim o único proprietário verdadeiro, enquanto os outros não seriam senão possuidores, com títulos de propriedade contestáveis e sem direitos plenos.

---

11 J. B. Weiss, *Historia Universal*, vol. XV, p. 215

12 H. Taine, *Les Origines de la France Contemporaine*, p. 78

(...) É curioso constatar que a idéia-mãe do socialismo moderno tenha suas raízes iniciais no despotismo real.

"Durante os reinados que se seguiram, a administração incutiu freqüentemente no povo (...) o desprezo pela propriedade privada. Quando, na segunda metade do século XVIII, o gosto pelas obras públicas — em particular pelas estradas — começou a se difundir, o governo não se sentiu embaraçado em apropriar-se de todas as terras de que tinha necessidade para suas empresas, e em demolir as residências que as atrapalhassem.

"O Departamento das Pontes e Estradas estava, já nessa época, fascinado pela beleza geométrica da linha reta, que se generalizaria depois; ele evitava com grande cuidado seguir os caminhos existentes, por pouco que estes lhe parecessem um tanto curvos, e preferia cortar ao meio incontáveis propriedades a fazer um ligeiro desvio. As propriedades assim devastadas ou destruídas eram sempre arbitrária e tardiamente ressarcidas, e muitas vezes não completamente".[13]

Essa concepção totalitária de governo ocasionou intervenções cada vez maiores nos interesses particulares, em benefício do Estado. Como assinala Phillipe Sagnac, "não havia mais liberdades privadas nem liberdades públicas, em virtude dos princípios declarados pelo Rei. (...) O Estado ordenaria desapropriações, sem pagar nenhuma indenização".[14]

A implantação da burocracia estatal

Taine descreve com estas palavras o absolutismo centralizador da monarquia, precursor do Estado moderno, nivelador e ditatorial:

"Insensivelmente, reunindo todos os poderes, o Rei se encarregou de todas as funções; tarefa imensa, que ultrapassa as forças humanas. Porque não foi a Revolução, foi a monarquia que implantou na França a centralização administrativa. (...)

"*Uma aldeia* — dizia Turgot — *não é senão um conjunto de casas, de cabanas e de habitantes tão passivos quanto elas... Vossa majestade é obrigado a decidir tudo por si mesmo ou por vossos mandatários... Cada um espera vossas ordens especiais, para contribuir para o bem público, para respeitar os direitos dos outros, e algumas vezes até para usar os seus.* E Necker acrescenta: *é do fundo dos «bureaux», que a França é governada*".[15]

---

13) Alexis de Tocqueville, *L'Ancien Régime et la Révolution,* p. 233

14) Philippe Sagnac, op. cit., p. 56

15) H. Taine, op. cit., pp. 99 e 100

Vemos assim aparecer na França do Ancien Régime uma das grandes *bêtes-noires* dos dias de hoje: a burocracia.

Na verdade, Luís XIV, o que fez, foi substituir os restos de feudalismo pela burocracia. E o Estado burocrático, assim implantado no Ancien Régime, acabaria por degenerar no Estado tecnocrático de nossos dias.

Mas essa burocracia não era apenas uma forma de administrar a "coisa pública". Ela trazia em si um caráter despótico, que é apontado por François Furet:

"O que se percebe de «despótico» na França do fim do século XVIII são os próprios progressos da monarquia administrativa. Desde o fim da Idade Média, através das guerras externas e do estabelecimento do imposto permanente, os reis da França constituíram em Estado o conjunto de territórios pacientemente agregados por seus predecessores. Para obter isso, eles tiveram que combater as forças centrífugas, submeter os poderes locais, notadamente os dos grandes senhores, e construir uma burocracia de servidores do poder central.

"Luís XIV foi símbolo clássico do triunfo real na França. Foi sob o seu reinado que o intendente, representando os *bureaux* de Versailles, e delegado da autoridade do soberano, extinguiu nas Províncias os poderes tradicionais das municipalidades ou das grandes famílias.

"Foi sob seu reinado que a Nobreza foi «domesticada» pelo cerimonial da Corte, confinada na atividade militar ou empregada na administração do Estado.

"A monarquia «absoluta» não foi outra coisa senão a vitória do poder central sobre as autoridades tradicionais dos senhores e das comunidades locais".[16]

Por sua vez, Tocqueville afirma:

"O poder central, na França do século XVIII, (...) tinha chegado já a destruir todos os poderes intermediários. Entre ele e os particulares não existia nada mais do que um espaço imenso e vazio, e já aparecia de longe a cada um deles, como o único suporte da máquina social, o agente único e necessário da vida pública. (...)

"Se a centralização não cessou de existir com o advento da Revolução, foi justamente por ter sido ela mesma o início desta Revolução e seu signo. E acrescento que, quando um povo destrói em seu seio a aristocracia, ele corre fatalmente para a centralização. É preciso então um esforço bem menor para precipitá-lo na queda do que para retê-lo. (...)

16) François Furet, *Penser la Révolution Française*, pp. 173 e 174

"A Revolução democrática, que destruiu tantas instituições do Ancien Régime, deveria pois consolidar a centralização. Esta encontrou tão naturalmente seu lugar na sociedade formada pela Revolução, que se pode facilmente tomá-la por uma de suas obras".[17]

Em seu luminoso livro sobre a Nobreza e as elites tradicionais análogas, o Prof. Plinio Corrêa de Oliveira analisa as conseqüências funestas dessa absorção, pela monarquia absoluta, dos corpos e poderes subordinados:

"O monarca absoluto dos Tempos Modernos tem em torno de si uma nobreza que o acompanha noite e dia. Ela serve-lhe principalmente de elemento ornamental sem qualquer poder efetivo. Desta forma, o Rei absoluto acha-se separado do resto da Nação por um valo profundo, melhor se diria por um abismo. Era tipicamente assim o Rei de França nos Tempos Modernos, o qual teve em Luís XIV, o "rei-sol", o seu modelo mais completo.

"Para a realização em si mesmos de tal modelo, tendiam com maior ou menor afã, os diversos monarcas no fim do século XVIII. Esse tipo de monarca causava ao observador um primeiro impacto admirativo pela sua onipotência, a qual entretanto pairava tão-só na superfície da situação. Pois tal aparência de poder ilimitado não fazia senão velar a impotência profunda em que se colocavam os reis absolutos pelo seu próprio isolamento.

"Com efeito, desligados cada vez mais de nexos vitais com todos os corpos intermediários que constituíam a Nação, esses monarcas absolutos já não tinham os seus apoios naturais, ou tinham-nos debilitados pelo estado de asfixia crescente em que o seu próprio absolutismo os punha.

"Incapaz assim de se manter de pé, de andar e de lutar com apoio dos seus elementos constitutivos naturais — os grupos intermediários — a monarquia absoluta era obrigada a apoiar-se em redes de burocracias cada vez maiores. Esses organismos burocráticos eram as pesadas muletas, reluzentes mas frágeis, dessa realeza de fins do século XVIII. Com efeito, o funcionalismo, quanto maior, tanto mais é pesado. E quanto mais pesado, tanto mais onera aqueles mesmos que, para estarem de pé e andarem, são obrigados a carregá-lo".[18]

---

17) Alexis de Tocqueville, op. cit., pp. 122, 129 e 135

18) Plinio Corrêa de Oliveira, *Nobreza e elites tradicionais análogas nas alocuções de Pio XII ao Patriciado e à Nobreza romana*, p. 46

Mensagem do Sagrado Coração de Jesus a Luís XIV

A crescente oposição entre o poder real e a Nobreza local decorria, em última análise, de uma decadência da vida de piedade católica, que impedia que os conflitos se resolvessem harmonicamente, com submissão e lealdade por parte dos nobres e com respeito e confiança por parte do Rei.

Luís XIV, embora sendo católico convicto, não aceitou as medidas adequadas para a revitalização do fervor religioso. Por exemplo, não apoiou o apostolado extraordinário de São Luís Maria Grignion de Montfort — pelo contrário, mandou destruir o "calvário" edificado pelo santo em Pont-Chateau — e não atendeu ao convite do Sagrado Coração de Jesus, feito a ele através de Santa Margarida Maria Alacoque.

Não se trata aqui de fazer um julgamento a respeito destes atos do Rei, tarefa muito ampla e difícil de abarcar num estudo das proporções deste.

Em todo caso, poder-se-ia perguntar se a Divina Providência não teria dispensado graças superabundantes para a França — que solucionariam estes e muitos outros problemas — caso Luís XIV tivesse prestado ouvidos à Mensagem que o Sagrado Coração de Jesus lhe fez chegar através de Santa Margarida Maria.

Dom Émile Bougaud, Bispo de Laval, transcreve as palavras que o Sagrado Coração de Jesus ditou a Santa Margarida Maria em 17 de junho de 1689:

"Eis — escreve Santa Margarida Maria — as palavras que ouvi a esse respeito:

"Faça saber ao filho primogênito do meu Sagrado Coração que, assim como seu nascimento temporal foi obtido pela devoção aos méritos de minha santa infância, também alcançará seu nascimento para a graça e para a vida eterna pela consagração que fizer de sua pessoa ao meu adorável Coração, que quer triunfar no seu e, por seu intermédio, no dos grandes da terra.

"Ele deseja reinar no seu palácio, ser pintado em seus estandartes e gravado em suas armas, para assim as tornar vitoriosas sobre todos os seus inimigos".

E, em agosto de 1689, Santa Margarida Maria pede em nome de Deus:

"O Padre Eterno, querendo reparar (...) [as ofensas] que o adorável Coração de seu Divino Filho tem recebido (...) deseja estabelecer seu império no coração de nosso grande monarca, de quem Ele se quer servir para a execução de seu desígnio que é o de *fazer construir um edifício onde será colocado o quadro deste Divino Coração, para aí receber a consagração e as homenagens do Rei e de toda a Corte.*

"Além disso, este Divino Coração quer tornar-se o protetor e defensor de sua sagrada pessoa contra todos os seus inimigos.

"Foi por isso que Ele o escolheu como seu fiel amigo, para que fosse autorizada a missa em Sua honra pela Santa Sé apostólica, e obter todos os outros privilégios que devam acompanhar a devoção a este Divino Coração.

"É através deste Divino Coração que Ele deseja repartir os tesouros de suas graças de santificação e de salvação, concedendo com abundância suas bênçãos sobre todos os empreendimentos, dando-lhe um feliz sucesso para suas armas, para fazê-lo triunfar da malícia de seus inimigos. (...)

"1689! — escreve Dom Bougaud — nos detemos involuntariamente nesta data, que evoca em seguida uma outra: 1789! Decorreu precisamente um século entre o momento em que uma humilde virgem, escondida no fundo de um claustro, apontou a Luís XIV a Arca da Salvação preparada pela bondade de Deus, e o momento em que se levantou a tempestade que derrubaria a monarquia. (...)

"Luís XIV poderia ter sorrido se lhe tivessem alertado naqueles dias de esplendor, sobre o perigo que corria a França e sobre a necessidade de elevar-se ao alto, até o Coração adorável de Jesus, para encontrar um remédio e um abrigo. E, entretanto, era verdade. De Luís XIV, a França desceu a Luís XV, de Luís XV a Voltaire, de Voltaire a Robespierre e a Marat...". (Dom Émile Bougaud, *Histoire de la Bienheureuse Margarite-Marie*, pp. 373 a 379)

Capítulo 5

A Decadência da Nobreza e a Ascensão da Burguesia

Uma das conseqüências mais funestas da burocracia centralizadora instalada na França pelo absolutismo de Luís XIV foi a de esvaziar a Nobreza daquilo que, em certo sentido, constitui sua razão de ser: o direito de cada nobre exercer a autoridade em seus próprios domínios.

Ao contrário do burocrata nomeado pelo poder central, o senhor da antiga Nobreza, nascido no castelo de seus antepassados, conhecia os habitantes de seus domínios, identificava sua mentalidade com a deles e tinha com eles uma tal consonância que se pode dizer que todos — casteläes e população local — constituíam uma grande família. Com efeito, a autoridade local era exercida pelo nobre à maneira patriarcal.

Ora, esse relacionamento, por assim dizer, familiar entre senhores e súditos, governantes e governados, foi precisamente o que desapareceu quando o exercício da autoridade local passou das mãos do nobre para as do burocrata.

Erram os que afirmam que, neste campo específico, a burguesia substituiu a Nobreza, pois propriamente o que não houve foi uma substituição: empurrando de lado a Nobreza provinciana, a burocracia eliminou aquele relacionamento e instalou em seu lugar uma caricatura dele.

O desenraizamento da Nobreza

Essa usurpação acarretou um verdadeiro desenraizamento da Nobreza, o qual é bem assinalado por Taine:

"Não é impunemente que se arranca de uma árvore suas raízes. Instituída para governar, uma aristocracia é desligada do solo quando não governa

mais. E ela cessou de governar desde que, por uma usurpação crescente e contínua, quase todo o excercício da justiça, toda a administração, toda a polícia, cada detalhe do governo local ou geral, qualquer iniciativa, colaboração ou controle em matéria de impostos, eleições, estradas, trabalhos e obras caritativas, passou para as mãos do intendente e do subdelegado, sob a direção suprema do Controlador Geral e do Conselho do Rei.

"Encarregados de negócios, *gens de plume et de robe*, plebeus sem consistência fazem a tarefa, não há meio de disputar com eles. Mesmo com a delegação do Rei, um governador de Província — ainda que hereditário e príncipe de sangue, como os Condé na Borgonha — deveria apagar-se diante do intendente; não há mais ofício efetivo: suas funções públicas consistem apenas em mostrar-se e dar recepções. (...)

"Desocupado e diminuído, que fará [o nobre] em seu domínio, onde não reina e está tedioso? Ele vai à cidade, sobretudo à Corte".[1]

Vida de Corte, deslumbrante túmulo do feudalismo

Por esta forma, o nobre deixa de ser um homem profundamente radicado em suas terras, para tornar-se cada vez mais um citadino e freqüentador da Corte.

Tanto mais que, em seu intuito de centralização, Luís XIV estabeleceu em Versailles uma Corte deslumbrante. Nessa Corte, da qual se poderia mesmo dizer que deslumbrava a ponto de cegar, a feudalidade teve seus últimos estertores. Pois foi lá que, em meio às festas, os mais ilustres membros da Nobreza deixaram-se rebaixar a uma condição brilhantemente servil, diante de um Rei que não se contentava em ser apenas, como seus antepassados, um "primus inter pares" mas queria ser o único distribuidor de favores, honrarias, cargos e benefícios.

Jean d'Ormesson, da Academia Francesa, se exprime muito bem quando afirma que "atrás da arte e da beleza de Versailles, havia toda uma sociedade e toda uma política. Tratava-se de desferir o último golpe contra o feudalismo, de reduzir a meros súditos os grandes senhores, de estabelecer a burocracia monárquica, de abafar, sob o brilho das festas, as tentações de fronda, de independência e de revolta.

"Por detrás da epopéia da arte clássica e da monarquia legítima, já se fazia anunciar a revolução burguesa que explodiria no final do século seguinte.

---

1) H. Taine, *Les Origines de la France Contemporaine*, pp. 56 e 57

"Luís XIV e Versailles se situam no alto de uma curva que não fez senão crescer desde os primeiros capetíngeos; e, desta elevada situação, já se percebe ao longe os frutos do centralismo, o rebaixamento dos grandes e o reino dos *bureaux* instalados por Colbert".[2]

Assim, Luís XIV com sua grandeza real, brilhante e magnífica, preparou os funerais da França do Ancien Régime.

O nobre que ia à Corte voltava às suas terras com um certo desdém pelo campo. E se, por um lado, ele em algo tendia a melhorar o campo, por outro lado o desprezava. Operou-se desta forma uma ruptura entre ele e o campo, ruptura esta que seus ancestrais não tinham conhecido.

Ademais, escreve Taine, "não havia outra carreira senão esta. Para ter futuro, era-se obrigado a ser cortesão. O Rei o queria, era preciso freqüentar seu salão para obter suas graças; se não, ao primeiro pedido, ele responderia: *Quem é esse? É um homem a quem eu não vejo.* (...)

"Tanto mais que o lugar era agradável, e preparado para satisfazer as aptidões sociais do caráter francês.

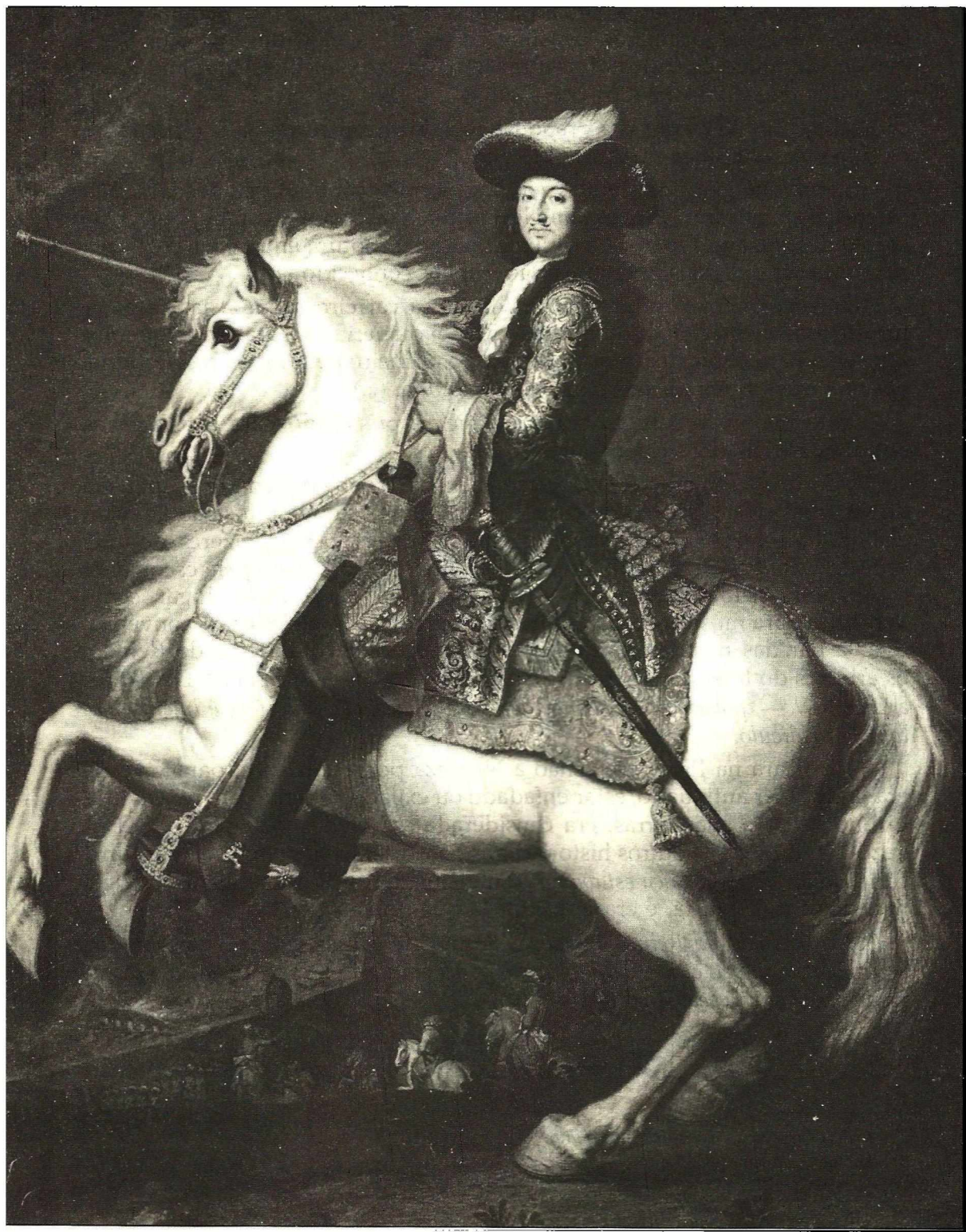
"A Corte era um grande salão permanente, (...) onde o monarca se ufanava de ser um perfeito senhor de casa. De fato, jamais houve um salão tão bem elaborado nem tão próprio a reter seus hóspedes, pelos prazeres de toda espécie, pela beleza, pela dignidade e atrativo do ambiente, pela escolha da companhia, pelo interesse do espetáculo. Não havia outro lugar como Versailles para mostrar-se, fazer figura, progredir; para deleitar-se, conversar, estar a par das novidades, da ação e dos negócios, com a elite do Reino e os árbitros do tom, da elegância e do bom gosto. *Sire,* — dizia M. De Vardes a Luís XIV — *quando se está longe de Vossa Majestade, não só se é infeliz, mas também ridículo.*

"Não ficara na Província senão a Nobreza pobre e rústica; para viver lá era preciso ser antiquado, estar enfadado ou exilado. Quando um rei enviava um nobre para suas terras, era considerada a pior das desgraças. (...) Dez vezes Saint-Simon e outros historiadores da Corte dizem, referindo-se a uma cerimônia: *Toda a França estava lá*; com efeito, todos os que tinham prestígio na França estavam lá, e era por estar lá que tinham prestígio. (...)

"*Não há mais no Reino*, dizia o Marquês de Mirabeau, *uma só terra um pouco considerável, cujo proprietário não viva em Paris, e conseqüentemente não negligencie suas casas e castelos*".[3]

---

2) Jean d'Ormesson, *Versailles aux quatre saisons*, p. 1

3) H. Taine, op. cit., pp. 57 e 58

As origens históricas da Corte e sua deformação no Ancien Régime

Desde Luís XIV portanto, a Nobreza abandonou suas terras e passou a viver na Corte, em torno do Rei.

Essa Corte teve, contudo, sua evolução histórica.

"Outrora — prossegue Taine —, nos primeiros tempos feudais, na camaradagem e na simplicidade do campo e do castelo, os nobres serviam ao Rei com suas próprias mãos, este fornecendo todo o necessário ao seu alojamento, aquele servindo-o à mesa; um ajudando-o a desvestir-se à noite, o outro vigiando seus falcões e seus cavalos. Mais recentemente, com Richelieu e durante a Fronda, entre os golpes de mão e as exigências bruscas do perigo contínuo, eles eram a guarda de seu palácio, escoltavam-no com armas e faziam-lhe um cortejo, de espadas sempre prontas.

Agora, eles [os nobres] ainda vivem em torno dele [do Rei]. (...) Mas a parada militar pomposa tomou o lugar de uma ação eficaz; eles são apenas belos ornamentos, e não mais instrumentos úteis".[4]

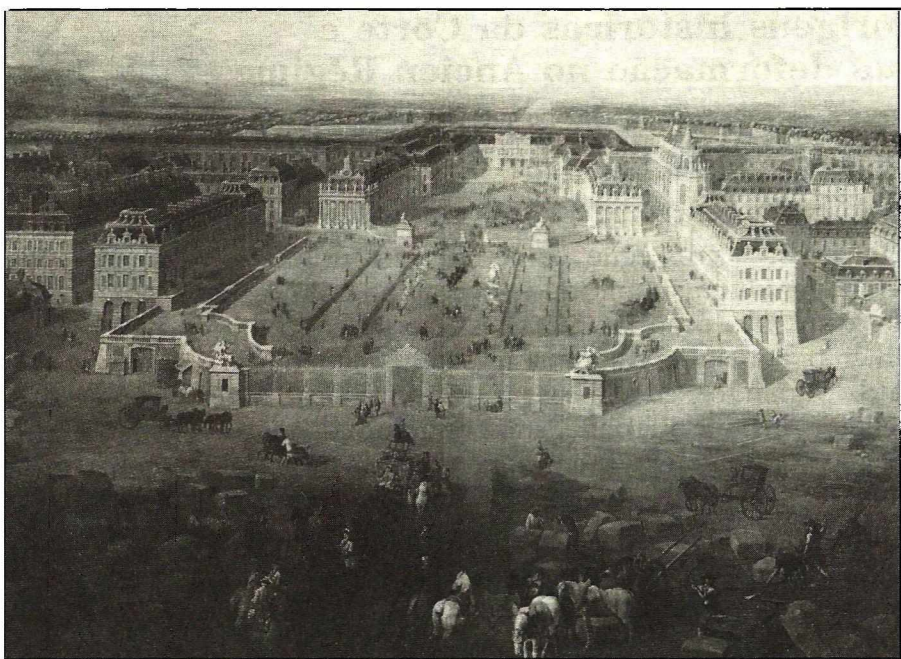
De fato, se a reminiscência da homenagem feudal atrai o nobre para a Corte, o absolutismo real o transforma num mero cortesão.

Comenta ainda Taine: "Duas causas mantinham essa afluência [dos nobres à Corte]: uma era a forma feudal conservada, a outra a nova centralização introduzida; uma colocava o serviço do Rei nas mãos dos nobres, a outra transformava os nobres em solicitadores. (...)

"Em nossa sociedade igualitária, o salão de um simples deputado, de um medíocre jornalista, de uma mulher na moda, está cheio de cortesãos, disfarçados sob o nome de visitantes e amigos. Na Corte, também a presença era obrigatória. Pode-se dizer que era uma continuação da antiga homenagem feudal; o estado-maior dos nobres, cortejando seu general. Na linguagem do tempo isto se chamava «prestar seus deveres ao Rei». (...)

"Doravante, para os primeiros personagens do Reino, homens e mulheres, eclesiásticos e leigos, a grande ocupação, o grande trabalho, será estar a toda hora, em todo lugar, sob os olhares do Rei, ao alcance de sua palavra

Na página anterior:
LUÍS XIV. *Luís XIV teve uma grandeza esplendorosa e magnífica. Porém, para implantar o absolutismo, rebaixou os mais importantes membros da Nobreza à condição de meros solicitadores.*

4) H. Taine, op. cit., pp. 111 e 112

PALÁCIO DE VERSAILLES

Segundo Jean d'Ormesson, "por trás da arte e da beleza de Versailles havia toda uma política. Tratava-se de estabelecer a burocracia monárquica e abafar, sob o brilho das festas, as tentações de fronda, de independência e revolta".

GALERIA DOS ESPELHOS (Versailles)

ou de seu olhar. (...) O verdadeiro cortesão seguia o príncipe, como a sombra segue o corpo".[5]

Empobrecimento geral da Nobreza

A Nobreza que se conserva em suas terras, e não se transfere para a Corte, se empobrece e decai.

Como indica Taine, o nobre, "longe de defender seus camponeses, com dificuldade podia defender-se a si mesmo, garantir suas imunidades, reduzir seus impostos, obter isenção do serviço militar para seus empregados, preservar sua pessoa, sua moradia, suas gentes, sua caça e sua pesca da usurpação universal, que colocava nas mãos do intendente e dos subdelegados todos os bens e todos os direitos. Tanto mais que freqüentemente ele é pobre. (...)

"Na região de Rouergue, vários vivem com uma renda de cinqüenta ou mesmo vinte e cinco luíses. No Limousin — afirma um intendente no começo do século XVIII —, de vários milhares de nobres, não havia nem quinze que tivessem vinte mil libras de renda. No Berry, em 1754, três quartos da Nobreza morria de fome.

"De vez em quando, ao ler-se memórias da época, vemos passar algumas destas estranhas figuras anacrônicas. Por exemplo, na Borgonha, gentis-homens caçadores, com polainas, sapatos toscos, levando debaixo do braço uma espada enferrujada e morrendo de fome..."[6]

O Marquês de Bouillé narra em suas memórias o triste estado a que ficou reduzida a Nobreza da França no final do Ancien Régime.

"A Nobreza havia sofrido grandes modificações. Ela tinha perdido não só seu antigo esplendor, mas até mesmo sua existência, e estava inteiramente descomposta.

"Havia na França quase oitenta mil famílias nobres. (...)

"Nesta Nobreza numerosa, havia cerca de mil famílias cuja origem se perdia nos tempos remotos da monarquia. Entre estas, distinguiam-se a custo duzentas ou trezentas que haviam escapado da miséria e do infortúnio. Notavam-se ainda alguns grandes nomes na Corte, que recordavam os grandes personagens que os tinham ilustrado, mas que, muito freqüentemente, estavam aviltados pelos vícios daqueles que os haviam herdado.

"Viam-se algumas famílias, nas Províncias, cuja existência e consideração tinham sobrevivido, conservando o patrimônio de seus pais, apesar dos

---

5) H. Taine, op. cit., pp. 127, 129 e 130

6) H. Taine, op. cit., pp. 47 a 49

limites colocados às substituições que outrora eram perpétuas entre os nobres, ou então reparando a perda da fortuna de seus pais, pelas alianças com famílias plebéias.

"O resto desta antiga Nobreza definhava na pobreza, e parecia-se com esses antigos carvalhos mutilados pelo tempo, dos quais não resta senão o tronco desfolhado. Não sendo mais convocada, seja para o serviço militar, seja para os Estados-gerais das Províncias ou do Reino, ela tinha perdido sua antiga hierarquia.

"Se os títulos honoríficos se haviam mantido em algumas ilustres ou antigas famílias, eles eram também a divisa de uma multidão de novos nobres que tinham adquirido, pelas suas riquezas, o direito de revestir-se deles arbitrariamente.

"A maior parte das grandes terras tituladas tornara-se apanágio dos financistas, dos negociantes ou de seus descendentes. Os feudos, na maior parte, estavam nas mãos dos burgueses das cidades.

"A Nobreza, enfim, não era mais diferenciada das outras classes de cidadãos, senão pelos favores arbitrários da Corte e pela isenção de impostos, menos útil a ela própria que onerosa para o Estado. (...)

"Tal era a situação da Nobreza do Reino, excetuando-se a Bretanha e algumas poucas Províncias, onde ela tinha ainda prerrogativas honoríficas".[7]

Tocqueville julga do mesmo modo a situação artificial em que ficou colocada a Nobreza, quando afirma que "o senhor não era senão o primeiro habitante. Em nenhuma parte os nobres administravam, seja em conjunto, seja individualmente".[8]

Ascensão da burguesia mercantil

Concomitantemente ao esvaziamento de suas funções políticas e administrativas, a Nobreza viu-se suplantada pela contínua ascensão da burguesia mercantil.

Segundo o historiador de tendência marxista Albert Mathiez, "a burguesia certamente possuía a maior parte da fortuna francesa. Ela progredia incessantemente, enquanto as ordens privilegiadas se arruinavam".[9]

E o professor da Sorbonne, Albert Soboul, também de orientação marxista, constata que "no fim do Ancien Régime a burguesia era senhora da economia. Ela controlava os setores mais recentes, mais ativos, mais

---

7) Marquis de Bouillé, *Mémoires*, pp. 50 a 52
8) Alexis de Tocqueville, *L'Ancien Régime et la Révolution*, p. 103
9) Albert Mathiez, *La Révolution Française*, p. 11

promissores da produção e do comércio. Ela se identificava com o mundo financeiro e dos negócios; o grande comércio marítimo e colonial era para ela uma fonte de imensos lucros; era a ela — exceção feita de alguns grandes nobres — que a indústria devia seu desenvolvimento. Ela participava, enfim, da forma tradicional de riqueza, e detinha uma parte considerável da propriedade rural".[10]

Igual constatação se lê também nas memórias do Marquês de Bouillé:

"Aquilo que o Clero e a Nobreza tinham perdido em consideração, em riqueza e em poder real, o Terceiro-Estado tinha adquirido, após o reinado de Henrique IV, e desde a última assembléia dos Estados-gerais em 1614.

"A França havia fundado colônias na América; estabelecido um comércio marítimo; criado manufaturas; tornado, por assim dizer, a Europa inteira e uma parte do mundo tributárias da sua indústria.

"As riquezas imensas que se haviam introduzido no Reino não se difundiram senão entre os plebeus, já que os preconceitos [sic!] da Nobreza a excluíam do comércio, e lhe interditavam o exercício de todas as artes mecânicas e liberais. (...)

"As cidades cresceram consideravelmente: estabeleceram-se praças de comércio, tais como Lyon, Nantes, Bordeaux, Marseille, que se tornaram mais ricas que as capitais de muitos países vizinhos. Paris tinha crescido de maneira assombrosa; e enquanto os nobres saíam de suas terras para aí se arruinarem, os plebeus nela aplicavam seus tesouros no incremento de suas indústrias.

"Todas as pequenas cidades se tinham tornado mais ou menos comerciais, quase todas possuíam manufaturas ou alguma forma particular de comércio. Todas estavam povoadas de pequenos burgueses mais ricos e mais industriosos que os nobres, e que tinham achado o meio, eles ou seus pais, de se enriquecerem na administração pública ou nas propriedades rurais dos feudos e das terras de grandes senhores e nobres, ou mesmo a seu serviço, enquanto que estes não podiam consagrar-se a maiores especulações".[11]

---

10) Albert Soboul, *1789, L'an 1 de la liberté*, p. 12

11) Marquis de Bouillé, op. cit., pp. 53 a 55

Parte IV

A Revolução nas Tendências

Capítulo 1

Transformação das Mentalidades e dos Modos de Ser

> "Podemos distinguir na Revolução três profundidades, que cronologicamente até certo ponto se interpenetram.
>
> "A primeira, isto é, a mais profunda, consiste em uma crise nas tendências. Essas tendências desordenadas, que por sua própria natureza lutam por realizar-se, já não se conformando com toda uma ordem de coisas que lhes é contrária, começam por modificar as mentalidades, os modos de ser, as expressões artísticas e os costumes, sem desde logo tocar de modo direto — habitualmente pelos menos — nas idéias". [1]
>
> Plinio Corrêa de Oliveira

Como se viu, o absolutismo centralizador de Luís XIV destruiu os restos de feudalismo e atraiu a Nobreza para Versailles.

A ociosa vida de Corte, repleta de divertimentos e prazeres, propiciou a expansão das tendências desordenadas nas elites francesas.

Estas tendências profundas foram gradualmente modificando as mentalidades e os modos de ser, preparando assim o terreno para o surgimento de toda uma ideologia que as justificasse, e, por fim, para a transformação das instituições, na ordem dos fatos.

---

1) Plinio Corrêa de Oliveira, *Revolução e Contra-Revolução,* Parte I, cap. V, 1, p. 23

François Furet, comentando Tocqueville, analisa o papel dessas tendências na preparação da Revolução Francesa:

"A Revolução não criou um povo novo, uma nova França. (...) Ela foi o ponto final, o coroamento de tendências que trabalhavam a sociedade do Ancien Régime, bem mais do que uma transformação da França e dos franceses.

"O conjunto dessas tendências democráticas — sucessivamente analisadas [por Tocqueville] no âmbito da sociedade civil, dos costumes, do governo e da ideologia — forma uma espécie de tronco comum entre o Ancien Régime e o novo regime. A Revolução aparece como uma simples etapa no desenvolvimento de seus efeitos. (...)

"Verificou-se, em meados do século XVIII, uma aceleração dos fenômenos que Tocqueville estudou e das contradições que eles traziam consigo: inicialmente uma transformação das mentalidades e dos espíritos. Tudo se passou como se o longo processo de centralização administrativa e de desagregação social (...) resultasse então numa revolução cultural. (...)

"A Revolução foi [para Tocqueville] antes de tudo uma transformação de valores e hábitos mentais, e esta transformação encontrou condições particularmente favoráveis na França dos anos 1750, em conseqüência do longo processo de centralização monárquica.

"A revolução cultural, de fator secundário, passou a ser um elemento essencial do processo revolucionário".[2]

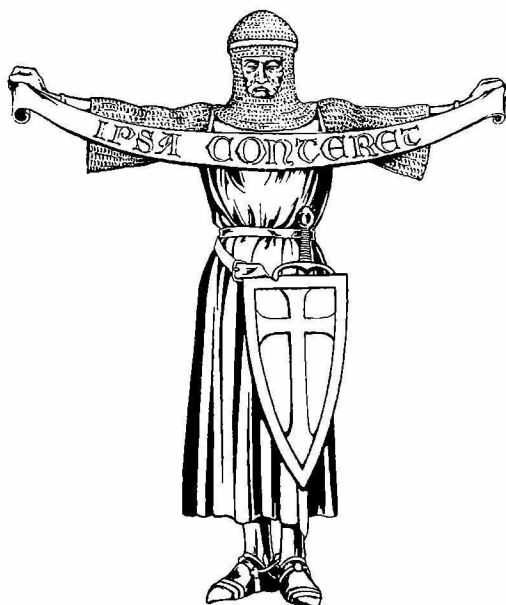
* * *

Serão analisados neste e nos capítulos subseqüentes a origem e o desenvolvimento das tendências que prepararam as mentalidades para o advento da Revolução. O leitor, no entanto, deve ter em conta que, como foi dito, as profundidades da Revolução — nas tendências, nas idéias e nos fatos — de tal modo se interpenetram no tempo, que não podem ser consideradas como unidades cronológicas distintas, pois nem sempre se diferenciam nitidamente umas das outras.[3]

Por isso, embora o critério de seleção para esta Parte tenha sido o de ilustrar primordialmente a Revolução tendencial, muitos dos episódios descritos já abrangem aspectos da Revolução em outras profundidades.

---

2) François Furet, *Penser la Révolution Française*, pp. 213, 214, 246 a 248

3) Cfr. Plinio Corrêa de Oliveira, op. cit., p. 23

O CRUZADO. *Um varão de fé, que soube aliar a cruz à espada, a combatividade à ternura, a honra à despretensão.*

Dois tipos humanos opostos: o cruzado e o "bibelot"

Para analisar a profunda transformação de mentalidades operada pela verdadeira Revolução tendencial de que foi objeto o Ancien Régime, tomemos inicialmente o nobre daquela época e comparemo-lo com seu ancestral da Idade Média.

O tipo humano medieval encontrou sua personificação máxima no cruzado, isto é, no cavaleiro abnegado, leal e corajoso, que pôs sua espada não a serviço de interesses pessoais mesquinhos, mas em defesa da Santa Igreja e, por fidelidade a ela, das viúvas, dos órfãos e dos fracos.

Acima de tudo, o nobre da Idade Média era um varão de fé, que soube aliar a cruz à espada, a combatividade à ternura, a honra à despretensão, num equilíbrio de alma que bem pode ser avaliado pelas fisionomias graves e serenas, pelos gestos fortes e distintos, que ficaram registrados em incontáveis monumentos daquela *doce primavera da fé.*

Quem analisa os gisantes que se encontram no interior das catedrais góticas ou contempla o *cavaleiro de Bamberg,* obra-prima da escultura medieval, não pode se furtar à impressão de equilíbrio, temperança e harmonia entre qualidades morais aparentemente opostas.

O medieval compreendia bem que, após o pecado original, *"militia est vita hominis super terram" (Jó 7,1)*: a vida do católico é uma luta perpétua, não só contra os inimigos velados ou declarados da santa Fé, mas também contra si próprio.

Mas o nobre do final do Ancien Régime, descendente dos bravos cavaleiros que reconquistaram a Terra Santa, perdeu esse equilíbrio de alma que era fruto de uma concepção da vida eminentemente combativa. Fortemente influenciado pelo naturalismo renascentista, considerava a existência terrena não mais como um campo de batalha, um *vale de lágrimas* que se deve atravessar para alcançar a eternidade, mas como um jardim de delícias onde se pode fruir com distinção e elegância os prazeres da vida.

Daí, por exemplo, o perfil moral de um marquês típico das últimas décadas do Ancien Régime: frágil, delicado e auto-suficiente, procurando já não ser heróico mas gracioso, ele deseja apenas uma vida brilhante e agradável. Sua piedade é mais um dever de cortesia do que uma necessidade de alguém que luta contra o demônio, o mundo e a carne.

Seus modos, graciosos e levianos, têm algo de feminino. Ninguém como ele sabe fazer uma reverência, sorrir e ser amável. Veste-se de sedas finas e adorna-se de pedras preciosas; usa golas de rendas, sapatos de verniz e uma bela cabeleira empoada. Se comparado com o cruzado medieval, sua figura mais parece um *bibelot* que um varão.

Como veremos, o tipo humano assim modelado quase exclusivamente para o prazer mostrou-se radicalmente despreparado para enfrentar os vagalhões da Revolução Francesa. E as conseqüências foram trágicas!

Com efeito — escreve Louis Madelin, da Academia Francesa —, "em 1789 o Ancien Régime oferece o espetáculo daquilo que se poderia qualificar «o crack da energia». (...)

"Malet du Pan assinalou que, *na França de 1789, em conseqüência de uma educação unilateral, do hedonismo e da moleza, todos os ricos, grandes de nascença, proprietários e homens do mundo estavam completamente desfibrados.* (...)

"Outrora a força de espírito tinha se manifestado de forma magnífica e generalizada: a dos reis que edificaram a França, a dos senhores feudais que por ela batalharam, a dos apóstolos que a evangelizaram. Já os descendentes e sucessores desses grades homens, geralmente, encotravam-se desprovidos de qualquer energia de alma".[4]

4) Louis Madelin, *La Révolution*, p. 38

O "BIBELOT". *Um tipo humano frágil e auto-suficiente. Ele já não procura ser heróico, mas gracioso. Sua piedade transformou-se em mero dever de cortesia...*

"Jamais cegueira foi tão completa e voluntária..."

Taine descreve o estado de espírito otimista e superficial desses nobres que, diante da Revolução, continuamente procuraram ser polidos, jamais combativos.

"Tendo adquirido os talentos que convêm aos tempos de calma, eles perderam aqueles adequados aos tempos de perturbação. Atingiram, assim, o extremo da fraqueza ao mesmo tempo que a extrema urbanidade. (...)

"Para defender-se, é preciso olhar em torno de si, ver, prever e precaver-se contra o perigo. Como poderiam fazer isto no estilo de vida que levavam? Seu círculo de ação era por demais estreito e cuidadosamente fechado. Encerrados em seus castelos e mansões, eles não viam senão o seu próprio mundo social, não escutavam senão os ecos de suas próprias idéias, nada imaginando além desses limites. (...)

"O idílio estando na moda, ninguém ousava contradizê-lo; qualquer outra suposição seria falsa pelo próprio fato de ser penosa; e os salões tendo decretado que tudo correria bem, tudo iria bem...

"Jamais cegueira foi tão completa e voluntária. O Duque de Orléans apostava até cem luízes para garantir que os Estados-gerais acabariam sem nada fazer, nem mesmo abolir as *lettres de cachet* [ordens de prisão emanadas do Rei].

"Quando a demolição já tinha começado, mais ainda, quando ela estava sendo feita, eles não avaliariam melhor a situação. (...) Acabariam por imaginar que o melhor seria deixar o desabamento terminar, e que o edifício se reconstruiria por si mesmo. Então eles voltariam a seus salões dourados, perfeitamente reconstruídos, para lá recomeçar a amável conversação que um acidente, um tumulto de rua havia interrompido.

"Tão clarividentes para as coisas do mundo, seus olhos eram obtusos para a política. Sob a luz artificial dos candelabros eles percebiam tudo, mas se confundiam e se ofuscavam diante da claridade natural do meio-dia. (...) Aprenderam esgrima, e não luta-livre. Seriam os eternos filhos daqueles que em Fontenoy (1745), em lugar de atirar primeiro, tiraram os chapéus e, cortesmente, disseram aos ingleses: *Não, senhores, atirai primeiro vós.*

"Escravizados pelos bons modos, sentiam-se coarctados em seus movimentos. Numerosas ações necessárias, requeridas pelas circunstâncias, aquelas que fossem bruscas, fortes e cruas, eram contrárias às atenções que um homem educado devia aos outros, ou devia-se a si mesmo. E eles não se permitiram fazer isto. (...)

"Quando a Família Real partiu para Varennes (1791), os atrasos acumulados que causaram o fracasso da fuga foram conseqüências da etiqueta. Madame de Tourzel reclamava seu lugar na carruagem, ao qual tinha direito como governanta dos *enfants de France* [filhos do Rei]. O Rei queria, ao chegar, dar ao Marquês de Bouillé o bastão de marechal, e, para conseguir um bastão, teve que, depois de diversas idas e vindas, tomar emprestado o do Duque de Choiseul.

"A Rainha não podia prescindir de um *nécessaire* para a viagem, e foi preciso fabricar um enorme, que continha todos os utensílios imagináveis, desde um aquecedor até uma colher de prata, além de outras caixas, e, como não haveria camisas em Bruxelas, foi preciso preparar um enxoval completo para ela e seus filhos. (...)

"Contra o motim selvagem e estrondoso, eles eram impotentes. (...) Comprometer-se com os trabalhadores, brigar nos clubes, discursar nas encruzilhadas, gritar mais alto que os agitadores, trabalhar com os próprios punhos e com o porrete, como mais tarde a *Jeunesse Dorée,* contra os loucos e brutamontes que só usavam estes argumentos e contra os quais era preciso responder com argumentos da mesma natureza; montar guarda na Assembléia, estar sempre presente, não poupar nem a própria pele nem a pele dos outros, (...) eis procedimentos eficazes e simples, mas cuja rudeza lhes parecia desagradável.

"Suas mãos só estavam exercitadas para o duelo, e em pouco tempo a brutalidade da opinião impediria os combates polidos. Contra o touro popular, suas armas serão os gestos de salão, epigramas, ditos de espírito,

canções com debiques e outras picuetadas. A substância e os recursos faltavam a este caráter; à força de se requintar, ele se estiolou. (...)

"A educação onipotente reprimiu, adocicou e extenuou até o próprio instinto. Diante da morte que se apresentava, eles não tiveram o sobressalto de sangue e de cólera, o reviver súbito de todas as forças. (...) Nunca se verá um gentil-homem, ameaçado em sua própria casa, espancar o jacobino que queria prendê-lo.

"Os nobres deixar-se-ão prender e irão docilmente para o cárcere; reagir pela força, nessas circunstâncias, seria prova de mau gosto, e antes de tudo tratava-se de continuar a ser o que eram: pessoas de boa educação.

"Na prisão, homens e mulheres vestir-se-ão com cuidado, receberão visitas, conversarão, no fundo de corredores iluminados com quatro velas. Gracejarão, comporão madrigais e canções, envaidecer-se-ão de terem permanecido tão elegantes, tão alegres e tão graciosos quanto anteriormente".[5]

5) H. Taine, *Les Origines de la France Contemporaine*, pp. 215 a 220. — Neste mesmo trecho citado, acrescenta Taine: "Exemplo do que poderia fazer a resistência armada de cada um por si: um gentil-homem de Marselha, isolado em sua casa e proscrito, munido de um fuzil, um par de pistolas e um sabre, declarou que não se deixaria pegar vivo. Ninguém ousou executar o mandato de prisão".

Capítulo 2

Futilidade da Vida de Corte

Para analisar mais a fundo a Revolução tendencial operada no Ancien Régime, cumpre considerar a transformação gradual dos costumes, dos modos de ser e das relações sociais, sobretudo no que diz respeito à vida de Corte em Versailles.

A Corte foi ficando cada vez menos cerimoniosa e mais encantadora. Podia-se notar uma tendência generalizada a viver sorrindo despreocupadamente, em lugar de viver prevendo e preparando o dia de amanhã. Tendência indicativa de uma profunda modificação nos espíritos.

Taine descreve como o padrão de realeza e de aristocracia, fixado tão alto por Luís XIV, foi objeto de uma paulatina deterioração ao longo do século XVIII:

"*Sire* — dizia a Luís XVI o marechal de Richelieu, testemunha dos três reinados —, *sob Luís XIV, não se ousava pronunciar nem uma palavra; sob Luís XV, falava-se sempre baixo; sob Vossa Majestade, fala-se sempre alto*. (...)

"A etiqueta, insensivelmente relaxada, deixa entrar a comodidade e o agradável. Doravante os grandes, tendo menos preocupação em impor-se do que em agradar, se despojam da altivez como de um traje incômodo e ridículo, e procuram não tanto o respeito quanto os aplausos. (...)

"Até junto ao trono o tom é livre e alegre, e sob o sorriso da jovem rainha a Corte séria e disciplinada de Luís XIV transformar-se-á, no fim do século, no mais engajante e mais alegre dos salões".[1]

Assim, o gozo da vida se tornou a preocupação primordial, quando não exclusiva, da elite francesa que se despreocupou dos assuntos públicos na mesma proporção.

---

1) H. Taine, *Les Origines de la France Contemporaine*, pp. 162 e 163

PROMOÇÃO DE CAVALEIROS DE SÃO LUÍS, NO QUARTO DE LUÍS XIV

A vida de Corte séria e cerimoniosa foi se transformando gradualmente em risonha e encantadora. A tendência a viver sorrindo despreocupadamente, em lugar de viver prevendo e preparando o futuro, era indicativa de uma profunda modificação nos espíritos.

ASPECTO DA VIDA DE CORTE

Observa Taine:

"Em nada mais se encontrava descanso ou prazer, nem mesmo naquilo que toca mais de perto ao homem: os negócios públicos, o lar, a família. (...)

"A administração, local ou geral, estava fora de suas mãos [dos nobres] e não lhes interessava mais. Quando falavam, era somente para se divertirem; os mais graves acontecimentos serviam apenas de matéria para ditos espirituosos.

"Após o edito do padre Terray,[2] que confiscou metade da renda, no teatro um espectador, enfarado com uma peça, exclamara: *Ah! que pena que nosso bom padre Terray não esteja aqui, para nos reduzir pela metade.* Riu-se, aplaudiu-se, e no dia seguinte toda Paris, repetindo a frase, consolou-se da ruína pública. (...)

"Sob este princípio, pode-se adivinhar o gênero de talento que o mundo exigia dos ministros. Necker, tendo oferecido um jantar esplêndido, com representações teatrais, achou *que esta festa lhe valera mais crédito, favor e estabilidade do que todas as suas operações financeiras...* Não se falara senão durante um dia de seu último decreto concernente ao *vingtième,*[3] mas ainda se falava daquela festa. (...)

"A «boa companhia» (...) diria com Voltaire, num tom meio sério, meio jocoso, que *os deuses não instituíram os reis senão para dar todos os dias festas e preocupar-se que elas sejam agradáveis; que a vida era muito curta para vivê-la de outro modo; que os processos, as intrigas, as guerras, as disputas dos padres, que consumiam a vida humana, eram coisas absurdas e horríveis e que o homem não nascera a não ser para a alegria.* (...)

"*Não há exemplo* — escreveu Arthur Young a 26 de junho de 1789 [semanas antes da queda da Bastilha] — *de uma despreocupação e de uma estupidez semelhantes às da Corte; o momento pedia a maior decisão, e ontem, enquanto se discutia se ele seria doge de Veneza ou Rei da França, o Rei estava na caça.*

"Seu diário [do Rei] parece o de um ajudante de caçadas. Lede as datas mais importantes, e ficareis estupefatos com o que nelas ele anota. Ele escreve «nada» quando não caçou; é que, para ele, esses dias foram vazios. *«11 de julho de 1789: nada, partida de Necker; 14 de julho: nada; 29 julho: nada, retorno de Necker...; 4 de agosto: caça ao cervo na floresta de Marly, «abatido um», ida e vinda a cavalo...; 5 de outubro: caçada à porta de Châtillon, mortas 81 peças, interrompidos pelos acontecimentos, ida e volta a cavalo; 6 de outubro: partida para Paris a meio-dia e meia, visita à prefeitura, jantar e pernoite nas Tulherias".*[4] (...)

---

2) Controlador Geral das Finanças sob Luís XV, que se tornou impopular por suas medidas fiscais.

3) Imposto de 5% sobre a renda declarada.

4) 14 de julho de 1789: tomada da Bastilha
4 de agosto de 1789: abolição, pela Assembléia, dos privilégios e remissão dos direitos feudais

FAMÍLIA DO MARQUÊS DE SOURCHES. *A etiqueta foi se relaxando e os nobres se despojaram da altivez como de um traje incômodo. A busca contínua do agradável era sintomática da futilidade de espírito que se apoderava da Nobreza.*

"Preso em Paris, cativo da multidão, seu coração batia no ritmo normal. Vinte vezes, lê-se em seu diário que tal dia o cervo era caçado em tal lugar; e ele sofria por não estar presente. Nenhuma provação parecia-lhe mais intolerável".[5]

"Uma das manias mais características daquele tempo era a de arruinar-se totalmente"

A mesma superficialidade de espírito manifestada na despreocupação com os assuntos públicos, manifestava-se também na maneira de gerir a economia doméstica.

"Por esta razão — continua Taine —, compreende-se que eles fossem tão desinteressados com seus negócios privados quanto com os públicos. Família, administração dos bens, economia doméstica, a seus olhos tudo isto parecia burguês, além de insípido; funções de intendentes e mordomos. (...)

"Era preciso que naturalmente, e sem preocupar-se, um homem deste mundo tivesse ouro em seus bolsos, uma roupa elegante para sua *toilette,* lacaios bem vestidos em sua antecâmara, uma carruagem dourada à sua porta, um jantar fino sobre a mesa, e que pudesse reservar toda sua atenção para dispensá-la em favores aos hóspedes de seu salão. (...)

"[Ademais], *uma das manias mais características deste tempo* — dizia a Baronesa d'Oberkirch — *era de arruinar-se totalmente.* (...) Em uma noite, o Mr. de Chenonceux, filho do M. e Mme. Dupin, perdeu no jogo 700.000 libras. M. de Chenonceux e M. de Francueil consumiram 7 a 8 milhões da época. O Duque de Lauzun, aos 26 anos, após ter acabado seu fundo de 100.000 escudos de renda, era perseguido por seus credores por cerca de 2 milhões em dívidas. (...)

"No salão da rainha, o jogo não tinha limites. Em uma tarde o Duque de Chartres perdeu 8 mil luízes. (...)

"Um dia, diante do Príncipe de Conti, Mme. de B. deu a entender que desejaria possuir a miniatura de seu canário num anel. O Príncipe se dispôs a presenteá-la com tal objeto; ela aceitou, mas com a condição de que a miniatura fosse muito simples e sem brilhantes. Com efeito, foi apenas um pequeno círculo de ouro; mas para recobrir a pintura, um grande diamante adelgaçado servia de espelho. Tendo Mme. de B. devolvido o diamante, o

5 de outubro de 1789: marcha da multidão revolucionária sobre Versailles

6 de outubro de 1789: invasão de Versailles pelos revolucionários. Luís XVI e a Família Real são levados cativos para Paris.

5) H. Taine, op. cit., pp. 142 a 156 e 163 a 165.

O JOGO. *A propósito dos jogos de azar no Ancien Régime, a Baronesa d' Oberkirch escreveu: "Uma das manias mais características daquele tempo era arruinar-se totalmente".*

Príncipe de Conti o fez esmagar, reduziu-o a pó e serviu-se dele para secar a tinta do bilhete que escreveu a este respeito a Mme. de B. A pitada de pó custara 4 ou 5 mil libras".[6]

Um carnaval universal e perpétuo

A futilidade de espírito, que se apoderou então de boa parte da Nobreza francesa, fazia com que a vida de Corte se parecesse cada vez mais a uma festa perpétua.

De Luís XV, por exemplo, escreve Taine: "Estava sempre na estrada e na caça, passando de uma residência a outra, de Versailles a Fontainebleau, a Choisy, a Marly, a Muette, a Compiègne, ao Trianon, a Saint-Hubert, a Bellevue, a Rambouillet e, o mais das vezes, com toda a Corte. (...) Conta-se que, em certo ano, Luís XV não dormiu senão 52 noites em Versailles, e o embaixador da Áustria dizia acertadamente que *seu gênero de vida não deixava nem uma hora no dia para se ocupar de coisas sérias.* (...)

"Durante o carnaval de 1777, a Rainha [Maria Antonieta], além de suas próprias festas, ia aos bailes do Palais-Royal e aos da casa da Condessa Diana de Polignac. Houve um, ao qual assistiu toda a Família Real, exceto as tias do Rei, que durou desde as onze e meia da noite até as onze horas da manhã. (...)

6) H. Taine, op. cit., pp. 165 a 170

"*A canção nova* — dizia uma dama de companhia instruída e séria — *o dito espirituoso do dia, as pequenas anedotas escandalosas, formavam os únicos divertimentos do círculo íntimo da Rainha*".[7]

A Corte não ditava apenas a moda dos trajes, mas também a moda das maneiras, das conversas, das recepções, do estilo de vida e de como ser *grand-seigneur* vivendo numa festa contínua, tanto em Paris quanto nas cidades das Províncias.

Continua Taine:

"Tal general, tal estado-maior: os grandes imitavam o monarca. (...)

"Duzentas ou trezentas casas em Paris ou Versailles e nas vizinhanças apresentavam um espetáculo semelhante. (...)

"Naturalmente, os *parvenus*, os financistas que compravam ou tomavam um nome nobre, todos esses negociantes e filhos de negociantes que, desde Law,[8] se relacionavam com a Nobreza, copiavam suas maneiras".[9]

A vida de Corte se repetia, em proporções menores, até nas casas dos pequenos fidalgos das Províncias mais longínquas.

Infelizmente, também entre muitos eclesiásticos verificou-se o contágio desse espírito frívolo e mundano.

"Em Claraval — prossegue Taine —, Dom Rocourt [o abade], muito polido com os homens e mais galante ainda com as mulheres, não andava senão em carruagem de quatro cavalos, com um *piqueur* na frente. (...)

"No convento d'Origny, próximo a Saint-Quentin, a abadessa tinha empregadas, carruagem, cavalos, recebia visitas e convidava os homens para jantar em seu próprio apartamento. (...) No Capítulo de Alex, próximo a Lyon, as cônegas iam ao coro com saia balão, vestidas como no mundo. (...)

"Mas em nenhuma parte a pompa, a hospitalidade e a afluência eram maiores que nos palácios episcopais. (...) No palácio quase real que construíram em Savenna, os Rohans, Bispos hereditários de Strasbourg e Cardeais de «tio a sobrinho», existiam 700 leitos, 180 cavalos, 14 mordomos, 25 criados. *Toda a Província se reunia lá*; o Cardeal chegou a hospedar numa só ocasião duzentos convidados, sem contar os criados; a toda hora encontravam-se ali vinte ou trinta senhoras das mais amáveis da Província, e muitas vezes este número aumentava com a vinda de damas da Corte e de Paris. (...) *Sua fisionomia* [do Cardeal] *sempre sorridente inspirava confiança; ele tinha a fisionomia própria ao homem destinado a representar*. (...)

---

7) H. Taine, op. cit., pp. 142 a 144

8) Ver Parte IV Capítulo 3

9) H. Taine, op. cit., pp. 146, 148 e 149

SALÃO DE BAILE DO ANCIEN RÉGIME. *A vida de Corte, ociosa, repleta de divertimentos e prazeres, se repetia em menores proporções por toda a França. Assim, a vida se transformou em um carnaval universal e perpétuo.*

"Não se pode ler uma biografia, um documento de Província, um inventário da época sem escutar o chocalhar dos pandeiros deste carnaval universal. (...) Nada abalava esta alegria — nem a idade, nem o exílio, nem a infelicidade; em 1793 ela ainda duraria nas prisões da República".[10]

Encenar, para esquecer a vida...

Neste perpétuo carnaval, um dos principais divertimentos era as encenações teatrais, onde nobres da mais alta linhagem representavam como atores e comediantes.

"Divertir-se — continua Taine — é sair de si mesmo, expandir-se, mostrar-se; e, para sair de si mesmo, é preciso colocar-se no lugar de um outro, tomar sua máscara e representar seu papel. Por esta razão, o mais vivo dos divertimentos era a comédia na qual se era ator. (...)

10) H. Taine, op. cit., pp. 154 a 156 e 192

"Em Veneza, no século XVIII, o carnaval durava seis meses. Na França, sob outro aspecto, durava o ano inteiro. (...)

"Em todos os castelos, todas as mansões, em Paris e nas Províncias, instalara-se o *travestissement* da sociedade e o costume de representar comédias em suas próprias casas. (...)

"Há muito os grandes do Reino davam o exemplo. Sob o Rei Luís XV, os Duques d'Orléans, de Nivernais, d'Ayen, de Coigny, os marqueses de Courtenvaux e d'Entraigues, o Conde de Maillebois, a Duquesa de Brancas, a Condessa d'Estrades formavam com Mme. de Pompadour a equipe de teatro dos pequenos gabinetes; o Duque de la Vallière era o diretor; quando a peça a ser apresentada continha um *ballet*, o Marquês de Courtenvaux, o Duque de Beuvron, os Condes de Melfort e de Leangeron eram os dançarinos oficiais. (...)

"No final, essa avalanche subiu mais alto, até atingir a Família Real. No Trianon, inicialmente diante de um público de quarenta pessoas, e depois um número ainda maior, a Rainha fazia o papel de Colette na peça «Adivinho de Aldeia», de Gotte na «A Aposta Imprevista», de Rosine no «Barbeiro de Sevilha», de Pierrette na «O Caçador e a Leiteira»; e os outros atores eram os principais personagens da Corte, como o Conde d'Artois, os Condes d'Ademar e de Vaudreuil, a Condessa de Guiche, a Cônega de Polignac".[11]

---

11) H. Taine, op. cit., pp. 197, 198, 200 e 201

Capítulo 3

Degradação Moral

A superficialidade de espírito e a consideração fútil da vida acarretam conseqüências desastrosas, não só para os indivíduos, mas também para a sociedade.

"Um abismo atrai outro abismo", diz a Escritura (*Sal. 41, 8*). No Ancien Régime, os abismos foram se abrindo um após outro sob os pés elegantes dos nobres superficiais e despreocupados, arrastando-os inexoravelmente para os pântanos da imoralidade.

A decadência moral da alta sociedade francesa do final do Ancien Régime, — só ultrapassada pela de nossos dias — mereceu de Pio XII severo julgamento:

"Uma sociedade imoral ou amoral, que já não sente na consciência e não demonstra nos atos a distinção entre o bem e o mal, que já não se horroriza com o espetáculo da corrupção, que a desculpa e que a ela se adapta com indiferença, que a acolhe com favor, que a pratica sem perturbação nem remorsos, que a ostenta sem rubor, que nela se degrada, que se ri da virtude, está no caminho da ruína.

"A alta sociedade francesa do século XVIII foi — entre muitos outros — um trágico exemplo disso. Nunca uma sociedade foi mais refinada, mais elegante, mais brilhante, mais fascinante. Os mais variados prazeres do espírito, uma intensa cultura intelectual, uma arte finíssima de agradar, uma requintada delicadeza de maneiras e de linguagem dominavam aquela sociedade externamente tão cortês e amável, mas na qual tudo — livros, contos, figuras, alfaias, vestidos, penteados — convidava a uma sensualidade que penetrava nas veias e nos corações, e na qual a própria infidelidade conjugal quase já não surpreendia nem escandalizava. Essa sociedade trabalhava assim pela sua própria decadência, e corria para o abismo cavado por suas próprias mãos".[1]

Lamentavelmente, o exemplo vinha do alto. Luís XIV (1638-1715), durante toda a primeira parte de seu reinado, escandalizou a nação, pela manutenção de concubinas, por assim dizer, "oficiais".

Narra André Maurois, da Academia Francesa:

"A primeira amante declarada foi (...) Louise de La Vallière, (...) *esta pequena violeta que se escondia debaixo da erva, e que tinha vergonha de ser amante, mãe e duquesa*, como escreveu Mme. de Sévigné. (...) Ela viu-se superada, a partir de 1667, pela altiva Marquesa de Montespan. (...) Durante algum tempo o Rei as fez viverem juntas em Versailles, num apartamento dito «das senhoras»; depois, em 1674, La Vallière, sob a influência de Bossuet, entrou no Carmelo para fazer penitência. Ela, que havia vivido treze anos na Corte, passaria trinta e seis no mosteiro. Quando lhe vieram anunciar em seu convento a morte do Conde de Vermandois (um dos filhos naturais que tivera de Luís XIV), ela mergulhou em lágrimas, e depois disse: «*É chorar demasiadamente a morte de um filho, do qual ainda não chorei bastante o nascimento...*» Mme. de Montespan teve do Rei oito filhos".[2]

O profundo desequilíbrio psicológico e social causado pelo sistema de Law

No período da Regência (1715-1723), uma grande conturbação econômica provocou um profundo desequilíbrio psicológico e social, que favoreceu sobremaneira a decadência moral da sociedade.

De que modo?

Após a morte de Luís XIV, um escocês de passado duvidoso, John Law, se estabeleceu em Paris.

Bem acolhido pelo Regente (durante a minoridade de Luís XV), o Duque de Orléans, Law fundou um banco que alcançou um crescimento vertiginoso. Depois de pouco mais de um ano, ele abriu a Companhia do Ocidente, que por seu estrondoso sucesso se transformou na famosa Companhia das Índias, a qual obteve o monopólio do comércio marítimo e colonial com todas as possessões francesas na Ásia, África, América e Oceania.

Por uma hábil propaganda, em alguns meses as ações da dita Companhia subiram até quarenta vezes o valor nominal da emissão.

Na falta de uma bolsa de valores, os negócios se realizavam na rua Quincampoix, onde se encontravam os estabelecimentos de alguns prestamistas.

---

1) Pio XII, *Alocuzione al Patriziato e alla Nobiltà romana*, de 14 de janeiro de 1945, Discorsi e Radiomessagi di Sua Santità Pio XII, pp. 276 e 277

2) André Maurois, *Histoire de France*, p. 281

"Paris inteira — escreve Henri Robert — ou melhor, toda a França, e em breve até estrangeiros vindos de todas as partes da Europa, empurravam-se em busca da fortuna, nos quatrocentos e cinqüenta metros da rua Quincampoix.

"Todas as classes sociais nela se acotovelavam e se misturavam, defrontando-se numa especulação desenfreada, e, por vezes, engalfinhando-se no meio das risadas, gritos e injúrias, sem se preocuparem com o desconceito e o ridículo a que se expunham.

"Encontravam-se aí, confundidos na febre do jogo, pessoas do povo e burgueses, magistrados e lacaios, fidalgos e religiosos, prostitutas e duquesas, a Nobreza de toga e de espada, velhacos e papalvos, parisienses e provincianos, sobretudo gascões, borgonheses, lioneses e normandos, e finalmente estrangeiros ingleses, alemães, suíços, italianos e holandeses. (...)

"Não se falava senão em milhões e milionários. A palavra data dessa época.

"Em semanas, às vezes em dias, ganhavam-se fortunas fantásticas. (...)

"Todos os dias surgiam milionários feitos na véspera, de quem se contavam as gafes e excentricidades. (...)

"O que caracteriza a época é a falta de medida em tudo, a subversão e, se assim se pode dizer, o desequilíbrio social; finalmente, e acima de tudo, a alteração de valores. Enquanto os advogados, os magistrados e, de modo geral, os que viviam afastados da rua Quincampoix, entregues a alguma profissão intelectual, se achavam reduzidos a parcos recursos com que mal podiam viver, todos aqueles que, de perto ou de longe, estavam ligados ao Mississipi, nadavam em ouro. (...)

"Foram principalmente esses filhos da fortuna que se assinalaram por uma insolente ostentação de luxo.

"O ouro, a prata, as jóias, os tecidos caros, nada lhes parecia suficientemente belo. (...)

"Todos esses arrivistas — escreve Dubois — davam festas mais suntuosas do que as de Luís XIV. Porque se o luxo, ostentado pela fortuna lenta e laboriosamente adquirida, sabe guardar, na própria opulência, certa discrição e bom gosto, aquele que sobe rapidamente, por efeito da sorte, perde toda medida e não cuida senão de deslumbrar. (...)

"Os costumes tinham chegado a uma licenciosidade que ainda não se conhecera, provocada e favorecida pelo desbaratamento geral do dinheiro. (...)

"A própria aristocracia esquecia sua velha e orgulhosa divisa, *noblesse oblige*, para se transviar, sem pudor, em casamentos desiguais, mas opulentos, e em negócios aviltantes. (...)

"Law era protestante, e não estava casado com aquela que, em toda parte, era conhecida como Mme. Law. Isso, porém, não impedia certos aristocratas de rivalizar em baixezas para lhe serem agradáveis. (...)

JOHN LAW (1671-1729). *Autor do sistema financeiro que, segundo Henri Robert, "enriqueceu os sem-vergonhas, arruinou a classe média, perturbou a harmonia social e corrompeu os costumes".*

"Paris vive em festa constante. Os bailes, as recepções, os almoços, os fogos de artifício, as representações sucedem-se ininterruptamente e com inaudita ostentação de luxo. (...)

"Assim, no dizer de Mirabeau, vivia-se num jubileu universal, numa espécie de fabulosa idade de ouro. Todos eram ricos, ou acreditavam sê-lo, o que, pelo menos provisoriamente, vinha a dar no mesmo. (...)

"Mas, ai! esse ano devia ser realmente único. O sonho não teve amanhecer, ou antes, teve sim... mais foi um amanhecer cruel".[3]

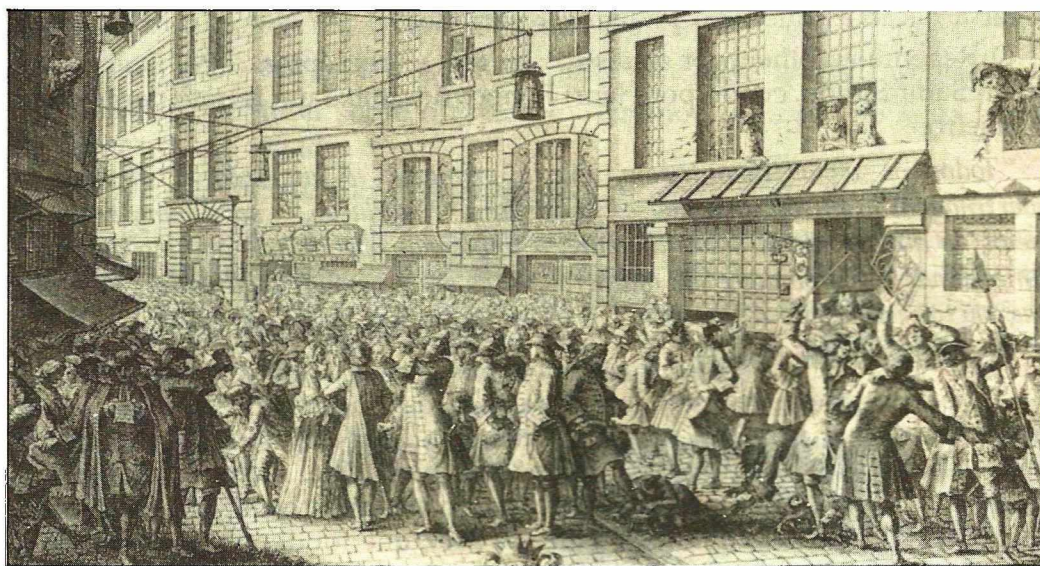
As emissões das ações se sucederam com intervalos cada vez menores, os boatos circularam, a confiança desapareceu, e os preços despencaram do dia para a noite.

E do dia para a noite a falência, o desespero e a ruína tomaram o lugar da euforia.

---

3) Henri Robert, *Os Grandes Processos da História,* V Série, pp. 190 a 208

O desfecho da tragicomédia de Law foi o de ter enriquecido sem-vergonhas, grandes e pequenos, arruinado a classe média, perturbado a harmonia social, fomentando a corrupção dos costumes e alterado o caráter nacional.

"O sistema de Law — nota Pierre Gaxotte — acabou de subverter as classes e os costumes. Todas as condições para uma grande agitação moral estavam reunidas: fortunas construídas em um só dia, milionários recrutados na crápula, especuladores com os nervos desequilibrados, enriquecidos ávidos de luxo, grandes senhores na penúria diante dos aproveitadores, prodigalidades desenfreadas, o espetáculo imoral de riquezas ganhas sem trabalho, e depois, mais tarde, o pânico, as ruínas, o numerário afundando dia a dia, o medo pelo dia de amanhã, a sensação de vertigem de sentir afundar seus bens e o de seus filhos e, neste medo universal, o desejo de distrair-se e de esquecer".[4]

RUA QUINQUEMPOIX. *Como não havia Bolsa de Valores, os negócios eram realizados ao ar livre. A França inteira, e até os estrangeiros, se acotovelavam em busca da fortuna nos quatrocentos e cinqüenta metros da rua Quinquempoix.*

4) Pierre Gaxotte, *La Régence, une Révolution Manquée*, Revista "Historia" nº 316, p. 129

O progresso da imoralidade durante a Regência

Henri Robert, analisando a Regência, comenta:

"Deve-se confessar que a depravação e a licenciosidade de costumes eram gerais.

"Mme. de Maintenon escreve:

"*«As mulheres deste tempo me são insuportáveis; o vestuário insensato e imodesto; o fumo, o vinho, o jogo, a gula, a grosseria, a preguiça, tudo isso se opõe ao meu gosto, e me parece que não o poderia tolerar».*

"No baile de máscaras da Ópera, onde as duquesas se misturavam com as atrizes, com as dançarinas e com as Ninon de Lenclos, a mais amável familiaridade as confundia, e aquelas que mais se evidenciavam pela desenvoltura eram, muitas vezes, as de quem isso menos se esperaria.

"Os passeios noturnos pelo *cours la Reine,* durante o verão de 1717, deram lugar a bacanais que nem podem ser narrados".[5]

O Regente escolheu por ministro seu antigo preceptor, o Pe. Dubois, de quem Saint-Simon, citado por Henri Robert, nos deixa um retrato bem pouco lisonjeiro:

"*Todos os vícios disputavam nele a primazia! A ambição, a avareza, a libertinagem eram os seus deuses: a perfídia, a adulação, o servilismo eram os meios de que se servia habitualmente; a impiedade absoluta, a opinião de que a honestidade e a probidade são quimeras, estas eram as suas qualidades! Primava nas baixas intrigas e delas vivia...* e assim continua por duas páginas!"[6]

Continua Henri Robert:

"[O próprio Regente teve] numerosas ligações sucessivas e, muitas vezes, simultâneas. Sua primeira amiga se chamava Léonore, filha do almoxarife do Palais-Royal. Seguiu-se-lhe a atriz Grandval; Mlle. Florence, dançarina da Ópera, que dele teve um filho, o mesmo acontecendo com Mlle. Desmares, atriz, sobrinha de Champmeslé; Mlle. de Séry, que foi depois, quando ele a fez mãe, Mme. d'Argenton; Mme. de Sabran, uma das convivas habituais das ceias alegres; (...) e finalmente a Duquesa de Phalaris, sua favorita dos últimos tempos, junto a quem tombou fulminado pela apoplexia, fazendo com que dissessem que morrera assistido por seu confessor habitual".[7]

Pierre Gaxotte nos transmite uma visão de conjunto dos costumes da Regência:

---

5) Henri Robert, op. cit., p. 149
6) Henri Robert, op. cit., p. 212
7) Henri Robert, op. cit., pp. 151 e 152

"A devassidão é geral e terrível, escreve a Velha Madame [mãe do Regente]. *Toda a juventude de um e outro sexo leva na França uma vida das mais repreensíveis; quanto mais desregrada for, melhor é...; sua conduta parece-se mais com a dos porcos e das porcas.*

"A grande moda é de embriagar-se a cada noite. Uma tarde, em casa do Príncipe de Conti, os convidados, tomados pelo vinho, precipitam-se uns sobre os outros e brigam como se fossem carregadores: os lacaios os retiram, desacordados pela bebedeira, em meio aos destroços das louças. (...)

"A Marquesa de Nesle e a Marquesa de Polignac estavam enamoradas do Marquês de Alincourt. Tiveram por isso um duelo atrás dos Invalides, e se bateram a golpes de faca. Ficaram ambas feridas. (...)

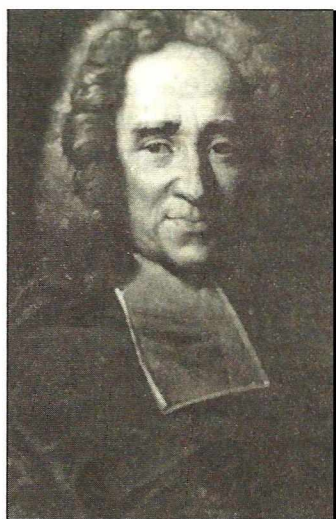
"A própria morte não era mais respeitada. O corpo de um sr. Nigon, advogado, estava exposto em um caixão no claustro de Saint-Germain-l'Auxerrois, cercado de velas e coberto com um pano mortuário.

"Surgiu então o Duque d'Arenberg, que morava pelos arredores. Alguns amigos e lacaios o acompanhavam, levando taças e garrafas. Um deles aproximou-se do féretro, levantou o pano e apostrofou o morto:

"— *Meu pobre Nigon, o que faz você aí? Vinde beber um gole conosco.*

"Um outro montou sobre o caixão e derramou uma pia de água benta na cabeça do advogado:

"— *Tome, beba meu pobre Nigon, porque você está morto de sede!*

"O Clero chega, o Duque e seus companheiros pretendem seguir o cortejo cantando obscenidades, os padres protestam, eles os cobrem de injúrias, entram à força na igreja, sobem nas estalas do coro e bradam Aleluias. É preciso chamar a polícia, que prende todo mundo, com exceção do Duque, que fica caído na calçada meio morto de tão bêbado.

CARDEAL DUBOIS (1656-1723). *Antigo preceptor e Ministro do Regente. Segundo Saint-Simon, "todos os vícios disputavam nele a primazia".*

PHILIPPE D'ORLÉANS (1674-1723). *Regente na minoridade de Luís XV. Seu governo caracterizou-se pela degradação assombrosa dos costumes.*

"O mau exemplo vem do alto. (...) Todas as tardes, o Regente serve um jantar, no Palais Royal. Companhia brilhante, mas íntima, escolhida num círculo estrito. As mulheres: a amante principal, Mme. de Parabère; suas rivais, Mmes. de Sabran, d'Averne e de Phalaris, Mme. de Prie, a Duquesa de Gesvres, Mme. de Deffand, Mme. de Tencin, todas muito perfumadas e com os cabelos cortados curtos, como exige a moda. (...) Os homens: Broglie, Nocé, Brancas, Byron, Canillac e jovens obscuros, sem nome, mas brilhantes por seu espírito ou sua devassidão.

"Guardas vigiam a porta, defendendo os convidados contra os impertinentes e contra os negócios do Estado. Fala-se, ri-se e bebe-se. Joga-se com as palavras, com as idéias e com as reputações. Nada é por demais ousado, ou demasiadamente maldoso. Os vinhos são bons: champagne e tokay. O tom se altera. O clima esquenta, falam-se obscenidades desenvoltamente, e as impiedades, quanto mais ousadas, mais agradam.

"Ao amanhecer, todo mundo está bêbado. Separam-se, para começar tudo de novo no dia seguinte.

"No palácio do Luxembourg mora a Duquesa de Berry, a filha preferida do Regente. Casada aos quinze anos, viúva aos dezenove, ela morreu aos vinte e quatro, depois de ter assombrado o mundo com o espetáculo de suas aventuras. De um orgulho insultante, amando até a loucura o fausto e as festas, não andava a não ser acompanhada de guardas e trompetes. Ela tinha o desvario da «canalha».

"Levava a volúpia até o aviltamento. Para ela era um verdadeiro prazer formular propostas imundas e ouvir histórias obscenas. Outro de seus prazeres era embebedar-se como um palafreneiro, beber, rolar pelo chão e vomitar sobre a mesa, sujando os convidados. (...)

"Seus amantes não tinham conta. Ela os tomava em qualquer lugar. O último, Rion, era um rapaz esverdeado dado ao amarelo, forte, que à custa de espinhas mais parecia um abscesso. Com o rosto inchado, a cabeça grande, o pescoço curto, este rapazote exercia sobre a Duquesa a pior das tiranias, a dos sentidos.

"Ela o enfeitava de todas as maneiras. Cheio de dinheiro, jóias e diamantes, ele tinha a arte de se fazer temer e desejar. À força de artimanhas e de comedimentos, ele reduziu sua amante a uma verdadeira escravidão. Encantava-se em descompô-la publicamente, fazia-lhe trocar dez vezes de roupa sem nenhuma razão, obrigava-a a expulsar as amigas de que ela mais gostava, exigia que ela servisse à mesa e que fosse cada tarde receber as ordens para o dia seguinte. A Duquesa gritava, chorava, se rebaixava, gozando de sua servidão e de sua humilhação".[8]

Até os pecados mais infames eram atribuídos ao Regente.

"Sobre a Corte do Regente e sua vida privada — escreve André Maurois —, apareciam panfletos obscenos. Acusavam-no de incesto e de ser o amante de sua filha primogênita, a Duquesa de Berry, encantadora e louca. Seria isso verdade? A licenciosidade dos costumes dava lugar a todas as calúnias".

O período da Regência muito contribuiu para o desprestígio das instituições do Reino.

"A licenciosidade e a fraqueza dos governantes — prossegue André Maurois — durante a minoridade [de Luís XV], haviam ensinado aos súditos o desrespeito e o desprezo. A literatura tornou-se frívola e contestatária, (...) Voltaire se fazia anunciar. O grande homem da época era Montesquieu, que com suas «Cartas Persas» publicadas em 1721, acabou introduzindo o tema da Revolução por meio de uma sátira graciosa, mas viva, dos costumes da Corte.

"A Regência, se bem que breve, e na aparência muito vazia, produziu grandes efeitos. Após o reino de Luís XIV, ela representou não só uma distensão, mas também uma abdicação de valores. A frivolidade e a especulação fomentaram o desrespeito e a irreligião. O papel das mulheres, e não das melhores, cresceu. O governo francês perdeu o senso do interesse nacional."[9]

---

8) Pierre Gaxotte, op. cit., pp. 129 a 132
9) André Maurois, op. cit., pp. 301 e 302

Degradação moral sob Luís XV

Luís XV (1710-1774) também deu o triste exemplo de uma vida vergonhosa e desregrada.

"As galanterias de Luís XV iam se degradando com o tempo. (...) A partir de 1732, ele teve, por ordem de primogenitura, as três irmãs Nesle: Mme. de Mailly, Mme. de Vintimille e Mme. de La Tournelle, que ele nomeou Duquesa de Châteauroux. (...)

"Depois delas, tornou-se amante oficial uma burguesa, Mme. Lenormand d'Etioles, nascida Poisson e preparada desde a adolescência para este papel por um tutor previdente, que a tinha por *un morceau de roi.* (...)

"O Rei a fez Marquesa de Pompadour, e ela reinou vinte anos sobre ele, sobre a França e sobre a Europa. Ela o atraía pelo prazer, e empregava para distraí-lo os escritores e os artistas: Voltaire, Helvetius, Crébillon, Nattier, La Tour, Boucher, Van Loo, Bouchardon, e não hesitou, quando não serviu mais para o amor, em fazer-se intermediária. O *Parc-aux-Cerfs* não foi tudo o que dele diziam os panfletários, mas o Rei tinha lá uma pequena casa para seus prazeres secretos, e é certo que Mme. de Pompadour aceitou ocupar-se dela com sua costumeira e condescendente eficácia. (...)

"Quando ela morreu, em 1764, foi substituída por uma «filha de ninguém», Jeanne Bécu, chamada Vaubernier, prostituta que não se incomodava com a política, mas cuja fortuna escandalizava as mulheres bem nascidas. Para chegar até a Corte e ser «apresentada», Jeanne havia resolvido se fazer desposar pelo Conde de Barry, irmão de um de seus amantes, o qual, se não fosse já casado, teria feito ele próprio esta operação".[10]

A Condessa du Barry reinava na Corte como uma verdadeira rainha, como assinala o Conde de Viel-Castel:

"Uma amante, saída do mais baixo da sociedade, ocupava o lugar da rainha; grandes senhores e grandes damas não só se inclinavam diante dela, mas solicitavam como um favor serem admitidos em suas reuniões íntimas.

"Nesta sociedade licenciosa, as consciências não se revoltavam com o escândalo que dava a realeza. A Corte e a cidade, igualmente corrompidas, achavam normal que, à maneira do sultão de Constantinopla, Luís XV tivesse favoritas. O menor financista se gabava do luxo insultante de suas amantes; mas a Corte e a cidade se indignavam porque, tendo o poder de escolher entre as mulheres mais nobres, o Rei tivesse descido tão baixo".[11]

E Madame Campan comenta: "Madame du Barry levou o desrespeito às

10) André Maurois, op. cit., pp. 303, 304, 311 e 312

11) Conte Horace de Viel-Castel, *Marie Antoinette et la Révolution Française,* pp. 45 e 46

LUÍS XV (1715-1774). *Nobreza e distinção, mas, lastimavelmente, triste exemplo de uma vida moral vergonhosa que favoreceu o desprestígio da monarquia e preparou o campo para a Revolução Francesa.*

conveniências a ponto de querer um dia assistir ao Conselho de Estado: o Rei teve a fraqueza de consentir; ela ali ficou, ridiculamente recostada sobre o braço de sua poltrona, onde fez toda espécie de pequenas macaquices infantis próprias a agradar os velhos sultões".[12]

Uma dissolução quase geral dos costumes em toda a sociedade

Essa degradação quase geral dos costumes não se circunscrevia à Corte, mas expandia-se pela sociedade, especialmente pelas elites sociais e econômicas.

Assim, a família foi se dissolvendo.

"Em um salão — escreve Taine — a mulher com a qual um homem menos se ocupava era a sua; isso porque, numa época em que não se vivia senão para o mundo e no mundo, não havia lugar para a intimidade conjugal. Aliás, quando os esposos eram altamente colocados, o costume e a educação os separavam. Cada um tinha sua casa, ou ao menos seu apartamento, seus criados, suas carruagens, suas recepções, sua sociedade diferente. (...)

"Assim relaxado, o liame conjugal acabou por se romper pela pressão da opinião pública. *Era de bom tom não viver juntos*, conceder-se mutuamente toda tolerância, ser inteiramente do mundo. Com efeito, era o mundo quem ditava a opinião a seguir, e assim estabelecia os costumes que queria.

"Em meados do século [XVIII], marido e mulher habitavam na mesma casa; mas era só isso. *Nunca se viam, nunca eram encontrados na mesma carruagem, nem na mesma casa, nem — com maior razão — em um mesmo lugar público.* (...)

"*Se os costumes perdiam,* diz um contemporâneo, M. de Bezenval, *a sociedade lucrava muito mais, desembaraçada do incômodo e da frieza que projetava sempre a presença dos esposos. A liberdade era extrema. O gosto de agradar homens e mulheres animava a conversação e fornecia diariamente ocasião para aventuras picantes. Nada de invejas, nem mesmo no amor. Quando se agradavam, se juntavam; tão logo se cansavam um do outro, deixavam-se com tão pouco esforço quanto custara a união.* (...)

"Contudo as aparências eram guardadas. *(...) Nenhuma familiaridade era permitida, salvo aquelas escondidas pelo véu da amizade, e o vocabulário do amor era tão proibido quanto seus ritos à primeira vista pareciam ser.* (...) A indecência que existia de fato nunca aparecia nas palavras, e a linguagem das conveniências impunha-se, não só aos ardores da paixão, mas até às

12) Mme. Campan, *Mémoires sur la Vie Privée de Marie Antoinette,* t. I, p. 31

grosserias do instinto. (...)

"Os esposos que não viviam juntos, também não moravam com seus filhos, e as causas que erodiam o casamento desfaziam também a família. (...) As novas exigências da vida mundana acabaram por colocá-los ou mantê-los afastados. Talleyrand dizia que nunca tinha dormido sob o mesmo teto que seu pai e sua mãe. (...) O Duque de Biron [comentava]: *Eu, como todos os meninos de minha idade e de minha condição, tinha as mais belas roupas para sair, mas permanecia nu e morrendo de fome em casa,* não por maldade, mas por esquecimento, dissipação, desordem do casal. A atenção estava em outra parte. (...) Quanto às moças, colocavam-nas num convento; desembaraçados deste cuidado, os pais eram mais livres".[13]

Nesta sociedade, uma literatura licenciosa se espalha e se transforma em veículo da imoralidade.

"Na Corte como na cidade — prossegue o Conde de Viel-Castel — os homens, na proporção de suas fortunas, tinham suas segundas casas e suas amantes; as mulheres também não escondiam nem o número nem o nome de seus amantes.[14]

"Para uma tal sociedade convinha uma literatura excepcional, e esta não faltou. Crébillon inspirou os autores de *Faublas* e das *Ligações perigosas,* e assim como a seita filosófica criou Robespierre, a literatura dos lupanares e da orgia produziu, nas vésperas da Revolução, uma espécie de monstro chamado Marquês de Sade".[15]

---

13) H. Taine, op. cit., pp. 170 a 176

14) É preciso considerar também que, em meio ao relaxamento moral da alta sociedade, havia numerosas e honrosas exceções.

Os conhecidos historiadores Edmond e Jules Goncourt, observam com acerto que "o casamento do século XVIII conservou, apesar dos tempos e da moda, as virtudes que o honram. (...)

"Seria injusto não reconhecê-lo: apesar de normalmente ter sido tão grande a indiferença entre os esposos, tão relaxado o vínculo conjugal, tão comum no casamento uma vida livre, liberada, dissipada, (...) as memórias sobre a vida privada da época nos mostram casais extremamente unidos. (...)

"No meio de tantas mulheres tão fáceis de serem seduzidas, quando o sedutor é o próprio Rei, não se veria uma Condessa de Périgord rejeitar o amor do Rei, freá-lo por um respeito glacial e fugir para um exílio voluntário em suas terras perto de Barbézieux? E deste exílio, que duraria longos anos, ela não voltaria senão por esta carta que Luís XV lhe enviou com seu pedido de desculpas, por ocasião da morte de uma das damas de honra de Mesdames [as filhas de Luís XV]: *Minhas filhas acabam de perder sua dama de honra. Este lugar, Senhora, vos pertence, tanto por vossas grandes virtudes, como pelo nome de vossa família*". (E. et J. Goncourt, *La Femme au XVIII siècle,* pp. 219 a 221)

15) Comte Horace Viel-Castel, op. cit., pp. 46 e 47

A imoralidade refinada degenera em pornografia grosseira

Os irmãos Goncourt escreveram com acerto que "há uma lógica inexorável que rege as más paixões da humanidade, que é a de chegar ao extremo de si mesmas e explodir num horror final e absoluto".[16]

Assim, seguindo esta dinâmica inerente ao vício, às vésperas da Revolução, apesar de ter ocorrido uma relativa moralização da Corte pelo exemplo da vida regrada de Luís XVI (1754-1793), em algumas rodas sociais da alta Nobreza a imoralidade refinada degenerou em pornografia grosseira, e as festas elegantes terminavam em licenciosidade geral.

Relata Taine:

"Normalmente o espetáculo terminava com uma encenação inspirada nos contos de la Fontaine ou nas farsas dos cômicos italianos, não somente viva, mas pesada nas entrelinhas, e muitas vezes tão crua que *não se podia representar senão diante de grandes príncipes ou das prostitutas.*

"Com efeito, um palácio enfarado se desgosta de limonada e clama por aguardente. O Duque d'Orléans cantava no cenário as canções mais picantes, representava o papel de Bartholin na peça *Nicaise*, e Blaise na *Jaconde*. *O casamento sem padre, Léandre grávida, O amante sem fôlego, Léandre Étalon*, eis os títulos de representações *compostas por Collé para os prazeres de sua Alteza e da Corte*. Para cada uma com *sal*, havia dez carregadas de pimenta!

"Em Brunoy, em casa de Monsieur (o futuro Luís XVIII), elas eram tão escandalosas que o Rei se arrependeu de ter vindo, *não se tinha idéia de tal licenciosidade; duas mulheres que estavam na sala foram obrigadas a esconder-se e, coisa espantosa, ousaram convidar a rainha.* A alegria era uma espécie de ebriedade que conduzia até o último fundo do tonel e, depois do vinho, bebia-se a borra.

"Não só nos ambientes mais restritos e com as meretrizes, mas no grande mundo e com as damas, faziam-se loucuras alegremente. Digamos claramente, eram libertinos que não recuavam diante das palavras nem diante das coisas. *Há cinco ou seis meses* — escreve uma dama em 1782 — *os jantares são seguidos de um jogo de «cabra-cega» ou de uma dança arrastada, e acabam em uma licenciosidade geral.* Convidam-se as pessoas com quinze dias de antecedência. *Desta vez viraram as mesas, os móveis; jogaram nos quartos vinte garrafas de água; finalmente retirei-me à uma e meia da manhã, cheia de fadiga, extenuada pelos golpes de lenços e deixando Mme. de Clarence com a voz quase extinta, um vestido rasgado em mil pedaços, uma escoriação no braço, uma*

---

16) E. et J. Goncourt, *La Femme au dix-huitième siècle*, p. 199

ALMOÇO AO AR LIVRE. *Em conseqüência da decadência moral do Ancien Régime, algumas festas elegantes chegaram a degenerar-se em licenciosidade geral.*

contusão na cabeça, mas aplaudindo o fato de ter proporcionado uma ceia tão alegre, e gabando-se de que esta seria a grande novidade do dia seguinte.

"Eis até onde conduz a necessidade de divertimento. Sob sua pressão, como sob o dedo de um escultor, a máscara do século se modificava gradualmente e ia perdendo insensivelmente sua seriedade: a figura grave do cortesão transforma-se, de início, na fisionomia alegre do mundano, depois, sobre esta boca sorridente cujos contornos se alteram, vê-se estalar a gargalhada descarada e sem freios do moleque".[17]

---

17) H. Taine, *Les Origines de la France Contemporaine*, pp. 201 a 203

Capítulo 4

Sentimentalismo Bucólico e Vulgarização dos Costumes

Para analisar mais pormenorizadamente a enorme Revolução tendencial ocorrida no Ancien Régime, é preciso considerar inicialmente que a pompa — por alguns lados excessiva — da Corte de Luís XIV, acabou por cansar aquela sociedade moralmente relaxada.

As diversas modificações arquitetônicas feitas no palácio de Versailles indicam bem esse cansaço; exemplo característico disso foi a destruição da famosa escadaria dos embaixadores, construída por Luís XIV com grande esplendor, para impressionar os representantes de outros Reinos acreditados junto à monarquia francesa. O mobiliário, antes grave e solene, foi como que se adocicando e começando a sorrir. Enfim, a penetração gradual do risonho, mais ou menos em toda a decoração de Versailles é também, entre tantos outros, sintoma expressivo desse cansaço. Chegou-se assim a desejar em tudo o extremo da delicadeza, do suave, as cores claras.

Ora, quando um pêndulo chega a um extremo, a lei da gravidade o impulsiona ao extremo oposto. Fenômeno semelhante aconteceu com as tendências profundas da sociedade francesa no final do Ancien Régime.

Após tantos anos vividos em um ambiente de refinamento cada vez mais exageradamente delicado e artificial, aquela sociedade começou a desejar o contrário, ou seja, a simplicidade e o natural.

Os artistas e os literatos — notadamente Rousseau — perceberam que essas tendências eram tão vivas, que eles só teriam êxito publicitário na medida em que as estimulassem. E foi o que fizeram continuamente.

O cansaço do artificialismo e a mutação da sensibilidade

"Com o passar do tempo — escreve Taine — o simples prazer cessa de agradar, e por mais deleitável que seja a vida de salão, ela acaba por parecer vazia. Qualquer coisa falta, sem que se possa dizer claramente o que seja. A alma se inquieta, e pouco a pouco, com a ajuda dos escritores e dos artistas, ela explicita a causa de seu mal-estar e o objetivo de seu secreto desejo. (...)

"A naturalidade estava excluída daquele mundo. Tudo era arranjado artificialmente: a decoração, a roupa, a atitude, o tom da voz, as palavras, as idéias, e até os sentimentos. *A raridade de um sentimento verdadeiro era tão grande*, dizia M. de V., *que, quando eu voltava de Versailles, parava algumas vezes nas ruas para olhar um cão roer um osso.* (...)

"Na conduta das pessoas, como na literatura, tudo aquilo que se afastava de um certo modelo era rejeitado. O número das ações permitidas era restringido, como o número de palavras autorizadas. (...) Agia-se da mesma forma que se escrevia, isto é, segundo fórmulas ditadas por um círculo restrito. (...)

"Entre vinte exemplos confirmatórios, escolhi o menor, uma vez que se refere a um simples gesto; daí se pode concluir para as outras coisas.

"Mademoiselle de ..., pelo prestígio de sua família, tendo obtido uma pensão para Marcel, célebre professor de dança, correu para ele toda alegre, apresentando-lhe a patente. Marcel tomou-a, jogou-a por terra e disse: *É assim, Mademoiselle, que vos ensinei a apresentar alguma coisa? Apanhai o papel e passai-mo da forma correta, como deveis fazê-lo.* Ela retoma a patente e lha apresenta com todos os requisitos exigidos. *Está bem, Mademoiselle,* diz Marcel, *eu o recebo, apesar de a posição de vosso cotovelo não estar bastante arredondada, e vos agradeço.*

"Todos esses exageros acabavam por cansar: depois de se ter comido durante tantos anos de uma cozinha refinada, desejava-se leite e pão preto".[1]

Surge um "mundo novo", sentimental e naturalista

Observou-se então uma "mudança de gosto e de espírito que se afirma — como bem indica Hubert Méthivier, Inspetor Geral da Instrução Pública — na fuga para o sentimentalismo, para o exotismo mais ou menos naturalista".[2]

1) H. Taine, *Les Origines de la France Contemporaine*, pp. 204 a 206

"No último terço do século — escreve o historiador Charles Seignobos, professor da Sorbonne —, a moda muda bruscamente em direção à sensibilidade e ao entusiasmo pela natureza. Esta crise do sentimento (...) marca o início do romantismo. Ela se manifesta na França, no romance, pelo sucesso estrondoso do livro *Nouvelle Heloïse*, de Rousseau; no teatro, pela moda de apresentar comédias lacrimejantes; na pintura, pelos quadros de Greuze. O tema favorito da literatura passa a ser o amor terno e apaixonado.

"O gosto pela natureza foi marcado pela moda do «jardim inglês», cujas alamedas sinuosas, os bosques, os lagos, as ilhas, as pontes e as grutas pretendiam reproduzir o aspecto da paisagem natural, em oposição ao «jardim à francesa», do século XVII, de origem italiana, com suas alamedas retilíneas, suas árvores podadas, seus jatos de água e suas estátuas".[3]

Comentam os Goncourt:

"A este mundo gasto pelo prazer, com o espírito fatigado, que devorava todas as securas e todos os egoísmos de uma sociedade que tinha levado até o último ponto o refinamento e a corrupção erudita, Rousseau ofereceu as forças e as virtudes expansivas. (...) Não era mais um capricho divertido de um gosto, era o entusiasmo misturado com uma loucura quase religiosa. O amor tornou-se paixão, e nada mais do que paixão. (...)

"Rousseau renovou ainda o sentido da natureza. Ele reencontrou o sentimento ignorado da França, «o sentimento do verde»".[4]

Naquela época, comenta Jean Orieux, "Jean-Jacques estava na moda: podiam-se ver senhoras que nunca se tinham debruçado sobre o berço de um menino, amamentar seus filhos nos camarotes da Ópera. Era a moda. Isto não significava de modo algum que elas fossem melhores mães quando estavam em suas próprias casas".[5]

Sobre esse sentimentalismo mórbido e esse insensato e ridículo desejo ecologista de "volta à natureza", serão apresentados a seguir os depoimentos mais extensos de dois historiadores de épocas diversas: H. Taine e S. Schama.

"Não é que os costumes, no fundo, se tivessem tornado diferentes — esclarece Taine —, eles continuavam igualmente mundanos, dissipados ao máximo. Mas a moda autorizava uma afetação nova de efusões, de sonhos, de enternecimentos que até então não se tinham conhecido. Tratava-se de voltar à natureza, de admirar o campo, de amar a simplicidade dos costumes rústicos, de se interessar pelos camponeses, de «ser humano», de ter coração. (...)

---

2) Hubert Méthivier, *La Fin de l'Ancien Régime*, p. 14

3) Charles Seignobos, *Histoire Sincère de la Nation Française*, p. 244

4) E. et J. Goncourt, *La Femme au XVIIIème Siècle*, pp. 436, 437, 442, 447

5) Jean Orieux, *Talleyrand*, p. 77

"Em seguida, em todos os detalhes da vida privada, a sensibilidade desenvolve-se com toda a ênfase. Constrói-se nos jardins um pequeno templo dedicado à Amizade. Ergue-se nos gabinetes um pequeno altar dedicado à Beneficência. Usam-se roupas à Jean-Jacques Rosseau, *análogas aos princípios deste autor*. Adotam-se penteados enormes, nos quais se coloca o retrato de uma filha, da mãe, do canário, do cão, tudo isso acompanhado com mechas de cabelos do pai ou de um amigo do coração. (...)

"Todas as vezes que amigas diziam-se coisas «sensíveis», elas deviam subitamente tomar um tom de voz fraco e claro, arrastando seus olhares ternamente, e com a cabeça caída se abraçarem muitas vezes.

"Era costume, sobretudo para as jovens, se emocionarem, empalidecerem, enternecerem-se e até, com freqüência, aparentar mal-estar. Percebendo a presença de Voltaire, precipitavam-se em seus braços, balbuciavam, choravam e ficavam num estado de perturbação semelhante a um amor apaixonado. Quando um autor da sociedade vinha ler sua peça num salão, a moda impunha que se exclamasse, soluçasse, e era de bom tom que alguma assistente desmaiasse. (...)

"Eis portanto a literatura, o teatro, a pintura e todas as artes, que entram na via sentimental para fornecer à imaginação alterada um alimento fictício. Rousseau pregava, em períodos literários rebuscados, o encanto da vida selvagem, e os pequenos senhores, entre dois madrigais, sonhavam com a felicidade de dormirem nus em uma floresta virgem.

"Comprimiam-se num salão para assistir à apresentação de «O Despertar da Aldeia», da «Moringa Quebrada», do «Retorno da Ama-de-Leite», e outros idílios rústicos e domésticos de Greuze. O extremo da volúpia, o *arrière fond* da sensualidade provocante, que se deixava destilar na ingenuidade frágil dessas coisas cândidas, era uma guloseima para os gostos libertinos, que subsistiam sob as aparentes aspirações morais. (...)

"Todo o bando de oradores, escritores e políticos, todos bem penteados, bem enfeitados, com um lenço bordado na mão para enxugar as lágrimas, vão conduzir o idílio universal até o paroxismo da Revolução. Como primeiro destaque do jornal «Mercúrio», de 1791 e 1792, apareciam os «Contos morais» de Marmontel, e o número que saiu após os massacres de setembro se abria com versos *à alma de meu canário*".[6]

Por sua vez, S. Schama nos pinta o seguinte quadro:

"Neste mundo novo, preferir-se-ia o coração à cabeça, a emoção à razão, a natureza à cultura, a espontaneidade ao cálculo, a simplicidade ao ornato. (...) Os jardins ingleses aos parques franco-italianos. Isso gerou um novo vocabulário literário, saturado de associações emotivas que silenciavam não

6) H. Taine, op. cit., pp. 208 a 211

só as réplicas espirituosas do estilo rococó, como também as consagradas sonoridades do classicismo. O uso generoso de palavras como *tendresse* [ternura] e *âme* [alma] conferiam ingresso imediato na comunidade da Sensibilidade. (...) Verbos como *s'enivrer* [inebriar-se], associados com *plaisir* [prazer] ou *passion* [paixão], tornaram-se atributos de um caráter nobre, não depravado. A palavra-chave era *sensibilité* [sensibilidade]: a capacidade intuitiva de sentimento intenso. Ter um *coeur sensible* [coração sensível] era condição básica para a moralidade.

"Cartas de amor emprestavam hipérboles extáticas da *Nouvelle Héloïse*, de Rousseau, e sobre elas amontoavam declarações de paixão. Julie de Lespinasse, heroína da *Nouvelle Héloïse*, murmura, ofegante: «*Mon ami*», *eu te amo como se deve amar, com excesso, loucura, arrebatamento e desespero.* (...)

"Nesse mundo novo, de discurso e expressão, as lágrimas eram particularmente valorizadas como sinal, não de fraqueza, mas de sublimidade. Eram apreciadas precisamente por serem incontidas (supunha-se): a alma irrigando o semblante. As lágrimas eram inimigas dos cosméticos, e sabotavam a máscara polida. Mais importante: um bom acesso de choro indicava que a criança miraculosamente se preservara dentro do homem ou da mulher. (...)

"A drástica modificação cultural representada por essa primeira erupção da sensibilidade romântica tem mais do que importância literária. Significava a criação de um estilo falado e escrito que se tornaria a voz-padrão da Revolução, partilhada tanto por suas vítimas como por seus mais implacáveis promotores. Os discursos de Mirabeau e Robespierre, as cartas de Desmoulins e Madame Roland e os festivais orquestrados da República dirigem-se à alma, à humanidade terna (...) e ao idílio da vida em família".[7]

A revolução da "simplicidade"

"Por volta de 1780 — assinalam os Goncourt — uma grande revolução completou-se na moda: a revolução da simplicidade. (...)

"Os homens abandonaram a casaca *à la française*, o chapéu embaixo do braço, a espada ao lado, e não apareciam mais com esta gala, a não ser nas grandes reuniões, nas núpcias, nos bailes brilhantes e nos banquetes de cerimônia. As mulheres deixaram as roupas de aparato; (...) a vestimenta, a *toilette* não era mais um adorno magnífico, cheio de ênfase, majestoso pelo desenvolvimento e pela extravagância dos ornamentos. (...)

---

7) Simon Schama, *Cidadãos*, pp. 137 a 140

"A renovação foi completa. (...) A moda feminina não se esforçava senão em ser simples".[8]

O Barão de Frénilly analisa em suas Memórias esta verdadeira revolução na moda:

"[Em 1780], tudo já estava arruinado, até mesmo demolido nos fundamentos. Mas a superfície ainda existia: as formas, o simulacro da conservação de um costume, a etiqueta; tudo isso defendia ainda o edifício, como muros de papelão pintado defenderiam uma cidade, se o inimigo os tomasse por muralhas de pedra. (...)

"Cada um conservava e portava sua insígnia, e esta, por sua vez, o protegia. O cenário do mundo se apresentava ainda em traje de rigor.

"Mas em 1787 a comédia já tinha sido representada, o pano baixado, e começava-se a perceber o que estava por detrás, nos bastidores.

"Exceto nas ocasiões solenes, abades e prelados se apresentavam com vestimenta curta. (...) As mulheres passaram a usar sapatos sem saltos, saias apertadas e *pierrot*. Este traje, que tinha uma espécie de pequena cauda de pássaro retorcida embaixo do espartilho, indicava uma revolta declarada contra os vestidos com caudas e as saias-balão.

"Com saia-balão, a mocinha mais faceira tomava ares de matrona; com o *pierrot*, a mais severa matrona tomava o ar de uma alegrota. (...)

"Por outro lado, os homens tinham conquistado o colete, que provocou em seus inícios um rumor ainda maior. Estava tudo perdido, diziam as cabeças sensatas; os homens andarão nus, sem nada que disfarce suas formas. Não é preciso dizer que, imediatamente, um exército auxiliar de coletes, de calções colantes de casimira amarela, de chapéus redondos e de casacas, introduziam-se como a invasão dos hunos no coração do Império".[9]

E Lenôtre acrescenta:

"Atacou-se em seguida a peruca: o primeiro que ousou se mostrar em um salão com os cabelos curtos e sem pó, foi M. de Valence, genro de Mme. de Genlis; houve um frêmito diante de tal audácia, que logo foi imitada. Todos os pequenos preconceitos, todas as tradições de distinção e decoro desabaram assim sucessivamente".[10]

Taine descreve o abandono do que restava da pompa e da etiqueta:

"A simplicidade entrou nas maneiras. Não se empoava mais os meninos; numerosos senhores abandonavam seus galões; depois disso os bordados, os saltos vermelhos e a espada, exceto quando estavam vestidos solenemen-

8) E. et J. Goncourt, op. cit., pp. 367 e 368

9) Baron de Frénilly, *Mémoires*, p. 55

10) G. Lenôtre, *La Révolution par ceux qui l'ont vue*, pp. 12 e 13

te. Encontravam-se nas ruas «vestidos à Franklin», com tecido grosseiro, um bastão retorcido e sapatos pesados. (...)

"A rainha construiu uma aldeia no Trianon, onde «com um vestido de percaline branca, um lenço de gaze e um chapéu de palha», pescava no lago e via ordenhar as vacas.

"A etiqueta caía aos farrapos, como um fardo do qual se desembaraçavam, e deixava reaparecer a viva cor das emoções naturais. Mme. Adélaïde tomava um violão e substituía o «músico» ausente, para fazer dançar os camponeses. O Rei e o Conde d'Artois ajudavam um carreteiro a desencalhar sua charrete atolada. Não se pensava mais na própria compostura nem em constranger-se, em guardar sua dignidade em qualquer circunstância, em submeter as fraquezas da natureza às exigências de sua condição".[11]

Promiscuidade entre as classes sociais

Outro aspecto-chave da Revolução tendencial, que preparou a sociedade do Ancien Régime para a aceitação das idéias igualitárias que a conduziriam à Revolução Francesa, foi a perda da noção da hierarquia social. Esse fenômeno se manifestou sobretudo por ocasião de certos eventos públicos.

Com tino psicológico, Simon Schama analisa este fato a partir do embevecimento das multidões diante da invenção dos balões:

"Os *globes airostatiques* [balões] (...) ajudaram a reordenar a natureza dos espetáculos públicos na França. Com isso criaram uma platéia que dificilmente se coadunava com o senso de decoro vigente no Ancien Régime. (...)

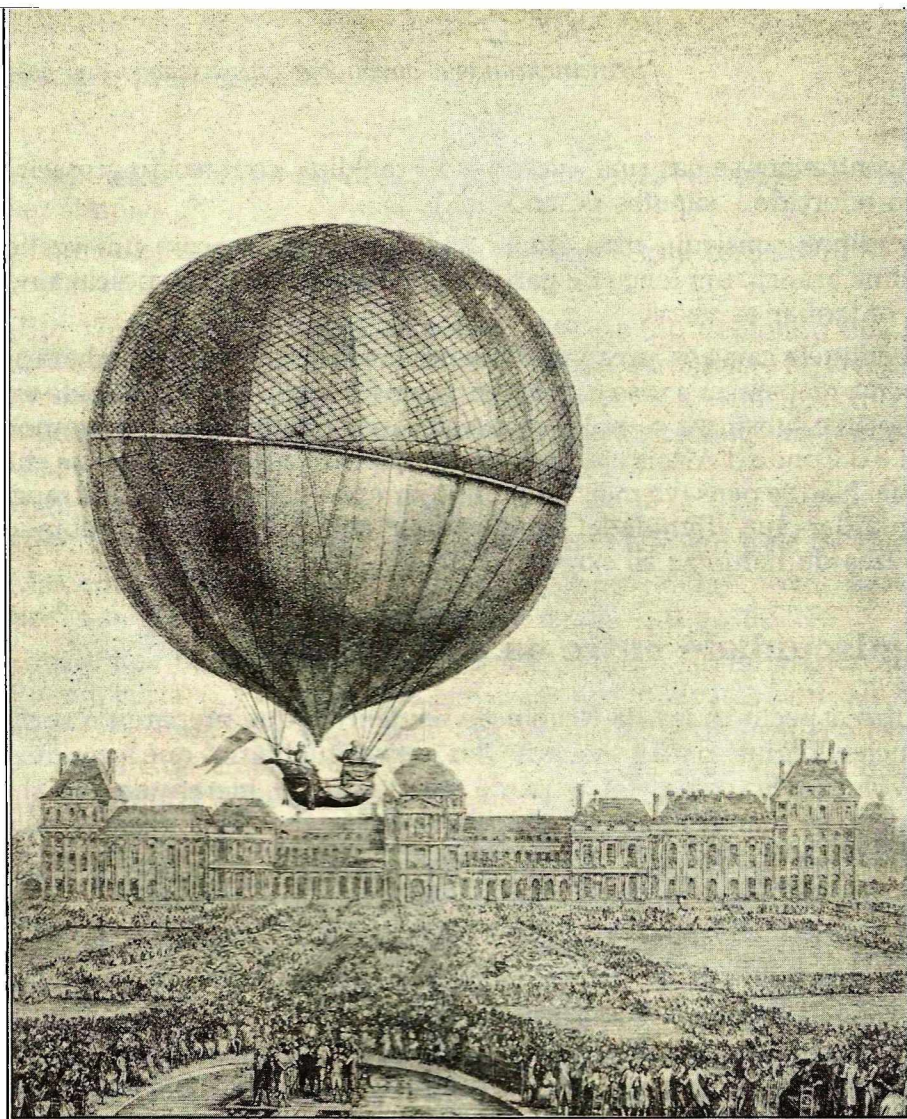
"Os numerosos espectadores que experimentavam a gama de emoções ilimitadas quando os viam, comportavam-se exatamente como as multidões não deviam se comportar no Ancien Régime.

"Em Lyon, por exemplo — como em outras cidades da Província, sobretudo as que possuíam parlamentos — os únicos eventos de massa eram procissões religiosas ou desfiles cívicos. A ordem dos participantes, a roupa que usavam ou atributos que carregavam, determinavam a coerência e a estrutura de tais ocasiões. Precedidas por sacerdotes ou dignitários, suas cerimônias expressavam o mundo coeso e hierárquico em que cresceram.

"A física carismática modificou tudo isso. Como espetáculo, era imprevisível; suas multidões eram incoerentes, espontâneas e visceralmente agitadas. (...)

"Os balões não constituíam o único espetáculo que atraía o tipo de multidões nas quais as distinções formais de posição desapareciam em meio

---

11) H. Taine, op. cit., pp. 212 e 213

SUBIDA DE UM BALÃO DOS IRMÃOS MONTGOLFIER. *As ascensões de balões criavam uma platéia desordenada e febricitante, que não se coadunava com a ordem, a compostura e o decoro vigentes nas cerimônias do Ancien Régime.*

ao entusiasmo geral. As últimas décadas do Ancien Régime destacaram-se pelo número de fenômenos culturais em que convergiam gostos populares e aristocráticos.

"A extensão e a diversidade do público de teatro, música popular, e até da exposição bienal do Salão, eram de tal ordem que eliminavam as distinções tradicionais de ordem social e legal, preservada nas formas oficiais de artes autorizadas pela monarquia.

"A vívida descrição feita pelo jornalista popular Pidanzat de Mairobert, do público do Salão no final dos anos de 1770 enfatiza essa desinibida mistura de tipos sociais num espaço limitado. Corpos, vozes e aromas se

mesclavam de tal modo que, nos augustos arredores do «Salon Carré» do Louvre, formavam uma enorme sopa de fervilhante humanidade, (...) *um misto de todas as ordens do Estado, de todas as posições sociais, de idade e sexo...* (...)

"Em sua origem o Salão havia sido o templo da hierarquia acadêmica e institucional. A Academia, sob cujos auspícios se organizava a exposição, dividia-se em três classes rigidamente estruturadas. E nas paredes da mostra a hierarquia formal dos gêneros — temas históricos no topo, cenas de gênero e naturezas-mortas na base — era cuidadosamente preservada.

"Tais formalidades, no entanto, tornaram-se supérfluas diante dos altos e baixos da excitação pública. Nas décadas de 1760 e 1770, as telas que atraíam multidões e suscitavam comentários exaltados na imprensa eram, não as pomposas cenas históricas de artistas oficiais como Brenet e Lagrenée, e sim as cenas dramáticas e sentimentais de Greuze".[12]

O teatro: um instrumento de revolução cultural

Continua Simon Schama:

"Um processo semelhante de ruptura de barreiras ocorria no teatro. Esse é o aspecto mais surpreendente, pois o teatro parisiense se dividia em dois mundos totalmente opostos. O drama de bom gosto e respeitabilidade oficial constituía apanágio de companhias autorizadas, como a «Comédie-Française» e a Ópera. Por trás de suas fachadas de pórticos e colunatas, os grandes teatros ofereciam uma dieta constante de tragédias clássicas e comédias agradavelmente literárias de Molière. Os atores declamavam seus alexandrinos de acordo com antigas convenções de elocução e cadência. Nada podia estar mais distante do mundo desorganizado e rasteiro dos teatros de bulevar, nos quais farsas obscenas, cheias de gíria e humor barato, competiam com espetáculos de curiosidades, equilibristas e cantadores. (...)

"No entanto, (...) nas últimas décadas do Ancien Régime, (...) quem perdia a vitalidade era o teatro oficial e, em certa medida, sua platéia. E quem se tornava a principal atração era o teatro popular. Ainda mais surpreendente foi (...) que os dois mundos estavam mais se unindo do que se separando. Encontrava-se em processo de formação um único público, ávido de entretenimento, que se estendia da Família Real e da Corte aos artesãos, vendeiros, comerciantes e soldados. (...)

"São incontáveis os exemplos desse processo de fusão cultural. (...)

12) Simon Schama, op. cit., pp. 118 a 125

"Dentro dos espaços limitados do teatro de bulevar, era difícil, se não impossível, conservar alguma espécie de distinção formal de posição. O teatro de Nicolet abrigava quatrocentas pessoas, apinhadas numa área que não tinha muito mais que doze metros por dez. A luz das velas não ajudava muito a exibição social, e os baixos preços indicavam que pessoas de mundos sociais muito diferentes ali se espremiam como sardinhas na lata. (...)

"Era fácil confundir uma meretriz de roupas vistosas e brilhantes falsos com uma autêntica condessa. Jovens soldados exibiam seus uniformes (uma novidade relativamente recente no exército) para impressionar as moças, sendo as insígnias indeterminadas ou inexistentes. Com seus mantos negros, os nobres magistrados do parlamento não se diferenciavam muito dos humildes advogados e funcionários. E evidentemente os contemporâneos adoravam esse *pot-pourri* social.

"Louis-Sébastien Mercier, que combatera os bulevares porque estimularam o desregramento entre «cidadãos honestos», adorava o Palais-Royal, onde via *a confusão dos estados, a mistura, o atropelo.* E Mayeur de Saint-Paul, que escreveu de modo ainda mais lírico, dizia que *todas as ordens de cidadãos se unem, da dama à dissoluta, do grande soldado ao mais humilde funcionário da Fazenda.*

"Evidentemente, no interior da Comédie-Française ou da Ópera a ordem social era muito mais pronunciada. Porém a condição básica para destacar-se (...) não era o berço, e sim o dinheiro. Além disso, mesmo no teatro «sério» há indícios da crescente invasão de um público da classe média, e até da classe média baixa. (...)

"Na verdade, a Família Real estava tão interessada quanto qualquer outra nessa cultura teatral. Artois, por exemplo, é famoso pelos versos que elaborou para as canções populares — impiedosamente satíricas e muitas vezes obscenas — que os vendedores apregoavam no Pont Neuf. E apesar das críticas do Rei, que achava sua atitude uma falta de decoro, Maria Antonieta freqüentava o teatro em Paris, (...) [e interessava-se] o bastante pelo grosseiro linguajar dos mercados, para que membros da *troupe* Montansier fossem ao Trianon a fim de ensinar sua gíria ao grupo de atores da soberana (entre os quais se incluía Artois)".[13]

* * *

Acaba-se de ver nesta Parte IV, como as tendências desordenadas existentes na sociedade do Ancien Régime, não se conformando com toda

---

13) Simon Schama, op. cit., pp. 125 a 128

uma ordem de coisas que lhes era contrária, foram modificando as mentalidades, os modos de ser, as expressões artísticas e os costumes.

Analisar-se-á a seguir (na Parte V) as idéias revolucionárias que apareceram no século XVIII para justificar e acentuar essas tendências.

PARTE V

A REVOLUÇÃO NAS IDÉIAS

Capítulo 1

A Filosofia do Século XVIII

"Dessas camadas profundas [as tendências], a crise passa para o terreno ideológico. Com efeito — como Paul Bourget pôs em evidência em sua célebre obra *Le Démon du Midi* — «cumpre viver como se pensa, sob pena de, mais cedo ou mais tarde, acabar por pensar como se viveu.» Assim inspiradas pelo desregramento das tendências profundas, doutrinas novas eclodem. Elas procuram por vezes, de inicio, um «modus vivendi» com as antigas, e se exprimem de maneira a manter com estas um simulacro de harmonia que habitualmente não tarda em se romper em luta declarada".[1]

"As idéias revolucionárias fornecem às tendências de que nasceram o meio de se afirmarem com foros de cidadania, aos olhos do próprio indivíduo e de terceiros. Elas servem ao revolucionário para abalar nestes últimos as convicções verdadeiras, e para assim desencadear ou agravar neles a revolta das paixões. Elas são inspiração e molde para as instituições geradas pela Revolução".[2]

Plinio Corrêa de Oliveira

Na sociedade francesa do Ancien Régime verificou-se exatamente o que afirma o Prof. Plinio Corrêa de Oliveira nos trechos de *Revolução e Contra-Revolução* acima transcritos: para justificar as tendências desordenadas então em curso, formularam-se idéias novas, de cunho radicalmente revolucionário, que negavam ou procuravam pôr em ridículo a religião católica e a instituição fundamental da ordem temporal em vigor, a monarquia.

1) Plinio Corrêa de Oliveira, *Revolução e Contra Revolução,* p. 23
2) Plinio Corrêa de Oliveira, op. cit., p. 35

As idéias novas assim surgidas das tendências desregradas, constituíam um conjunto doutrinário conhecido pela denominação de "Filosofia do século XVIII". Se bem que diferindo umas das outras em alguns aspectos acidentais, formavam elas um bloco coeso, em oposição ao ensinamento da Igreja. No fundo, eram as mesmas doutrinas inspiradoras do Humanismo renascentista e do Protestantismo, que se requintaram para atear nos espíritos o incêndio de 1789.

A Filosofia do século XVIII, herdeira do Renascimento pagão e do Protestantismo

Como bem assinala o conhecido historiador Pe. Rohrbacher, "uma herdeira das heresias de Jansênio, Lutero e Calvino, foi a heresia coletiva, conhecida sob o nome de Filosofia do século XVIII. (...)

"O protestantismo menos a Bíblia, eis a filosofia moderna ou o filosofismo. O que é verdade para um é verdade para o outro: com ou sem a Bíblia, cada indivíduo é juiz soberano do que é verdadeiro, do que é justo, do que é direito, do que é o dever. Nenhuma autoridade há, mesmo a de todo o gênero humano, que não lhe esteja subordinada. Não há verdade, mesmo a da própria existência de Deus, que ele não tenha o direito de citar ao seu tribunal como suspeita e de declará-la sem validade".[3]

"A Pseudo-Reforma — ensina Leão XIII — ergueu no século XVI o estandarte da revolta e, resolvida a ferir a Igreja no coração, atirou-se audaciosamente contra o Papado. Rompendo o vínculo da antiga unidade de jurisdição e de fé, que reunia o povo sob uma só proteção materna em um só redil, aumentando-lhe, sem cessar, pela harmonia das idéias, a força, o prestígio e a glória, introduziu nas fileiras cristãs uma desagregação lamentável e perniciosa. (...)

"Recusando, de um lado, a reconhecer a supremacia do Sólio Romano, causa efetiva e conservadora da unidade, e proclamando, do outro, o princípio do livre exame, ficou abalado, em seus alicerces, o edifício divino, dando-se margem a variações infinitas, a dúvidas e negações, mesmo em matéria de capital importância, a ponto de exceder a expectativa dos próprios inovadores.

"Aberto assim o caminho, sobrevem o filosofismo orgulhoso e escarnecedor do século XVIII, que vai mais além. Ridicularizando o código sagrado das Escrituras, repudia simultaneamente as verdades por Deus reveladas, com o intuito de extinguir totalmente na consciência das nações a fé religiosa e apagar até mesmo o vestígio de espírito cristão. Brotaram

---

3) Rohrbacher, *Histoire Universelle de L'Eglise Catholique*, t. XI, p. 408 e 409

JANTAR DE FILÓSOFOS. *O pintor imaginou a cena reunindo os principais representantes do movimento iluminista, a saber: Voltaire (com o braço levantado), Diderot, d'Alembert, Condorcet, l'abbé Maury e La Harpe.*

desta fonte os funestos e deletérios sistemas do racionalismo, do panteísmo e do naturalismo, que instauraram os antigos erros já vitoriosamente confutados pelos Padres e apologistas dos primeiros tempos cristãos".[4]

No que consistiu o filosofismo, também conhecido por iluminismo?

"Não é fácil defini-lo com exatidão — escreve o Pe. Montalban —, como não é fácil expor o conceito de Renascimento, do qual seria, na opinião de alguns, a última fase, o último resultado. (...)

"Os «iluministas» eram algo assim como os «intelectuais» daquele tempo. Literatos, cientistas e filósofos que desprezavam a cultura tradicional escolástica, qualificando-a de obscurantista, supersticiosa, estreita e intransigente. Pregavam uma cultura superior, mais ilustrada, mais crítica e filosófica, emancipada de todo freio dogmático.

"Sob o ponto de vista político-eclesiástico, os iluministas são os progenitores dos liberais do século XIX.

---

4) Leão XIII, Encíclica *Parvenu*, de 19-III-1902, pp. 8 e 9

"Comumente entendemos por «iluminismo» (...) uma maneira de pensar e de agir que desconhece e nega a ordem sobrenatural, revolta-se contra qualquer espécie de dogmas, apoiando-se somente na razão e na experiência, e elabora uma concepção naturalista racionalista do mundo e da vida.

"A antiga fé foi substituída pela razão, cuja soberania é absoluta. Deus foi superado pela natureza; a Providência, pelas leis físicas.

"Para os iluministas, a ética ou a moral são independentes e mais importantes que a religião. A religião natural é superior às que se dizem reveladas. O direito natural, fundamentado na natureza íntegra, tem um valor absoluto. E o direito público chega, com Hobbes, à deificação do Estado.

"Assim definido o iluminismo, fica claro seu caráter antieclesiástico e anticristão. Não espanta, pois, que seu lema fosse o de Voltaire *Ecrasez l'infame!* Esmagai a infame, ou seja, a Igreja, a religião revelada".[5]

Grã-Bretanha: berço do filosofismo

Foi da Escócia e da Inglaterra que passou para a França essa perniciosa filosofia.

"As tendências da crítica naturalista — continua o Pe. Montalban —, a partir da revolução religiosa protestante, produziram, na Inglaterra antes que em outras nações, manifestações da nova filosofia dos chamados deístas.

"O povo inglês vivia à margem destas teorias, mas nos salões elegantes e nos círculos filosóficos e literários elas exerciam um influxo fascinante. (...)

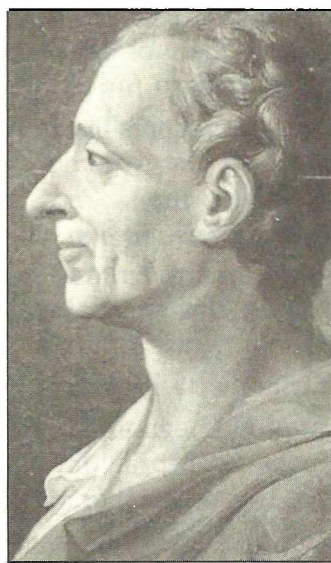
"Voltaire afirmou que os deístas ingleses foram os mestres do enciclopedismo francês. Com efeito, foi de lá que saiu o material que a pluma francesa soube elaborar com maior elegância e atrativo. (...)

"Mas enquanto o Estado inglês procurava evitar que aquelas idéias ousadas e revolucionárias passassem ao povo, e mesmo à burguesia e à burocracia, a monarquia francesa mostrava-se muito mais tolerante com os que preparavam a ruína de toda ordem social.

"A história literária do século XVIII — escreve Calvet — *foi a história de uma batalha religiosa e de uma estratégia organizada com vistas a esta batalha.*

"Inicialmente Bayle ensinou o método cauteloso e escorregadio, a arte de insinuar e colocar no espírito a perturbação e a dúvida, para em seguida evitar qualquer resposta.

---

5) Llorca, Garcia Villoslada, Montalban, op. cit., pp. 268, 271 e 272

CHARLES DE SECONDAT, BARÃO DE MONTESQUIEU (1689-1755). *Autor de obras célebres, pelas quais difundiu as idéias revolucionárias na política. Foi um dos precurssores da Revolução Francesa.*

"Fontenelle, aparentemente sem maiores pretensões, preparou os caminhos para uma controvérsia eficaz, opondo a ciência que se demonstra à fé que se crê, e colocando todas as disciplinas, até mesmo a metafísica, sob o controle da experiência.

"Dois atos de hostilidade declarada, isolados, mas violentos e carregados de conseqüências: As «Lettres persannes» de Montesquieu, e as «Lettres philosophiques» de Voltaire. Estas foram as primeiras escaramuças. Porém, a guerra de morte contra a religião não começaria senão em meados do século".[6]

Montesquieu

Prossegue o Pe. Montalban:

"Talvez tenha sido Montesquieu (1689-1755) o primeiro que começou a propagar idéias novas em política. (...) Todas as suas obras foram destinadas a criticar o regime político da França. (...)

"No livro escrito em sua juventude, (...) *Lettres Persannes* (1721), ele revela seu espírito libertino, mordaz e irreverente. Para iludir a censura oficial, imagina que dois persas viajam à França, e de lá escrevem a seus amigos da Pérsia contando o que veêm, sobre os costumes, as instituições, as leis e a religião dos franceses.

---

6) Llorca, Garcia Villoslada, Montalban, op. cit., pp. 268, 271 e 272

"Colateralmente descreve quadros fortemente lúbricos, e narra episódios irreligiosos nos quais os eclesiásticos se desmoralizam. Faz uma crítica da sociedade e anuncia o fim do cristianismo. (...)

"Ele pinta com cores carregadas o fanatismo dos que perseguem os hereges, mofa-se das descrições do céu, dos milagres, do celibato dos clérigos, dos votos monásticos, e diz que o Papa *é um mágico que faz crer que três não são mais que um.*

"Todos os homens cultos leram estas cartas, e o dano foi ainda maior porque, estando elas agradavelmente escritas, alcançaram com sua crítica e seu descontentamento a massa do povo".[7]

E o historiador da literatura francesa J. Calvet, acrescenta:

"Montesquieu chega até a insinuar que o regime republicano é o regime ideal. Ele conta, comprazido, a história dos trogloditas, que foram felizes na República e não escolheram um rei senão quando se degeneraram. Estas páginas, graves pelo conteúdo, apesar do tom ameno, anunciavam já o *Esprit des Lois*".[8]

"Montesquieu mostra-se mais moderado — afirma Montalban — em sua obra mestra *L'Esprit des Lois* (1748). Fala com respeito e elogia o cristianismo por certos benefícios sociais e políticos que trouxe ao mundo. Louva contudo a tolerância religiosa, condena o celibato sacerdotal e não considera a moral senão como uma obrigação social, que se impõe em nome do bem público.

"Todo o livro está impregnado de naturalismo e racionalismo, pelo que foi posto no "Index" como o anterior.

"Se a parte religiosa é moldada pelas idéias iluministas, a parte política, social e econômica propõe como ideal de governo a monarquia inglesa, com a separação dos três poderes: o legislativo, que pertence ao povo; o executivo, que compete ao Rei; e o judiciário, que é reservado à Nobreza.

"Estas idéias influenciaram muito a opinião pública, precipitando a crise da monarquia absoluta na França".[9]

---

7) Llorca, Garcia Villoslada, Montalban, op. cit., p. 273
8) J. Calvet, *Histoire de la Littérature Française*, p. 458
9) Llorca, Garcia Villoslada, Montalban, op. cit., pp. 273 e 274

CAPÍTULO 2

VOLTAIRE

Talvez nenhum personagem tenha encarnado tão profundamente o espírito filosófico do século XVIII quanto Voltaire.

Valendo-se da crítica, do deboche, da sátira e da calúnia, por meio de um estilo fino, inteligente, variado, mas recheado de obscenidades e blasfêmias, Voltaire visou incessantemente afastar a sociedade do Ancien Régime dos princípios católicos que ainda a regiam.

Segundo Albert Soboul, "foi Voltaire quem deu ao deísmo francês do século XVIII sua marca indelével, sintetizando-o em alguns raciocínios rápidos, em algumas formas simples, que dispensam os mais grossos tratados e as mais longas dissertações".[1]

* * *

Escreve Montalban:

"Francisco Maria Arouet, [dito] Voltaire (1694-1778), recebeu uma profunda cultura clássica no Colégio «Louis le Grand». Seus mestres espantaram-se, tanto pela vivacidade de sua inteligência quanto pela felonia de seu caráter.

"Jovem ainda, Voltaire foi apresentado no salão de Ninon de Lenclos. Em seguida passou a freqüentar a companhia dos piores libertinos e a escrever versos e sátiras. Por duas vezes foi desterrado de Paris, e também por duas vezes prisioneiro na Bastilha.

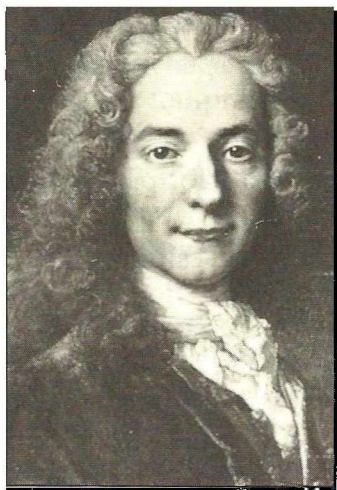
"A tragédia *Œdipe* [Édipo], onde já se vê claro sua incredulidade, deu-lhe

1) Albert Soboul, *La France à la Veille de la Révolution*, p. 117

fama como dramaturgo, e o poema épico sobre Henrique IV (Henriade) confirmou seu prestígio de poeta.

"Nesse período de sua vida, Voltaire foi mais libertino e imoral do que incrédulo".[2]

Os primeiros sucessos de Voltaire

Jean Orieux, em sua conceituada biografia sobre Voltaire, nos descreve como foi acolhida pela sociedade de então a peça Édipo:

VOLTAIRE (FRANÇOIS-MARIE AROUET, 1694-1778). *Escritor satírico, que através da crítica, do deboche e da calúnia, com um estilo fino e inteligente mas repleto de obscenidades e blasfêmias, contribuiu para afastar a sociedade do Ancien Régime dos princípios católicos que ainda a regiam.*

"Bem a contragosto, os comediantes consentiram em representar « Édipo». A primeira apresentação teve lugar a 18 de novembro de 1718. (...) Bem entendido, a cena mais aplaudida foi aquela tomada de Sófocles, e que pareceu irrepresentável aos comediantes.

"Foi um sucesso. Mas um sucesso de escândalo. Quem poderia supô-lo? Mas Arouet estava sob o signo de uma fatalidade: a do escândalo. O público quis ver, em certas tiradas, alusões ao velho Rei defunto, cuja morte havia provocado uma alegria pública. Três anos depois, Luís XIV era ainda odiado.

"Enquanto estão sobre a terra, respeitam-se suas leis,
"Eleva-se aos céus sua justiça suprema.
"Adorados por seu povo, eles próprios são deuses.
"Mas depois de sua morte, que são eles aos nossos olhos?
"Vós extinguis o incenso que queimais para eles...

---

2) Llorca, Garcia Villoslada, Montalban, *Historia de la Iglesia Católica*, pp. 274 e 275

"Isto eletrizou o público. Descoberta uma alusão, procuraram-se outras. (...)

"Havia já no público um pressentimento, uma vaga percepção de que não se acreditava eternamente na grandeza dos reis, nem no direito sagrado de seus filhos. Versos como estes davam uma forma — e existência — a algo que não era senão um pressentimento vago. Desde então, o pressentimento se transformou em sentimento, depois em idéia, e finalmente em teoria, antes de passar para os fatos em 1789.

"Nossos padres são apenas o que o vulgo pensa,
"É em nossa credulidade que consiste sua ciência

"Este toque de trombeta anticlerical, que soou de repente no teatro francês e repercutiu por toda Paris, rasgando os ares, levantou tempestades que jamais se apaziguaram.

"Eis qualquer coisa de novo, de insólito, em uma tragédia tão conforme às regras, tão clássica, tão «raciniana» de tom. Estes versos explodiram sobre os altares como um petardo de dinamite. Um de seus inimigos, o Padre Nonnotte, jesuíta, constatou «um entusiasmo infernal» por eles. Ele escrevia que nesta tragédia, Arouet *apresentou, em versos pomposos, os mais negros horrores contra os ministros dos altares.*

"E assim acendeu-se uma guerra, a do anticlericalismo militante: já se terá ela extinguido?

"O jovem Arouet comandava esta guerra fazendo piruetas: na tarde da primeira apresentação, não pôde impedir-se de subir no palco. Ele exultava durante a representação, e fez-se de palhaço, conduzindo em meio a debiques o manto do Sumo Sacerdote. A sala riu. (...)

"A peça teve quarenta e cinco representações, o que foi um sucesso prodigioso para a época. Apareceram brochuras favoráveis e contrárias. Os salões transbordavam de louvores e de imprecações. Estava perfeito. Através da mera leitura, a peça impressa conheceu o mesmo sucesso".[3]

"Em 1726 — escreve Montalban — Voltaire teve que fugir para a Inglaterra, onde (...) se encharcou da literatura deísta. (...) Desde então ele será o principal propagandista do filosofismo inglês. (...)

"Voltou à França em 1729, convertido ao deísmo, para retomar sua atividade literária, escrevendo peças teatrais como *Brutus* (1730) e *Zaïre* (1732). (...)

"A estas peças seguiram-se suas «Lettres philosophiques» (1734), um mordaz libelo contra a religião e a ordem cristã, uma apologia do deísmo inglês. (...)

"Pelo escândalo produzido, teve que se refugiar na Holanda, mas voltou

---

3) Jean Orieux, *Voltaire*, pp. 108 e 109

no ano seguinte e difundiu os primeiros cânticos de seu infame poema *La Pucelle,* verdadeiro lamaçal atirado contra Santa Joana d'Arc, contra a monarquia e a religião".[4]

Rohrbacher assim comenta este poema e a acolhida que teve na sociedade decadente do Ancien Régime:

"Dever-se-ia chegar até a arrastar Joana d'Arc na lama de um poema, onde a obscenidade mais grosseira disputava com a impiedade mais execrável. E este poema, bem apropriado para Sodoma, esta irrisão infame da virgindade, do patriotismo e do martírio, fez as delícias dos príncipes e das princesas, da imperatriz da Rússia, do Rei da Prússia, do margrave de Bareith, de muitos senhores e damas da França, e até de certos homens de Igreja!

"E Paris, a Paris dos teatros, celebrou a apoteose, não da casta heroína que salvou a França, mas do poeta imundo que pretendeu arrastá-la na lama, e nisto não foi senão um muito fiel representante de um século de podridão e de infâmia".[5]

A acolhida entusiástica dada a Voltaire pela sociedade da época

Outro grave sintoma de decadência do Ancien Régime foi a acolhida entusiástica que certo público sempre dispensou a Voltaire, bem como a bajulação de que foi objeto.

Escreve Montalban:

"Em Paris era recebido com honras. Foi nomeado gentil-homem de câmara, historiógrafo de França e membro da Academia Francesa.

"Todos os salões da aristocracia abriram-lhe as portas, e por todas as partes devoravam-se seus livros em prosa e em verso.

"O próprio Papa Bento XIV lhe respondeu amavelmente em agradecimento pela dedicatória da tragédia *Mahomet ou le Fanatisme* (1745), com o que seus inimigos católicos ficaram desarmados.

"Para seu imenso orgulho, tudo isso lhe pareceu pouco. Dirigiu-se então a Berlim, pois Frederico II da Prússia o havia convidado a visitar sua Corte e, em suas cartas, o cumulou de adulações e lisonjas. Potsdam era o novo Versailles. Frederico, adorador do enciclopedismo francês, condecorou seu filósofo e poeta e nomeou-o camareiro real. (...)

"Também Catarina II da Rússia convidou-o para conhecer São Petersbur-

---

4) Llorca, Garcia Villoslada, Montalban, op. cit., p. 275
5) Rohrbacher, *Histoire Universelle de L'Eglise Catholique*, p. 421

VOLTAIRE À MESA COM FREDERICO II DA PRÚSSIA. *Todos os salões da aristocracia abriram-lhe as portas. As principais Cortes da Europa receberam-no honorificamente.*

go. Voltaire sentiu-se muito lisonjeado com isso, e não terá senão elogios à Tzarina".[6]

Jean Orieux acrescenta:

"O Regente [Filipe d'Orléans] testemunhou-lhe sua benevolência. Deu-lhe uma grande medalha de ouro para assinalar o sucesso da peça «Édipo». (...)

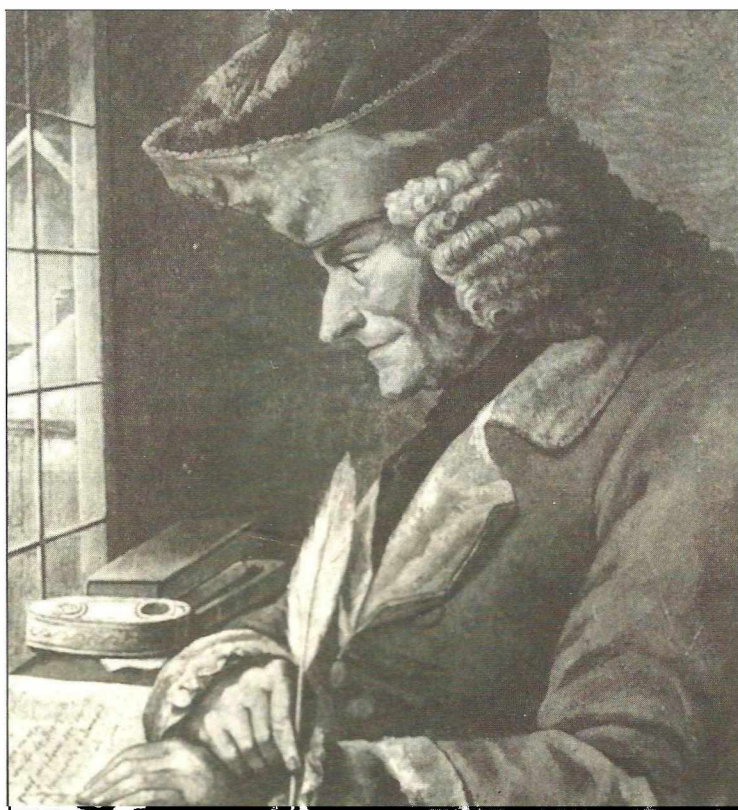
"Voltaire foi convidado para o casamento do Rei [Luís XV] com Maria Leczinska. (...) Ela chorou por ocasião da apresentação do Édipo. (...) Ele quis dedicar-lhe todas as suas peças: «Édipo», «Mariana», «O Indiscreto». Avisaram-lhe que o pai da Rainha, Estanislau da Polônia, ficaria encantado de ler a «Henriade» e de conhecer seu autor. A Rainha recebeu-o (...) com benevolência e chamou-o de *«meu pobre Voltaire»*. (...)

"[Em maio de 1757], a Imperatriz Maria Teresa o convidou a ir a Viena".[7]

6) Llorca, Garcia Villoslada, Montalban, op. cit., pp. 275 e 276

7) Jean Orieux, op. cit., pp. 112, 164 e 479

Cumulado de honras e riquezas, Voltaire comprou em 1758, na Suíça, uma grande propriedade com um castelo: Ferney. E lá passou a viver como um rei entre seus vassalos.

"Mais do que em Ferney — comenta Montalban — ele reinava em todas as inteligências, as quais envenenava com sua pena; reinava em toda a Europa, pelo prestígio com que atraía os «iluministas» de todas as nações, que vinham prestar-lhe culto e consideravam-se felizes por terem visto o filósofo de Ferney.

VOLTAIRE. *Passam de seis mil as cartas e panfletos que Voltaire escreveu para propagar a irreligião e o iluminismo. Seu ódio à Igreja o levou ao fanatismo sectário e ao anticlericalismo acerbo.*

"Os que não podiam viajar dirigiam-se a ele por escrito. Foram mais de seis mil as cartas que Voltaire escreveu naquela época. E inumeráveis foram as obras que publicou sem cessar: contos, sátiras, diálogos, verbetes para a Enciclopédia, panfletos quase diários de dez a vinte páginas".[8]

8) Llorca, Garcia Villoslada, Montalban, op. cit., p. 276

A arte de tornar os outros "inteligentes"...

Jean Orieux assinala que "todos, reis, príncipes, mulheres do mundo, clérigos de notoriedade ou magistrados, se espelharam nessas cartas desenvoltas, de uma cortesia inimitável, sorridentes como aquarelas de La Tour ou cortantes, rápidas e impiedosas em sua limpidez. Nessas cartas que voavam através das capitais, a Europa e o século XVIII encontraram sua unidade, seu caráter. Foi ele que, dirigindo-se à elite da civilização, encontrou o tom de voz mais exato da «Europa das Luzes», entre 1715 e 1778. (...)

"Ele [Voltaire] pensava por eles, como eles, com eles, indo até o limite necessário para impressionar sem chocar, e conservando sempre o ar de novidade, quando apenas adivinhava o pensamento dos outros. Ele pensava pelo mundo que era o seu, pensando somente mais rápido, com mais finura e clareza.

"E sobretudo, ele se exprimia exatamente como essas pessoas esclarecidas teriam querido exprimir-se, e como todas criam poder fazê-lo. Suas cartas davam aos mais ilustrados, como aos mais obscuros de seus correspondentes, a impressão inaudita de escutar com a mais perfeita precisão seu próprio pensamento, nos termos e no mesmo tom que Voltaire dava ao seu. Cada um se apropriava dele imediatamente, como do ar que se respira e da fonte da qual se bebe.

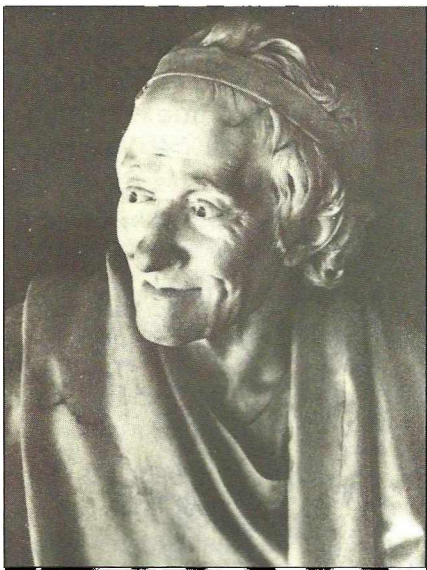
"Jamais um homem no mundo deu como ele, a seus semelhantes, a alegria inefável do entendimento, com a ilusão de ser tão inteligente quanto o homem mais inteligente do mundo. O milagre é que, quanto mais ele era «Voltaire», mais ele era brilhante, mais era límpido e mais seus correspondentes se sentiam próximos dele.

"Seus detratores quiseram fazer desta prodigiosa potência de irradiação o atributo banal de um espírito vulgarizador, sem dúvida elegante, mas sem profundidade e sem porte. Em suma, o ornato de uma sociedade refinada e frívola".[9]

Com efeito, Voltaire alcançou esta popularidade espetacular porque soube explicitar, em suas obras, as tendências profundas e desordenadas da sociedade francesa em decadência.

Prossegue Jean Orieux: "os grandes senhores, seus amigos, tratavam-no como a um familiar, com amizade, de igual a igual, ainda que ele sempre tenha tido o cuidado de lhes dar o tratamento polido que seu nascimento exigia, mas após o que o trato livre reinava, graças a algumas formas convencionais. (...)

---

9) Jean Orieux, op. cit., p. 793

VOLTAIRE. *Voltaire alcançou uma popularidade espetacular porque soube explicitar as tendências desordenadas profundas da alta sociedade do Ancien Régime.*

"O que antes de tudo lhe assegurou a celebridade foi sua conversação. (...) Ele embriagava, estimulava, alegrava os espíritos, inflamava a imaginação, desatava as línguas. (...) Tornava os outros inteligentes. (...) Os outros admiravam-se a si próprios admirando-o: ele eletrizava seus parceiros fazendo-os crer-se iguais a ele — e às vezes o eram.

"Ele não podia ser Voltaire senão no mundo que ele havia escolhido — e que se reconheceu nele".[10]

Ódio anticatólico que obcecava Voltaire

Foi de Ferney que Voltaire comandou o exército dos filósofos, na guerra que moveu contra a Religião Católica e a Santa Igreja.[11] De lá enviava suas "receitas" para aqueles "trinta cozinheiros" — segundo expressão sua em carta a Mme. Du Deffand — que, espalhados pela Europa, preparavam as mesmas "iguarias" para toda a alta sociedade".[12]

10) Jean Orieux, op. cit., pp. 164 e 165

11) Na vasta obra literária de Voltaire, abundam as passagens onde transparece seu ódio sectário à Santa Igreja e à Civilização Cristã. Encontram-se elas sobretudo em trechos de novelas e contos vergonhosamente obscenos, motivo pelo qual nos abstivemos de citá-los diretamente.

12) Em carta de 24/4/1769 a Mme. Du Deffand, diz Voltaire, após burlar-se da Religião utilizando-se

Comenta Paul Hazard que, com o passar do tempo, "sua oposição ao cristianismo se acentuava, exasperava-se e veio a tornar-se idéia fixa. Esse espírito tão encantador, tão fino, tão sóbrio, era violento e desmedido desde que se tratasse de «esmagar a infame», como ele dizia. (...)

"Da «fábrica» de Ferney, (...) partiam incessantemente panfletos, onde apareciam por vezes o gênio do artista e o fanatismo do sectário. Sua negação, ele a exprimia não em dez, nem em cem, mas sob mil formas diferentes; de modo que a obsessão, caráter geral do século, veio tornar-se para ele um estilo de ser: não queria nem podia mais se desengajar dela.

"A Bíblia era sem grandeza e sem beleza; o Evangelho não havia trazido senão infelicidade sobre a terra; a Igreja toda, inteira e sem exceção, estava corrompida ou louca; não havia um só confessor da fé que não fosse fanático; os mais puros, os mais nobres eram arrastados na lama; até São Francisco de Assis era despojado de sua doce auréola e tinha-se tornado um pobre louco.

"Simplificação caricatural, vontade de nunca considerar as razões do adversário, de passá-las sob silêncio ou desfigurá-las, incansável repetição: tais eram alguns de seus procedimentos.

"Quando se lê um ou outro dos sermões, dos catecismos, dos discursos, dos diálogos, dos contos que ele lançava a todo vento pelo mundo, admira-se um modo que parece sempre mais fácil, um pitoresco sempre mais picante, um estilo sempre vizinho ao natural; quando se lêem dez ou vinte, percebe-se o mecanismo do propagandista".[13]

"Irmãos em Belzebu"

Sua fúria anti-religiosa é bem descrita pelo Pe. Rohrbacher:

"Voltaire escreveu a seu amigo d'Alembert, a 20 de junho de 1760: *Heraut disse um dia a um de seus irmãos: «Vós não destruireis a religião cristã» — «É o que veremos», disse o outro.* — Este outro era o próprio Voltaire, que escreveu ao mesmo amigo a 24 de julho seguinte: *Será possível que cinco ou seis homens de mérito, que se compreendam, não alcancem êxito, depois do exemplo que temos de doze homens desprezíveis que o alcançaram?*

---

de metáforas gastronômicas:

"Vós sabeis, senhora, que existem cerca de trinta cozinheiros espalhados pela Europa que, desde alguns anos, fazem patês que todo mundo quer comer. Começa-se a encontrar alguns muito bons até na Espanha. O Conde de Aranda come bastante com seus amigos. Fazem-se na Alemanha, e até mesmo na Itália". (*Correspondance Complète de la Marquise du Deffand,* Tome I, p. 565)

13) Paul Hazard, *La Pensée Européenne au XVIIIe. siècle,* p. 401

"E a 23 de agosto: *Eu amo apaixonadamente meus irmãos em Belzebu.* Compreende-se perfeitamente quais eram esses irmãos no príncipe dos demônios, e qual era o objetivo de sua conjuração. Voltaire lhes disse um dia: *Estou cansado de escutá-los repetir que doze homens foram suficientes para estabelecer o cristianismo, e desejo provar-lhes que basta apenas um para destruí-lo.* (...)

"Seu ódio contra a religião cristã transformou-se em furor. Ele não a designa mais, em sua correspondência íntima, senão sob o apelido de «infame». «Esmaguemos a infame», «esmagai a infame», encontra-se repetido mais de cento e cinqüenta vezes: ele fez até um nome próprio destas palavras satânicas, e assinava com abreviação: *Ecr-lenf,* ou *Ecrlinf.* Uma de suas cartas ao Marquês d'Argena de Dirac, em 2 de março de 1763, é assinada de seu próprio punho com *Christ-moque!* (...)

"A este ódio furioso contra a religião cristã, ele acrescentava a hipocrisia mais desavergonhada. Escrevia ao Conde d' Argental, em 16 de fevereiro de 1761: *Se eu tivesse cem mil homens, sei bem o que faria, mas como não os tenho, comungarei na Páscoa. Vós me chamareis de hipócrita tanto quanto quiserdes.* Ele comungou efetivamente neste ano, como em 1768, com muita ostentação, recebendo o Pão Sagrado e se permitindo até mesmo pregar na igreja, como senhor da paróquia.

"E a 1º de maio escreveu a d'Alembert: *Que devem fazer os sábios quando estão cercados de bárbaros insensatos? Há tempos em que é preciso imitar suas contorsões e falar sua liguagem. De resto, o que fiz este ano, já tenho feito várias vezes, e, praza a Deus, o farei ainda".*[14]

Culto apoteótico a Voltaire

"Em 1778 — narra Montalban — preparou-se um regresso triunfal de Voltaire a Paris. Havia vinte e oito anos que ele não visitava a brilhante capital francesa. A recepção que lhe deram foi apoteótica.

"A Nobreza, a burguesia, a Corte, o teatro, as academias, os enciclopedistas, os maçons, todos o cobriram com aparatosas e aduladoras boas-vindas, celebrando festas em sua honra e venerando-o como a um semi-deus. Ídolo digno daquela sociedade em putrefação".[15]

"Sua chegada — escreve Weiss — deixou Paris em comoção, como se tivesse chegado um general vitorioso ou um príncipe coroado de glória.

"A Academia enviou-lhe uma saudação pelo Príncipe de Beauveau; todos

14) Rohrbacher, op. cit., p. 419
15) Llorca, Garcia Villoslada, Montalban, op. cit., pp. 277 e 278

COROAÇÃO DO BUSTO DE VOLTAIRE. *A apoteose do vício. A alta sociedade francesa recebeu Voltaire, no final de sua vida, como a um deus. A propósito desta glorificação, Joseph de Maistre escreveu: "Sodoma tê-lo-ia apedrejado, Paris o coroou".*

os artistas se fizeram presentes; cada um tentava obter dele um dito de espírito.

"As mais fervorosas e propensas a admirá-lo eram as damas. Como aconselhara a uma senhora de alta posição que, contra a dor de barriga, tomasse gema de ovo, farinha de batata e água, esta, encantada, comentou: Que homem! Nem uma só palavra de seus lábios carece de agudeza. (...)

"Nobres de nomes ilustres lhe serviam, disfarçados de lacaios, somente para obterem uma palavra ou um olhar. Voltaire deu audiências como um rei. O Conde d'Artois demonstrou-lhe seu interesse. Até a Rainha teria ido ver, de bom grado, o homem maravilhoso, mas foi impedida desta insensatez por seu marido. (...)

"No dia 16 de março houve a estréia de sua medíocre — mas nem por isso menos admirada — tragédia «Irene». Muitos magnatas e até a Rainha foram assistir. Só faltaram o Rei e Voltaire.

"O entusiasmo pelo «primeiro poeta», pelo propagador do filosofismo,

estava em seu auge. Entre os visitantes esteve Franklin, que trouxe consigo seu neto. Voltaire, pondo a mão sobre a cabeça do menino ajoelhado, disse solenemente: *Deus, liberdade, tolerância!*

"Finalmente, a 30 de março, Voltaire compareceu para a sétima representação de sua «Irene» no teatro. Dirigiu-se para lá partindo da Academia, onde d'Alambert, no panegírico de Despreaux, havia proclamado sua glória, e onde o poeta tinha acabado de ser eleito diretor.

"A carruagem, na qual o filósofo de Ferney ia envolto nas peles de marta que recebera como presente de Catarina II, mal podia avançar, devido à multidão de curiosos que subiam nos estribos, agarravam-se às rodas, para ver o herói do século. Milhares de vozes o aclamavam: *Ei-lo! Viva Voltaire!*

"Quando apresentou-se no camarote, todas as damas se levantaram engalanadas e lhe deram as boas-vindas. A platéia estava repleta dos homens mais ilustres, que o aplaudiam.

"O ator Brizard aproximou-se e pôs-lhe na cabeça uma coroa. *Quereis me sufocar sob as coroas!* — exclamou Voltaire, embriagado de glória, e, desatando a chorar, deu a coroa à neta de Corneille, que estava a seu lado. Mas o Príncipe de Beauveau colocou-a novamente em sua cabeça. Diante de seu camarote as pessoas se ajoelhavam.

"Terminada a representação, voltou-se a levantar o pano e viu-se um grande busto do poeta em mármore. A atriz Vestris declamou alguns versos, coroou o busto e foi seguida pelos outros artistas, que beijaram o mármore enquanto todos os olhares se dirigiam ao poeta.

"Quando saía do teatro, foi mais carregado do que andou; muitos beijavam suas mãos, suas roupas e até os seus cavalos. Todos queriam vê-lo. Muitos queriam atrelar-se à sua carruagem e arrastá-la.

"De todas as partes ressoava o clamor *Viva Voltaire! Viva o poeta da Henriade, da Pucelle! Viva Voltaire!* Esta foi a apoteose de Voltaire.

"*Sodoma tê-lo-ia apedrejado, Paris o coroava* — escreveu De Maistre. Assim, percebe-se por onde andava então o coração dos franceses.

"Voltaire morreu a 30 de maio de 1778, precisamente dois meses depois de sua apoteose, aos 84 anos de idade. Como o pároco de Saint-Sulpice negou-se a enterrar o cadáver em terra sagrada, sua sobrinha o levou rápida e secretamente à abadia de Scellières, onde foi enterrado antes que chegasse a proibição do Bispo.

"Em 1791 seu féretro foi conduzido por Paris, em solene manifestação, e posto no Panthéon. Atualmente está vazio, e ninguém sabe aonde foi parar o cadáver.

"A Biblioteca Nacional de Paris possui seu coração, numa caixa com a seguinte inscrição: *Seu coração está aqui, seu espírito por todas as partes.* Na

realidade, naquela época, parecia que o espírito de Voltaire regia todas as pessoas cultas de todos os países".[16]

Por isso, em plena Revolução Francesa, o jornal "Mercure de France" (7-8-1790) comentou a propósito do ímpio de Ferney: "Voltaire não viu tudo quanto fez, mas fez tudo quanto vemos".

---

16) Juan Baptista Weiss, *Historia Universal*, pp. 232 a 236

A morte de um ímpio

Sobre a morte de Voltaire, narra Lênotre:

"Não conheço nada mais lamentável do que aquela agonia terrível e solitária. (...)

"A enfermeira Roger era espancada e ferida pelas varadas que dele recebia; chegou mesmo a ter o vaso noturno atirado em sua cabeça.

"A crise de invectivas e blasfêmias se repetia todos os dias, a ponto de se admirarem da *eloqüência e fecundidade de seu furor.*

"Sua dor lhe arrancava urros. Ele queimava; seu ventre parecia abrasado por um fogo interior. Pedia um tanque de gelo; ficava completamente nu na cama, pois não podia suportar nada sobre o corpo que lhe ardia como brasas. Davam-lhe um banho, ele se contorcia, lutava, pedia água, se atirava sobre o urinol, tentava bebê-lo, molhava os dedos e os levava à boca. (...)

"Às vezes era visto de mãos juntas, com os olhos perdidos no céu, submerso em uma profunda meditação. Quando era assim surpreendido, logo se levantava, se arrebatava e contorcia-se em horríveis convulsões...

"No sábado, 30 de maio [de 1788], dia de sua morte, os doutores Lorry e Thierry chegaram às dez horas da noite. (...) Ele estava imóvel e sem pulso. Fizeram-lhe uma massagem vigorosa. Voltaire abriu os olhos e sussurrou: *Deixem-me morrer.* Alguns instantes depois, lançou um grito enorme. Um grito tão terrível que a enfermeira Roger pensou morrer de pavor e a outra enfermeira, Bardy, adoeceu por vários meses.

"O Dr. Tronchin, que presenciou seus últimos instantes, afirmou: *Que morte! Não posso pensar nela sem tremer!*

(G. Lenôtre, *Existences d'Artites,* pp. 100 a 103)

CAPÍTULO 3

A ENCICLOPÉDIA

A Enciclopédia, dicionário geral dos conhecimentos humanos, foi o empreendimento catalisador de todas as idéias revolucionárias que se propagavam difusamente pela sociedade.

Como afirma Calvet, ela "representou o esforço capital do século XVIII, e foi como que a síntese de seu espírito. É nela que encontramos o pensamento principal do século: ou seja, destruir uma forma de ser e de pensar e lançar as bases de um mundo novo. (...)

"A Enciclopédia não criou um movimento; ela foi mais um efeito do que uma causa. Representou a confluência de diversas correntes de pensamento, cuja existência e força constatamos entre 1600 e 1750.

"Destas correntes, as principais foram as seguintes:

"**A libertinagem**, que consistiu, no século XVII, na independência do pensamento e na fanfarronada anti-religiosa, e, no século XVIII, na afetação do vício da incredulidade.

"**O espírito científico**, apegado aos fatos concretos, inimigo da metafísica e da autoridade; era orgulhoso dos progressos conquistados, e acreditava ter chegado o momento de estabelecer o balanço dos conhecimentos humanos para a posteridade.

"**O espírito de independência política**, que não tinha mais respeito pela autoridade real, desejava sacudir todos os jugos e adulava os poderes emergentes — a burguesia e o povo. (...)

"Todas essas correntes foram a manifestação de um mundo novo, proveniente da Renascença, que queria se afirmar, que sentia que podia se afirmar e dominar, e se precipitava em exibir seus títulos. (...)

"Esse mundo, sentindo que uma evolução já havia terminado, acreditava ter chegado o momento de romper com o passado. A Enciclopédia lhe forneceu a ocasião".[1]

GRAVURA DA ENCICLOPÉDIA REPRESENTANDO OS OPERÁRIOS DE UMA FÁBRICA DE PAPEL. *A Enciclopédia foi o empreendimento catalisador das idéias revolucionárias do Ancien Régime.*

A doutrina da Enciclopédia

Continua Calvet:

"A Enciclopédia foi um dicionário alfabético dos conhecimentos humanos: matemática, física, música, filosofia, teologia; encontra-se de tudo, e sobre cada questão os enciclopedistas acreditavam ter assinalado o ponto aonde a humanidade havia chegado. (...)

"Mas, no conjunto, isto tudo era um caos. (...) Muitos verbetes, redigidos com precipitação, não passavam de vãs declamações. O seu desenvolvimento não tinha proporção alguma com a importância relativa da matéria. Havia seis linhas sobre os Alpes e seis páginas sobre um remédio para doenças dos cabelos. Literariamente, a Enciclopédia era um «monstro».

"O que lhe dava unidade e interesse era o «espírito» que se encontrava em todas as páginas. (...) Era o espírito filosófico de negação e de destruição: supressão de todo absoluto, de qualquer milagre, de todo mistério, de toda metafísica, de qualquer proibição, liberdade de pensar, falar, agir e viver; tolerância universal.

"Por prudência, não se exprimia claramente esta doutrina; mas era insinuada a cada frase. (...)

1) J. Calvet, *Histoire de la Littérature Française,* pp. 487 a 488

"Todos os grandes escritores do século XVIII — Montesquieu, Voltaire, Rousseau — colaboraram na Enciclopédia. Contudo, seus principais autores foram Diderot, que dirigia o empreendimento e redigia as notas sobre as artes mecânicas, e d'Alembert, que escreveu o "Discurso preliminar" e os verbetes sobre matemática. (...)

"[Mas] os verdadeiros inspiradores, apesar de já termos nomeado Diderot e d'Alembert, não foram apenas eles. Os amigos dos enciclopedistas eram mais audaciosos que os diretores, e mantinham certa reserva no aparecer. Condillac (discípulo de Locke), Helvétius e d'Holbach, chegavam até o materialismo, que era também o pensamento secreto de Diderot. E já no fim do século XVIII, os continuadores do espírito da Enciclopédia — Raynal, Volney, Condorcet — não fizeram mais mistérios de seu ateísmo materialista. No fundo, era essa a verdadeira doutrina, velada pelo vago deísmo diluído dos colaboradores de Diderot".[2]

A difusão da Enciclopédia

Diz ainda Calvet:

"A difusão da Enciclopédia e dos livros que expunham sua doutrina foi rápida e fácil. Ficamos chocados quando consideramos, à distância, os rigores da censura. Eles eram apenas aparentes, e muitas vezes ajudavam os livros proibidos, tornando-os conhecidos.

"Era a própria direção da censura, com Mallesherbes, que organizava a venda de certos livros proibidos; este comércio clandestino era conhecido pela polícia e mantido por seus agentes. Muitas vezes, livros que traziam no frontispício o nome de Amsterdã ou Colônia tinham sido impressos em Paris, num sigilo conhecido por todos. Pode-se dizer, sem receio de contradição, que a censura de Luís XV mais serviu do que prejudicou a difusão da doutrina enciclopedista.

"Por outro lado, os filósofos se empenhavam em bajular a Corte e as favoritas, que tinham boas razões para preferir a moral de Diderot à da Igreja. A habilidade do partido consistia em persuadir a Corte de que todos os golpes desferidos contra os devotos representavam benefícios para ela; e o poder real tornou-se assim um aliado secreto da seita".[3]

Observa André Maurois: "Várias vezes o Parlamento e o alto Clero se alarmavam, o Rei mandava confiscar exemplares, mas o próprio chefe da polícia e o diretor da censura favoreciam os enciclopedistas. Este diretor,

2) J. Calvet, op. cit., p. 493
3) J. Calvet, op. cit., p. 494

Malesherbes, ofereceu a Diderot, às vésperas de uma «batida», esconder as provas em seu próprio escritório".[4]

"Uma divulgação bem organizada — continua Calvet — espalhou por toda parte os livros dos filósofos. A Enciclopédia era lida pelos gentis-homens da Província, pelos párocos do interior, por burgueses instruídos, por pequenos advogados e simples escrivães, em suma, pela classe média. Quando o espírito desta classe se transformou, a Revolução fez-se por si mesma.

"Porque foi na Revolução que desembocou o movimento filosófico representado pela Enciclopédia. A Enciclopédia elaborou o espírito revolucionário, espírito sem o qual os atos revolucionários, sempre possíveis, não teriam tido êxito.

"Não exageremos. A Revolução poderia ter acontecido sem a Enciclopédia e os filósofos, mas, oriunda de causas políticas ou econômicas, ela não teria comportado toda uma filosofia, toda uma concepção da vida. *A filosofia do século XVIII foi a forma intelectual da Revolução"*.[5]

Este espírito revolucionário, feito de ódio à Religião católica e à civilização cristã, do qual decorria toda uma concepção da vida, unia os filósofos, por mais que eles divergissem entre si em um ou outro ponto particular. O que levou o diretor de estudos da Escola Prática de Altos Estudos, Robert Mandrou, a escrever que, apesar de suas divergências, "o procedimento desses temperamentos apaixonados era sem dúvida o mesmo: animados por um único espírito de livre crítica, eles tinham por alvo comum o absolutismo despótico da monarquia francesa e a Igreja Católica".[6]

A sociedade futura, segundo os filósofos enciclopedistas

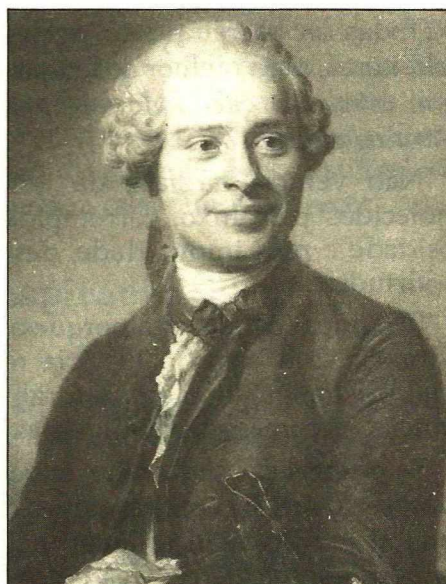
A partir de suas doutrinas, que justificavam toda libertinagem, os filósofos imaginavam a sociedade nova que deveria ser construída pela Revolução.

Taine descreve em linhas gerais esta doutrina e sua aplicação prática.

"Os enciclopedistas, uns céticos como d'Alembert, outros semipanteístas como Diderot e Lamarck, outros francamente ateus e materialistas, como d'Holbach, Lamettrie, Helvétius, mais tarde Condorcet, Lalande e Volney, eram todos diferentes e independentes uns dos outros, mas unânimes em que a tradição era o inimigo. (...)

---

4) André Maurois, *Histoire de la France*, p. 324
5) J. Calvet, op. cit., p. 494
6) G. Duby e R. Mandrou, *Histoire de la Civilisation Française XVIIIe. au XXe. Siècle*, p. 128

DENIS DIDEROT (1713-1784). *Um dos autores da Enciclopédia. Materialista e ateu, é talvez a personalidade que melhor resume o movimento filosófico do século XVIII.*

JEAN LE ROND D'ALEMBERT (1717-1783). *Co-autor da Enciclopédia, destacou-se por seu ceticismo em religião e em metafísica.*

"O primeiro interesse de um homem sadio é liberar-se, afastar de si toda superstição, «todo medo das potências invisíveis», discernir «a lei natural». (...)

"Consideremos o homem em si mesmo, tal como ele é aos olhos do naturalista: quer dizer, o corpo organizado, o animal sensível, com suas necessidades, seus apetites e seus instintos, não apenas indestrutíveis, mas também legítimos. Abramos a prisão onde o preconceito os trancou; devolvamos-lhes seu espaço e o ar livre, que eles se expandirão com toda força e tudo estará bem.

"Segundo Diderot, o casamento perpétuo é um abuso: é a «tirania do homem que converteu em propriedade a posse da mulher». O pudor, como a vestimenta, é uma invenção e uma convenção. Não há felicidade e bons costumes a não ser num país onde a lei libere os instintos. No Haiti, por exemplo, onde o casamento dura um mês, freqüentemente um só dia, às vezes um quarto de hora; onde se toma e se deixa à vontade; onde por hospitalidade, à noite, se oferece suas filhas e sua mulher a seu hóspede; onde o filho mantém relações com sua mãe por polidez; onde o ato sexual é uma festa religiosa que se celebra em público... E o teorizador, levando seu raciocínio até as últimas conseqüências, termina com cinco ou seis páginas de arrepiar os cabelos. (...)

"Todas as barreiras são nocivas, inventadas por pastores astuciosos e malfeitores, para melhor ordenhar e tosquiar o rebanho. *O estado da sociedade é um estado de guerra do soberano contra todos, e de cada um dos membros contra os outros...*

"Não vemos, na face da terra, senão soberanos injustos, incapazes, amolecidos pelo luxo, corrompidos pela bajulação, depravados pela licenciosidade e pela impunidade, desprovidos de talentos, de bons costumes e de virtudes...

"O homem é mau, não porque o seja em si mesmo, mas porque o tornaram assim. Quereis saber a história resumida de quase toda a nossa miséria? Ei-la: existia um homem natural; foi introduzido dentro dele um homem artificial, e começou nas cavernas uma guerra civil que dura até hoje...

"Se quereis ser seu tirano, envenenai-o por meio de uma moral contrária à natureza, cercai-o com entraves de toda espécie, embaraçai seus movimentos com mil obstáculos; incuti nele fantasmas que o aterrorizem... Quereis torná-lo feliz e livre? Não vos intrometais em seus afazeres... E vos convencereis definitivamente de que não foi para vosso bem, mas para proveito próprio, que esses sábios legisladores vos modelaram artificialmente como sois agora.

"Considerai todas as instituições políticas, civis e religiosas; examinai-as em profundidade e, ou me engano muito, ou vereis a espécie humana curvada, século após século, sob o jugo que um punhado de bandidos lhe impôs. Desconfiai daquele que queira estabelecer a ordem. Ordenar é sempre tornar-se senhor dos outros, incomodando-os.

"Que se acabem os incômodos! As paixões são boas, e se o rebanho quer alimentar-se fartamente, sua primeira preocupação será esmagar sob seus cascos os animais mitrados e coroados que o prenderam num curral, para explorá-lo.[7] (...)

"É admitido que, não só em si mesma, a tradição é falsa, mas que, também por suas obras, é malfeitora; que sobre o erro ela construiu a injustiça, e pela cegueira conduziu o homem à opressão. Doravante ela estará proscrita. «Esmaguemos a infame» e seus fautores. Ela é o mal na espécie humana, e quando o mal for suprimido haverá apenas o bem.

---

7) São conhecidos os versos de Diderot:
"Tecendo em suas mãos as entranhas do padre,
farão uma corda para enforcar o último dos reis.
E Brissot afirmava que "sendo a necessidade nosso único título de propriedade, quando ela já estiver satisfeita o homem não é mais proprietário.
E ao ser inquirido sobre "se os homens podem se alimentar de seus semelhantes, respondeu: Sim, porque os seres devem se alimentar de qualquer matéria adequada para satisfazer suas necessidades..."

"Chegará, pois, o momento (...) em que os tiranos e os escravos, os padres e seus estúpidos ou hipócritas instrumentos, não existirão senão na História e nos teatros; em que os homens lembrar-se-ão deles somente para lastimar suas vítimas e seus enganos, e alimentar, com a recordação do horror de seus excessos, uma útil vigilância, a fim de reconhecê-los e sufocá-los sob o peso da razão e da tirania, se alguma vez ousarem reaparecer".[8]

A doutrina dos filósofos: inspiração para os comunistas

Este ódio à tradição e esta apologia da libertinagem total, levaram alguns filósofos a teorias nitidamente comunistas, apontadas por inúmeros historiadores.

Por exemplo, Tocqueville afirmava, em meados do século passado:

"Crê-se que as teorias destrutivas, designadas em nossos dias pelo nome de socialismo, são de origem recente; é um engano. (...)

"Lede o *Código da Natureza,* de Morelly, e encontrareis ali, juntamente com as doutrinas dos economistas sobre a onipotência do Estado e seus direitos ilimitados, várias das teorias políticas que têm assustado a França nestes últimos tempos, e que imaginamos ter visto nascer: a comunidade de bens, (...) a igualdade absoluta, a uniformidade em todas as coisas, a regularidade mecânica em todos os movimentos dos indivíduos, a tirania regulamentar e a absorção completa da personalidade dos cidadãos no corpo social.

"*Nada na sociedade pertencerá, de modo particular ou em propriedade, a ninguém,* diz o artigo primeiro deste Código. *A propriedade é detestável, e aquele que tentar restabelecê-la será encarcerado por toda a vida, como louco furioso e inimigo da humanidade. Cada cidadão será sustentado, mantido e ocupado a expensas do Poder público,* diz o artigo 2.

"*Toda a produção será armazenada nos mercados públicos, para ser distribuída a todos os cidadãos e servir para as necessidades de suas vidas.*

"*As cidades serão construídas segundo um mesmo plano. Todos os edifícios para uso dos particulares serão semelhantes. Aos cinco anos todas as crianças serão arrancadas de suas famílias e educadas em comum, às custas do Estado, de modo uniforme.*

"Este livro nos parecerá escrito ontem: ele data de cem anos; apareceu em 1755".[9]

---

8) H. Taine, *Les Origines de la France Contemporaine,* pp. 282, 288 e 302
9) Alexis de Tocqueville, *L'Ancien Régime et la Révolution,* pp. 213 e 214

Do mesmo modo, o anarco-comunista Pedro Kropotkin escrevia no começo deste século:

"Não podemos, contudo, ler hoje as obras dos escritores precursores da Revolução [Francesa], sem nos sentirmos impressionados pela forma como esses escritos estavam imbuídos das idéias que constituem propriamente a essência do socialismo moderno.

"Duas idéias fundamentais — a igualdade de todos os cidadãos nos seus direitos à terra, e aquela que presentemente conhecemos pelo nome de comunismo — encontravam dedicados partidários entre os enciclopedistas, assim como entre os mais populares escritores da época, como Mably, d'Argenson e outros de menor importância".[10]

---

10) Pedro Kropotkin, *A Grande Revolução 1789-1793,* vol. I, p. 21

CAPÍTULO 4

A DOUTRINA DE ROUSSEAU

Como se acaba de ver, o ódio revolucionário à ordem hierárquica vigente no Ancien Régime e à lei moral posta por Deus na sociedade, levou os filósofos a elaborar teorias que inspiraram não só a Revolução de 1789, mas também a Revolução comunista de 1917.

Ao se tratar agora das teorias de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e da influência que exerceu, se verá como ele, ao explicitar a tendência profunda contra toda desigualdade e toda lei moral que já impregnava largos setores da sociedade, não só prenunciou o comunismo, mas foi muito mais ousado. Rousseau pregou algo que as correntes ecológicas mais radicais dos nossos dias defendem, isto é, a destruição de toda civilização e a volta do homem ao estado tribal. Ou seja, Rousseau foi um autêntico precursor e inspirador da Revolução cultural, pós-comunista, ecológica e tribal, que se desenrola em nossos dias.

Não poderá entender bem a Revolução Francesa quem não levar em consideração este ponto fundamental.

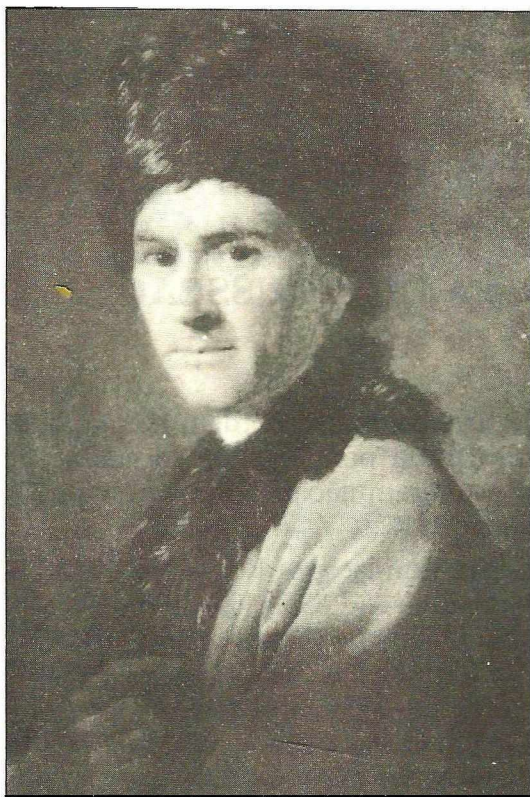
Ao afirmar em *Revolução e Contra-Revolução* que "os paroxismos da Revolução estão inteiros nos germes desta", o Prof. Plinio Corrêa de Oliveira fez a seguinte comparação:

"Como os cataclismos, as más paixões têm uma força imensa, mas para destruir.

"Essa força já tem potencialmente, no primeiro instante de suas grandes explosões, toda a virulência que se patenteará mais tarde nos seus piores excessos".[1]

É bem verdade que, devido aos incontáveis restos de civilização cristã

---

1) Plinio Corrêa de Oliveira, *Revolução e Contra-Revolução,* p. 24

JEAN-JACQUES ROUSSEAU (1712-1778). *Escritor e filósofo ecologista "avant la lettre". Traçou em suas obras o perfil de um tipo humano novo que viveria ao capricho dos impulsos do instinto. Daí sua célebre máxima: "O homem que pensa é um animal depravado".*

ainda existentes nas instituições e na sociedade do Ancien Régime, a Revolução não pôde alcançar de um só golpe seu objetivo último.

Assim, por exemplo, um marquês partidário das teorias de Rousseau não abandonaria seu palácio para viver na selva. Porém, seu filho poderia ser um jacobino, seu neto um comunista, e seu bisneto já pregaria um ecologismo tribalista.

Contudo, este fim último já estava implícito nas tendências desordenadas atrás descritas,[2] e Rousseau o explicitou de alguma maneira em suas obras.

---

2) Cfr., Parte IV.

A revolucionária transformação de valores operada por Rousseau

"A literatura — escreve Calvet —, apesar dos tímidos ensaios de renovação, continuava clássica, apoiava-se ainda nas teorias de Boileau e afirmava a supremacia da razão e do espírito. Rousseau consumou a derrota dessa literatura pseudo-clássica, proclamando os direitos da imaginação e do coração.

"A filosofia, fosse ela espiritualista ou materialista, se ressentia da influência de Descartes e fundamentava suas deduções no exercício da inteligência e da razão. Rousseau tomou posição contra a inteligência em nome do instinto, e inaugurou o advento de uma filosofia nova que pode ser chamada de instintivismo.

"A sociedade do século XVIII, se bem que atacando globalmente o poder monárquico e as instituições nacionais, continuava muito aristocrática, amiga dos privilégios que desfrutava, amiga do luxo das cidades. (...) Rousseau, o homem da selva, elevou sua voz em nome do verdadeiro povo, que ele conhecia, do qual fazia parte e interpretava o coração, e fez conhecer assim uma força nova: a democracia".[3]

"Nesse fim de século — comenta Hubert Méthivier — se operou pouco a pouco uma mudança nos valores espirituais. (...) A corrente voltairiana positivista, científica, continuava a triunfar, ao lado da nova corrente anti-racionalista, sentimental, «primitivista» e igualitária de Rousseau. Coexistência da sensibilidade e da razão, do entusiasmo com a dúvida e a ironia, do gosto pelo selvagem, ao lado da apetência pelos salões".[4]

O método e a mística que comandavam seus escritos

"As obras de Rousseau — continua Calvet — não foram escritas ao acaso, mas dirigidas e animadas por uma idéia única: Rousseau queria destruir a sociedade existente, estabelecida por uma convenção, e reconstruir uma sociedade nova, que não teria nenhum dos defeitos da antiga, porque seria estabelecida sobre a natureza em seu estado primitivo".[5]

A primeira de suas obras, o "Discurso sobre as ciências e as artes", foi redigida para concorrer a um prêmio proposto pela Academia de Dijon.

3) J. Calvet, *Histoire de la Littérature Française*, pp. 528 e 529
4) Hubert Méthivier, *La Fin de l'Ancien Régime*, p. 9
5) J. Calvet, op. cit., p. 535

Tanto esta quanto as outras principais obras que escreveu, foram concebidas e compostas em estado de transe, sob efeito de uma "iluminação súbita", como ele mesmo narra:

"Eu ia ver Diderot, então prisioneiro em Vincennes — escreve Rousseau — e tinha em meu bolso um número do jornal *Mercure de France,* que me pus a folhear ao longo do caminho. Deparei-me com um artigo sobre a questão da Academia de Dijon, que deu lugar a meu primeiro escrito.

"Se alguma vez algo assemelhou-se a uma inspiração súbita, foi o movimento que se fez sentir em mim durante essa leitura. De repente, senti o espírito deslumbrado por mil luzes; multidões de idéias vivas se me apresentaram de uma só vez, com uma força e uma confusão tais, que me lançaram numa perturbação inexprimível. Senti minha cabeça tomada por um atordoamento semelhante à embriaguez. Uma violenta palpitação me oprimia e sacudia o peito. Não podendo mais respirar caminhando, deixei-me cair sob uma árvore da avenida, e passei meia hora em tal agitação. Ao levantar-me, encontrei minha roupa inteiramente molhada por minhas lágrimas, que não percebi ter derramado.

"Oh, se pudesse descrever uma quarta parte do que vi e senti debaixo daquela árvore, com que clareza teria mostrado todas as contradições do sistema social, com que força teria denunciado todos os abusos de nossas instituições, com que simplicidade teria demonstrado que os homens são bons naturalmente, e apenas pelas instituições se tornam maus.

"Tudo o que pude reter desses tropéis de grandes verdades, que durante um quarto de hora me iluminaram sob aquela árvore, estão fracamente esparsos em meus três principais escritos, a saber: este primeiro discurso, aquele sobre a desigualdade e o tratado sobre a educação, os quais são inseparáveis e formam um só conjunto. (...)

"Eis como, quando nem pensava nisso, tornei-me autor, por assim dizer, apesar de mim".[6]

As obras de Jean-Jacques Rousseau

Toda a doutrina de Rousseau parte do seguinte princípio fundamental: o homem é naturalmente bom e a sociedade o corrompe.

Ora, este modo de ver o homem é o oposto do que ensina a doutrina católica sobre a natureza humana decaída por efeito do pecado original, e sobre a ação do demônio nesta terra.

---

6) J. J. Rousseau, *Lettre a M. de Malesherbes, 12-1-1762, Œuvres Complètes,* Tome II, p. 61 e 62

Nesta vida, os homens estão em estado de prova e sujeitos às tentações do demônio. O pecado original os debilitou em sua capacidade de escolher o bem e recusar o mal. Debilidade que foi aumentando por efeito dos pecados cometidos ao longo da História.

Portanto, nesta terra de exílio, a vida do homem tem um caráter essencial de expiação e de luta. Luta não só contra os inimigos externos, mas sobretudo contra as más inclinações.

Considerar o homem nesse estado de prova como sendo "naturalmente bom", é negar não só o pecado original mas também o senso comum, que nos mostra, através de dolorosas experiências, a capacidade de praticar o mal que existe potencialmente em cada ser humano.

* * *

A seguir se dará um pequeno resumo das principais obras de Rousseau, onde se poderá perceber como foi se desenvolvendo seu pensamento.

Discurso sobre as Ciências e as Artes

Nesta sua primeira obra, Rousseau se empenha em demonstrar que as ciências, as artes e a civilização de modo geral tiveram sua origem nos vícios dos homens, e serviram unicamente para a corrupção dos costumes.

Eis alguns trechos mais significativos:

"Havia uma antiga tradição que passou do Egito para a Grécia, de que um deus inimigo do repouso dos homens tinha sido o inventor das ciências. (...)

"As ciências e as artes devem seu nascimento a nossos vícios; nós teríamos menos dúvidas sobre suas vantagens, se elas existissem por nossas virtudes. (...) A astronomia nasceu da superstição; a eloqüência, da ambição, do ódio, da adulação e da mentira; a geometria, da avareza; a física, de uma vã curiosidade; todas e a própria moral, do orgulho humano. (...)

"Quantos perigos! Quantos caminhos falsos na investigação das ciências! (...)

"Enquanto as comodidades da vida se multiplicam, as artes se aperfeiçoam e o luxo se difunde, a verdadeira coragem se amolece e as virtudes militares se evaporam. (...)

"Se a cultura das ciências é nociva às qualidades guerreiras, ela o é ainda mais às qualidades morais. É desde os primeiros anos que uma educação insensata orna nosso espírito e corrompe nosso juízo".[7]

Na polêmica suscitada por tais disparates, Rousseau afirmou que pretendeu "tomar o partido dos instintos contra a razão".[8]

Em outra ocasião, dirigindo-se ao Marquês de Mirabeau, escreveu:

"Refletir, comparar, discutir, persistir, combater, não é meu negócio; eu me deixo levar pela impressão do momento, sem opor nenhuma resistência, e até mesmo sem escrúpulos; porque estou perfeitamente certo de que meu coração não ama senão o bem.

"Todo o mal que fiz em minha vida, foi por reflexão; e o pouco de bem que pude fazer, foi por impulso. Isto conduz a que me entregue às minhas inclinações com confiança".[9]

O BOM SELVAGEM. *Abstraindo completamente da degradação e da barbárie próprias aos selvagens, Rousseau elaborou uma doutrina que proclamava como arquétipo para o gênero humano o silvícola.*

7) J. J. Rousseau, *Discours sur les sciences et les arts*, op. cit., Tome II, pp. 58 a 63
8) Idem, p. 151
9) J. J. Rousseau, *Lettre au Marquis de Mirabeau*, op. cit., p. 88

Discurso sobre a origem da desigualdade: "o homem que pensa é um animal depravado"

Nesta obra — "Discurso sobre a origem da desigualdade" — Rousseau desenvolve sua teoria fundamental: o homem é naturalmente bom, a sociedade é que o corrompe.

Na primeira parte, ele apresenta como modelo ideal para a humanidade o "bom selvagem", o ser primitivo que era bom e feliz antes de viver em sociedade, sem nenhuma espécie de necessidade intelectual.

"Eu o vejo — descreve Rousseau — alimentando-se debaixo de um carvalho, matando a sede no primeiro riacho, encontrando seu leito aos pés da mesma árvore que lhe forneceu o alimento; e eis suas necessidades satisfeitas".[10]

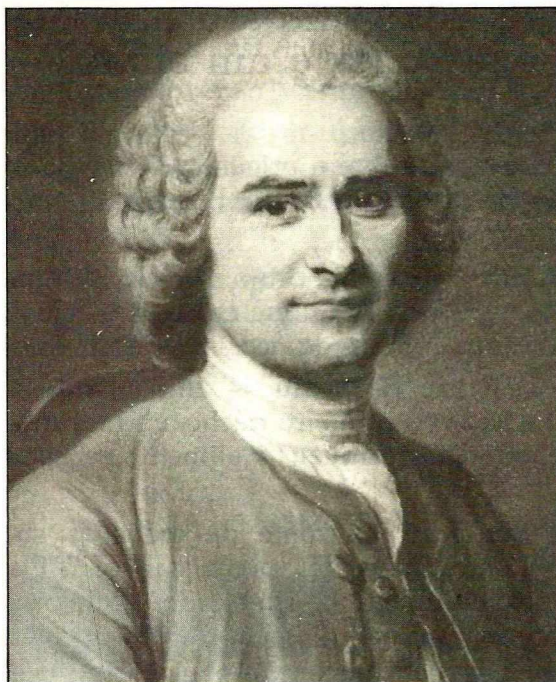
Contudo, para Rousseau, "a fonte de todas as suas desgraças é a capacidade que o homem tem de aperfeiçoar-se".[11] Ele chega mesmo a afirmar que "o estado de reflexão é um estado contra a natureza", e que "o homem que pensa é um animal depravado".[12] E completa seu pensamento afirmando que "dever-se-ia chamar de mais virtuoso aquele que menos resistisse aos impulsos da natureza".[13]

Na segunda parte desta obra, Rousseau pretende demonstrar como a propriedade fundou a sociedade e originou a desigualdade, fonte de todas as desgraças do gênero humano.

"O primeiro homem que, tendo cercado um terreno, se apressou em dizer «Isto é meu», e encontrou gente bastante crédula para acreditar, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras, mortícínios, quantas misérias e horrores não teria poupado ao gênero humano aquele que, arrancando estas cercas, tivesse gritado a seus semelhantes: *Guardai-vos de escutar este impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos, e que a terra não pertence a ninguém!*".[14]

As conseqüências de tal discurso são claras: "para fazer voltar o homem à sua bondade nativa — comenta o Pe. Rohrbacher —, é preciso abolir a sociedade, tanto civil como familiar, abolir a propriedade e até mesmo o próprio pensamento".[15]

---

10) J. J. Rousseau, *Discours sur l'origine de l'inégalité*, op. cit., p. 213
11) Idem, p. 218
12) Idem, p. 216
13) Idem, p. 223
14) Idem, p. 228
15) Rohrbacher, op. cit., p. 409

ROUSSEAU. *Segundo Rousseau, "a fonte de todas as suas desgraças é a capacidade que o homem tem de aperfeiçoar-se".*

"Este discurso — escreve Calvet — foi mais agitado e mais radical que o primeiro. Ele suscitou grande admiração e, diz Garat, *uma espécie de terror*".[16]

L'Émile: o tratado da educação

Partindo sempre da mesma falsa premissa de que o homem é naturalmente bom e a sociedade o corrompe, Rousseau escreveu «O Emílio», seu tratado para a educação das crianças.

J. Calvet resume o programa de educação aí elaborado por Rousseau e faz ver o absurdo nele contido:

"O Emílio está divido em cinco livros.

"Livro I — A criança desde seu nascimento até o quinto ano — Será alimentada por sua mãe; ser-lhe-á evitado o uso opressor de fraldas. Será educada no campo por um preceptor, longe de toda sociedade".[17]

16) J. Calvet, op. cit., p. 536

Eis o que, a este propósito, escreve Rousseau: "Os homens não foram feitos de modo algum para serem amontoados em formigueiros, mas para viverem esparsos sobre a terra; (...) quanto mais eles se associam, mais se corrompem. (...) As cidades são a ruína da espécie humana. Ao cabo de algumas gerações as raças se enfraquecem ou degeneram, e é preciso renová-las. E é sempre o campo que fornece esta renovação.

"Enviai pois vossos filhos para se renovarem, por assim dizer, por si mesmos, e recobrar nos campos o vigor perdido no ar mórbido das cidades".[18]

Prossegue Calvet:

"Livro II — A criança dos cinco aos doze anos — Educação toda em forma negativa; formação dos sentidos pelas coisas. Todo trabalho está proibido; nem livros, nem fábulas, mas o corpo se desenvolve livremente, no contato com a natureza. Aos doze anos, Emílio não terá nenhuma noção intelectual nem moral, mas saberá ver, escutar e sentir na perfeição.

"Livro III — O adolecente dos doze aos quinze anos — Educação intelectual. Será toda prática. Emílio não aprenderá senão o que lhe for útil. Aprenderá um ofício manual, o que se fará diretamente no contacto com os objetos, sem livros; Emílio descobrirá por si mesmo as ciências que lhe forem necessárias. Seu preceptor se preocupará apenas em insinuar a realidade debaixo de seus olhos.

"Livro IV — O jovem dos quinze aos dezoito anos — Educação moral. O preceptor revela ao menino o problema moral e lhe dá uma regra suficiente para tudo: o sentimento. O «vigário Savoyano» o conduz a uma montanha e lhe revela o sentimento religioso.

"Livro V — Educação de Sofia, destinada a ser a mulher de Emílio — Não se cultivarão nela a não ser as qualidades que a farão uma agradável companhia para Emílio e uma boa dona-de-casa.

"Rousseau secciona abritrariamente os anos da infância, e supõe que até os doze anos a criança é um animal instintivamente reto, e que sua consciência e suas paixões não se despertarão antes dos quinze anos.

"É preciso dizer que, pelo contrário, a criança de cinco anos tem já idéias, sentimentos, paixões, instintos perversos e uma consciência. É, pois, um absurdo retardar até aos doze anos a formação intelectual, e até aos quinze anos a formação moral e religiosa.

"Qualquer um que respeite na criança uma pessoa humana, serve-se de todos os meios fornecidos pela razão, pela moral e pela religião para sufocar

---

17) J. Calvet, op. cit. p. 538

18) J. J. Rousseau, *L'Emile*, op. cit., p. 436

seus maus instintos, para desenvolver sua inteligência e sua consciência e para despertar nela os nobres desejos".[19]

O "Contrato Social": o ideal comunista de Rousseau

Desejando destruir toda e qualquer desigualdade, Rousseau estabeleceu certos princípios que deveriam reger uma sociedade futura por ele imaginada.

Segundo ele, os homens, livres e iguais, se unirão, em virtude de um contrato. O povo, soberano absoluto, fará leis obrigatórias, que serão a expressão da "Vontade Geral".[20]

---

19) J. Calvet, op. cit., p. 538 e 539

20) A simples transcrição dos trechos mais contundentes do "Contrato Social", dispensa maiores comentários e é suficiente para se perceber todos os absurdos involucrados nessa doutrina.

Muitos, porém, sem irem tão longe quanto Rousseau, defendem o princípio da soberania popular e afirmam ser a democracia a única forma legítima de governo.

Quanto a esta questão, Leão XIII deixou claro, ao falar das diversas formas de governo (monarquia, aristocracia e democracia), que "cada uma delas é boa, desde que saiba caminhar retamente para seu fim, a saber, o bem comum, para o qual a autoridade social é constituída". (Encíclica *"Au Milieu des Sollicitudes"*, de 16-II-1892, vol. III, p. 116)

Portanto, a hostilidade professada por princípio, contra a monarquia e a aristocracia, como sendo formas essencialmente incompatíveis com a dignidade humana e ordem normal das coisas, é um erro.

São Pio X condenou a tese do "Sillon", de que "só a democracia inaugurará o Reino da perfeita justiça", e exclamou: "não é isto uma injúria às outras formas de governo, que são rebaixadas, por esse modo, à categoria de governos impotentes, aceitáveis à falta de melhor?" (Carta Apostólica *"Notre Charge Apostolique"*, de 25 de agosto de 1910, Acta Apostolicae Sedis, vol. II, p. 618)

A monarquia foi qualificada pelo Papa Pio VI como sendo, em tese, a melhor das formas de governo: "praestantioris monarchici regiminis forma". *(Alocução ao Consistório, de 17-VI-1793,* p. 8)

Quanto ao princípio da soberania popular, que faz emanar do povo o poder, e ao pretendido "Contrato Social", o Magistério Pontifício não é menos categórico. Leão XIII escreveu no século passado:

"Bom número dos nossos contemporâneos, seguindo as pegadas daqueles que, no século derradeiro, se outorgaram o título de filósofos, pretendem que todo poder vem do povo; que, por conseqüência, a autoridade não pertence como própria aos que a exercem, mas sim a título de mandato popular, e sob a reserva de que a vontade do povo pode sempre retirar aos seus mandatários o poder que lhes delegou. É nisto que os católicos se separam desses novos mestres; vão buscar em Deus o direito de mandar, e daí o fazem derivar como da sua fonte natural e do seu princípio necessário. (...)

"Os que fazem a sociedade civil sair de um livre contrato devem consignar à autoridade a mesma origem; dizem eles que cada particular cedeu algo do seu direito e que todos voluntariamente se colocaram sob o poder daquele em quem todos os direitos individuais se concentraram. Mas o erro considerável desses filósofos consiste em não verem o que entretanto é evidente; e é que os homens não constituem uma raça selvagem e solitária; é que, antes de qualquer resolução da sua vontade, a sua condição natural é de viverem em sociedade.

"A isto acrescentai que o pacto de que esses tais se prevalecem é uma invenção e uma quimera; e

A "Vontade Geral"

Pierre Gaxotte explica como a doutrina de Rousseau foi aplicada durante a Revolução Francesa, e o significado da expressão "Vontade Geral", por ele utilizada no "Contrato Social".

"Rousseau não se limita aos anátemas, às lamentações e às invectivas. Estabelece as bases da sociedade futura, que assegurará aos homens o exercício de seus direitos naturais. Tais fundamentos são: a igualdade completa dos associados, a alienação dos direitos de cada um em proveito da coletividade, a subordinação dos contratantes à «Vontade Geral».

"Entendamo-nos sobre o sentido desta expressão. A «Vontade Geral» não é a vontade do maior número, mas sim a voz profunda da consciência humana, tal como ela deveria falar em cada um de nós, e tal como ela se exprime pela boca dos cidadãos mais virtuosos e mais esclarecidos. (...)

"A sua primeira tarefa e, por assim dizer, a sua única tarefa, consiste em destruir e impedir de renascer todos os organismos naturais que, até então, enquadravam e sustentavam os indivíduos, e que passam agora a ser considerados como opressivos e imorais. A propriedade, a família, a corporação, a cidade, a província, a pátria e a Igreja são outros tantos obstáculos a abater.

"Objetar-se-á que a maior parte dos cidadãos os respeitam, sentem-se bem com eles e ali encontram a sua felicidade e paz de alma, mas isso pouco importa: não há liberdade contra a liberdade. Se a «Vontade Geral» não fala dentro deles, é porque são pervertidos e degradados, e é um dever, para os cidadãos «conscientes», tratar de os emancipar, mesmo contra sua vontade.

"Tornada religião, a República tem a sua ortodoxia, os seus eleitos e os seus réprobos. Maiorias, eleições, votos, consultas populares, tudo isso é a fachada, o jogo em que se deixam prender os ingênuos, admirando-se de que as regras não sejam nunca aplicadas senão contra eles. Por trás destas agitações, há a pequena congregação dos fiéis e dos iluminados. São eles que detêm a verdade, e que juraram entre si estabelecer o seu império. Eles é que são a «Vontade Geral».

"Quanto aos seus adversários, qualquer que seja o seu número, o seu respeito pelo sufrágio universal e a sua devoção pela forma republicana, eles nunca passarão de aristocratas, de reacionários, de hereges e, na ocasião oportuna, de usurpadores, pois, da mesma forma que há um rei legítimo, há um povo «legítimo».

"Contra eles, todos os meios são permitidos: a fraude eleitoral, assim como a guilhotina.

"É nisto que vêm a terminar os idílios e as choradeiras. O homem nasceu bom. Se há velhacos e maus, é porque a civilização os corrompeu. Para se regenerar, tem de se pôr de lado pretensos benefícios que, na realidade, não passam de cadeias e de injustiças. Se hesitar, a força o obrigará, porque a sua má vontade é um crime, um crime contra a Virtude. E serão declarados suspeitos todos aqueles que, nada tendo feito contra a Revolução, nada fizeram a seu favor". (Pierre Gaxotte, *A Revolução Francesa*, pp. 49 e 50)

Na sociedade assim idealizada, o único proprietário, no sentido próprio da palavra, seria o Estado, já que "cada membro se entrega à comunidade no momento em que esta se forma, no estado em que se encontre. Ele, com todas as suas forças e com todos os bens que possua. (...)

"Em relação a seus membros, o Estado é o senhor de todos os bens por força do contrato social. (...)

"Os possuidores serão considerados apenas depositários do bem público".[21]

Precisando melhor suas idéias comunistas, Rousseau esclarece: "Bem entendidas, estas cláusulas se reduzem todas a uma só: a alienação total de cada associado, com todos os seus direitos, a toda a comunidade".[22]

Assim, a partir do princípio de que "todos os homens são livres e iguais", Rousseau chega, paradoxalmente, a preconizar a ditadura mais opressiva da liberdade individual, e, em especial, da liberdade religiosa do católico autêntico.

Pois, nesse Estado totalitário, haveria também um arremedo de religião, totalmente diferente do cristianismo.

Segundo ele, a Religião Católica, "longe de unir os corações dos cidadãos ao Estado, ela os desapega, como de todas as coisas da terra. Não conheço nada de mais contrário ao espírito social. (...)

"Há portanto uma profissão de fé meramente civil, e pertence ao soberano fixar seus artigos; não precisamente como dogmas de uma religião, mas como sentimentos de sociabilidade, sem os quais é impossível ser bom cidadão ou súdito fiel. (...)

"Sem poder obrigar ninguém a crer neles, pode-se entretanto banir do Estado qualquer um que não creia. Deve-se expulsá-lo, não como ímpio, mas como insociável; como incapaz de amar sinceramente as leis, a justiça, e de imolar, se necessário for, sua vida em proveito de seu dever. Se alguém, após ter reconhecido publicamente estes dogmas, se conduzir como se neles não cresse, que seja punido de morte, pois ele cometeu o maior dos crimes: mentiu diante das leis!

"Deste modo, não há mais — nem pode haver — uma religião nacional exclusiva, devendo-se tolerar todas as religiões que aceitem as outras, contanto que seus dogmas não tenham nada de contrário aos deveres do

---

que, fosse ele real, jamais daria à soberania política a medida de força, de dignidade, de estabilidade que a segurança do Estado e os interesses dos cidadãos reclamam. O poder só terá esse esplendor e essa solidez enquanto Deus aparecer como a fonte augusta e sagrada de onde ele emana". (Encíclica *"Diuturnum Illud"* de 29 de junho de 1881, pp. 5 e 9)

21) J. J. Rousseau, *Du Contrat Social*, op. cit., pp. 524 e 525

22) Idem, p. 525.

cidadão. Mas quem ousar dizer que *fora da Igreja não há salvação,* que seja expulso do Estado".[23]

"La Nouvelle Héloïse"

"Rousseau — comenta Calvet — elabora esse romance inteiramente em sua imaginação e seu coração. Na solidão de um eremitério, ele se deixa levar pelo sonho sentimental e se cerca de criaturas ideais, as quais orna com todos os atrativos. (...)

"Saint-Preux, um proletário grande pelo coração e pelo espírito (ou seja, o próprio Rousseau), é preceptor em casa do Barão d'Etanges. Ele abusa de sua confiança para seduzir sua filha Júlia. Deve por isso deixar a casa. Percorre o mundo, e escreve a Júlia suas impressões sobre a sociedade artificial que ele encontra, sobre moral e religião, sobre todas as coisas. Júlia lhe dá a réplica, douta e inflamada.

"Ela se casa com um Sr. de Wolmar, protestante frio, austero e um tanto imbecil em sua solenidade afetada. Este Sr. de Wolmar escreve a Saint-Preux e lhe suplica que venha habitar com ele e com Júlia, a fim de que possam os três juntos dar ao mundo um exemplo sublime de virtude. Saint-Preux cede, e temos então a descrição colorida e forte da vida da família ideal na natureza".[24]

As Confissões

Em suas "Confissões", prossegue Calvet, "Rousseau, profeta da natureza, anunciador de uma sociedade nova, quis provar que suas idéias não eram pura utopia, que elas tinham sido realizadas, ao menos uma vez, nele mesmo, e que eram justas e boas, pois ele, Rousseau, o homem da natureza, valia mais que os outros homens".[25]

Com esta finalidade, dando mostras de uma megalomania delirante, logo nas primeiras páginas de suas "Confissões", Rousseau invoca a Deus com as seguintes palavras: "Ser eterno, reúna em torno de mim a inumerável multidão de meus semelhantes: que eles escutem minhas confissões. (...) Que cada um descubra, por sua vez, seu coração aos pés de teu trono, com a mesma sinceridade; e depois, que um só diga, se ousar: eu fui melhor que aquele homem".[26]

E ao longo de páginas e páginas ele vai desnudando sua alma e contando cinicamente sua vida desregrada: partidário da masturbação e do masoquis-

23) Idem, pp. 579 e 580
24) J. Calvet, op. cit., pp. 539 e 540
25) J. Calvet, op. cit., pp. 540 e 541
26) J. J. Rousseau, *Les Confessions*, op. cit., Tome II, p. 121

mo; abandonou os cinco filhos que teve de sua concubina; viveu num "ménage a trois" durante vários anos, etc.

Les Rêveries d'un Promeneur Solitaire: "uma deliqüescência do espírito que se perde na imaginação superaquecida pelo coração"

Les Rêveries d'un Promeneur Solitaire [Os devaneios de um viandante solitário] é a última de suas obras.

Como escreve Calvet, "amor da natureza, sonho inconsistente, eis o que enche o último livro de Rousseau. Não se deve procurar aqui idéias: é a notação musical de um estado vago, uma espécie de deliqüescência do espírito, que se perde na imaginação superaquecida pelo coração".[27]

Rousseau já havia abandonado a civilização e morava no meio de um bosque. O "profeta da natureza" escreveu esta obra em meio a devaneios ecológicos a que se entregava em seus passeios pela floresta. Nela já não encontramos mais idéias, mas pura sentimentalidade patológica.

Escrevia ele para o Marquês de Mirabeau:

"Não respiro senão em meio às pradarias e aos bosques. Eu me sufoco num quarto, numa sala, numa casa, em uma rua, na praça Vendôme. O calçamento ou o cinza das paredes e dos tetos me causam pesadelos. (...)

"Se a cruel necessidade me chamar alguma vez de volta às cidades, será apenas para meu enterro".[28]

---

27) J. Calvet, op. cit., p. 541

28) J. J. Rousseau, *Lettres au Marquis de Mirabeau*, op. cit., p. 88

A vida errante de Rousseau

Jean-Jacques Rousseau nasceu em Genebra em 1712. Sua mãe morreu por ocasião de seu nascimento. Abandonado pelo pai e entregue a si mesmo, ele viveu seus primeiros anos ao sabor das circunstâncias.

Estando na Savóia, Rousseau atraiu a atenção de um padre católico que o enviou para a casa de Mme. de Warens, uma mulher paga para cuidar de protestantes convertidos. Mme. de Warens se tornou sua "mãe" e sua amante. Ela com trinta, ele com dezesseis anos.

Em casa de Mme. de Warens, devorado por uma profunda inquietação, ele tentou de tudo, até mesmo cursar um seminário, de onde acabou sendo expulso.

Resolveu então correr o mundo, a pé, tendo por companheiros de viagem ora um mestre de música, ora um aventureiro que se embriagava, ora um falso arquimandrita. Enfim, cansado de tanto peregrinar, retornou para junto de Mme. de Warens que agora dividia seus favores entre ele e o jardineiro.

Algum tempo depois, partiu para Lyon, onde se tornou preceptor dos filhos de M. Mably, que o expulsou porque ele lhe roubou a adega.

Por fim, tomou o caminho de Paris, onde se tornou célebre repentinamente, quando a Academia de Dijon premiou seu discurso sobre as ciências e as artes.

Contudo, sua vida errante continuava, ora habitando no *ermitage*, recanto da floresta de Montmorency que lhe ofereceu Mme. d'Epinay, ora em uma dependência do palácio do Marechal de Luxembourg, ora tendo que fugir da França, perseguido pela ousadia de seus escritos.

A partir de 1768 a vida de Rousseau apresentava um aspecto cada vez mais deplorável. Pouco a pouco sua loucura aumentava. Nesta época ele se casou "diante da natureza" com Thérèse Levasseur, mulher de má vida, com quem vivia desde 1744, e de quem teve cinco filhos, que a todos abandonou.

Finalmente mudou-se para o bosque de Ermenonville, propriedade de um de seus admiradores, o Marquês de Girardin. Lá, em 1778 ele morreu, segundo alguns dando-se um tiro na cabeça; segundo outros, envenenando-se com ervas que colhera no bosque e que comera para afogar suas mágoas de Thérèse Levasseur, da qual ele soubera que estava mantendo relações com um criado do Marquês.

Girardin negou que Rousseau tivesse se suicidado e enterrou-o no parque do castelo. Seu túmulo em pouco tempo se transformou em local de "peregrinações".

(Cfr. Jean-Jacques Rousseau, *Les Confessions*; G. Lenôtre, *Vieilles maisons, vieux papiers*)

Capítulo 5

A Influência de Rousseau

Como já se analisou anteriormente[1], Rousseau influenciou a fundo a sociedade francesa nas últimas décadas do Ancien Régime.

Essa influência não se exerceu principalmente através da doutrina expressa no *Contrat Social,* mas sim através das suas obras que fazem a defesa e a propaganda do sentimentalismo, da liberdade dos instintos e do amor à natureza. A ação revolucionária de Rousseau, portanto, não se deu apenas, nem primordialmente, no campo das idéias — embora tenha sido aí bem grande — mas no das tendências, onde ele se mostrou um autêntico precursor e "apóstolo" da Revolução ecológica e tribalista.

Simon Schama comenta:

"Os adeptos [de Rousseau] começavam no próprio topo da sociedade francesa. Se o culto da Sensibilidade subverteu o Ancien Régime, então boa parte do dano (como em muitos outros aspectos) foi auto-infligido. (...)

"Maria Antonieta não fazia segredo de sua predileção por vestidos relativamente simples, enfeitados com muitas flores naturais e adornos bucólicos, exigidos pelo ritual. Sua amiga Elisabeth Vigée-Lebrun pintou-lhe o retrato nesse estilo informal, completando-o com cestas e chapéus de palha. O *Hameau Rustique,* que o arquiteto-paisagista Mique criou para a Rainha no Petit Trianon — no qual não faltavam vacas com laçarotes, ovelhas alpinas e um moinho d'água —, constituiu uma tentativa (...) de cultivar a inocência da vida rural em meio à pompa do protocolo da Corte. (...)

1) Cfr. Parte III, Cap. 4

O "HAMEAU DE LA REINE". *Maria Antonieta, influenciada pelas doutrinas de Rousseau, mandou construir uma aldeia bucólica, onde vivia à maneira camponesa para fugir do esplendor da Corte de Versailles.*

"Maria Antonieta, em 1782, visitou a tumba de Rousseau em Ermenonville, a quarenta quilômetros de Paris. (...)

"Já em 1780, como afirmou o autor das «*Mémoires Secrets*», *metade da França se deslocara para Ermenonville a fim de visitar a pequena ilha consagrada a ele, onde os amigos de sua moral e de sua doutrina todo ano refazem uma pequena viagem filosófica.*

"Luc-Vincent Thiéry incluiu Ermenonville em seu guia turístico do campo ao redor de Paris. Foi, porém, o proprietário do local, o Marquês do Girardin, que forneceu ao peregrino o itinerário mais completo. Seu *Promenade* era um passeio pela paisagem mental e topográfica da sensibilidade de Rousseau. Girardin deixou claro que o parque não devia ser olhado como uma propriedade senhorial, e sim como uma espécie de presente a todos os devotos. *Não há necessidade de permissão para entrar neste parque.* (...)

"A caminhada de três ou quatro horas começava numa pequena aldeia (...) e continuava rumo a *uma floresta onde o imenso silêncio e a solidão se apoderam do visitante de tal modo que este avança com terror nas profundezas do bosque.* Depois de deparar repentinamente com um pequeno templo consagrado à Natureza, o visitante chegava a uma planície onde se erguia outro monumento à Filosofia e depois a um «ermo» onde havia apenas

pinheiros, cedros e zimbros, penhascos e cascatas. A partir dali podia-se caminhar até um lago no qual havia uma pedra gravada com versos de Petrarca e de Julie da *Nouvelle Héloïse.*

"Depois disso podia surgir alguma sugestão da presença do homem, porém somente em seu apecto mais artesanal e virtuoso: o moinho d'água e o lagar de uva. Uma torre gótica já em ruínas, riachos repletos de peixes gordos e um prado «holandês» cheio de gado bem nutrido dava para um espaço que, em dias especiais, Girardin enchia de aldeões, treinados para parecer alegres, entretendo-se com passatempos inocentes e jogos musicais.

"O Santo Graal da peregrinação era, evidentemente, a tumba de Rousseau, na ilha dos álamos, no meio do lago. Ali, num banco expressamente reservado para as mães amamentarem seus bebês enquanto outras crianças brincavam, felizes, podia-se contemplar o modesto monumento erguido por Girardin.

"A essa altura era obrigatório chorar. *Deixa tuas lágrimas correrem livremente. (...) Nunca derramaste lágrimas mais deliciosas ou tão merecidas.* (...)

"Durante muito tempo os historiadores procuraram avaliar a influência de Rousseau sobre a geração revolucionária a partir do grau de familiaridade dessa geração com as obras formais de teoria política, em particular *O Contrato Social.*

"Apesar das crescentes evidências de que tal obra realmente era lida e compreendida antes da Revolução, não resta dúvida de que nunca conquistou um público tão vasto e deslumbrado como o da «biografia» educacional *Emile* e da *Nouvelle Héloïse.* Porém, supor que esses livros tiveram pouca influência sobre a lealdade política, significa adotar uma definição muito estreita do termo político".[2]

O "Magistério de Opinião" de Rousseau na Revolução Francesa

Rousseau teve uma influência decisiva e direta sobre a Revolução Francesa.

Segundo Bernard Manin, do Centro Nacional da Pesquisa Científica da França, ele pode ser considerado o precursor e o mestre da Revolução de 1789. "De Burke a Taine, passando por Quinet e Louis Blanc, numerosos são os que viram na Revolução a influência predominante de Jean-Jacques.

2) Simon Schama, *Cidadãos*, pp. 141 a 147

Quinet considerou Rousseau o «legislador» da Revolução. *Ele foi para a Revolução* — escrevia — *o que a semente é para a árvore.* Para Quinet, o «Contrato Social» é o «livro da lei» da Revolução".[3]

Apesar de certos historiadores recentes não levarem tão longe suas afirmações a respeito do papel diretamente "legislador" de Rousseau durante a Revolução, é indiscutível que os líderes revolucionários nele se inspiraram, e que "o igualitarismo global que se difundiu a partir de suas obras marcou os espíritos".[4]

Além disso — observa Manin —, "ele exerceu sobre a Revolução o que se poderia chamar de magistério de opinião. Mais do que sua teoria política *stricto sensu,* foram suas obras morais [moral laica] que fizeram dele uma autoridade geralmente reconhecida".[5]

Calvet observa que "os filósofos, com todas as suas doutrinas subversivas, não teriam bastado para provocar uma revolução. Rousseau ateou a paixão que sublevou e inflamou essas idéias, fazendo delas forças motrizes. O terremoto que ele provocou propagou-se aos poucos, e se estendeu a todos os domínios: social, político, filosófico, religioso e literário. (...)

"Rousseau abalava os nervos de seus leitores, e por isso teve grande influência sobre a sociedade. Ele colocou a sensibilidade na moda.

"Um salão de 1730 é uma reunião de homens e mulheres de espírito, que têm o cérebro no lugar do coração e se protegem dos assaltos do sentimento como de uma coisa ridícula. Já um salão de 1770, é uma reunião de homens e de mulheres sensíveis, que se enternecem, fingem experimentar «afeições naturais» e choram com freqüência.

"Esta sensibilidade se difundiu às crianças, aos camponeses, aos negros, aos animais e à própria natureza. Quando Maria Antonieta ordenhava vacas no Trianon, fazia um gesto inspirado em Rousseau.

"Esta influência persistiu até em meio às desordens sangrentas da Revolução: quando os deputados da Assembléia Legislativa, prestes a se despedaçarem uns aos outros, se abraçaram bruscamente após um patético discurso de Lamourette, tomaram uma atitude rousseauniana. (...)

"Mais do que Montesquieu e os enciclopedistas, Rousseau teve uma influência profunda. Suas declamações inflamadas contribuíram para arrancar o povo de sua posição subalterna e fazê-lo escalar o poder; ele colocou a democracia na moda. Sabe-se que os jacobinos de 1793 não se contentaram em tomar de Rousseau a idéia e o plano de suas festas populares; eles transpuseram o «Contrato Social» inteiro para as leis da República".[6]

---

3) Bernard Manin, *Dictionnaire Critique de la Révolution Française,* p. 872
4) Bernard Manin, op. cit., p. 883
5) Bernard Manin, op. cit., p. 881

A nova religião dos sentimentos e dos instintos criada por Rousseau

"Rousseau — continua Calvet — apóstolo da religião natural, era o inimigo de toda religião positiva, e esforçou-se em arruinar seu fundamento. (...) Ele protestava contra a filosofia irreligiosa, não em nome da verdade, que é inabalável, mas em nome da sensibilidade e até mesmo da sensualidade e do instinto, forças vagas e vacilantes.

"Era sobre este fundamento ruinoso que ele pretendia fundar sua religião nova, uma espécie de misticismo instintivo, tão inconstante quanto as próprias sensibilidades individuais. (...)

"Rousseau inaugurou uma filosofia nova, que ele mesmo chamou de instintivismo. A filosofia, segundo ele, não é mais a do homem que pensa, porque o homem que pensa é um animal depravado; o filósofo é um homem que sente. Tanto quanto a razão é cega e vacilante, o sentimento instintivo é infalível e reto. Voltemos ao instinto.

"Foi partindo desta doutrina, que era o próprio fundo de sua mentalidade, que Rousseau espalhou pelo mundo tantas idéias falsas que tiveram um êxito estrondoso e que desorganizaram a inteligência moderna.

"As mais conhecidas destas idéias são: o homem da natureza é inteiramente bom; o povo, que está mais próximo da natureza, é infalível e santo; a multidão tem sempre razão; a consciência do indivíduo é o parâmetro do que é a verdade e do que é o bem; ninguém resiste à paixão; a paixão é sagrada, etc".[7]

Por tal motivo, François Furet chegou a afirmar: "Rousseau teve provavelmente o gênio mais antecipador que já apareceu na história intelectual, tanto ele inventou ou intuiu aquilo que obcecaria os séculos XIX e XX".[8]

Marx e Fidel Castro, discípulos de Rousseau

Com efeito, não apenas os revolucionários jacobinos, mas inclusive os comunistas, inspiraram-se largamente em Rousseau para elaborar suas doutrinas.

Michel Launay lembra, por exemplo, que "os arquivos internacionais de história social, em Amsterdam, conservam ainda os cadernos nos quais, com sua minúscula ortografia, Karl Marx copiou páginas inteiras de

---

6) J. Calvet, *Histoire de la Littérature Française*, pp. 542 e 543

7) J. Calvet, op. cit., pp. 543 e 544

8) François Furet, *Penser la Révolution Française*, pp. 58 e 59

ROUSSEAU. *Segundo François Furet, "Rousseau teve o espírito mais antecipador que já apareceu na história intelectual, tanto ele inventou ou intuiu aquilo que obcecaria os séculos XIX e XX".*

Rousseau, para transcrevê-las em «O Capital» e na «Crítica do programa de Gotha». "E Fidel Castro declarou a um jornalista francês — é Bernard Gagnebin, douto editor genebrino dos escritos políticos de Rousseau, em 1964, quem nos relata — que Jean-Jacques havia sido seu mestre, e que ele combateu Batista com o «Contrato Social» no bolso".[9]

Tribalismo e estruturalismo, realidades presentes no universo de Rousseau

Impressiona constatar a semelhança existente entre os devaneios de Rousseau e o pensamento de certas correntes estruturalistas e ecológicas de nossos dias. Por exemplo, a pretensa superioridade do selvagem sobre o homem civilizado, e do instinto sobre a razão, são opiniões em voga entre aqueles que desejam ir além do comunismo.

O Prof. Plinio Corrêa de Oliveira, analisando a sociedade tribal sonhada por essas correntes, escreve:

9) Michel Launay, *Œuvres Complètes de Rousseau*, pp. 516 e 517

"O estruturalismo vê na vida tribal uma síntese ilusória entre o auge da liberdade individual e do coletivismo consentido, na qual este último acaba por devorar a liberdade. Em tal coletivismo, os vários «eus» ou as pessoas individuais, com o seu pensamento, sua vontade e seus modos de ser, característicos e conflitantes, se fundem e se dissolvem — segundo eles — na personalidade coletiva da tribo geradora de um pensar, de um querer, de um estilo de ser densamente comuns.

"Bem entendido, o caminho rumo a este estado de coisas tem de passar pela extinção dos velhos padrões de reflexão, volição e sensibilidade individuais, gradualmente substituídos por formas de sensibilidade, pensamento e deliberação cada vez mais coletivos. É, portanto, neste campo, que principalmente a transformação se deve dar.

"De que forma? Nas tribos, a coesão entre os membros é assegurada sobretudo por um comum sentir, do qual decorrem hábitos comuns e um comum querer. A razão individual, nelas, fica circunscrita a quase nada, isto é, aos primeiros e mais elementares movimentos que seu estado atrofiado lhe consente. *Pensamento selvagem*, pensamento que não pensa e se volta apenas para o concreto. Tal é o preço da fusão coletivista tribal. Ao pajé incumbe manter esta vida psíquica coletiva, por meio de cultos totêmicos carregados de «mensagens» confusas, mas «ricas» dos fogos fátuos ou até mesmo das fulgurações provenientes do misterioso mundo da transpsicologia ou da parapsicologia. É pela aquisição dessas «riquezas» que o homem compensaria a atrofia da razão.

"Da razão, sim, outrora hipertrofiada pelo livre exame, pelo cartesianismo, etc., divinizada pela Revolução Francesa, utilizada até o mais franco abuso em toda a escola de pensamento comunista, e agora, por fim, atrofiada e tornada escrava a serviço do totemismo transpsicológico e parapsicológico..."[10]

Lendo a descrição que Rousseau deixou de seus passeios pela floresta, nos últimos anos de sua vida, o leitor poderá avaliar até que ponto seus devaneios conduzem à atrofia da razão, abrindo caminho para a aceitação do ideal de vida tribal analisado acima pelo Prof. Plinio Corrêa de Oliveira.

Assim se exprimia ele, em carta ao Marquês de Mirabeau:

"Eu ia (...) procurar algum lugar selvagem na floresta, algum lugar deserto onde nada indicasse a mão dos homens, nem anunciasse a servidão e a dominação. Algum asilo onde pudesse crer que tinha sido o primeiro a penetrar, e onde nenhum terceiro viesse se interpor entre a natureza e eu. (...)

"Em breve, da superfície da terra, eu elevava minhas idéias a todos os seres da natureza, ao sistema universal das coisas, ao ser incompreensível

---

10) Plinio Corrêa de Oliveira, *Revolução e Contra-Revolução*, pp. 71 e 72

que abarca tudo. Então, com o espírito perdido nessa imensidade, não pensava mais, não raciocinava mais, não filosofava mais.

"Sentia-me com uma espécie de volúpia, esmagado pelo peso deste mundo, e me entregava com encantamentos à confusão dessas grandes idéias. Eu gostava de perder-me em imaginações no espaço. Meu coração, encerrado nos limites dos seres, encontrava-se muito apertado. Eu me asfixiava no universo e queria lançar-me no infinito.

"Creio que, se tivesse desvendado todos os mistérios da natureza, ter-me-ia sentido numa situação menos deliciosa do que nesse atordoante êxtase a que meu espírito se entregava sem restrições, e que, na agitação de meus transportes, fazia-me gritar algumas vezes: «Oh grande ser! Oh grande ser!», sem poder dizer nem pensar nada mais do que isso.

"Assim se escoavam, num delírio contínuo, os dias mais encantadores que jamais criatura humana tenha vivido. (...)

"Eu voltava lentamente, com a cabeça um pouco cansada, mas com o coração contente. Repousava agradavelmente no retorno, entregando-me à impressão dos objetos, mas sem pensar, sem imaginar, sem fazer outra coisa que não fosse sentir a calma e a felicidade de minha situação. (...)

"Nenhuma imagem de servidão e dependência perturbava a benquerença que nos unia a todos. Meu próprio cão era meu amigo, e não meu escravo, nós tínhamos sempre a mesma vontade, e ele nunca precisou me obedecer".[11]

* * *

É bem verdade que apenas uma ínfima minoria terá, talvez, compreendido então para onde rumava o culto à "sensibilidade", do "profeta da natureza".

Porém, como comenta o Prof. Plinio Corrêa de Oliveira, "a explosão desses extremismos levanta um estandarte, cria um ponto de mira fixo, que fascina pelo seu próprio radicalismo os moderados, e para o qual estes se vão lentamente encaminhando. (...)

"O fracasso dos extremistas é, pois, apenas aparente. Eles colaboram indireta, mas possantemente, para a Revolução, atraindo paulatinamente para a realização de seus culposos e exarcerbados devaneios a multidão incontável dos «prudentes», dos «moderados» e dos medíocres".[12]

É possível que Rousseau tenha feito uma consideração análoga quando escreveu: "Eu prevejo, entretanto, o que acontecerá depois de minha morte, unicamente por força da verdade, e sem interferência de nenhum escrito póstumo de minha parte. Mas isto virá lentamente, e só quando as revoluções

11) J. J. Rousseau, *Lettres au Marquis de Mirabeau,* op. cit., Tome I, p. 64

12) Plinio Corrêa de Oliveira, *Revolução e Contra-Revolução,* p. 25

colocarem todos os fatos passados em evidência. Então, minha memória será reabilitada; mas em vida não granjearei nada disto".[13]

13) J. J. Rousseau, *Lettre au Marquis de Mirabeau*, op. cit., Tome I p. 89

Parte VI

Os Agentes da Revolução

Capítulo 1

As Sociedades de Pensamento

As doutrinas revolucionárias analisadas nos Capítulos anteriores expandiram-se pouco a pouco pelas várias Províncias do Reino, influenciando amplos setores de opinião pública. Esta expansão, contudo, não se operou de forma espontânea.

Em seu livro *Revolução e Contra-Revolução*, tratando do processo revolucionário globalmente considerado, o Prof. Plinio Corrêa de Oliveira faz uma observação bastante esclarecedora a este propósito:

"Não acreditamos que o mero dinamismo das paixões e dos erros dos homens possa conjugar meios tão diversos, para a consecução de um único fim, isto é, a vitória da Revolução.

"Produzir um processo tão coerente, tão contínuo como o da Revolução, através das mil vicissitudes de séculos inteiros, cheios de imprevistos de toda ordem, nos parece impossível sem a ação de gerações sucessivas de conspiradores de uma inteligência e um poder extraordinários. Pensar que sem isso a Revolução teria chegado ao estado em que se encontra, é o mesmo que admitir que centenas de letras atiradas por uma janela poderiam dispor-se espontaneamente no chão, de maneira a formar uma obra qualquer, por exemplo a Ode a Satã, de Carducci.

"As forças propulsoras da Revolução têm sido manipuladas até aqui por agentes sagacíssimos, que delas se têm servido como meios para realizar o processo revolucionário.

"De modo geral, podem qualificar-se agentes da Revolução todas as seitas, de qualquer natureza, engendradas por ela, desde seu nascedouro até nossos dias, para a difusão do pensamento ou a articulação das tramas revolucionárias. Porém, a seita-mestra, em torno da qual se articulam como simples forças auxiliares — por vezes conscientemente, e outras vezes não — é a Maçonaria, segundo claramente decorre dos documentos pontifícios, e

especialmente da Encíclica «Humanum Genus», de Leão XIII, de 20 de abril de 1884.

"O êxito que até aqui têm alcançado esses conspiradores, e particularmente a Maçonaria, deve-se não só ao fato de possuírem incontestável capacidade de se articularem e conspirarem, mas também ao seu lúcido conhecimento do que seja a essência profunda da Revolução, e de como utilizar as leis naturais — falamos das da política, da sociologia, da psicologia, da arte, da economia, etc. — para fazer progredir a realização de seus planos.

"Neste sentido, os agentes do caos e da subversão fazem como o cientista que, em vez de agir por si só, estuda e põe em ação as forças, mil vezes mais poderosas, da natureza".[1]

Esta afirmação do Prof. Plinio Corrêa de Oliveira a respeito da Revolução considerada em sua globalidade, aplica-se, evidentemente, também a uma de suas etapas: a preparação da Revolução Francesa.

As Sociedades de Pensamento, agentes da Revolução de modo eminente

É com este fundo de quadro que se considerará, a seguir, a atuação desses agentes na divulgação das idéias revolucionárias que prepararam a sociedade francesa para os grandes acontecimentos que marcaram o fim do Ancien Régime.

Neste capítulo e no seguinte se analisará, com base nos livros de Augustin Cochin, o fenômeno das Sociedades de Pensamento (que foram, como se verá, os agentes da Revolução por excelência), sua atuação no século XVIII e seu funcionamento interno.

As obras de Cochin vêm sendo cada vez mais valorizadas pela corrente histórica do revisionismo crítico. Notadamente por François Furet, que as realçou de maneira especial ao qualificá-las de fundamentais para a intelecção em profundidade da Revolução Francesa.[2]

Num estudo profundo — infelizmente inconcluso, devido à sua morte prematura — Cochin aponta a enorme desproporção entre as causas aparentes da Revolução Francesa e os efeitos por ela produzidos, e, procurando uma explicação para essa desproporção, descreve o funcionamento interno das Sociedades de Pensamento, bem como sua atuação sobre a opinião pública da época.

---

1) Plinio Corrêa de Oliveira, *Revolução e Contra-Revolução*, p. 27
2) Cfr. François Furet, *Penser la Révolution Française*

Ele não admite a tese segundo a qual a Revolução de 1789 teria sido fruto de um mero *complot*. Fazendo uma análise minuciosa do papel desempenhado pela fermentação das idéias para a formação de um consenso revolucionário no interior das Sociedades de Pensamento, ele emite a opinião de que tal fermentação se produziu espontaneamente e de que, após isso, elas teriam difundido suas idéias por todo o corpo social.

Porém, à luz do trecho acima transcrito de *Revolução e Contra-Revolução*, e considerando a unidade de todo o processo revolucionário, pode-se pôr em dúvida essa pretendida espontaneidade.

Pelo contrário, tudo leva a supor que a verdadeira arte da Revolução consistiu em introduzir no seio dessas Sociedades o fermento em virtude do qual elas foram se radicalizando.

Isto dito, se passará aos trechos de Augustin Cochin:

Revolução Francesa: acontecimento desproporcionado aos homens que a fizeram

Escreve ele: "O que à primeira vista espanta, ao observar as convulsões revolucionárias, é que nesse combate de titãs, a julgar pelas ruínas que fizeram, não se percebem os homens. Nenhuma figura domina a multidão. (...)

"São homens comuns, vulgares, vulgares de alma e de talentos, e todos em geral estão abaixo de seu papel. Eles perdem o juízo com o êxito, o sangue frio com a provação, e a dignidade com a derrota. Mirabeau não está à altura de sua glória, nem Robespierre de seu poder, nem Fouquier de seus crimes. O drama é sombrio e pungente, mas representado por uma equipe provinciana, e as situações excedem os homens. (...)

"Há coisa mais miserável, ridícula e grosseira do que uma sessão da Convenção de 1794? Contudo, aqueles homens venceram os girondinos, que abateram os constitucionais, que por sua vez derrotaram os deputados dos Estados-gerais. (...)

"Os crimes e as destruições é que são enormes, dando assim uma cor sombria e uma espécie de interesse particular ao caráter dos homens. Mas esses caracteres são a própria mediocridade e trivialidade. (...)

"Contudo os seus atos, dos quais nenhum deles compreendera o alcance, foram atos enormes. O que eles destruíram era grande".[3]

"A Revolução (...) é uma tirania, é verdade, mas uma tirania sem tiranos. (...) Como chamar tiranos a pessoas tão incapazes, já não digo de desviar

---

3) Augustin Cochin, *La Révolution et la libre-pensée*, pp. 9 a 10

em proveito próprio a força que os arrasta, mas simplesmente de compreender o seu segredo? (...)

"Alguns — não muitos — morreram dignamente; nenhum defendeu como homem seu poder e sua cabeça, nem sequer a maioria girondina, nem sequer o colosso Danton. É que não há um só que seja um homem, um caráter, que tire sua força de si mesmo. Não são senão temperamentos, forças cegas submissas a uma lei desconhecida. Michelet disse a palavra certa: marionetes, as quais nada derruba enquanto seu fio as segura, e que caem sozinhas quando ele se rompe, não se agüentando sobre as próprias pernas. (...)

"Vede os últimos — os mais «puros», aqueles que guilhotinaram todos os outros — diante dos seus juízes: eles não têm outra defesa. «Eu cumpria ordens», repetia Fouquier a cada nova acusação. «Eu era o machado, castiga-se um machado?» (...) Diz outro: «Mas eu não estava só! Por que a mim?» É o grito angustiado do jacobino desmascarado, e bem compreensível; um adepto das Sociedades, um cidadão da pequena cidade, nunca está só; por cima dele paira a força coletiva, esse misterioso «soberano»".[4]

Assim sendo, explica Cochin, a força necessária para realizar essa grande obra revolucionária não estaria nos homens que a fizeram, mas em "uma força impessoal, à qual eles servem sem compreender, e que os quebrará sem esforço, assim como os elevou".[5]

As "Sociedades"

Segundo Cochin, a explicação para essa força misteriosa pode ser encontrada nas "Sociedades", cujo surgimento ele descreve da seguinte forma:

"Um pouco antes da Revolução, verifica-se um fenômeno ainda mal conhecido, do qual não se vêem claramente as causas, nem o termo, nem os últimos efeitos: as «Sociedades».

"As «Sociedades» — este termo é empregado com uma indeterminação absoluta. Diz-se, em outubro de 1788, que os parlamentares estão vencidos de antemão, porque foram «expulsos de todas as Sociedades».

"Relatam-se as palavras pronunciadas por tal homem, em foco numa «Sociedade». Fala-se da «opinião das Sociedades». O termo Sociedade é o verdadeiro, não o de Clube, para designar as Sociedades revolucionárias. Diz-se em 1792: a Sociedade de tal cidade.

"Esta maneira de falar tem a sua razão. Não se trata mais dos salões literários do século XVII. São as sociedades de filósofos.

---

4) Augustin Cochin, *Sociétés de Pensée et Démocratie Moderne*, pp. 90 a 92

5) Augustin Cochin, op. cit., p. 93

"É no declínio do reinado de Luís XV que o fenômeno se espalha na França. O Grande Oriente se constitui em 1773. As sociedades secretas e ordens diversas — Escoceses, Iluminados, Swedenborgianos, Martinistas, Egípcios, Amigos reunidos — disputam-se os adeptos e os correspondentes. Vê-se finalmente, de 1769 a 1780, brotar do chão centenas de pequenas sociedades semidescobertas, autônomas em princípio, como as lojas, mas agindo concertadamente, como as lojas também, constituídas como elas, animadas pelo mesmo espírito «patriota» e «filosófico», e escondendo mal metas políticas semelhantes, sob pretextos oficiais de ciência, de beneficência ou de prazer: sociedades acadêmicas, literárias, patrióticas, museus, liceus, e até sociedades de agricultores.

"«A república das letras», simples alegoria em 1720, tornou-se por volta de 1770, graças a Voltaire e aos enciclopedistas, uma muito palpável realidade. O reino dos salões e do debique elegante acabou. Começou o das Sociedades de Pensamento e do filosofismo".[6]

O Reinado do filosofismo através das "Sociedades"

Com efeito, assim como a Enciclopédia foi o elemento catalisador das idéias revolucionárias propagadas na França do século XVIII, a união dos filósofos nas "Sociedades" foi o que tornou possível o reinado do filosofismo.

Cochin prossegue, mostrando que Voltaire não cessou de pregar essa união: "*Eu queria que os filósofos pudessem formar um corpo de iniciados, e então morreria contente*, escreveu a d'Alembert. [E ainda em 1758:] *Agrupai-vos, e sereis os chefes*. (...)

"Estes votos do patriarca foram atendidos e ultrapassados a partir de 1770: a república das letras foi fundada, organizada, armada, e já intimida a Corte. Ela tinha os seus legisladores, a Enciclopédia; o seu parlamento, dois ou três salões; a sua tribuna, a Academia Francesa, onde Duclos fez entrar e d'Alembert reinar a filosofia, depois de quinze anos de luta perseverante, de política contínua.

"Ela tinha sobretudo, em todas as Províncias, as suas colônias e feitorias. Academias nas grandes cidades, onde, como no Palácio Mazarino, os filósofos e os independentes debatiam, e os segundos sempre eram vencidos; sociedades literárias, câmaras de leitura, nas pequenas cidades; e de uma a outra ponta desta grande rede de sociedades, encontra-se um perpétuo vaivém de correspondências, congratulações, votos, moções, um imenso concerto de palavras, formando um impressionante conjunto. Nem uma só

---

6) Augustin Cochin, *La Révolution et la libre pensée*, pp. 14 e 15

nota dissonante se verifica: o exército dos filósofos, disseminado pelo país, onde cada cidade tem a sua guarnição de pensadores, o seu «centro difusor de luzes», atua por toda parte, no mesmo espírito, pelos mesmos métodos".[7]

Operações e perseguições

"De tempos em tempos — continua Cochin — a um sinal de Paris, todos se reúnem para as grandes operações, os «negócios» como já se diz, ou seja, incidentes judiciais ou políticos; fazem-se motins contra o Clero, contra a Corte ou contra algum particular imprudente, (...) que pensava estar atacando uma «cabala» como qualquer outra, e vê com estupor levantar-se num só vôo, de Marseille a Arras, e de Rennes a Nancy, o enxame inteiro dos filósofos.

"Antes do Terror sangrento de 1793, houve, de 1765 a 1780, na república das letras, um terror seco do qual a Enciclopédia foi o *comité de salut public*, e d'Alembert o Robespierre. Ele ceifa as reputações, como o outro as cabeças; sua guilhotina é a difamação, a infâmia, como então se dizia. Emprega-se a palavra lançada por Voltaire em 1775, nas Sociedades de Província, com uma precisão jurídica. *Noter d'infamie* [tachar de infâmia] é uma operação bem definida, que comporta todo um processo, inquérito, discussão, julgamento, execução enfim, isto é, condenação pública ao «desprezo». (...) E as cabeças rolam em grande número".[8]

"Os jacobinos estavam lá antes da Revolução. Não é de 1789, é de 1770, de antes ainda, que datam esses costumes e esses princípios estranhos. Refleti no grande fato histórico do século XVIII: a vinda das Sociedades de Pensamento ao mundo e ao poder. Estudai, por exemplo, a crise social de onde nasceu o Grande Oriente, de 1773 a 1780: encontrareis todo o mecanismo de uma depuração revolucionária. O trabalho que eliminou os membros da Grande Loja da França foi o mesmo que excluiu a maioria «feuillantina» em 1790, a «girondina» em 93 — e é um trabalho automático, do qual pode-se extrair a fórmula e perceber a lei.

"Descobrir-se-á nas sociedades filosóficas de 1785 a mesma inclinação moral e intelectual, a mesma engrenagem, os mesmos procedimentos, os mesmos costumes políticos que nas sociedades populares de 1794. Sem dúvida o modo mudou: nível moral, qualidade do pessoal, natureza dos atos, letras das doutrinas. Mas a lei permanece a mesma, e os «irmãos» polidos e empoados de 1789 obedecem ali com o mesmo rigor e a mesma inconsciência que os «irmãos» grosseiros e ensebados de 1793".[9]

---

7) Augustin Cochin, *Societé de Pensée et Démocratie Moderne*, pp. 4 a 5
8) Augustin Cochin, op. cit., pp. 5 a 6

A conquista da opinião

Cochin mostra também como, unidos nas "Sociedades", os filósofos acabaram por dominar importantes parcelas da opinião pública: de um lado, abafando as vozes que lhes eram contrárias; de outro, fabricando a fama de seus "confrades", por medíocres que fossem seus talentos.

"A conquista da opinião leiga pelo filosofismo (...) — escreve ele — [foi obtida] graças à união das Sociedades, pondo em movimento uma falsa opinião mais ruidosa, mais unânime, mais universal que a verdadeira; e portanto mais verdadeira, concluía o público.

"Foi pelo treinamento e pelo conjunto da claque — e não tanto como a demagogia, que utiliza mais o atrativo dos cenários e o jogo dos atores — que o filosofismo fazia passar por boa uma peça má. Essa claque — os integrantes das Sociedades — era tão bem treinada, que se tornava sincera. Tão bem disseminada pela sala, que se ignorava a si mesma, e cada um dos espectadores a tomava pelo público. Ela imitava a amplitude e a unidade de um grande movimento de opinião, sem perder a coesão e o controle que se tem em uma cabala.

"Ora, não há argumento nem sedução que atue tanto sobre a opinião, como esse fantasma dela mesma. Cada um se submete àquilo que crê aprovado por todos. A opinião segue sua contrafação, e da ilusão nasce a realidade. É assim que, sem talento, sem riscos, sem intrigas perigosas e grosseiras, somente em virtude de sua união, a pequena cidade fazia falar de acordo com sua vontade a opinião da grande. Ela determinava as reputações, obtinha aplausos para autores tediosos e livros maus, caso pertencessem a ela. (...)

"Tem-se dificuldade em compreender hoje como a moral de Mably, a política de Condorcet, a história de Raynal, a filosofia de Helvétius — estes desertos de prosa insípida — puderam resistir à impressão e encontrar dez leitores. Ora, todo mundo os leu, ou ao menos os adquiriu e falou deles. Questão de moda, assegura-se. É fácil dizê-lo. Mas como compreender este encantamento pelo patético e pelo pesadão, no século da graça e do bom gosto?

"Creio que a explicação está alhures. Todos esses autores eram filósofos, e a filosofia reinava sobre a opinião por direito de conquista. A opinião era sua coisa possuída, sua escrava natural. Ela fazia-a gemer, aplaudir ou calar-se segundo seus desígnios".[10]

D'Alembert escrevia "a Frederico II, em 1776: *Nós preenchemos como podemos os lugares vagos na Academia Francesa, da mesma maneira que no*

---

9) Augustin Cochin, op. cit., pp. 102 e 103

10) Augustin Cochin, op. cit., pp. 21 e 22

festim do pai de família do Evangelho: com os estropiados e os coxos da literatura. Tal espírito coxo será pois admitido, se é bom filósofo, e tal outro que é equilibrado, mas independente, será excluído".[11]

Realmente, "os filósofos seguiram o conselho de seu velho mestre [Voltaire]. Eles formaram um «corpo de iniciados», uma «matilha» para fazer a caça à «infâmia», com um encarniçamento que perturba algum tanto a majestade do Parnasse francês. Roustan, em seu livro sobre «Os filósofos e a sociedade francesa no século dezoito», insistiu muito justamente sobre a formação da «seita» filosófica, por volta de 1760, denominada por ele de «clero laico»".[12]

Os diversos estágios de Sociedades de Pensamento

Analisar-se-á agora, com base em Augustin Cochin, os diversos tipos de Sociedade de Pensamento existentes no Ancien Régime:

As Câmaras Literárias, que promoviam a circulação dos jornais e panfletos escritos na época; as Academias, onde se escrevia e discursava; e finalmente aquelas que agiam diretamente sobre a opinião pública, as Sociedades Secretas.

Câmaras de Leitura: "A tutela das Sociedades sobre a imprensa"

"As mais modestas destas Sociedades eram as Câmaras de Leitura, ou Sociedades Literárias. (...)

"Elas não tinham outra finalidade senão colocar os panfletos e os jornais do dia à disposição dos leitores inteligentes. Na aparência, nada mais anódino. Para avaliar sua importância, é necessário refletir sobre as condições assaz singulares em que se encontrava a imprensa política, em seu começo. (...)

"Faltavam-lhe locais de venda, órgãos conhecidos e clientela assegurada. (...) Os próprios jornais não passavam de panfletos periódicos, publicados de quando em quando por um escritor, de quem eles tomavam o nome, e cuidadosamente reservados a seus amigos.

"Daí a importância de Sociedades que permitissem a esses publicistas improvisados encontrar leitores, dando-lhes alguns endereços fixos e cole-

---

11) Augustin Cochin, op. cit., p. 4

12) Augustin Cochin, *La Révolution et la Libre Pensée*, p. 15

LEITURA DA GAZETA. *Grupo de pessoas acompanha com atenção a leitura da "Gazeta". Embora incipiente, a "mídia" da época era cuidadosamente controlada pelas Câmaras de Leitura e desempenhou um papel importante na propagação das idéias revolucionárias.*

tivos. Elas prestavam uma parte dos serviços que pedimos a nossos jornais. Os magistrados (...) faziam afixar na Câmara de Leitura as decisões que queriam publicar, como se envia hoje em dia uma nota às agências.

"Young, passando por Metz em julho de 1789, entra por 4 *sous* na Câmara de Leitura, como nós adquirimos um jornal. Por todos os lugares onde não as encontra — em Moulins, em Besançon — as notícias são velhas de quinze dias. (...)

"Daí uma espécie de tutela exercida pelas Sociedades sobre a imprensa. Folhas e escritores nada eram por si mesmos, mas deviam sua clientela às Sociedades que os inscreviam em suas listas de assinantes. Um traço de pena do *bureau* fá-los-ia perder tudo ou tudo ganhar".[13]

Esse monopólio das informações fornece, segundo Cochin, a única

13) Augustin Cochin, *Les Sociétés de Pensée et la Révolution en Bretagne*, pp. 20 a 22

explicação possível para as ondas de boatos que se formaram naquela época e tanto favoreceram a causa da Revolução.

"Essa tutela das Sociedades sobre a imprensa — diz ele —, quase oficial em 1793, existia de fato havia muito tempo. Somente ela pode explicar as bizarrices e os sobressaltos da opinião assim falseada, que causavam tanta surpresa a Arthur Young. (...)

"Young, atravessando o Auvergne durante o verão de 1789, não continha seu espanto face às estranhas histórias que escutava gravemente em torno de si: a rainha queria fazer perecer a Assembléia, ela tinha instalado uma bomba sob a sala das reuniões, etc. E essas enormidades, confirmadas por toda parte e jamais contraditadas, terminavam por abalar as melhores cabeças. «Superexcitação dos espíritos», «enlouquecimento das massas», comenta-se, mas isto não são explicações.

"Pelo contrário, os crimes mais horrendos demoraram a ser conhecidos. A opinião não conheceu, nem a Convenção, os afogamentos de Nantes, antes de setembro de 1794. O processo dos 132 nanteses foi uma revelação. Sem o 9 de Thermidor e a liberdade relativa da imprensa, quando seriam conhecidos? Aprisionava-se, massacrava-se em todos os cantos da França e ninguém podia sabê-lo.[14] (...)

"Este controle dos agitadores políticos sobre a opinião, através das Sociedades, já sensível, como veremos, em 1788, não fez depois senão expandir-se, e tornou-se o grande «meio» revolucionário.

"Os clubes oriundos das Sociedades foram agências de publicidade, ao mesmo tempo que focos de propaganda; e serviram à causa revolucionária tanto pela propagação de falsas notícias quanto pela retórica dos princípios. A «opinião nacional» se forjava no secretariado dos jacobinos, que dava às

---

14) Isto acontecia, explica Cochin, porque "na França, os escritores políticos só podiam esperar obter clientelas coletivas. Eles eram lidos apenas nas Sociedades, e deviam contar com os círculos dirigentes destas Sociedades e com a opinião especial que se desenvolvia em seu interior. (...)

"Os associados não liam nada que não tivesse passado pelo crivo dos círculos interiores; e, por pouco que estes se correspondessem (isto é, estivessem submetidos ao impulso de um centro comum), formava-se no seio das sociedades federadas um núcleo de opinião sem independência e sem valor. (...)

"Ora, tal arma é bem mais eficaz do que a autoridade de um homem ou de um jornal para se impor à opinião real. Pois a «voz pública» anônima não tem contas a prestar, nem créditos a poupar. Ela pode enganar ou mentir abertamente, e é sabido que não deixou de fazê-lo sob o reino das sociedades populares.

"Ademais, ela encontra sempre mais credibilidade que um homem ou um jornal, pela razão de que se acredita nas causas naturais da opinião, na falta de prova em contrário (...).

"Enfim, ela está ao abrigo — abaixo — da venalidade: os escritores das Sociedades, não tendo clientela própria e pessoal, vendem-se caro, pois perdem muito, e não valem nada pela mesma razão. A Corte fez um péssimo negócio comprando publicistas, escritores ou oradores patriotas: eles se queimavam, como Mirabeau, quando não faltavam com a palavra, como Danton". (Augustin Cochin, op. cit., pp. 23 a 25)

centenas de Sociedades afiliadas a ele a versão do patriotismo ortodoxo sobre cada acontecimento".[15]

As Academias: lá se reformava o Estado

A respeito das Academias, Cochin começa por informar que elas eram "associações cujos membros se comprometiam a fornecer trabalhos sobre certos assuntos. Ali se produzia, enquanto nas Sociedades de Leitura apenas se lia e conversava. (...)

"Seguindo a prática ordinária das associações do gênero, seu primeiro cuidado era apresentar um «quadro» imponente: ser muito moderada para conseguir aderentes, muito submissa para contar com protetores ilustres. (...)

"Nessas Academias, a média dos trabalhos intelectuais era de inferior qualidade. E sua ação se media, não pelo valor das idéias, mas pela potência do movimento social. (...)

"Se as virtudes das Sociedades eram nulas, os meios de propaganda as compensavam. Se elas não podiam dar o mérito, davam a glória. Se o valor dos trabalhos era desprezível, a organização da propaganda, na razão inversa, era muito mais perigosa. (...)

"O mecanismo social é o mesmo, tanto nas Academias como nas Câmaras Literárias. (...) Elas estão reunidas em federações declaradas, têm um Centro reconhecido, correspondentes e filiações regulares. (...)

"Das Câmaras Literárias às Academias avança-se um passo. Se a organização é aqui mais acentuada, o fim também é mais nítido: nas Câmaras Literárias se lê e conversa; nas Academias discute-se, discursa-se e vota-se. A «unanimidade» — a ortodoxia — se estabelece não somente de fato e por força das circunstâncias, mas depois de discussões em regra e por votos formais que fazem lei. E não se vota apenas sobre matéria relativa à ordenação interior e à disciplina, mas também sobre outras de interesse público: reforma-se o Estado. (...)

"O objeto das Academias era suscitar uma opinião pública. Elas não eram apenas agências de notícias, mas sociedades de encorajamento do patriotismo, «*bureaux* do espírito público»...

"Para atingir esse fim, elas criavam uma república ideal, à margem e à imagem da verdadeira, com sua constituição, seus magistrados, seu povo, suas honras e suas lutas. Estudavam os mesmos problemas políticos, econômicos, etc. Tratavam de agricultura, arte, moral, direito. Debatiam as questões do dia, julgavam os homens em evidência.

15) Augustin Cochin, op. cit., pp. 23 a 25

"Enfim, esse pequeno Estado era a imagem perfeita do grande, com uma única diferença: ele não era o grande, não era real. Seus cidadãos não tinham nem interesses diretos nem responsabilidades comprometidas nos negócios de que falavam. (...) Em uma palavra, as Sociedades acadêmicas eram, antes de tudo, Sociedades de Pensamento. Seus membros eram filósofos".[16]

Sociedades de ação patriótica: "secretas por sua própria definição"

"Resta ainda, para tornar-se perfeito patriota, um terceiro degrau a transpor: ler é bom, escrever e falar é melhor, agir é melhor ainda. Qual seria o sentido e a natureza desta ação? (...)

"O primeiro objetivo da organização social é formar um público patriota, isolado da massa. (...) O segundo, é formar escritores patriotas, que forneçam a esse pequeno mundo fechado o alimento necessário à lógica exasperada dos leitores. O terceiro, enfim, é a erupção, a invasão do grande mundo pelo pequeno: (...) o triunfo das Sociedades, de sua doutrina e de seus homens sobre o mundo exterior.

"Provados em seu patriotismo, cientes das doutrinas das Sociedades e das manobras da «máquina», os associados espalham-se e introduzem por toda parte o espírito e as práticas das Sociedades, declarando guerra aos preconceitos, às superstições e ao despotismo. Ou, se quiserem, para utilizar a linguagem normal, às tradições, às crenças, à autoridade.

"Aos dois primeiros estágios correspondiam dois tipos de Sociedades: as Sociedades de Leitura e as Sociedades Acadêmicas. (...)

"A que correspondia o terceiro estágio? Nossos oradores não o dizem. Mas somos levados, quase forçosamente, a supor que se tratava aqui de Sociedades Secretas. (...)

"Uma primeira ordem de Sociedades era destinada a formar um público; uma segunda, a formar escritores; uma terceira deveria servir para formar agentes, operadores, percebendo a «máquina» por trás das Sociedades, não se detendo, como as duas precedentes, na simples fachada. Esta terceira ordem deveria ser secreta por definição".[17]

---

16) Augustin Cochin, op. cit., pp. 26 a 34

17) Augustin Cochin, *Les Sociétés de Pensée et la Révolution en Bretagne,* pp. 34 a 36

CAPÍTULO 2

AS SOCIEDADES DE PENSAMENTO

VISTAS POR DENTRO

É o momento de analisar, mais de perto, o funcionamento interno das Sociedades de Pensamento, da "máquina", como as denomina Augustin Cochin.

Nas Sociedades, comenta Cochin, "pela freqüência às reuniões e pelas discussões, se realiza uma divisão entre a maioria passiva, cuja inércia foi pouco a pouco canalizada, e algumas unidades ativas, turbulentas, que vão controlá-la. (...)

Unidade de direção — O princípio da decisão prévia

"É necessário que todos os associados sejam igualmente assíduos, ativos e zelosos, aptos para o trabalho. Faz-se espontaneamente uma triagem, em favor de certos temperamentos mais dotados para o jogo em questão. Para cem inscritos, não há senão cinco eficazes, e estes são os mestres da Sociedade: são eles que escolhem os novos membros, nomeiam a diretoria, fazem as moções, dirigem as votações. Sem golpes, sem tocar nos princípios, nem causar queixa nos confrades, porque se supõe que inclusive os ausentes estejam de acordo.

"E não existem cem meios honestos de afastar alguém que incomoda? Basta um pouco de combinação e alguns cúmplices para fazer-lhe a vida dura, tirar-lhe o gosto das reuniões. O pior que pode fazer um independente isolado é retirar-se dignamente. Se recalcitra, «depura-se-o» por votação. Sabe-se que os «escrutínios depuratórios» eram de uso corrente após cada crise política, nos bons tempos das Sociedades de 1780 a 1795.

"Este é o regime interior de todas as Sociedades de Pensamento. (...)

"Chegamos assim, em toda parte, ao mesmo resultado: a formação daquilo que nossos maçons chamam «ordem interior», e os políticos ingleses «círculos interiores»; ou seja, uma pequena sociedade, agindo no seio da grande, e dirigindo nela os votos a seu bel-prazer, pelos mil meios «colaterais» de que dispõe um grupo organizado contra uma multidão: ordens do dia preparadas, moções concertadas, claques montadas previamente, depurações insensíveis, votos-surpresa, etc. Meios (...) que os profissionais americanos designam muito bem com uma palavra: o maquinismo. (...)

"O jogo do maquinismo termina sempre por colocar o poder efetivo nas mãos de uma hierarquia de «wirepullers» [manipuladores de marionetes] — como se denominam em Birmingham os secretários das Sociedades locais — que recebem a palavra de ordem de um «centro» composto de alguns indivíduos. É a associação central de Londres, o comitê de correspondência dos jacobinos de Paris, o centro do Grande-Oriente, etc... (...)

"Forma-se assim, necessária e naturalmente, no seio da grande sociedade, uma outra menor, porém mais ativa e mais unida, que não terá dificuldade em dirigir a grande a seu bel-prazer. Ela compõe-se dos mais ardentes, dos menos escrupulosos, dos mais bem informados sobre a receita para conseguir votos.

"Cada vez que a Sociedade se reúne, eles já se reuniram de manhã, visitaram seus amigos, traçaram seu plano, deram sua palavra de ordem, afervoraram os tíbios, pesaram sobre os tímidos. Como sua *entente* [aliança] data de longe, eles têm em mãos todos os trunfos.

"Eles dominaram a diretoria, afastaram os incômodos, fixaram a data e a ordem do dia. A discussão é livre, por certo, mas o imprevisto desta liberdade é bem reduzido. (...) A «vontade geral» é livre como a locomotiva sobre seus trilhos.

"Esse procedimento repousa sobre a seguinte lei da prática das Sociedades: toda votação oficial é precedida e determinada por uma deliberação oficiosa. Todo grupo dentro das Sociedades é «leigo» em relação a um grupo «iniciado» mais restrito, mais unido, mais treinado. É o que se pode chamar de «princípio da decisão prévia». Ele comporta todo um desenvolvimento de aplicações. (...)

A disciplina — O princípio da conformidade

"Manobrável, graças à ação do círculo interior, uma Sociedade é ao mesmo tempo unida. É o efeito desta cláusula necessária do pacto social: a decisão da maioria, dentro, será admitida por todos fora. É o que se denomina «conformidade». Esta é, para a Sociedade, uma questão de vida ou de morte,

posto que a união não repousa sobre nenhuma força positiva, ascendente de um homem ou poder de uma doutrina, mas simplesmente sobre a própria união. (...)

"E é isto que a distingue das assembléias abertas. Nestas, o dissidente será talvez tratado de imbecil, porém não mais do que isso. Em uma Sociedade, pelo contrário, aquele que mantém fora sua opinião pessoal é um traidor: ele quebra o «bloco», produz uma «cisão», revela no seio do grupo dissidências que, aos olhos de um leigo, tiram a esse grupo todo valor, e lhe impedem qualquer ação. Porque toda sua força está na unanimidade. (...)

"Ela [a Sociedade] submete as vontades e as razões às decisões comuns, não porque sejam justas e legítimas, mas porque são comuns. Assim, esta fraternidade transforma-se na mais pesada das cargas sociais. Toda Sociedade de iguais é fraterna, isto é, solidarizada *à outrance* [a todo transe]. Vínculo puramente legal, (...) que em nada diminui o isolamento moral, mas que, em troca, suprime a independência.

"Daí, por fim, a espionagem recíproca e universal; a «vigilância», única função e razão de ser do jacobino. (...)

"Assim se funda a disciplina de uma Sociedade. (...) É a «regularidade» dos políticos americanos, a «conformidade» dos ingleses, o «patriotismo» de nossos democratas de 1770 a 1794. Percebe-se a importância desse princípio, e o quanto ele completa adequadamente o primeiro.

"A ação discreta e persistente do círculo interior colocou a maioria à mercê de alguns «manipuladores de marionetes»; mas é uma maioria fictícia e ocasional. O princípio da conformidade reforça essa frágil obra.

"Dirigida sem o saber pelo círculo interior, a multidão dos associados votou muito rapidamente, sobre uma moção combinada anteriormente e com base em informações incompletas, um regulamento redigido previamente pelos manipuladores. Livres, eles mudariam de idéia; mas surgem então duas poderosas razões para nada fazer: (...) Falou a vontade geral! É o argumento do «fato consumado», imposto às maiorias leigas ou cegas, não organizadas e mal instruídas. O interesse da união o exige! É o pretexto do interesse social que, uma vez obtido o voto, leva bem longe as minorias recalcitrantes.

"Daí a famosa regra do segredo; lei do regime, e não intriga de alguns zelosos. Não é vão perguntar-se se tal ou tal Sociedade tem ou não um segredo? Que faria o círculo interior se não preparasse as votações, não «manipulasse os cordéis»? E como os manipularia se o público os visse? Se conhecesse porventura quem o dirige?

"Um manipulador social não é senhor de uma multidão, senão sob a condição de perder-se nela. A moção lançada será de um «cidadão». Para que a moção passe, é preciso que se acredite aprovada por todos. E ela só será de todos se seu promotor conservar-se anônimo. Suprimir o segredo equivaleria a matar a Sociedade. (...)

"Como se vê, é inútil perguntar se uma Sociedade [de Pensamento] é secreta. Todo círculo interior é secreto por definição. E toda Sociedade é secreta, na medida em que quer agir sobre uma opinião leiga, como círculo interior, mecanicamente.

"É necessário acrescentar que tal segredo não tem a finalidade que explicam os iniciados, para excusá-lo aos olhos do público. Teme-se bem menos as perseguições da autoridade que a clarividência da multidão; bem menos a cólera do pastor que a desconfiança do rebanho.

Sociedade de Sociedades

"É evidente que tudo quanto dissemos de uma sociedade de indivíduos aplica-se a uma sociedade de sociedades. (...)

"As Sociedades de uma ordem são iguais, em princípio, como os irmãos de uma mesma Sociedade são iguais entre si. Mas, de fato, uns e outros são desiguais.

"As Sociedades unem-se, «federam-se», «correspondem-se»; e, isso feito, não é fatal que a mais rica e a mais ativa predomine sobre as outras? (...) Seria contrário aos princípios que essa hegemonia fosse consagrada de direito. Mas nem por isso ela é menos assegurada de fato. (...)

"Quando temos o centro reinando sem partilha, e a unidade feita, a máquina está acabada. Tal foi a Sociedade-mãe dos jacobinos em 1794, com suas 25.000 filhas. (...)

"O poder do centro, em uma Sociedade bem controlada, é incalculável. Ele sustenta, dirige e unifica a ação dos círculos interiores na Sociedade inteira. Estes círculos precisam do centro e de seu apoio, para controlar suas ovelhas, ainda mais do que o centro tem necessidade deles. Daí o poder de seus impulsos. Ele é obedecido sem tardança, seus projetos de decisões são votados e devolvidos sem modificações. (...)

"Assim acontecia com as moções que os jacobinos enviavam discretamente do centro para os agentes locais, e que retornavam das cidades do interior com grande fragor, em nome do povo. (...)

"É este o *entrain*, a união, o vigor «elétrico», como se dizia em 1793, da opinião galvanizada pela ação das Sociedades, que causava tanto estupor aos leigos e admiração aos iniciados.

"No dia de Todos os Santos, dizia ingenuamente um panfleto da Bretanha em 1789, nenhum bretão imaginava suprimir a votação por ordens e obtê-la por cabeça nos Estados [Gerais]; no Natal do mesmo ano, petições populares pediam a grandes brados o voto por cabeça ou a morte. De onde vinha essa descoberta súbita, de que havia mil anos se vivia na vergonha e na escravidão? De onde surgia essa necessidade de reforma imperiosa, imediata,

que não podia esperar um ano sequer? De algum crime enorme da aristocracia? Não, pelo contrário, seis meses atrás levava-se a «generosa Nobreza» em triunfo, por ter resistido aos reis.

"Essas reviravoltas bruscas explicam-se inteiramente (...) pela opinião das Sociedades, que não é de modo algum a grande opinião.

"Só isso já seria suficiente para revelar a ação de uma máquina".[1]

Manipuladores de marionetes

"Desagregar a massa votante, isolar os indivíduos para torná-los inorgânicos, denomina-se **liberdade.** Torná-los indiferentes e homogêneos, denomina-se **igualdade.** Impor-lhes essa aderência mútua, denomina-se **fraternidade.** Em uma palavra, transformá-los em um magma dócil e perecível, tal é o efeito do maquinismo.

"Assim, não se trata de liberdade para a massa, de independência atual. Trata-se de uma concepção da liberdade, que a faz residir por inteiro apenas em alguns puros.

"Restam portanto esses puros. Pelo menos esses serão livres, e através deles todos os outros? É o que veremos.

"Os condutores, que uma depuração lenta e insensível tornou senhores dessa poderosa máquina, são homens superiores que, por seu valor, se impuseram aos outros? Terão eles ao menos a força? (...)

"Assim como as idéias nada têm de transcendente, as personalidades também nada têm das qualidades eminentes, próprias aos condutores de homens. Eles também trazem a marca da máquina, da qual são produtos. Suas qualidades são de uma natureza especial, e não consistem nem no valor das idéias nem no valor de suas personalidades. (...)

"As Sociedades estão em um contínuo estado de triagem, de eliminação mecânica em proveito da mesma espécie de gente, do melhor manipulador de cordéis. Em proveito daquilo que faz o bom «maquinista»: assiduidade, intriga, ausência de escrúpulos, loquacidade fácil, lábia. Habilidade em aumentar nas Sociedades o «peso morto», a inércia do inconsciente onde reside o ponto de apoio do maquinismo, como o ponto de apoio de um partido está no interesse e o de uma seita no entusiasmo.

"Deve-se então afirmar que o cidadão da «nova cidade» deva, em geral, renunciar a pensar e agir? Não, por certo. O que ele renuncia é a qualquer idéia, vontade ou relacionamento que sejam pessoais; ele deve ter idéias e atividades impessoais.

---

1) Augustin Cochin, *La Révolution et la Libre-Pensée*, pp. 128 a 138

"Passivo, enquanto leigo, ele torna-se ativo, enquanto iniciado. A máquina tem necessidade de muito zelo e inteligência, de «virtudes» e «talentos», como diziam os oradores de 1789. (...)

"Essa inteligência e essa atividade, que ela pede a seus aderentes, serão tão desenvolvidas quanto possível; contudo, não terão características próprias, serão impessoais. (...)

"Mas o que vem a ser essa energia da vontade como poder impessoal? Para bem compreendê-lo, é preciso estudar o tipo social novo criado pela máquina, ou melhor, o triplo personagem: o politiqueiro, o venerável, o orador.

1) O politiqueiro: um ator principal que não sai dos bastidores

"Nada tão singular quanto essa carreira. Por certo lado, o condutor do centro, o *boss*, como se diz na América do Norte, é todo-poderoso. Tendo em suas mãos as engrenagens da máquina, ele governa a opinião. Se a Sociedade tem crédito, ele fala alto nos bureaux oficiais e dirige a seu bel-prazer as assembléias populares. Nenhum cargo, eletivo ou não, civil ou militar, se obtém sem o seu visto. Não há sátrapa nem tzar cujo poder se compare ao seu, posto que a própria opinião nada pode contra ele.

"Contudo, esse déspota permanece um simples particular, esse ator principal não sai dos bastidores. O *boss* nunca exerce qualquer dos cargos que distribui à vontade. Ele conserva do poder apenas o meio de dispor dele. Todo o resto — títulos, honras, popularidade, responsabilidade — não pertence ao seu campo de ação. Isto diz respeito às pessoas que ele faz nomear, seja pelo povo, seja pelo governo estabelecido.

"Outrora, um homem público devia reunir dois gêneros de qualidades opostas: muito espírito prático, e experiência dos homens e da vida, (...) para obter seu cargo; e muitos conhecimentos específicos, para desempenhar-se bem dele. (...)

"Mas a máquina aplica aqui o princípio da divisão do trabalho; e estes dois gêneros de talentos, exigidos do mesmo homem na antiga ordem de coisas, tornam-se, na nova, duas profissões distintas. A do maquinista, nós diríamos do agente da Sociedade Secreta; e a do funcionário da nova república, eletivo ou não.

"O primeiro terá poder sobre os cargos. O segundo os exercerá. É a aliança entre o cego e o paralítico. Compreende-se sua vantagem.

"Ao primeiro, capaz, ativo, mas cínico e grosseiro, a máquina dá a realidade do poder e o dispensa dos incômodos da responsabilidade, dos embaraços dos deveres de Estado; ao segundo, tímido e indolente, mas

instruído e vaidoso, ela assegura títulos, lugares, condecorações, a «honorabilidade» que evita as dificuldades da concorrência e as angústias da luta.

"Essa engenhosa transação entre duas espécies de incapazes é, para eles, um meio de sucesso, e para a máquina uma garantia de segurança. Ela nada terá a temer, nem do personagem oficial: ele tem muito pouca energia; nem do «manipulador» todo-poderoso: falta-lhe a aparência desejada para sair à luz do dia. Nem um nem outro se pertence a si mesmo, nem pode passar sem a máquina. A atividade de um e o crédito do outro são impessoais. (...)

"[Para o *boss*], eloqüência, boas maneiras, honra, saber, que fará ele de tudo isto? Ele nunca terá mandatos a cumprir ou cargos a exercer. Uma só ciência lhe é necessária: aquela que Ostrogorski chama de «ciência das manipulações eleitorais». (...) Ciência difícil, aliás, e suficiente para preencher toda uma carreira.

"Jovem ainda, ele aprendeu a técnica, estudou a fundo o mecanismo da máquina e os processos clássicos para obter votos. Em seguida, passou por todos os graus da profissão: inicialmente simples *boy* ou *heeler*, quer dizer, ajudante de um maquinista qualificado. Depois, *repeater* (agente eleitoral encarregado de votar várias vezes). A seguir, *leader* (maquinista secundário), depois disso *henchman* (homem de confiança de um *boss*), por fim *boss* ele próprio. Nessa longa carreira de intrigas, ele terá estudado os homens, mas pelo lado em que a máquina os pega: ignorância, corrupção, medo. (...)

"Ele, enfim, governa mas não reina; nada do que faz traz sua marca. Esmaga as vontades, mas não para impor a sua. (...) Ele é todo-poderoso, mas sob a condição de ser apenas um instrumento, e não um homem.

"Sua vontade decide tudo, mas pertence à máquina, sem a qual ele nada seria. Está condenado a permanecer sob a terra, como o espírito do mal.

"Só tem poder sob a condição de não pertencer-se a si mesmo; exerce a tirania para um outro.

"As únicas paixões que poderá satisfazer são as paixões negativas, ou seja, as impessoais: vingança, inveja, ódio, ou as orgias grosseiras. (...)

"Ele é poderoso na exata medida em que renuncia a si mesmo. Robespierre foi um exemplo bem característico. Qual potentado se teria permitido todos aqueles massacres? Poder esmagador, e, entretanto, ele tinha sede de um grão de autoridade, de um pouco do respeito que o último fidalgo de Província goza no meio de seus camponeses. E não podia obtê-lo. Não era senhor de sua vontade; não era independente. Não reinava sobre as vontades. (...)

2) O venerável: a figura de proa da Sociedade

"O politiqueiro não é senão a metade de um homem. Reduzida a tais

agentes, a máquina seria apenas uma energia sem cabeça nem consciência, um bando de intrigantes conhecidos como tais e, portanto, com poucos meios. É-lhe, pois, necessária uma boa reputação — «respeitabilidade», como dizem os ingleses — uma fachada social honrosa.

"Ela pede isso ao homem que contrabalança o anterior: o personagem oficial, o «respeitável» das sociedades inglesas, o «venerável» das nossas; o opulento funcionário da democracia social, aquele que na América do Norte chamam de *figure head*, figura de proa: a estátua que ornava a proa dos antigos veleiros.

"Este novo tipo é o complemento do anterior. O venerável é a honra da Sociedade, como o politiqueiro é o motor da máquina. Ele é feito para ser mostrado: fala-se em seu nome, como se renega o outro. Ele é todo retidão, todo afabilidade, todo liberalismo; é sua função. Ele vive no cenário, e nunca entra nos bastidores; isto seria perigoso. (...) A bem dizer, ele não se interessa por compreender, e não investiga além das razões que lhe dão. (...)

"Uma fada boa parece afastar de seu caminho as violências ou as calúnias que atingem tantas boas pessoas em torno dele; mais ainda: honras, cargos, popularidade, vêm ao seu encontro como por si mesmos.

"Os panfletos mais venenosos não têm senão flores a lhe lançar. Mas também ele é indulgente: os excessos são lamentáveis, geme, mas o povo sofre. Alma sensível e generosa! — comenta a respeito dele a «opinião» ou o «público», como se diz em 1789, ou seja, o coro anônimo dos irmãos. (...)

"Sobretudo dois tipos de homens convêm a este papel: (...) o sábio estimável por seus trabalhos, mas estranho ao mundo, que a máquina vai pegar em seu laboratório para lançá-lo na política; (...) e o gentil-homem degenerado, nobre de raça e de instinto, mas de alma burguesa, vaidoso de um nome do qual não compreende mais as obrigações. (...)

"A Sociedade procura nomes honoráveis, mas pode dispensar o resto: energia, talento e experiência. Pois a máquina está lá, silenciosa e ativa, e se encarrega de o prover. Ela vela pelo sábio ingênuo que, sem ela, iria esbarrar em todos os moinhos de vento, afogar-se em todos os poços. Ela sustenta o gentil-homem amolecido, surpreso de ser popular sem manobras, e de estar bem na Corte sem intrigas. (...)

"A máquina é mestra da opinião e cuida da glória de seus grandes homens. Ela só os apresenta sob uma luz favorável, pelos melhores aspectos, faz deles boa propaganda, cerca-os de sua solicitude. (...)

"Quando a máquina não necessita mais deles, não os mata, somente os deixa cair. E eles percebem então que a natureza não é boa. Conhecem então o verdadeiro peso de um nome sem elevação de alma, o justo preço de uma lógica sem julgamento. O charme invisível da máquina não está mais lá, para poupar-lhes essas rudes lições.

"Ela os deixa perecer, mas quando eles morrem — um esmagado sob o

desprezo dos seus, o outro divagando sozinho em alguma mansarda — ela recorda-se deles. A Sociedade vem novamente procurar essas almas que ela perdeu, e este é seu último castigo. Ela retoma, por conta própria, essas glórias esquecidas que ela mesma fez. Discursa sobre seus túmulos, coloca seus nomes em seus «quadros», onde eles permanecerão para sempre o que foram durante uma hora de fraqueza e de inexperiência: um nome sobre uma fachada, a propaganda da máquina.

"Não é essa, despojada de suas variantes acidentais e em seus traços essenciais, toda a história dos Roland, dos Bailly e dos Liancourt? (...)

3) O orador: traço-de-união da máquina com as Sociedades

"Existe um papel, ou melhor, uma série de papéis médios, menos passivos do que o segundo, mais honestos, mais «esclarecidos» que o primeiro: o de orador das Sociedades e das lojas.

"O orador é como o traço-de-união entre a máquina e as Sociedades; ele personifica o coração e a cabeça da associação. (...) Pois as Sociedades necessitam de entusiasmo e de idéias.

"O próprio do orador é ter no mais alto grau as qualidades comuns a todos os associados; «patriota», «esclarecido», como se dizia em 1789; ter «virtudes», «talentos» ou luzes. Mas essas virtudes e esses talentos serão sempre impessoais. (...)

"Esses advogados de Província, que formaram o grosso da falange das Sociedades, não seriam entusiastas? Que emoção, para um filósofo de «boutique» ou de estudo, ver sua curta lógica pôr o «povo» em movimento e perceber tão grandes coisas como o Estado, a Coroa, o Rei, a Nobreza vacilarem à sua voz? (...)

"Nas máquinas bem montadas, onde a divisão de trabalho é completa, a função de orador, de escritor, é reservada não somente a indivíduos, mas a grupos especiais. O partido liberal fundou em Londres um clube, no qual tinha em reserva a fervente falange de seus oradores, e os enviava a tal ou tal Província para falar sobre tal ou tal questão, segundo as necessidades do momento.

"As Sociedades em 1788 tinham da mesma forma uma «falange» poética-política de homens de letras, que abasteciam a máquina de peças de circunstância de que ela tinha necessidade: canções, panfletos, etc. (...)

"Mas esse poder não é «pessoal». O orador, o escritor, são engrenagens necessárias, mas apenas engrenagens.

"Não é por seu talento ou por seu caráter — em uma palavra, por eles mesmos — que são avaliados e seguidos, mas somente na medida em que

servem o patriotismo. (...) Seu talento e sua glória não estão neles, mas no papel que aceitaram desempenhar. (...)

"Os homens ainda tinham, por certo, um papel, mas de segundo plano. A Sociedade impessoal desempenhava o papel principal."

"Tomamos nosso exemplo nas Sociedades patrióticas da Revolução. É evidente que tudo isso se aplica, *mutatis mutandis*, a qualquer moção que se quisesse fazer votar, na mais burguesa e na mais pacífica das Sociedades patrióticas de 1788".[2]

Para finalizar, A. Cochin comenta:

"O erro dos historiadores é aplicar à história dos homens da Revolução os métodos e os pontos de vista da História ordinária; julgar os indivíduos como se fossem independentes. Ora, esquecem-se tais historiadores de que em todos aqueles homens da Revolução existia um fator comum que era a causa geral, não só de sua grandeza, como também de suas quedas; esse fator era a máquina, as Sociedades.

"Uma Sociedade, com efeito, por pouco que se estude, não seus princípios teóricos, mas suas condições práticas de existência, desempenhava na vida de seus membros um papel maior que seus interesses ou suas paixões particulares. É por ela que eles foram tão grandes e tão miseráveis. Os homens tinham, por certo, ainda um papel, mas de segundo plano. Era a Sociedade impessoal que desempenhava o papel principal".[3]

---

2) Augustin Cochin, *La Révolution et la libre pensée,* pp. 170 a 184

3) Augustin Cochin, op. cit. pp. 184 e 185

Capítulo 3

Os "Nouvellistes"

Existiu na França, ao longo de todo o Ancien Régime, uma ampla e complexa rede de informações, constituída pelos denominados *nouvellistes* [contadores de novidades], homens especializados em divulgar notícias, analisar e comentar os acontecimentos. Esta organização — muito bem estruturada, se bem que informal — foi largamente aproveitada pelas Sociedades de Pensamento na preparação da opinião pública para a Revolução Francesa.

Em seu interessante livro intitulado "Les Nouvellistes", o historiador Funck-Brentano descreve de maneira viva e atraente a estruturação e o funcionamento desse imenso serviço de informações que — como o leitor verá — desempenhava na época o papel hoje a cargo dos modernos meios de comunicação social.

* * *

"O burguês do século XX — comenta Funck-Brentano — está praticamente murado em sua existência privada: não gosta de estender-se além do círculo restrito de suas relações pessoais. Outrora, porém, relacionava-se com o primeiro que encontrasse, sem o ter conhecido anteriormente. (...)

"Os passeios públicos eram relativamente mais numerosos e mais vastos do que em nossos dias, e eram freqüentados pela melhor sociedade.

"Abordavam-se uns aos outros, com graça e bom humor, quando se pressentiam ser da mesma condição. Em seguida, após uma troca de ditos alegres, despediam-se do mesmo modo. (...)

"Nos domingos e dias festivos, nas praças e nos jardins, comprimia-se uma verdadeira multidão, que passeava e desfrutava o bom tempo, sempre pronta a conversar ao ar livre, com roupas elegantes. (...)

"Cá e acolá, os que passeavam se detinham e se agrupavam em torno de uma espécie de orador, que falava com animação. Ele relatava, de maneira grave e amável, fatos recentes que ninguém ainda conhecia. (...)

"Eram os *nouvellistes*. Eles tinham encontro marcado em qualquer lugar onde existisse muita gente".[1]

"Os «nouvellistes»: «criadores de glória» que dispensavam sucessos e abalavam reputações."

"Os *nouvellistes* não se contentavam em narrar os acontecimentos: eles os discutiam; julgavam os homens e seus atos, obedecendo aos caprichos de seu humor, às tendências de seu espírito, deixando-se guiar por seus interesses. (...)

"Eles citavam a seus tribunais os príncipes, os ministros e os generais. O santuário inacessível do Conselho lhes era aberto. Todos os mistérios do Gabinete lhes eram conhecidos. (...)

OS "*NOUVELLISTES*". *Propagadores de notícias e boatos. Deles se dizia que "criavam a glória, dispensavam o sucesso e abalavam as reputações".*

1) Frantz Funck-Brentano, *Les Nouvellistes,* pp. 43 a 45

"Em seguida, deduziam o futuro. (...) De fatos conhecidos, tiravam conclusões que lhes permitiam prever as conseqüências de uma guerra, os resultados das negociações em curso, ou a sorte de um ministro recém-nomeado. (...)

"Eles aparecem, até o fim do Ancien Régime, como «criadores de glória», dispensando o sucesso por um lado e abalando as reputações por outro. (...) Eles lançavam um homem na moda, conforme seu capricho ou seu interesse. (...) Eram os distribuidores de reputação".[2]

"Em nossos dias, uma peça de teatro que tenha uma má propaganda arrisca-se a fracassar já nas primeiras representações. Era também assim, nos séculos de Molière e Beaumarchais. Quando uma peça era conhecida antes da representação, chocava-se às vezes, desde o levantar do pano, com uma hostilidade sistemática; é que havia sido julgada má, pelos círculos de *nouvellistes* literários, que já tinham imposto sua sentença. (...) Os julgamentos e as apreciações (...) dos *nouvellistes* respeitados corriam como fogo em um estopim de pólvora, em meio a um público inumerável".[3]

Como se organizavam os "nouvellistes"

Funck-Brentano, em sua obra, torna patente a organização interna dos *nouvellistes*, apresentando-os divididos por especialidades, de maneira análoga à divisão por seções dos jornais modernos:

"Uns tinham mais particularmente, em seu departamento, a política; outros, as relações exteriores; estes, a crítica literária ou dramática; aqueles, a especialidade da vida social".[4]

"Cada grupo, cada especialidade, tinha seu lugar que a tradição fixara insensivelmente em cada rua".[5]

"Formaram-se assim, pelo intercâmbio, concentração e discussão de notícias, verdadeiras sociedades que tomaram com o tempo uma certa coesão. Estes grupos de *nouvellistes* (...) eram chamados «pelotões»; e os pelotões que conseguiam a aparência de uma organização estável e regular eram chamados «sociedades», «companhias», ou mais precisamente *bureaux*. *Bureaux* constituídos como os de uma assembléia deliberante. (...)

"Na hora fixada, o presidente abria o *bureau*. Aqueles que chegavam atrasados misturavam-se com seus confrades, sem cumprimentá-los, para não interromper o que falava. Contentavam-se com um ligeiro sinal de cabeça, e seus amigos respondiam do mesmo modo. (...)

---

2) Frantz Funck-Brentano, op. cit., pp. 59-60
3) Frantz Funck-Brentano, op. cit., p. 271
4) Frantz Funck-Brentano, *L'Ancien Régime*, p. 491
5) Frantz Funck-Brentano, *Les Nouvellistes*, p. 81

"Colocadas as notícias sobre o *bureau* (era a expressão consagrada), começavam as reflexões; ou seja, a hora da crítica. (...)

"Era nesses *bureaux*, reunidos nos bancos das praças públicas, que vinham informar-se os parisienses desejosos de enviar notícias à Província, a seus parentes e amigos; era aí também que se abasteciam os redatores das gazetas secretas, também chamadas «Notícias à mão» (...); era aí, enfim, que as gazetas impressas, desde o *Mercure* e a *Gazette de France*, até outros diversos jornais menores, encontravam seu principal alimento".[6]

A título de exemplo, veja-se a narração de Funck-Brentano a respeito de dois dos mais destacados *nouvellistes*, um da época de Luís XIV, outro de Luís XV:

"Nessas companhias de *nouvellistes*, um primo do ilustre homem de Estado Hugues de Lionne desempenhou um papel predominante, nos últimos anos do reinado de Luís XIV. Tratava-se do Conde Joachim de Lionne. (...)

"*Era um homem,* diz Saint-Simon, *que vivia muito singular e obscuramente, e que passava a vida presidindo os «nouvellistes» das Tulherias. Segundo o «Mercure», os maiores políticos e os mais antigos «nouvellistes» deste jardim o reconheciam por seu chefe soberano. (...) Ele era o presidente, ou, como seus correspondentes o chamavam, o «patrão» dos «nouvellistes». (...)*

"Para manter-se informado dos acontecimentos, o Conde de Lionne utilizava, com uma atividade incansável, seus numerosos amigos na Corte, no exército, na diplomacia. Entre seus correspondentes estava, em primeiro lugar, seu primo, mas também o Cardeal d'Estrées, o padre de Lionne, M. de Gramont, M. de Chaumont, M. de Vaureal... uma elite; em seguida nomes obscuros: os Lefèbvre, os Nocret, os Gafard; depois, simples domésticos que seguiam o exército da Itália ou eram colocados em Toulon para observar as manobras da frota. Enfim, estavam repartidos em todas as regiões onde podiam desenrolar-se acontecimentos interessantes de conhecer. (...)

"Como Lionne testemunhava sua gratidão àqueles que faziam dele o homem melhor informado da França? Para os subalternos, é provável que os remunerasse em dinheiro sonante; aos outros, prestava por suas relações, suas iniciativas e seu crédito, de alguma forma enfim, todos os serviços imagináveis, para agradecer assim sua preciosa documentação".[7]

Porém, de todos os *nouvellistes*, o mais célebre foi Métra, o *bonhomme* Métra, como o chamavam. Escreve Funck-Brentano:

"Regularmente, todos os dias, à mesma hora, Métra vinha tomar lugar

---

6) Frantz Funck-Brentano, op. cit., pp. 84 a 86

7) Frantz Funck-Brentano, op. cit., pp. 87, 89, 90 e 93

no terraço dos Feuillants. É o terraço das Tulherias que hoje dá para a Rua de Rivoli. Ele sentava-se ali sob um grande castanheiro. (...) A seu redor, um vasto círculo de cadeiras, com várias fileiras reservadas aos privilegiados que o *nouvelliste* admitia em sua conversação.

"Com uma ou duas horas de antecedência, os senhores que habitavam as mais belas mansões de Paris enviavam seus empregados para reservar os lugares das primeiras filas. Aliás, nenhum intruso teria ousado ocupar alguma dessas cadeiras. Por outro lado, os suíços do jardim não o teriam permitido. (...)

"Quando o *nouvelliste* começava a falar, fazia-se um grande silêncio. Métra contava as notícias do dia, que havia escutado de seus correspondentes, os quais iam desde pessoas da Corte até simples domésticos, excluindo daí entretanto toda espionagem indiscreta; seus amigos, que ele chegou a contar por centenas, o informavam de todas as partes.

"Os comentários com que Métra acompanhava os fatos transmitidos a seu auditório pareciam igualmente de grande importância. (...) Ele era o intérprete da classe média, moderada e clarividente, intérprete fiel a tal ponto que Luís XVI, a cada novo acontecimento cuja notícia lhe chegara, não deixava de informar-se junto a seus cortesãos:

— *Que diz disso o «bonhomme» Métra?*"[8]

As animadas reuniões dos «nouvellistes», antecessoras dos terríveis clubes da Revolução

Com luxo de pormenores, Funck-Brentano focaliza o funcionamento dos principais *bureaux* de *nouvellistes* que se reuniam em lugares célebres de Paris. Lendo essas descrições, percebe-se como eles, já de longa data intoxicados pelas doutrinas revolucionárias, foram as sementes que germinaram os famosos clubes propulsores da Revolução Francesa.

O convento dos Celestinos

"Nossos amigos compraziam-se muito particularmente no rico convento dos Celestinos. (...) Atrás do convento, um grande jardim estendia-se até o parque do Arsenal. (...)

"O jardim era aberto ao público, (...) e lá víamos os numerosos *nouvellistes*, agrupados em círculos ou passeando nas alamedas, em filas paralelas,

---

8) Frantz Funck-Brentano, *L'Ancien Régime*, pp. 503 a 506

caminhando uns de costas, enquanto que seus interlocutores avançavam de frente para eles, para retomar logo a marcha inversa. Distinguiam-se ali sobretudo eclesiásticos (...), porque os bons monges não eram indiferentes aos rumores deste mundo. Eles vinham, em grupos de dois ou três, engrossar a clientela dos *nouvellistes.* (...)

"Foi nos Celestinos que, durante três anos, de 1608 a 1611, brilhou como presidente de um círculo de *nouvellistes* um homem que tinha desempenhado um dos principais papéis de seu tempo: Antonio Perez, que havia sido ministro de Filipe II, Rei da Espanha, e caíra em desgraça diante daquele monarca".[9]

O claustro dos Cordeliers, ancestral do sanguinário clube revolucionário

"O claustro dos Celestinos tinha seu correspondente no claustro dos Cordeliers. (...)

"O *bureau* dos *nouvellistes* que se reunia nos *Cordeliers* (...) preocupava muito a polícia do *Ancien Régime,* em virtude do espírito que o distinguia dos outros círculos. (...)

"Os relatórios da polícia secreta nos informam sobre o tipo de assuntos que se comentavam no gramado verdejante, em torno da fonte ou sob as galerias do claustro. Eis, por exemplo, um relato de 23 de agosto de 1725:

"O trigo é raro, o pão é caro, os celeiros de grãos que o delegado de polícia armazenou no campo são insuficientes. Há motivo para espanto?

"O Senhor Duque — dizem os nouvellistes — [trata-se do Duque de Bourbon, que governou o Reino durante a minoridade do Rei] *tem trigo para milhões de pessoas; os irmãos Paris e Samuel Bernard* [célebres financistas] *ganharam mais de vinte e cinco milhões sobre o trigo que estocaram.*

"O Controlador, que é um enganador e um verdadeiro turco, teve sempre conhecimento dessas estocagens. (...)

"Quanto ao Senhor Duque, ele zomba das advertências que se lhe fazem sobre a carestia de pão. (...)

"Um dos referidos particulares, que era o chefe da conversação, e que era mestre torneiro, disse que a política própria aos reis é arruinar os povos, pois este era o meio mais seguro de submetê-los; um outro respondeu que eles eram tiranos e que o povo passaria melhor sem reis; que as repúblicas se governavam bem elas próprias, e não eram mais infelizes por isso; (...) que todos

9) Funck-Brentano, op. cit., pp. 133 a 136

os grandes da França não tinham nem fé nem lei; que a religião não era feita para eles; que ela só servia, ao príncipe, de máscara e freio para conter os povos; que eles faziam as leis mas não as observavam.

"Açambarcamento, carestia de trigo, manobras do governo (...), os reis como tiranos, os povos capazes de se governarem em república, os grandes sem fé nem lei, a religião como máscara para o príncipe e freio para os pobres coitados: estamos bem nos Cordeliers! Em 1790? Não, em 1725. (...)

"O clube dos grandes *Cordeliers* manteve-se regularmente, desde os últimos anos do reinado de Luís XIV, quando se formou, até as jornadas sangrentas da Revolução Francesa, onde desenvolveu toda a sua ação".[10]

O Luxemburgo, lugar preferido pelos «nouvellistes» moderados

"Ao contrário do claustro dos Cordeliers, as alamedas do Luxemburgo, sombreadas por árvores frondosas, eram geralmente percorridas pelos *nouvellistes* de opinião moderada. Pelo menos, estes ali davam o tom. (...)

"As opiniões emitidas pelos *nouvellistes* do Luxemburgo propagavam-se rapidamente entre os burgueses da cidade, pois esse jardim foi, desde o último terço do século XVII até a metade do XVIII, o lugar de passeio favorito dos parisienses".[11]

Nos jardins das Tulherias as notícias corriam rápidas como o vento

"[Nos jardins das Tulherias], era só se perceber duas ou três pessoas discorrerem com calor, que logo se formava uma roda, e num piscar de olhos o pelotão se transformava em multidão. (...)

"Por ocasião dos acontecimentos que causavam sensação no Reino, (...) uma extrema agitação se apossava dos *nouvellistes*. Os mais ardentes subiam nas cadeiras ou nos bancos de madeira, apareciam oradores de praça pública anunciando notícias recentes à multidão, que os rodeava ávida, ardente, comentando-as com animação.

"E, para alimentar ainda mais as conversações, os vendedores difundiam nos portões das Tulherias novidades ainda frescas, panfletos, brochuras, papéis públicos. Em todas as entradas eram expostas as mais diversas publicações.

---

10) Frantz Funck-Brentano, *Les Nouvellistes*, pp. 140-144

11) Frantz Funck-Brentano, op. cit., pp. 156-157

"As notícias lançadas nas Tulherias corriam, rápidas como o vento, e como o vento penetravam por toda parte em Paris".[12]

Entre os *nouvellistes* que freqüentavam as Tulherias, prossegue Funck-Brentano, encontravam-se "Turgot, d'Alembert, Raynal, Helvétius, Galiani, Thomas, o padre Morellet e muitos outros, acadêmicos ou enciclopedistas, dos quais alguns iriam desempenhar nos negócios públicos um papel considerável.

"Após nossos jantares em casa de Mme. Geoffrin — escreve o padre Morellet — *nos dirigíamos muitas vezes às Tulherias, para conhecer as notícias, fazer fronda ao governo e filosofar à vontade. (...)*

"No final do Ancien Régime, a voga das Tulherias havia aumentado, pelo intercâmbio das idéias e das notícias, em conseqüência da superexcitação crescente dos espíritos".[13]

No terraço dos Feuillants, política exterior. Ao lado, a triagem das notícias...

"[Desde o final do reinado de Luís XIV], o terraço dos Feuillants era um ponto de reunião dos *nouvellistes*, que não pararam de crescer em autoridade, no curso do século XVIII, a ponto de esse terraço tornar-se realmente o grande teatro dos *nouvellistes*. Ele tirava seu nome do convento vizinho dos Feuillants. (...)

"Nesse terraço, os *nouvellistes* políticos desempenharão um papel importante, e adquirirão fama até os prelúdios da Revolução. Os *nouvellistes* dos Feuillants tinham sobre seus confrades dos outros passeios parisienses esta superioridade: (...) eles eram os mais iniciados nos assuntos de política exterior. A tal ponto que o mundo diplomático vinha misturar-se em seus grupos. (...)

"O terraço paralelo ao dos Feuillants, do lado do Sena, tinha também sua especialidade: fazia-se ali «a triagem das notícias».

"Pelas seis horas da tarde chegavam os porta-vozes dos diferentes pelotões que, no decurso do dia, tinham ouvido e discutido notícias, não apenas nas Tulherias, mas também nos diversos passeios públicos de Paris, no Luxemburgo, no Palais-Royal, no Arsenal, nos Celestinos.

"Os mais veneráveis tomavam assento, enquanto o resto ficava de pé e participava da recapitulação do que fora dito de mais importante durante o dia, nos diferentes pontos de Paris de onde vinham deputados. E o areópago, cuja reunião constituía um como que instituto dos *nouvellistes*, levantava a sessão com a proclamação das notícias definitivamente adquiridas no dia".[14]

---

12) Funck-Brentano, op. cit., pp. 179-180

13) Funck-Brentano, op. cit., p. 184

Palais-Royal: "a capital de Paris"

"[O Palais-Royal] podia orgulhar-se de ser o centro de *nouvellistes* mais brilhante, mais animado, o que maior ação exercia sobre a cidade inteira, a ponto de chegar-se a nomeá-lo de «a capital de Paris». (...)

"Esta pequena cidade luxuosa, encerrada em uma grande cidade, era o templo da voluptuosidade, onde os vícios reluzentes tinham banido até o fantasma do pudor. (...)

"No Palais-Royal (...) uma mãe de família não ousaria atravessar o barulhento passeio com suas jovens filhas: a mulher honesta não ousaria aparecer ao lado das cortesãs provocantes por seus enfeites, seu porte, seus ares, muitas vezes até por suas palavras. Os contemporâneos diziam que, em relação ao Palais-Royal, as Tulherias eram o asilo da virtude. (...)

"Desde o século XVII, os *nouvellistes* do Palais-Royal se distinguiam por sua turbulência. Eles tratavam os assuntos mais violentos, e o governo era obrigado a suportá-los, pois a polícia do jardim dependia da soberania do Duque de Orléans. Fato importante e repleto de conseqüências. (...)

"Nas proximidades da Revolução, os *nouvellistes* do Palais-Royal aumentaram em número. (...) Mercier fala de seu «frenesi». Eles pareciam existir apenas para percorrer os passeios públicos, para ouvir e repetir tudo o que se dizia ou se imprimia. (...)

"Nesta mistura de políticos improvisados, ninguém conhecia o que falava; ninguém se sentia responsável pelo que dizia. Cada um estava lá como no teatro, desconhecido entre desconhecidos, com necessidade de se emocionar e se expandir, como presa do contágio das paixões dos que estavam em torno, sob influência das notícias que chegavam.

"*A fermentação supera toda concepção* — diz Arthur Young — (...) *cada hora produz sua brochura. Hoje apareceram treze, dezesseis ontem; noventa e duas na semana passada. De cada vinte, dezenove são a favor da liberdade. Os oradores sobem nas cadeiras, nos bancos e nas mesas, lêem uma notícia manuscrita ou uma brochura recentemente impressa, comentam-na sob os aplausos dos ouvintes.* (...)

"Os documentos de 1789 mostram a multidão reunida no jardim, tomando as pessoas que não estão mais na moda, jogando-as na fonte, caçando-as como a um cervo, atormentando-as, lançando-lhes pedras, jogando-as na fonte uma segunda vez".[15]

"Em 9 de julho, oficiais de artilharia e alguns de seus camaradas do

---

14) Frantz Funck-Brentano, op. cit., pp. 182 a 184

15) Frantz Funck-Brentano, op. cit., pp. 207, 214, 215 e 217

PASSEIO NOS JARDINS DO PALAIS-ROYAL. *Desde o século XVII, os "nouvellistes" do Palais-Royal se distinguiam por sua turbulência. Lá, os vícios haviam banido até o fantasma do pudor.*

Royal-Allemand foram expulsos do jardim a cadeiradas. *Teriam sido massacrados*, diz Desmoulins, *se não tivessem fugido.* Assim que aparece um soldado, grita-se: *Olha o Polichinelo!* E se lhe atiram pedras. Uma senhora e um padre, por uma palavra contra Necker, foram açoitados até o sangue. Os que ousam contradizer as idéias e os sentimentos populares são vergastados a golpes de bengala e obrigados a se ajoelharem para pedir perdão.

"Um observador da polícia, assaz imprudente para deter um particular mal encarado, foi moído a pancadas, mergulhado na fonte, rolado sobre as pedras, lançado novamente na água. Cortaram-lhe uma orelha e içaram-no sobre uma escada, a fim de que todos pudessem vê-lo, ofegante e ensangüentado, e insultá-lo. Ele estertorou e morreu no dia seguinte, em conseqüência de suas feridas".[16]

"Durante as discussões da Assembléia Nacional, reuniam-se ali cidadãos ociosos e pessoas que viviam de rendas, ambos abundantes em Paris".[17]

"Agiota e político — escreve Rivarol — *o Palais-Royal tornou-se como que a capital de Paris. Tal foi sua influência na Revolução atual, que se se tivesse*

16) Frantz Funck-Brentano, op. cit., p. 307
17) Frantz Funck-Brentano, op. cit., p. 299

fechado suas grades, vigiado seus cafés, interditado seus clubes, tudo teria tomado um outro rumo. Lá — dizia Marat — *estão os verdadeiros restauradores da liberdade.* Camilo Desmoulins o chama de *o campo dos patriotas,* e Victor Hugo, o *núcleo do Cometa Revolução*".[18]

A vasta organização dos "nouvellistes", maravilhoso instrumento para a difusão das idéias revolucionárias

Em mais de cem anos de existência, a organização dos nouvellistes cresceu, estruturou-se, intensificou sua atuação, montou um serviço de correios mais eficiente que o do próprio Estado e espalhou-se por toda a França, instalando-se, segundo a expressão de Funck-Bretano, "até nos mais longíquos lugarejos". Estava ela, assim, em condições de ser um excelente instrumento das Sociedades de Pensamento, na tarefa de preparar a França para os trágicos acontecimentos da Revolução de 1789. Eis o que escreve, a este respeito. o conceituado historiador:

"Se lançarmos um golpe de vista, perceberemos como foi ativo, incessante, sempre na espreita e desperto, esse imenso serviço de informação recíproca, que desempenhou o papel da imprensa na França do Ancien Régime. (...)

"Desde os *nouvellistes* de ruelas até os dos jardins públicos, desde os declamadores dos cafés até os políticos do *Palais,* quantas ramificações havia, e como estas se ligavam entre si por laços tão diretos quanto estreitos!

"O *nouvellisme* organizou-se em círculos, em *bureaux,* em pelotões. Teve seus presidentes, seus secretários, suas autoridades, seus críticos, seus destiladores. Ele se deu regras, impôs-se um método. Ele chegou a submeter-se às exigências do espírito crítico. E esses grupos, tão diversos embora concorrendo para o mesmo fim, se ligavam entre si por rápidas comunicações. Eles foram servidos por correios mais diligentes que os postilhões a serviço do Estado. (...)

"Essa vasta organização, que tinha Paris por centro, se reproduzia com as mesmas engrenagens, não somente nas cidades provincianas, mas até no mais longínquo lugarejo".[19]

* * *

18) Frantz Funck-Brentano, op. cit., p. 298
19) Frantz Funck-Brentano, op. cit., pp. 243 e 244

De tudo quanto acima foi exposto, conclui Funck-Brentano:

"Os artífices da Revolução foram os sucessores imediatos dos *nouvellistes,* dos declamadores, dos políticos, dos filósofos, dos patriotas (para retomar os diversos nomes que lhes foram sendo aplicados desde a metade do reinado de Luís XIV). São os mesmos personagens que temos encontrado discutindo notícias, lendo e comentando gazetas, sob a sombra de árvores frondosas, sobre os bancos, em torno das fontes. (...)

"Percebe-se assim, uma vez mais, que nada na História se improvisa: tudo nela se encadeia e se sucede, sob a ação contínua de profundas tradições.

"Essa organização que os *nouvellistes* foram estendendo e desenvolvendo progressivamente, com sabedoria, ao longo de mais de um século, ofereceu um maravilhoso instrumento de difusão às idéias revolucionárias que atingiam sua maturidade.

"E essas mesmas idéias tiveram no Palais-Royal, nos Feuillants e nos Cordeliers, constituídos já de longa data, os centros de ação que não teria sido possível criar de um dia para outro, e que lhes foram indispensáveis para se coordenar, para se fortificar, e, em seguida, alçar vôo sobre a França e sobre a Europa inteira".[20]

20) Frantz Funck-Brentano, op. cit., pp. 300-301

CAPÍTULO 4

OS SALÕES

Como já se viu em Parte anterior desse estudo[1], a arte de conversar desenvolveu-se admiravelmente ao longo do Ancien Régime. Esta agradável arte atingiu seu mais elevado grau de requinte nos "salões", que eram, por assim dizer, uma forma ancestral dos clubes contemporâneos.

Considerados em si mesmos, os salões podem ser vistos como um fruto natural da Civilização Cristã: reuniões de convidados de destaque — da nobreza, da elite intelectual, artística ou científica — em casa de alguma dama ilustre e hábil em conduzir uma conversa sobre elevados temas culturais, mas ao mesmo tempo amena e agradável, que constituía o grande prazer de quantos nela tomavam parte.

Alguns freqüentadores dos mais elegantes salões de Paris mantinham seus próprios salões, menos importantes, para gente de menor categoria; por sua vez, alguns freqüentadores desses salões secundários também organizavam salões, por assim dizer, de terceira categoria. De modo que a França, e sobretudo Paris, aos poucos encheu-se de salões das mais variadas categorias sociais ou intelectuais.

Papel dos salões na formação da opinião pública

Inicialmente meros círculos informais constituídos por apreciadores da bela linguagem, das boas maneiras, dos ditos de espírito, os salões foram paulatinamente se transformando em núcleos de solidificação e propagação das idéias revolucionárias, a tal ponto que, a partir de meados do século

---

1) Cfr. Parte I, cap. 2

XVIII, eles puderam ser qualificados por diversos historiadores de "laboratórios de opinião pública", "centros de propaganda filosófica", "antecâmaras do poder" e outras expressões do gênero. Estavam eles, pois, em condições de desempenhar papel relevante na preparação da opinião pública para a Revolução Francesa.

Esse importante papel é reconhecido por praticamente todos os historiadores.

"Em meados do reinado de Luís XV — escrevem os Goncourt — aparecerá, com sua atração e sua força, em seu esplendor e em sua elegância, desenvolvido, múltiplo, esse grande poder da época, que terminaria por aniquilar Versailles: o salão".[2]

O Diretor dos arquivos de Seine-et-Oise, Jacques Levron, escreve no mesmo sentido: "Em um século os espíritos evoluíram. A opinião pública tomou consciência de seu vigor, mas essa opinião não se formava mais no castelo. Era em Paris, nos salões, nos círculos de amigos, que ela nascia".[3]

Por seu lado, André Maurois comenta: "Sob Luís XV, na formação da opinião pública, os salões desempenharam o mais importante papel. A França foi o único país do mundo onde as reuniões mundanas criaram instituições históricas. (...) No século XVIII, algumas casas tornar-se-iam «bolsas de idéias»; os filósofos encontravam ali as pessoas do mundo e estrangeiros ilustres".[4]

As doutrinas novas se expandiam assim, através dos salões. Como afirma Calvet, eles "não criavam as idéias, mas pela conversação as precisavam, as amplificavam e as impunham como modas. Homens de espírito se encontravam lá para brilharem, e se expandirem em paradoxos audaciosos. No dia seguinte o paradoxo, se fosse brilhante, passava por verdadeiro".[5]

Roger Picard pondera acertadamente que "se a conversação é, como dizia Émile Faguet, a paixão da França, (...) é preciso convir que, nesses salões do século XVIII, essa arte foi levada à perfeição. Certamente não se poderia estender esse elogio a todos os salões da época, mas não pretendemos considerar senão aqueles que foram os lugares sagrados do bom gosto e do «espírito francês», os focos de cultura intelectual em que se reunia a elite de nosso país e do estrangeiro, os laboratórios de opinião pública".[6]

"Laboratórios de opinião pública"! A expressão muito feliz, retrata inteiramente a realidade e concorda com o que escreveu Mme. de Staël:

2) E. et J. Goncourt, *La Femme au XVIII siècle,* p. 60
3) Jacques Levron, *La Vie Quotidienne a la Cour de Versailles,* p. 187
4) André Maurois, *Histoire de la France,* pp. 327 e 328
5) J. Calvet, *Histoire de la Littérature Française,* p. 436
6) Roger Picard, *Les Sallons Litteraires et la Société Française 1610-1789,* p. 157

REUNIÃO SOCIAL EM UM SALÃO. *O Ancien Régime levou a um requinte inimaginável a arte de conversar. Aproveitando essa circunstância, os propulsores das idéias revolucionárias não deixavam suas doutrinas confinadas em livros, mas as punham em circulação nos salões da alta sociedade do século XVIII, os quais foram qualificados de "laboratórios de opinião pública".*

"aquelas conversações de sociedade não eram ociosas, pois foram elas que formaram a opinião pública".[7]

Na mesma obra citada, Roger Picard faz notar que "homens, mulheres, jovens, velhos, padres, nobres de espada ou de toga, homens de finanças, militares, burgueses, plebeus, «filósofos», artistas, escritores, políticos, diplomatas, todos se fundem e se acotovelam numa mistura completa. E, desde que se respeitem certas regras, tudo pode ser dito, seja contra os costumes, seja contra a ordem política e social, seja contra a Igreja e o Clero, seja contra o monarca. Como a igualdade, também a liberdade é inteira. A tal ponto que, num determinado momento, os salões constituem um verdadeiro *esprit de corps*, uma confraria republicana, a «república das letras», que tem suas leis não escritas, seus cidadãos fiéis, suas alianças exteriores, sua política, e cuja influência, poder e crédito são temidos".[8]

"Estes são os salões — prosseguem os Goncourt — que chamam a atenção da Europa, os salões onde o estrangeiro disputa a honra de ser admitido.

7) Carta de Mme. de Staël a Gustavo III, apud Taine, op. cit. p. 221
8) Roger Picard, op. cit., p. 139

Eles dispõem da notoriedade, do prestígio e do sucesso. Prometem a glória e conduzem à Academia. Fornecem um público para os autores que os freqüentam, um nome aos que não o têm, uma imortalidade às mulheres que os presidem".[9]

Por esta razão, Collé afirmou que "aquelas mulheres de salão faziam a moda, davam o tom, conduziam a conversação e, em conseqüência, as idéias, e, em conseqüência ainda, a opinião".[10]

Taine constata que "quase todas as obras saem de um salão, e é sempre num salão que elas são lidas antes de serem publicadas. Nessa perspectiva, o hábito é tão forte que durará até o fim de 1789. Os discursos declamados na Assembléia Nacional serão provas de bravura, já enunciadas previamente na «soirée», diante das damas.

"O embaixador americano, homem prático, explicou em Washington, com uma ironia grave, a alegre parada acadêmica e literária que precedia o torneio político e público: *os discursos são lidos com antecedência para uma pequena sociedade de rapazes e moças, entre as quais se encontra comumente a amante do orador ou a bela que ele quer fazer sua amante. A sociedade concede polidamente sua aprovação, a não ser que a dama que dá o tom no pequeno círculo encontre alguma coisa a criticar, o que naturalmente conduziria o autor a refazer sua obra; não digo a melhorá-la*".[11]

A progressiva penetração das idéias revolucionárias nos salões

Calvet adverte que "é preciso distinguir, na história dos salões, duas épocas. Antes de 1748, antes da luta filosófica, os salões são sobretudo círculos letrados, «bureaux d'esprit» curiosos da bela linguagem e do prazer, onde as idéias novas vão nascendo, mas timidamente, sob forma de paradoxos agradáveis. Depois de 1748 os salões transformam-se em centros de propaganda filosófica".[12]

"De uma ponta a outra do século XVII — escreve Picard —, fazendo ligação entre o espírito crítico da Renascença e a filosofia das luzes do século XVIII, subsistiu uma corrente de pensamento livre. Os que a alimentavam eram chamados libertinos, palavra que tomou hoje um sentido restrito e pejorativo, mas que outrora designava igualmente os «espíritos fortes», entre os quais se incluiam não somente os descrentes e céticos, mas

9) E. et J. Goncourt, op. cit., p. 469

10) Collé, *Journal III*, apud Taine, op. cit, p. 148

11) H. Taine, *Les Origines de la France Contemporaine*, p. 332

12) J. Calvet, op. cit., p. 436

também os debochadores e os ímpios. (...) Os «libertinos» queriam emancipar a moral das leis religiosas e sociais, e, precursores de J. J. Rousseau, confiavam mais ou menos na «bondade natural» do homem, no tocante à conduta da vida".[13]

A seguir se mencionarão alguns dos mais importantes salões do século XVIII.

Mme. de Lambert (1647-1733)

"Em 1710 — relata Picard — abre seu salão Mme. Lambert. Mulher do século XVII por seu nascimento, sua educação e seus costumes, (...) era do século XVIII pela orientação de seu pensamento e pela liberdade de seus julgamentos. (...)

"Ela abria a porta para a livre crítica das idéias filosóficas, políticas e religiosas. Mme. de Lambert foi uma das primeiras mulheres filósofas. Sem ser propriamente um «espírito forte», ela não tem mais a devoção perfeitamente conformista do século XVII. Ela fala da religião sem fé profunda, mas com decência. Eminentes prelados, como Fénélon, freqüentavam seu salão sem apreensão e, como escreve d'Argenson, «sua casa fazia honra a todos aqueles que eram aí admitidos». Ela recebia, outrossim, o Pe. Choisy e o Pe. Chaulieu, (...) ambos epicuristas e libertinos".[14]

Mme. de Tencin (1685-1749)

"Quando Mme. de Lambert morreu — comenta Calvet —, os escritores acostumados a se reunirem em seu salão passaram para o de Mme. de Tencin. Esta mulher pouco recomendável conseguiu, à força de habilidade e de espírito, governar um salão brilhante e poderoso, onde eram vistos com freqüência Fontenelle, Marivaux, o padre de Saint-Pierre, Montesquieu, e onde estrangeiros ilustres vinham tomar contato com Paris.

"Toda dada à intriga, liberada de qualquer escrúpulo, Mme. de Tencin encorajava as idéias novas que se elaboravam devagar, sem todavia aparecerem claramente".[15]

"Neste salão — assinalam os Goncourt —, o primeiro na França onde o homem era recebido com atenções proporcionadas não à sua categoria social, mas à sua inteligência, os escritores iniciaram o grande papel que teriam no mundo daquele tempo. Foi de lá, da casa de Mme. de Tencin, que eles

13) Roger Picard, op. cit., p. 120
14) Roger Picard, op. cit., pp. 181 e 184
15) J. Calvet, op. cit., p. 437

se espalharam pelos salões e chegaram, pouco a pouco, a dominar a sociedade. Domínio este que lhes valeu, ao fim do século, um lugar tão proeminente no Estado".[16]

Salões filosóficos: ditadores da moda e da opinião

Mme. Geoffrin (1699-1777)

Segundo Calvet, "formada por Mme. de Tencin, Mme. Geoffrin recolheu a herança de seu salão e, a partir de 1748, reuniu em sua casa todos os escritores que pertenciam ao partido dos filósofos. Ela dava dois jantares por semana: o de segunda-feira para os artistas (Vanloo, Vernet, Boucher, La Tour, Lagrenée, Soufflot), e o de quarta-feira para os escritores (d'Alembert, Marmontel, Morellet, Helvétius, Raynal, Thomas, Grimm, d'Holbach).

"Ela tornou-se assim a patrona da «filosofia». Exercia uma autoridade indiscutível. Seu salão era administrado como uma instituição; ela vestia, alimentava, dirigia, repreendia os filósofos. Muito sensata e com um fundo de vaga religiosidade, ela os controlava em suas audácias, evitando-lhes assim os excessos comprometedores. O salão de Mme. Geoffrin foi, durante vinte anos, o centro de difusão mais ativo das idéias novas".[17]

Escrevem os Goncourt, segundo os quais o salão de Mme. Geoffrin era o salão da Enciclopédia:

"Viu-se, pela acolhida dada à literatura, um salão burguês, elevando-se ao primeiro posto entre os salões de Paris, transformar-se em um centro de inteligência, em um tribunal do bom gosto, onde a Europa vinha receber a palavra de ordem e de onde o mundo inteiro recebia a moda".[18]

Mme. du Deffand (1697-1780)

Como assinala Calvet, "muito diferente de Mme. Geoffrin era Mme. du Deffand. Dotada de um espírito ousado, sem escrúpulos, sem princípios, sem pudor, sem ilusões de nenhuma espécie, ela foi sempre uma vanguardeira no século, por sua ousadia. (...)

"Escritores, grandes senhores e estrangeiros disputavam seu salão, que exercia por isso mesmo uma grande influência. Ficando cega, tomou por

16) E. et J. Goncourt, op. cit., p. 477
17) J. Calvet, op. cit., pp. 519 e 520
18) E. et J. Goncourt, op. cit., p. 486

leitora Mlle. de Lespinasse, que em breve separou-se dela e fundou seu próprio salão".[19]

Mlle. de Lespinasse (1732-1776)

"Quando Mme. Geoffrin, envelhecida, não exercia mais um império tão absoluto — continua Calvet —, era em casa de Mlle. de Lespinasse que os filósofos, sob o comando de d'Alembert, se reuniam".[20]

Segundo os Goncourt, "o salão de Mlle. de Lespinasse não conhecia nenhum constrangimento nem restrição: ali os temperamentos eram livres, as personalidades tinham o direito de serem francas. Nenhuma questão era reservada: religião, filosofia, moral, contos, novelas, quaisquer maledicências — tocava-se em tudo. (...)

"O salão de Mme. Geoffrin era o salão oficial da Enciclopédia; o de Mlle. Lespinasse era o parlatório familiar, o toucador e o laboratório. Era lá que se trabalhava para o sucesso do partido, que se redigiam os elogios, que se ditavam as opiniões do dia para passarem à posteridade, que se engrandecia o despotismo filosófico sob o qual d'Alembert chegou a dominar a Academia.

"Quantos cargos importantes distribuídos neste salão! Quantos grandes homens eram ali fabricados, quanta celebridade era lá conferida, pela paixão de uma mulher!"[21]

Calvet observa que "aqui, nós assistimos a uma transformação do espírito filosófico: Rousseau fez sua entrada, e o coração retomou seus direitos. Orgulhava-se de ser sensível e enternecer-se. Em lugar de demolir as instituições do passado pelo riso sarcástico, os filósofos se dedicariam doravante a combatê-las em nome da humanidade, com enternecimento na voz. Essa nova campanha que se organizou no salão de Mlle. de Lespinasse teve um grande sucesso. (...)

"Ao lado desses salões — prossegue Calvet —, que exerciam uma verdadeira autoridade, é preciso nomear outros salões mais livres, onde todos se divertiam sem constrangimentos, e onde se ia até o fim nos paradoxos mais irreverentes; os salões dos Coletores de Impostos: d'Epinay, La Popelinière, etc; os salões das atrizes: Mlle. Quinault, Mlle. Guimart; os círculos dos filósofos: Helvétius, d'Holbach".[22]

---

19) J. Calvet, op. cit., pp. 520 e 521
20) J. Calvet, op. cit., pp. 520 e 521
21) E. et J. Goncourt, op. cit., pp. 486 e 487
22) J. Calvet, op. cit., p. 521 e 522

REUNIÃO NO SALÃO DE MME. GEOFFRIN (1699-1777). *Com uma autoridade indiscutível, Mme. Geoffrin transformou seu salão no tribunal do bom gosto onde, "a Europa inteira vinha receber uma palavra de ordem e de onde o mundo inteiro recebia a moda".*

Às vésperas da Revolução, os salões se transformam em antecâmeras do poder

Aos poucos, comenta André Maurois, os salões foram deixando de ser apenas focos de oposição e de irradiação das novas doutrinas para, "com Mme. Necker, se transformarem em antecâmaras do poder".[23]

23) André Maurois, op. cit., p. 328

O clima ideológico do salão de Mme. Necker (1739-1794) é descrito de forma concisa e precisa por Calvet: "Mme. Necker gozava, às vésperas da Revolução, de uma autoridade mundana comparável à de Mme. Geoffrin, da qual era herdeira. As idéias dos filósofos mais avançados, ela as acolhia e encorajava. (...) As idéias mais audaciosas e mais subversivas eram expressas em seu salão, diante dela, sem que ela se incomodasse".[24]

24) J. Calvet, op. cit., p. 522

Essa transformação dos salões é assim descrita pelos irmãos Goncourt:

"A Revolução Francesa começou na opinião pública do século XVIII, e começou nos salões.

"Lentamente, depois da morte de Luís XIV, os salões dedicam-se a influenciar. Tiveram eles a Enciclopédia por hóspede; e de suas portas semifechadas, um exército de idéias — a filosofia — derramou-se na cidade e na Província, conquistando as inteligências para a novidade, familiarizando-as de antemão com o futuro. E enquanto o trono da França se desprestigia pelo mau exemplo dado aos povos, os salões atraem para si o olhar e a atenção do público. No interregno das grandezas reais, eles ensaiam reinar.

"Nos tempos de Luís XVI, essa dominação latente, não oficial, mas real e cotidianamente atuante, cresceu em razão da voluntária abdicação de uma

MME. NECKER, ESPOSA DO MINISTRO DE LUÍS XVI. *Seu salão passou a ser a antecâmara do poder, onde as idéias mais audaciosas e subversivas eram acolhidas e estimuladas.*

Corte purificada, mas sem brilho como sem iniciativa. Não é mais Versailles o mestre e o tirano de Paris; é Paris que faz Versailles pensar. E os ministros vão pedir conselhos às Sociedades, antes de dar uma opinião no *Œil-de-Bœuf* [a antecâmara real em Versailles].

"Mal a revolução começa a comover o Reino, mal lança ela os primeiros sobressaltos precursores de inquietudes e de aspirações, os salões despojam-se de sua leveza e de seu encanto, renunciam a seu charme de escola de polidez, de bem-falar e de galanteria, e tornam-se salões de Estado.

"*Les Bureaux d'esprit* se põem a distribuir a popularidade. (...) As mulheres (...) abandonaram a conversação. (...) E da mesma forma como, pouco antes, elas estavam loucas pelos Montgolfiers, por Mesmer, por Figaro, elas agora estão tomadas pela Revolução. (...)

"Uma dona-de-casa não é mais a moderadora de um círculo tranqüilo, que, em sua hospitaleira imparcialidade, acolhia cada palavra com um ouvido paciente. É, diz uma dama, *uma «Penthésilée»,*[25] *sentada a uma mesa de chá, tremendo de furor, e, no meio dos violentos debates, queimando os dedos e derramando uma xícara de chá no vestido.* E as mulheres acabam, dentro em pouco, por fazer os jovens à sua imagem. E os jovens não riem mais, não cortejam mais — eles, agora, recitam as gazetas: a mesma lei que obriga hoje a usar *le gilet court* e *la culotte courte* [trajes do Ancien Régime], impõe a democracia. (...)

"Toda a ambição dos jovens é exclamar, ao entrar no salão: «Acabo de sair do clube da Revolução». E se puderem contar que chegaram a fazer uma pequena moção, eles têm, por toda a noite, todos os olhares e todos os corações. Porque não é mais para o escritor, nem para o pintor, nem para o músico que estão voltadas as atenções. Mas sim para o deputado, o confidente da Constituição, que faz o jornal antes de ele aparecer. (...)

"Entre as moças e moços, que estranha troca de palavras, nesses anos: *Não me esqueci da brochura que você me deu: «Qu'est-ce que le Tiers?» [O que é o Terceiro-Estado?] Esta manhã, durante a minha toillete, uma das minhas camareiras me leu uma parte...».* (...)

"Então, as elegantes perdem o teatro porque vão à Assembléia Nacional. E as coisas chegam a tal ponto, que trocam bilhetes de entrada da Ópera e dos *Bouffons français* por bilhetes das tribunas, e ainda voltam seis libras. Quase todas as mulheres adotam a opinião da opinião".[26]

25) Rainha mitológica das amazonas, que pereceu durante o cerco de Tróia

26) E. et J. Goncourt, *Histoire de la société française pendant la Révolution,* pp. 7 a 10

Capítulo 5

Os Cafés

Outros eficientes focos de irradiação das novas doutrinas eram os cafés, dos quais Funck-Brentano transcreve uma interesante descrição: "Na França, o século XVIII foi o século de ouro dos cafés. *Os cafés de Paris* — escreve Savary des Brulons em seu «Dicionário do Comércio» — *são em sua maioria redutos magnificamente ornados, com mesas de mármore, espelhos e lustres de cristal, onde um público numeroso e seleto da cidade se reúne, tanto para o prazer da conversação e para inteirar-se das novidades, como para tomar essa bebida*".[1]

Segundo Calvet, os cafés eram lugares "onde os literatos se entregavam, diante de um público comprazido, a verdadeiros torneios do espírito. Uma palavra surgida na conversação era recolhida, dava a volta em Paris e se impunha, pelo menos durante alguns dias. Os cafés provocavam furor. Viu-se até alguns salões se transformarem repentinamente em cafés".[2]

Daniel Mornet, em sua muito bem documentada *História sobre as Origens Intelectuais da Revolução Francesa*, assinala com acerto, a propósito dos cafés:

"O espírito revolucionário não se forma no silêncio e na solidão. Pode-se, assim, escrever obras revolucionárias; mas elas permanecerão puras e inofensivas especulações, enquanto suas idéias não forem fermentadas no calor da conversação, das discussões e das batalhas de espírito. É preciso um público para que essas idéias se transformem em idéias-força.

"Ora, em Paris, as ocasiões de publicidade se multiplicavam singularmente nos anos que precederam a Revolução. Os cafés começavam a pulular.

---

1) Frantz Funck-Brentano, *Les Nouvellistes*, p. 233

2) J. Calvet, *Histoire de la Littérature Française*, p. 522

(...) No fim do século, em vez dos trezentos e oitenta cafés existentes em 1723, havia mil e oitocentos em 1788, segundo os relatórios da polícia. (...)

"Nos mais importantes, e mesmo em alguns que estavam fora de moda, se falava copiosamente (...) contra o trono e o altar. Nos cafés «*Procope*» e «*Regence*», no «*Caveau*» do Palais-Royal, havia, ao lado dos jogadores de xadrês e dos improvisadores de canções, os que atuavam na política e debicavam das autoridades".[3]

Os cafés eram também lugares apropriados para a atuação dos *nouvellistes*. Eis, por exemplo, o que escreve Funck-Brentano:

"Em 1711 o padre Pic se exprimia assim: (...) *O número dos «nouvellistes» cresceu consideravelmente, desde que os cafés se estabeleceram. Não se encontra mais ninguém em outro lugar; todas as sociedades se ressentiram, todas as relações se desfizeram.* (...)

"*Conheço gente,* continua o padre Pic, *que negligencia seus negócios para ir a um café ouvir novidades. Eles abandonam qualquer sociedade que não tenha adotado esta moda; seus melhores amigos tornam-se-lhes indiferentes, se não se comprazem em falar dos assuntos do mundo.*

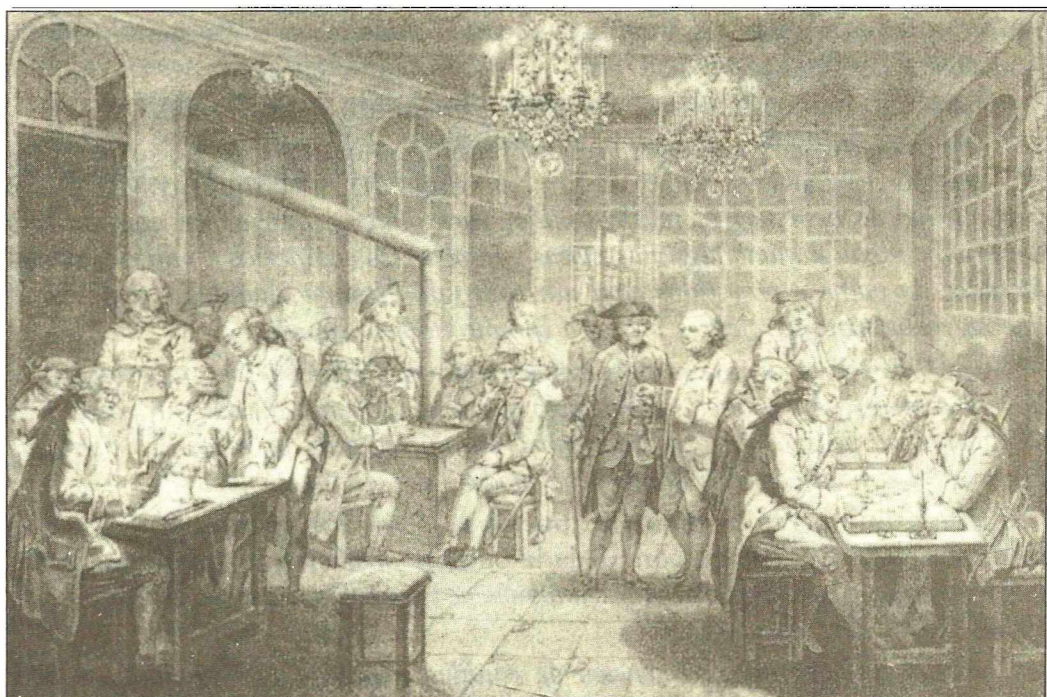
"*É nos cafés que se entusiasmam com as novidades. Tomam suas refeições rapidamente, precipitam seus negócios,* (...) *para poderem se encontrar ali nas horas costumeiras. É lá que se escuta o relato ordenado de tudo que foi dito na sessão anterior.* (...) *É lá que se travam as batalhas, que se atacam as praças, que se eleva e se rebaixa o mérito dos generais.* (...)

"Os *limonadiers* — como se chamavam no Ancien Régime os donos dos cafés — percebendo que os *nouvellistes* lhes asseguravam uma preciosa clientela, se esmeravam em providenciar-lhes os elementos e os alimentos necessários à manutenção de sua conversa. (...)

"Eles [os *limonadiers*] tinham o costume de comprar, além dos jornais e dos editais, tudo que se publicava nas ruas, para fornecer gratuitamente leitura e assunto para conversação. (...)

"Nos cafés, escutavam-se políticos, oradores e descontentes, que falavam a torto e a direito dos negócios de Estado.

"É o que se lê no boletim de polícia de 7 de fevereiro de 1732. *Em todos os cafés ressoam as sátiras contra os que formam parte do Ministério.* E a 23 de fevereiro seguinte: *Todos os cafés estão cheios de cançonetas e das poesias mais satíricas, tanto contra o senhor Cardeal (de Fleury) e o senhor Arcebispo de Paris, como contra o delegado geral de polícia. Aqui, Sua Eminência é qualificada de celerado; ali, o senhor Arcebispo é qualificado de porco; e quanto*

3) Daniel Mornet, *Les Origines Intelectuelles de la Révolution Française*, pp. 281 e 282

CAFÉ NO ANCIEN RÉGIME. *Nesse ambiente de clube, os boatos e as calúnias se propagavam como incêndio em palha seca.*

ao senhor delegado da polícia, se ouvia uma canção composta de vários versos, e no último estava dito que este magistrado procurava uma corda: perguntava-se se seria azul ou vermelha, e respondia-se que seria de cânhamo.

"Uma vez ou outra eram detidos alguns desses agitadores exaltados, para enviá-los à Bastilha; o que não impedia de modo algum a mais completa liberdade.

"Os cafés tornaram-se, dessa forma, verdadeiros clubes, abertos para todos".[4]

Principais cafés de Paris

A história da Revolução Francesa registra os nomes de muitos cafés que serviram de pontos de encontro para os agentes revolucionários.

O Café Procope foi um dos mais famosos. Danton, Marat, Robespierre e Legendre eram seus assíduos freqüentadores. Foi lá que surgiram os primeiros barretes frígios. Em torno de suas mesas foram planejados

4) Frantz Funck-Brentano, op. cit., pp. 231 a 235

importantes episódios da Revolução, como os ataques às Tulherias em 20 de junho e 10 de agosto de 1792.

Outro não menos famoso foi o Café Caveau, do Palais-Royal.

"No Palais-Royal — escreve Funck-Brentano — o Café Caveau se encontra no subsolo do Café da Rotonde. *Era realmente,* diz o Marquês d'Avèze, *um pequeno porão bem negro, muito úmido, para onde se descia por dois ou três degraus, e no qual havia algumas mesas e tamboretes ordinários e muito pesados, forrados de palha e revestidos com um couro de péssima qualidade. (...) Era lá que se realizavam as alegres orgias e compunham-se canções.*

"Em 1783, Rivarol falava dele nestes termos: *Terrível pelas proposições que lá se lançavam, esse pequeno lugar, pelo que se diz, é a artéria do bom gosto. (...) "É lá que se mede o pulso da literatura, da música e da política. É o ponto de encontro dos políticos, dos homens na moda e dos «nouvellistes»".*[5]

Prosseguindo, Funck-Brentano transcreve um documento de 1789, que testemunha a importância conquistada pelos *nouvellistes* do "pequeno porão negro e úmido": a *Carta de um camponês aos senhores censores do Caveau do Palais-Royal.* Diz ela:

"Vossos julgamentos, são cheios de eqüidade. Tudo o que queimais é bem queimado. Queimai sempre, e sobretudo com imparcialidade, as licenças literárias, os falsos políticos, os «Calonne», etc. Expulsai de vossa sociedade todos aqueles que têm a mania dos Tronos e das Dominações. (...) Vós sois, neste momento, juízes da nação. (...) Vós tereis uma grande influência sobre os Estados-gerais. (...)

"Afinal, o ano de 1791. Deixemos a palavra com o primo Jacques [Beffroi de Reigny]:

"Quando a posteridade, mais refletida e esclarecida que a geração atual, ler com sangue frio a história da Revolução Francesa, não poderá crer que os cafés foram erigidos em tribunais supremos. E isso numa cidade que é o centro de um Estado livre.

"O Café de Foy e o Café do Caveau, onde outrora apenas se falava um pouco de política, enquanto se tomava um copo de orchata ou um sorvete de baunilha, são hoje em dia duas repúblicas, onde a intolerância mais fanática recebe o nome de patriotismo, e de onde as opiniões saem para governar Paris".[6]

O Café de Foy era outro estabelecimento existente no Palais-Royal. A seu respeito, nota Funck-Brentano:

"Ele tornou-se o foco principal das confederações patrióticas. Vários deputados de Versailles iam lá, com freqüência, se informar da opinião

5) Funck-Brentano, op. cit., pp. 236 e237
6) Funck-Brentano, op. cit., pp. 240 e 241

pública, sempre favorável a todos os atos de firmeza e energia. Essas reuniões reforçavam-se e ampliavam-se todos os dias. Em breve elas se transformariam em comunas bem mais numerosas que as de Versailles. Teriam seus oradores, seus secretários, tomariam deliberações, levantariam moções, decretariam mandatos de prisões".[7]

---

7) Frantz Funck-Brentano, op. cit., p. 299

Parte VII

Propagação Direta das Idéias Revolucionárias

Capítulo 1

Progresso da Irreligiosidade

Como se viu na parte anterior, as Sociedades de Pensamento, os *nouvellistes*, que desempenhavam o papel da mídia da época, os salões e os cafés, serviram de poderosos meios para fermentação e difusão das idéias que prepararam a Revolução Francesa.

Estas idéias, que procuravam justificar as tendências desordenadas dos indivíduos e da sociedade do Ancien Régime, foram se afirmando de maneira paulatina, inicialmente no campo religioso.

Como bem descreve o Prof. Plinio Corrêa de Oliveira, "no século XVIII, uma dissolução quase geral dos costumes, um modo frívolo e brilhante de considerar as coisas, um endeusamento da vida terrena, preparou o campo para a vitória gradual da irreligião. Dúvidas em relação à Igreja, negação da divindade de Cristo, deísmo, ateísmo incipiente foram as etapas dessa apostasia".[1]

Paul Hazard constata também o progresso da incredulidade, quando afirma que "o século XVIII, em seu conjunto, foi deísta e não ateu. Contudo, acabou cedendo lugar, de boa ou má vontade, a um ateísmo, que censurava o deísmo pela mesma timidez que os deístas atribuíam aos crentes".[2]

Plebe conservadora, elite revolucionária

Ao contrário do que comumente se crê, a irreligiosidade no Ancien Régime não era um fenômeno difundido em iguais proporções por todo o corpo social. Lastimavelmente, as classes altas foram mais afetadas pelo vírus deísta do que as menos favorecidas pela fortuna ou pelo nascimento.

---

1) Plinio Corrêa de Oliveira, *Revolução e Contra-Revolução*, p. 20
2) Paul Hazard, *La Pensée Européenne au XVIIIème. siècle*, p. 132

Como assinala Jacques Solé, professor na Universidade de Ciências Sociais de Grenoble, "as pessoas simples permaneceram, no todo, mais sensíveis à influência da religião católica. É certo apenas que os revolucionários de 1789 — estreita minoria dirigente — foram os herdeiros, utilitaristas e dessacralizadores, da filosofia do século XVIII. (...)

"Pouco radical, muito conservador, assim se mostra o povo da França no momento em que seus dirigentes vão mergulhá-lo na maior de suas revoluções".[3]

No mesmo sentido, Tocqueville afirma que "a irreligião, tendo-se espalhado entre os príncipes e os *beaux-esprits*, ainda não penetrara no seio das classes média e popular. Ela continuava sendo o capricho de certos espíritos, e não uma opinião generalizada".[4]

A mesma distinção deve ser feita quanto ao Clero.

Conforme pondera Jean Orieux, "a Igreja não estava constituída apenas por padres de Corte e prelados filósofos. Nem todas as batinas seguiam o vento da moda. A imensa maioria da Igreja continuava fiel à virtude e à tradição. A pequena e turbulenta minoria, que aparecia no cenário do mundo, iludia. Atrás dela, a massa do Clero resistia com todo o seu peso".[5]

Porém, observa J. B. Weiss, a parte da alta sociedade afetada pela decadência dos costumes aceitou com alegria as doutrinas dos filósofos que atacavam a religião.

"A seriedade da religião cristã era incômoda àquela sociedade elegante, que pensava apenas em prazeres e diversões. Sua elevada doutrina, que já qualifica de adultério um olhar impuro, era odienta para pessoas que consideravam o matrimônio um preconceito e queriam viver desenfreadamente".[6]

Com efeito, Pio XII assinala a ação tragicamente destruidora da Nobreza e das elites deterioradas pela impiedade e pela imoralidade do século XVIII:

"Convém todavia recordar que tal caminho para a incredulidade e a irreligião teve seu ponto de partida, não na base, porém no alto, quer dizer, nas classes dirigentes, nos grupos de elite, na Nobreza, nos pensadores e filósofos. (...)

"A incredulidade propriamente difundiu-se nos tempos que precederam a Revolução Francesa. Os historiadores notam que o ateísmo, mesmo sob o verniz de deísmo, propagara-se então rapidamente na alta sociedade da

---

3) Jacques Solé, *A Revolução Francesa em Questões*, pp. 19 e 20
4) Alexis de Tocqueville, *L'Ancien Régime et la Révolution*, p. 202
5) Jean Orieux, *Talleyrand*, p. 132
6) J. B. Weiss, *Historia Universal*, vol. XV, p. 229

França e de outros lugares: acreditar em Deus Criador e Redentor tornara-se, naquele mundo entregue a todos os prazeres sensuais, coisa ridícula e não condizente com espíritos cultos e ávidos de novidades e de progresso.

"Na maioria dos «salões» das maiores e mais requintadas damas — onde se agitavam os mais árduos problemas de religião, filosofia e política —, literatos e filósofos, fautores de teorias subversivas, eram considerados como o mais belo e rebuscado ornamento daqueles encontros mundanos. A impiedade era moda na alta sociedade, e os escritores mais em voga teriam sido menos audaciosos em seus ataques à Religião se não tivessem tido o apoio e instigação da sociedade mais elegante.

"Não que a Nobreza e os filósofos se propusessem todos e diretamente como finalidade a descristianização das massas. Pelo contrário, a Religião deveria permanecer para o povo simples como meio de governo em mãos do Estado. Eles porém sentiam-se e achavam-se superiores à Fé e a seus preceitos morais. Política que logo se mostrou funesta e de vistas curtas, mesmo para quem a considerasse sob o aspecto puramente psicológico.

"Com rigor de lógica, o povo, potente no bem e terrível no mal, sabe tirar as conseqüências práticas de suas observações e julgamentos, sejam estes certos ou falsos.

"Considerai a História da Civilização nos últimos dois séculos: ela vos patenteia e demonstra que danos para a Fé e para os costumes do povo foram produzidos pelo mau exemplo que procede do alto, pela frivolidade religiosa das classes elevadas e pela aberta luta intelectual contra a verdade revelada".[7]

A Religião posta no ridículo

Analisar-se-á agora, com base sobretudo nas obras de H. Taine e Daniel Mornet, a progressiva difusão da filosofia e o avançar da irreligião no século XVIII.

"O pequeno grupo de céticos — escreve Taine —, apenas perceptível sob Luís XIV, fizera seu recrutamento na sombra.

"Em 1698, a Palatina, mãe do Regente, escrevia: *Já quase não se vê sequer um homem que não queira ser ateu.* Com a Regência, *a incredulidade se fez ver à luz do dia.* Eu não acredito, dizia ainda a Palatina em 1722, que haja em Paris, tanto *entre os eclesiásticos como entre os leigos, cem pessoas que tenham a verdadeira fé, ou que até mesmo creiam em Nosso Senhor*".[8]

---

7) Pio XII, *Alocuzione al Patriziato e alla Nobiltà romana*, de 11 de janeiro de 1943, pp. 358 a 360

8) H. Taine, *Les Origines de la France Contemporaine*, pp. 375 e 376

"O jesuíta Croisset — escreve D. Mornet — se lamentava, em 1721, que não se queria mais observar a quaresma, e em 1730, que *só o fato de se pronunciar a palavra «milagre» já causava riso nas pessoas do mundo.* (...)

"A devoção ao «Sagrado Coração», da venerável Margarida Maria Alacoque, era objeto de inumeráveis brincadeiras, não só da parte de Voltaire, mas ainda de pessoas que não eram incrédulas".[9]

Taine prossegue: "*É de temer-se,* dizia Barbier em 1751, *que isto não termine seriamente; poderemos ver um dia, neste país, uma revolução para abraçar a religião protestante. O ódio contra os padres,* escrevia d'Argenson em 1753, *chega ao último grau. A custo eles podem mostrar-se nas ruas, sem serem vaiados.* (...)

"*Não se ousa mais falar do Clero quando se está em boa companhia; é-se desprezado e considerado como adepto da Inquisição. Os padres constataram este ano a diminuição de mais de um terço no número das comunhões.* (...) *Observa-se também, durante o carnaval de Paris, que nunca foram vistas tantas fantasias imitando hábitos eclesiásticos, bispos, abades, monges, religiosas.* (...)

"Dez anos mais tarde, ultrapassa-se o deísmo. O *materialismo,* dizia ainda Barbier, *é a grande moda... Quase todas as pessoas de estudo e de espírito,* escrevia d'Argenson, *encolerizam-se contra nossa santa religião.* (...)

"Horácio Walpole, que em 1765 voltava à França, e cujo bom senso previa o perigo, se espantava com tanta imprudência: *Jantei hoje com uma dúzia de eruditos; e apesar de todos os empregados estarem lá para nos servir, a conversa foi tão livre, até mesmo sobre o Antigo Testamento, que eu não toleraria nem em minha própria mesa na Inglaterra.* (...)

"*Dogmatiza-se por toda parte. O riso está tão fora de moda quanto certos jogos de crianças. As pessoas do mundo não têm mais tempo de estar alegres. Elas têm muito que fazer; é preciso, antes de tudo, deitar por terra a Deus e ao Rei. Todos e cada um, homens e mulheres, se empregam conscientemente neste afã de demolição. A seus olhos, eu sou um infiel, porque mantenho ainda algumas crenças de pé.*

"*Sabeis o que são os filósofos e o que esta palavra significa aqui? Antes de tudo, ela abrange quase todo mundo; em seguida, designa as pessoas que se declaram inimigas do papismo, mas que, em sua maior parte, têm por objetivo a destruição de qualquer religião.* (...)

"*Eles pregam isto incessantemente, e não imaginais com que liberdade. Sua doutrina declarada é o ateísmo* (...). *O próprio Voltaire não os satisfaz mais; uma de suas prosélitas me dizia a seu respeito: «Ele é carola, é um deísta».*

---

9) Daniel Mornet, *Les Origines Intelectuelles de la Révolution Française*, pp. 54 e 56

"Isto é bem forte, e contudo ainda não chegamos ao fim, porque até aqui a impiedade era menos uma convicção do que uma moda".[10]

"À medida que o século avança, a incredulidade torna-se menos barulhenta e mais firme"

"Falava-se de tudo — continua D. Mornet — com a maior alegria ou a mais febricitante insolência. *Chovem bombas* — escrevia Diderot — *na casa do Senhor.*

"*O ateísmo,* dizia Lamothe Langon, *está universalmente espalhado no que se denomina a alta sociedade: crer em Deus tornou-se uma coisa ridícula, da qual deve-se ter o cuidado de se precaver.* (...)

"Nos meios oficiais, se não se é ateu, é-se ao menos deísta. A maior parte dos salões são «filosóficos», e os filósofos são seu mais belo ornamento. (...)

"Não espanta, pois, que os melhores clientes dos vendedores de livros proibidos sejam, o mais das vezes, a Nobreza e o Clero".[11]

"Quanto mais um livro era licencioso e irreligioso — prossegue Taine — mais era apreciado. Quando não se podia tê-lo impresso, tirava-se uma cópia. Collé conta que *talvez duas mil cópias manuscritas da «Pucelle», de Voltaire, em um mês se espalharam em Paris.*

"Porém, à medida que o século avança, a incredulidade torna-se menos barulhenta e mais firme. (...)

"No gabinete de uma mulher na moda encontrava-se, ao lado de um pequeno altar dedicado à Beneficência ou à Amizade, um dicionário de história natural, tratados de física e de química. (...)

"Nas seções públicas da Academia de Inscrições, as mulheres do mundo aplaudiam dissertações sobre o boi Ápis, sobre a relação entre as línguas egípcia, fenícia e grega. (...)

"Pelos fins do século, *viam-se jovens, que viviam em sociedade desde os 6 ou 7 anos de idade, se gabarem abertamente de irreligião, crendo que manifestar impiedade era ter «espírito», e que ser ateu era ser filósofo.* Sem dúvida, havia muitos deístas, sobretudo desde que começou a influência de Rousseau, mas não creio que em cem pessoas de sociedade se encontrasse ainda, em Paris, dez cristãos ou cristãs.

"*De dez anos para cá* — dizia Mercier em 1783 — *a alta sociedade já não*

---

10) H. Taine, op. cit. pp. 377 e 378

11) D. Mornet, op. cit. pp. 270 e 271

vai mais à missa. Só se freqüenta as igrejas aos domingos, para não escandalizar os lacaios; e os lacaios sabem que só se vai por sua causa.

"Jamais uma sociedade foi tão desligada do Cristianismo. A seus olhos, uma religião positiva não passa de uma superstição popular, boa para crianças e pessoas humildes, e não para adultos e pessoas razoáveis".[12]

Os filósofos de batina

Por outro lado, segundo observa Daniel Mornet, também "eram cada vez mais numerosos os que (...) tentavam pensar ao mesmo tempo como cristãos e como filósofos. (...)

"Alguns dos que não eram nem ímpios nem deístas se achavam obrigados a aparentar ares filosóficos e relegar, entre os «preconceitos», a austeridade e o fanatismo; entenda-se a teologia, ou mesmo o dogma. (...)

"Todos os contemporâneos, — Mercier, Senac de Meilhan, Talleyrand, um viajante inglês, etc., — estão de acordo em reconhecer o poder do embevecimento, que atraía para Voltaire, Rousseau, Raynal e outros. (...)

"Nós conhecemos bem esses curiosos que permanecem ou acreditam permanecer fiéis às suas tradições, mas aos quais a filosofia fascina. (...)

"Os pregadores não utilizavam a piedade ou a ciência teológica, mas a moral natural, a razão e a filosofia. O Pe. Beauvais, o carmelita Eliseu, o Pe. Torné, o Pe. Fauchet, o Pe. Boulogne e Maury, estavam entre os mais reputados desses filósofos de batina. (...)

"O próprio seminário de São Sulpício se deixou conquistar. Nada indicava a presença das idéias novas, até a saída do Pe. Baston (1765). Mas depois, lia-se sob a direção dos próprios mestres *as sublimes divagações de Buffon sobre a formação da terra, a insidiosa confissão do vigário «savoyard», os falsos pensamentos filosóficos de Diderot, e muitas outras produções do gênero;* bem entendido, «para as refutar».

"Os bispos (que moravam em Paris, e não nas dioceses) eram todos ao mesmo tempo piedosos e filósofos. O Arcebispo de Bordeaux, Monsenhor de Cicé, *fala de religião como Fenelon, e da liberdade como Necker.* M. de Belloy, Bispo de Marselha, depois Arcebispo de Paris, lia a «História Filosófica» de Raynal. (...) Ao ser solicitado para dar aprovação a um livro sobre a vida do Bem-Aventurado Lourenço de Bríndice, geral dos capuchinhos, autenticamente beatificado, ele concedeu, mas lamentando que ele estivesse *cheio de capuchinadas*".[13]

---

12) H. Taine, op. cit., pp. 379 a 381

13) D. Mornet, op. cit., p. 294

"No mês de agosto de 1767 — é Taine quem observa —, o Pe. Bassinet, Vigário-Geral de Cahors, pronunciando na capela do Louvre o panegírico de São Luís, suprimiu até o sinal da cruz. Nenhum texto, nenhuma citação da Sagrada Escritura, nenhuma palavra a respeito do bom Deus nem dos santos. Ele não focalizou Luís IX senão pelo lado das virtudes políticas, guerreiras e morais. Atacou as Cruzadas e mostrou-as como absurdas, cruéis e injustas. (...)

"Outros pregadores evitavam pronunciar no púlpito até o próprio nome de Jesus Cristo, e falavam apenas do «legislador dos cristãos».

"No código que a opinião do mundo e a convenção social impunham ao Clero, um observador atento precisa assim as distinções e os matizes de conduta: *Um simples padre, um pároco, deve crer um pouco, se não passaria por hipócrita; mas não deve ir além, para não passar por intolerante. Pelo contrário, um vigário-geral pode sorrir diante de um dito contrário à religião, um bispo rirá escancaradamente, e um cardeal acrescentará ao dito mais uma palavra"*.[14]

Desta forma, Tocqueville pôde constatar que "em nenhuma parte a irreligião se tornara uma paixão tão geral, ardente, intolerante e opressiva quanto na França. (...)

"Atacava-se com uma espécie de furor a religião cristã. (...) Trabalhava-se ardente e continuamente para arrancar das almas a antiga fé. (...) Uma multidão de homens se inflamava nesta ingrata empresa".[15]

Destruir o Altar, para depois atacar o Trono

Este ódio à Religião católica não era fruto apenas da sensualidade exacerbada e contundida pelos preceitos divinos de sua moral. Ele nascia também do orgulho, que pretendia nivelar todas as classes sociais, e que via na organização hierárquica da Igreja o fundamento da monarquia na sociedade temporal.

Tocqueville observa com perspicácia que "todo espírito de oposição política, (...) não podendo manifestar-se no governo, refugiara-se na literatura. Os escritores tinham-se tornado os verdadeiros chefes do grande partido que visava subverter todas as instituições sociais e políticas do país.

"Assim sendo, a questão não era mais saber no que a Igreja daquele tempo podia incomodar enquanto instituição religiosa, mas no que constituía ela um obstáculo à revolução política que se preparava; e no que incomodava particularmente aos escritores, que eram os principais promotores daquela revolução.

14) H. Taine, op. cit., pp. 381 e 382

15) Alexis de Tocqueville, op. cit., pp. 202 e 203

"A Igreja constituía um obstáculo pelos próprios princípios de seu governo, que se opunham aos que os revolucionários queriam estabelecer no governo civil. Ela se apoiava principalmente na tradição: eles professavam um grande desprezo por todas as instituições que se fundavam no respeito ao passado; ela reconhecia uma autoridade superior à razão individual: eles não reconheciam senão a própria razão; ela era uma instituição hierárquica: eles tendiam a misturar as classes sociais. (...)

"Para poder atacar as instituições do Estado, era-lhes necessário destruir antes as da Igreja, que lhes serviam de fundamento e modelo. (...)

"Além do mais, a Igreja lhes parecia ser, e o era com efeito, de todo o vasto edifício que eles atacavam, o lado mais fraco e menos defendido. (...)

"Embora nossos reis se chamassem ainda filhos primogênitos da Igreja, eles se desempenhavam muito negligentemente de suas obrigações para com ela. Mostravam bem menos ardor em protegê-la, do que em defender seu próprio governo. Eles não consentiam, é verdade, que se deitasse a mão sobre ela; mas permitiam de mil maneiras que ela fosse atingida indiretamente.

"Esse semiconstrangimento, imposto então aos inimigos da Igreja, em lugar de diminuir seu poder, o aumentava. Há momentos em que a censura aos escritores impede o progresso das idéias; em outros ela o precipita. Mas nunca aconteceu que um policiamento, como aquele exercido então sobre a imprensa, não tenha acabado por centuplicar o seu poder.

"Os autores eram perseguidos com medidas que despertavam compaixão, e não com as que os fariam tremer. Eles sofriam a forma de incômodo que incita para a luta, e não um jugo pesado que esmaga. As perseguições de que eram objeto, quase sempre lentas, barulhentas e vãs, pareciam visar, não tanto impedi-los de escrever, mas estimulá-los a tal. (...)

"No final do Ancien Régime, constatamos que (...) a incredulidade instalou-se, inicialmente, no espírito dos que tinham o maior interesse em manter o Estado na ordem e o povo na obediência. Não apenas eles a acolhiam, mas, em sua cegueira, a espalhavam abaixo deles. Eles transformaram a impiedade em uma espécie de passatempo de sua vida ociosa. (...)

"Aqueles que negavam o cristianismo elevavam a voz, e os crentes faziam silêncio. (...) Os homens que conservavam a antiga fé temiam ser os únicos a permanecer fiéis, e, temendo mais o isolamento que o erro, se uniam à multidão sem pensar como ela. O que não era ainda senão o sentimento de uma parte da nação, aparecia assim como opinião de todos. E aparentava ser irresistível, até aos olhos dos que lhe davam esta falsa aparência.

"O descrédito universal em que caíram todas as crenças religiosas, no final do último século, exerceu, sem dúvida alguma, a maior influência sobre nossa Revolução. Ele marcou-lhe o caráter. Nada contribuiu tanto para dar à sua fisionomia a expressão terrível que conhecemos".[16]

No final do século mais incrédulo que já tenha existido, o deslumbramento pelo ocultismo

O século XVIII pretendeu ser o "século das luzes", por obra dos movimentos filosóficos racionalistas e ateus. Em nome da razão, eles desprezaram a Fé. Alegando o combate à superstição, atacaram a piedade católica. Tudo isso, na verdade, foi mero pretexto para revestir a impiedade com a roupagem do bom senso, e tentar encobrir a imoralidade sob a capa do naturalismo. E acabou conduzindo para a mais cega credulidade na magia e nas ciências ocultas aquela mesma sociedade que pouco antes orgulhava-se de seu ateísmo.

Escreve, a este propósito, Robert Darnton, professor na Universidade de Princenton: "Os franceses cultos do final da década de 1780 tendiam a rejeitar o racionalismo frio da metade do século, em favor de um regime intelectual mais exótico. Suspiravam pelo supra-racional e pelo cientificamente misterioso".[17]

Encontra-se nas memórias da Baronesa d'Oberkirch a mesma constatação: "Uma coisa muita estranha a ser estudada, contudo bem verdadeira, é o quanto este século, o mais imoral que tenha existido, o mais incrédulo, o mais filosoficamente fanfarrão, se voltou, perto de seu fim, não mais à fé, mas à credulidade, à superstição, ao amor do fantástico. (...)

"Olhando em torno de nós, não vemos senão feiticeiros, sectários, necromânticos e profetas. Cada pessoa tem o seu, no qual confia; cada um tem suas visões, seus pressentimentos, e todos lúgubres, todos sangrentos.

"Quais serão, pois, os últimos anos deste século que começou tão brilhantemente, que usou tanto papel para provar suas utopias materialistas, e que agora não se ocupa senão da alma e de sua supremacia sobre o corpo e os instintos? (...)

"O fim deste século está marcado por esta característica incrível do amor ao fantástico. Eu diria da superstição, se eu mesma também não estivesse imbuída dela, quase a contragosto. Isto indica, garante-se, uma sociedade em decadência. É certo que nunca foram tão numerosos e tão escutados os rosa-cruzes, os sectários, os profetas, e tudo que com isto se relaciona.

"A conversação versa quase unicamente sobre esses temas; eles ocupam todas as cabeças, impressionam todas as imaginações, até as mais sérias. Se estas memórias oferecem disso numerosos traços, é porque elas são a representação fiel desta época. Nossos sucessores hesitarão em acreditar.

---

16) Alexis de Tocqueville, op. cit., pp. 203-207

17) Robert Darnton, *O Lado Oculto da Revolução*, p. 141

Eles não compreenderão como pessoas que duvidavam de tudo, até de Deus, podiam crer cegamente nestes presságios".[18]

François Bluche relata com mais detalhes esse deslumbramento pelo ocultismo, na alta sociedade francesa, alguns anos antes da Revolução:

"Os contemporâneos de Luís XVI procuraram o insólito, o impensável, o inimaginável, o extraordinário. Outras luzes, outra linguagem, outro mundo diferente do racional.

"O interior não tinha mais o monopólio dos magos e dos feiticeiros: foi o Marechal de Saxe que apresentou a Luís XV o pretenso Conde de Saint-Germain. Mesmer se fará recomendar pelo ministro Maurepas. A Duquesa de Bourbon protege um cabalista português de nome Martinez Pasqualis, depois chamado Claude de Saint-Martin. (...)

"Saint-Germain era um puro charlatão. Distribuía um elixir da longa vida, do qual ele mesmo era a propaganda viva, uma vez que afirmava ter vários séculos de existência.

"O célebre Cagliostro, um dos responsáveis pelo «caso do colar», era discípulo deste Saint-Germain. Inicialmente foi mágico e caçador de tesouros, depois alquimista, astrólogo e falsário. Em 1780 se fixou em Estrasburgo. Foi recebido no palácio episcopal, entrando pela porta principal. Mais

JOSÉ BALSAMO, DITO CONDE DE CAGLIOSTRO (1743-1795). *Ocultista italiano e hábil charlatão, causou grande sensação na Corte de Luís XVI e na sociedade parisiense de seu tempo.*

18) Baronne d'Oberkirch, *Mémoires*, pp. 334, 495

audacioso ainda que Saint-Germain, ele garantia que estava na terra havia milhares de anos, que tinha conhecido Jesus Cristo e aprendido os velhos segredos dos sacerdotes de Ísis.

"Quando desembarcou em Paris, em 1785, seu sucesso foi maior ainda. Os cortesãos, como também os crédulos de todas as condições sociais, se uniam para louvar sua ciência e celebrar suas curas. Mas o «caso do colar» desencadearia sua expulsão, depois de um curto estágio na Bastilha".[19]

---

19) François Bluche, *La Vie Quotidienne au Temps de Louis XVI*, pp. 134 a 136

Capítulo 2

A Autodemolição da Nobreza

O desprezo pela Religião redundaria necessariamente em antipatias para com uma monarquia que foi sacral desde sua origem.

Assim, tendo a irreligiosidade se instalado no espírito de certas elites intoxicadas pelas doutrinas revolucionárias, estas mesmas elites começaram a se autodemolir, ao empreender um verdadeiro combate contra o governo monárquico e a sociedade hierárquica.

Começam as críticas à monarquia e à sociedade hierárquica

"Do Altar ao Trono — comenta Taine — a distância é curta; contudo, a opinião levou trinta anos para transpô-la. Durante a primeira metade do século, não havia ainda fronda política ou social. (...)

"Por volta de 1750, diz Voltaire, *a nação, cansada de versos, tragédias, comédias, romances, óperas, histórias românticas, reflexões morais mais romanceadas ainda, e disputas sobre a graça e as convulsões, se põe a filosofar sobre o trigo.* De onde vem o alto preço do pão? Por que o trabalhador é tão miserável? Qual a matéria e o limite do imposto? Todo proprietário rural deve pagá-lo? Um proprietário pode pagar além do que sua terra produz?

Eis as questões que penetraram nos salões, sob os auspícios do Rei, através de Quesnay, seu médico, «seu pensador». (...)

"Ao mesmo tempo, (...) aparecem outras perguntas não menos novas: a França é uma monarquia temperada e representativa, ou um governo à maneira dos turcos? Vivemos sob a lei de um senhor absoluto, ou somos regidos por um poder limitado e controlado? (...)

"A mudança é fulminante, quase súbita. *Há cinqüenta anos,* diz d'Argenson, *o público não tinha curiosidade alguma pelas novidades do Estado. Hoje cada um lê sua «Gazeta de Paris», mesmo nas Províncias. Raciocina-se a torto e a direito sobre política.* (...)

"Uma vez que a conversação prova deste alimento, não o deixa mais, e os salões se abrem à filosofia política, depois à Enciclopédia, ao Contrato Social, às pregações de Rousseau, Mably, d'Holbach, Raynal e Diderot.

"Em 1759, d'Argenson, que se entusiasma, imagina-se próximo do momento final: *Sentimos um vento filosófico de governo livre e antimonárquico; isto se passa nos espíritos, e pode-se esperar que este governo esteja já nas mentes, para poder pô-lo em prática na primeira ocasião favorável. Talvez a Revolução se faça com menos protestos do que se imagina; ela se fará por aclamação.*

"Ainda não, mas a semente germina. Bachaumont, em 1762, assinala um dilúvio de panfletos, brochuras e dissertações políticas, *um furor de raciocinar em matéria de finanças e de governo.* Em 1765, Walpole constata que os ateus, que tinham então o domínio da conversa, se desencadeiam contra os reis e contra os padres.

"Uma palavra temível: «cidadão», importada por Rousseau, entrou na linguagem corrente, e, sinal decisivo, as mulheres se ornaram dela como de uma *cocarde.*

"Vós sabeis o quanto eu sou cidadã! — escrevia uma moça à sua amiga. *Como cidadã e como amiga, posso receber notícias mais agradáveis que estas, sobre a saúde de minha querida amiga e sobre a paz?* (...) Juntamente com a linguagem, os sentimentos se alteram e as grandes damas passam para a oposição".[1]

E Pierre Gaxotte observa: "Em 1771, depois do exílio do Parlamento, todas as sociedades de lazer e reuniões sociais tinham-se tornado, no dizer de Besenval, *pequenos Estados-gerais, onde as mulheres, transformadas em legisladoras, estabeleciam premissas e declamavam, com a maior segurança, máximas de direito público.*[2] Uma dessas revoltadas afirmava que *o poder*

---

1) H. Taine, *Les Origines de la France Contemporaine,* pp. 384 a 386

2) Jean-Denis Bredin, em sua conceituada biografia de Sieyès, constata o caráter generalizado dessa transformação:

absoluto era uma doença mortal, e que *as ações dos soberanos estão submetidas à censura dos seus próprios súditos".*[3]

"Suicídio" da Nobreza

A história da Revolução não foi só a dos revolucionários que se levantaram e derrubaram as elites dirigentes. Foi sobretudo a história da autodemolição dessas elites. Pois, o que se presenciou foi, na realidade, um verdadeiro "suicídio" da Nobreza, como se pode ver pelos textos apresentados a seguir.

"Uma aristocracia imbuída de máximas humanitárias e radicais — escreve Taine — cortesãos hostis à Corte, privilegiados que contribuíam para sabotar os privilégios; é preciso ver nas testemunhas do tempo este estranho espetáculo.

"*É admitido como princípio,* diz um contemporâneo, *que tudo deve ser trocado e subvertido.* Do mais alto ao mais baixo, nas assembléias, nos lugares públicos, não se encontravam entre os privilegiados senão opositores e reformadores".[4]

Exemplo típico desta autodemolição é o relato que o Conde de Ségur faz, em suas memórias, do comportamento da Nobreza nas vésperas da Revolução.

"Nós, jovem Nobreza francesa, sem lamentações pelo passado, sem inquietação pelo futuro, marchávamos alegremente sobre um tapete de flores que escondia um abismo. Sorridentes, criticávamos as modas antigas, o orgulho feudal de nossos pais e suas graves etiquetas. Tudo que era antigo nos parecia incômodo e ridículo.

"A gravidade das antigas doutrinas nos pesava. A filosofia sarcástica de Voltaire nos arrastava, divertindo-nos. Sem aprofundar as doutrinas dos escritores mais graves, nós as admirávamos como sinal de coragem e de resistência ao poder arbitrário...

"Freados nesta marcha leviana pela antiga altivez da velha Corte, pelas fastidiosas etiquetas do velho regime, pela severidade do antigo Clero, pelo afastamento de nossos pais em relação a nossas modas novas e nossos

---

"Essa evolução dos espíritos não foi exclusividade dos privilegiados nem dos salões parisienses. No interior do país, notadamente nas «academias provinciais», lugar de encontros e discussões, se podia observar uma agitação que ia contagiando tanto a Nobreza e os magistrados, como os funcionários e advogados. Abordavam-se então os problemas gerais da filosofia e se discutiam as questões sociais, que rapidamente conduziam às querelas políticas. (...) Exigiam-se reformas, denunciavam-se injustiças. O espírito de crítica estava por toda parte". (Jean-Denis Bredin, *Sieyès, la clé de la Révolution Française,* p. 41)

3) Pierre Gaxotte, *A Revolução Francesa,* pp. 58 e 59

4) H. Taine, op. cit., pp. 388 e 389

costumes favoráveis à igualdade, sentíamo-nos dispostos a seguir com entusiasmo as doutrinas filosóficas que os literatos espirituosos e ousados professavam.

"Voltaire arrastava nossos espíritos, Rousseau tocava nossos corações. Sentíamos um secreto prazer em ver atacado o velho edifício que nos parecia gótico e ridículo.

"Assim, ainda que nossa categoria social e nossos privilégios fossem restos do antigo poder, o qual era minado sob nossos pés, essa pequena guerra nos agradava. (...) Aplaudíamos as cenas republicanas de nossos teatros, os discursos filosóficos de nossas academias, as obras radicais de nossos literatos. (...)

"A liberdade, qualquer que fosse sua linguagem, nos agradava por sua coragem; a igualdade, por sua comodidade".[5]

"Ouvi toda a Corte, na sala de espetáculos do castelo de Versailles, aplaudir com entusiasmo «Brutus», tragédia de Voltaire, e particularmente estes dois versos:

"Sou filho de Brutus, e levo em meu coração
"A liberdade gravada e o horror aos reis

"A igualdade começava a reinar na sociedade. Em muitas ocasiões, os títulos literários tinham preferência sobre os títulos de Nobreza. (...) As instituições continuavam monárquicas, mas os costumes tornaram-se republicanos. Nós preferíamos um elogio de d'Alembert e Diderot ao favor mais assinalado de um príncipe. (...)

"Deixava-se livre curso a todos os escritos reformadores, a todos os projetos de inovação, aos pensamentos mais liberais, aos sistemas mais temerários".[6]

Literatura antimonárquica difundida por nobres

Uma quantidade prodigiosa de livros e panfletos atacando a monarquia circulou nessa época pela França. E o público a que se destinavam esses escritos é bem apontado por Simon Schama:

"Por mais espantoso que pareça, a Corte e a alta Nobreza eram os principais compradores das obras que mais combatiam sua autoridade. A cidade de Versailles tinha numerosas lojas onde os mascates profissionais

5) Ségur, *Mémoires*, p. 24, 28 e 44, apud Jean Paul Bertaud, *Les Origines de la Révolution Française*, pp. 51 e 52
6) Ségur, *Mémoires*, I, 87, 151, apud H. Taine, op. cit., pp. 390 e 391

LEITURA EM UM SALÃO DO ANCIEN RÉGIME. *Os nobres liam com avidez os livros e brochuras revolucionários que combatiam os privilégios da Nobreza e a autoridade real.*

(*colporteurs*) descarregavam seus estoques. (...)

"O apetite da Corte por literatura ousada — política e erótica — pode ser avaliado a partir do fato de que distribuidores semelhantes se localizavam nas cidadezinhas onde a Corte se instalava temporariamente, em especial Compiègne, Fontainebleau e Saint-Cloud. (...)

"O cocheiro do Duque de Praslin era um *colporteur*, e, em 1767, seis fardos de livros clandestinos foram encontrados numa carruagem com as armas do Marechal de Noailles. Dizia-se que até o irmão caçula do Rei, Artois (que, como Carlos X, adotaria uma posição de censor em relação à literatura sediciosa), protegia os *colporteurs*. (...)

"Havia um extraordinário grau de cumplicidade por parte das autoridades, em todo esse tráfico. Girardin, por exemplo, o vendedor especializado em libelos violentos contra a rainha, operava com impunidade a partir do *cul-de-sac* de l'Orangerie, no coração das Tulherias. O pátio da da mansão de Soubise (atualmente Arquivos Nacionais) era outro lugar semipúblico cheio de literatura subversiva".[7]

Exemplo desta autodemolição foi a atuação de Malesherbes, ministro de

7) Simon Schama, *Cidadãos*, pp. 158 e 161

Luís XV, encarregado da censura pública.

"De 1750 a 1763 — escreve Simon Schama — [Malesherbes] ocupou o posto de *directeur de la librairie*: o funcionário que decidia se um livro podia ou não ser publicado. Nem é preciso dizer que sua atitude se caracterizava pela criativa complacência. Sob sua administração publicou-se praticamente todo tipo de ateísmo declarado, panfletos pregando regicídio e pornografia.

"E, o mais importante, Rousseau e os editores da Enciclopédia, Diderot e d'Alembert, receberam a proteção de que precisavam para realizar sua grande obra. Em 1752, irritado com artigos do segundo volume que atacavam os jesuítas, o conselho real decretou sua supressão e estabeleceu multas pesadas para quem fosse pilhado imprimindo-o ou distribuindo-o.

"Pior, Malesherbes recebeu ordens de apreender todos os manuscritos, chapas e exemplares encadernados ou não. Mas ele não só avisou Diderot antes de a polícia chegar, como ainda o convenceu a esconder o exemplar insultuoso em sua própria casa, supondo, com razão, que esse seria o último lugar onde haveriam de procurar um material incriminador".[8]

E o que agravava a responsabilidade da Nobreza, neste combate à monarquia, era que — como bem observa Pierre Gaxotte — "estes nobres não são simples particulares. São servidores do Estado, magistrados, oficiais, embaixadores, ministros. A sua filosofia é, de qualquer forma, uma traição, pois, como defenderão eles o Rei e a Monarquia, se estão convencidos de que o melhor governo é a democracia? (...)

"Multipliquemos o exemplo de Malesherbes por cem e por mil, e teremos uma idéia do que foi a política interior da França de 1750 a 1789: uma progressiva abdicação da monarquia".[9]

"Mariage de Figaro"

O sintoma mais característico desse "suicídio" da Nobreza, e também do Clero, talvez tenha sido a acolhida que teve a peça de Beaumarchais, "Mariage de Figaro" [Casamento de Figaro].

Calvet comenta que, nessa peça teatral tristemente célebre por seu conteúdo subversivo, "Figaro, homem do povo, o lacaio que conhecia o mundo aristocrático e que mediu sua corrupção, se levanta diante do Conde Almaviva e empreende contra ele uma luta da qual sai vencedor, porque tinha razão e porque tinha espírito. Mas, na pessoa do Conde, era toda a Nobreza que era

---

8) Simon Schama, op. cit., pp. 98 e 99

9) Pierre Gaxotte, op. cit., pp. 60 a 62

PIERRE AGUSTIN CARON DE BEAUMARCHAIS (1732-1799). *Célebre dramaturgo, escritor do "Barbeiro de Sevilha" e do "Casamento de Fígaro". A propósito desta última obra, na qual atacava abertamente a realeza e os privilégios nobiliárquicos, declarou ironicamente: "Há uma coisa mais louca do que o «Mariage de Figaro». É o seu sucesso".*

visada e atingida com setas mordazes, que feriam no lugar certo.

"Para que ninguém pudesse enganar-se sobre seu pensamento, Figaro, em longo monólogo, numa confissão satírica, conta sua vida de miséria e acusava claramente a instituição social. Compreende-se que a censura tenha impedido, durante muitos anos, a representação de semelhante peça teatral. (...)

"O que se compreende menos foi o sucesso inaudito que teve o «Mariage de Figaro» em um mundo que ele ridicularizava. *Existe alguma coisa mais louca do que minha peça* — dizia Beaumarchais —, *é o seu sucesso.*

"Certamente, essa sociedade frívola, amiga do prazer e do espírito, estava encantada pela verve endiabrada de Figaro; mas, aplaudindo os dardos que atingiam todos os seus privilégios, ela mostrava que estava madura para a Revolução".[10]

Taine relata que, um pouco antes da peça ser apresentada ao público, "Beaumarchais, lendo em casa do Marechal de Richelieu seu «Mariage de Figaro» não censurado, bem mais verde e bem mais cru do que hoje em dia, teve por auditório bispos e arcebispos, os quais, dizia ele, *após terem se divertido enormemente, me garantiam que a publicariam, e que ela não continha*

10) J. Calvet, *Histoire de la Littérature Française*, p. 516

nenhuma palavra que atingisse os bons costumes. Foi assim que a peça passou, contra a razão de Estado, contra a vontade do Rei, pela cumplicidade de todos, até dos mais interessados em suprimi-la".[11]

"Quando os aristocratas aclamam aqueles que os enforcam em efígie, pode-se prever que não faltará muito para que os enforquem de fato"

A primeira apresentação da peça foi a 27 de abril de 1784. Escreve Gaxotte: "Toda a Corte lá estava. Às onze horas da manhã, já a Duquesa de Bourbon mandava os seus lacaios para a fila da bilheteria, que não abria senão às quatro horas. Senhoras de categoria instalaram-se no «galinheiro» com as filhas, e toda esta sociedade elegante aplaudiu estrondosamente as tiradas contra a Nobreza. (...)

"*Não julgava que fosse tão interessante para uma pessoa o ver-se enforcada em efígie,* dissera a dançarina Guimard. Quando os aristocratas aclamam aqueles que os enforcam em efígie, pode-se prever que não faltará muito para que os enforquem de fato".[12]

Jean Chalon, em sua conceituada biografia sobre Maria Antonieta, comenta: "Vaudreuil, Fronsac, Lamballe, Polignac, nobres senhores e nobres damas se extasiavam diante do monólogo de Figaro e aplaudiam esta tirada: *Que fizestes para terdes tantos bens? Tivestes o trabalho de nascer, e mais nada.* Era a condenação dos privilégios e dos que deles se aproveitavam. E foram esses privilegiados que, tendo a insensatez de exigir a apresentação do «Mariage de Figaro», assinalaram as primícias da Revolução e de suas subversões".[13]

E a Baronesa d'Oberkirch analisa em suas Memórias esse sucesso prodigioso.

"A peça de Beaumarchais atraiu toda a cidade de Paris. (...)

"A Família Real, os príncipes de sangue, toda a Corte se apressou em assistir às primeiras apresentações. (...)

"O «Mariage de Figaro» é talvez a coisa mais espirituosa que já se escreveu, sem excetuar as obras de Voltaire. É faiscante, um verdadeiro fogo de artifício. As regras da arte são aí chocadas do começo ao fim, e isto não

11) H. Taine, op. cit., p. 97
12) Pierre Gaxotte, op. cit., pp. 59 e 60
13) Jean Chalon, *Chère Marie Antoinette,* p. 193

impede que uma representação de mais de quatro horas não tenha um só momento de fastio.

"É uma obra-prima de imoralidade, eu diria mesmo de indecência, e contudo esta comédia continuará no repertório, será apresentada muitas vezes e agradará sempre.

"Os grandes senhores, parece-me, faltaram com o tato e a medida, aplaudindo-a; eles esbofetearam a própria face, riram deles mesmos, e o que é pior ainda, fizeram os outros rir. Eles se arrependerão mais tarde. Os debiques que eles aplaudiam os atingiram, mas eles não perceberam. Beaumarchais lhes apresentou sua própria caricatura, e eles responderam: *É isto mesmo, nós somos bem assim.* Estranha cegueira esta!"[14]

---

14) Baronne d'Oberkirch, *Mémoires*, p. 304

Capítulo 3

A Doutrina dos Filósofos se difunde pelo Povo

Como se acabou de ver, bem ao contrário do que se obstinam em propalar tantos órgãos de imprensa, as doutrinas que deram origem à Revolução Francesa não nasceram nas classes mais baixas da sociedade. Na realidade, só depois de terem infectado as classes altas é que elas influenciaram a média burguesia e certa parte do povo.

Com efeito, como afirma François Furet, "não foi nas fronteiras das ordens do Estado, mas no interior da sociedade cultivada, que tomou corpo, pouco a pouco, a alternativa política do século".[1]

"O que se dizia antes nos salões, se repete agora nas ruas"

Taine faz a mesma constatação, e assinala-a de modo mais categórico:

"Encerrada inicialmente no reservatório aristocrático — escreve ele —, a doutrina filtra por todos os interstícios, como uma água que escorre, e se espalha insensivelmente por todo o andar inferior. (...)

"[Aos poucos] a onda aumenta. Fala-se mal do governo nos cafés, nos passeios públicos, e a polícia não ousa prender os agitadores, *porque seria preciso prender todo mundo.*

"Até o final do reinado de Luís XV, a desafeição vai crescendo. Em 1744, dizia o livreiro Hardy, durante a doença do Rei em Metz, particulares

1) François Furet, *Penser la Révolution Française,* p. 182

mandaram rezar e pagaram, na sacristia de Notre-Dame, seis mil missas por sua cura; em 1757, após o atentado de Damiens, as missas encomendadas não foram mais que seiscentas; em 1774, durante a doença da qual ele morreu, este número caiu para três. (...)

"No começo do reinado de Luís XVI, um viajante que voltava ao país após alguns anos de ausência, a quem se perguntou quais mudanças notava na nação, respondeu: *Nenhuma, a não ser que, o que se dizia antes nos salões, se repete agora nas ruas.*

"E o que se repetia nas ruas era a doutrina de Rousseau, o Discurso sobre a Desigualdade, o Contrato Social ampliado, vulgarizado e repetido pelos discípulos, em todos os tons e sob todas as formas.

"Haveria algo de mais sedutor para o Terceiro-Estado? (...) Para os que desejavam controlar o poder e abolir os privilégios, que mestre mais simpático do que o escritor de gênio, o pensador metódico e possante, o orador apaixonado, (...) que nega o direito histórico, que proclama a igualdade dos homens, que reivindica a soberania do povo, que denuncia em cada página a usurpação, os vícios, a inutilidade e o malefício dos grandes e dos reis! (...)

"Um juiz competente, Malet du Pan, testemunha ocular, escreveu em 1799: *Nas classes médias e inferiores, Rousseau teve cem vezes mais leitores que Voltaire. Foi ele que inoculou nos franceses a doutrina da soberania popular e suas conseqüências mais extremas. (...) O Contrato Social, que dissolveu as sociedades, foi o Alcorão dos oradores ríspidos de 1789, dos jacobinos de 1790, dos republicanos de 1791 e dos furiosos mais atrozes. (...) Escutei Marat, em 1788, ler e comentar o Contrato Social nos passeios públicos, sob os aplausos de um auditório entusiasta.* (...)

"Pelos panegíricos de Thomas, pelas pastorais de Bernardin de Saint-Pierre, pela compilação de Raynal, pelas comédias de Beaumarchais, até mesmo pelo «Jovem Anacharsis» e pela nova moda da antigüidade grega e romana, os dogmas da igualdade e da liberdade filtraram e penetraram em toda classe que sabia ler. (...)

"Era o espírito de Rousseau, «o espírito republicano», que ganhou toda a classe média, representada por artistas, empregados, párocos, médicos, procuradores, advogados, letrados e jornalistas".[2]

---

2) H. Taine, *Les Origines de la France Contemporaine*, pp. 412 a 416

"As tendências desordenadas, à medida que se satisfazem, crescem em intensidade"

Conforme já foi analisado neste estudo, as doutrinas revolucionárias formuladas pelos filósofos no século XVIII serviram de justificação para as tendências desordenadas que lavravam na sociedade francesa daquela época, dando-lhes direito de cidadania. Além disso, uma vez divulgadas e admitidas, tais doutrinas, contribuíram para exacerbar ainda mais o desregramento das tendências.

O Prof. Plinio Corrêa de Oliveira, explica de forma clara e concisa esse fenômeno: "Essas tendências desordenadas se desenvolvem como os pruridos e os vícios, isto é, à medida mesmo que se satisfazem, crescem em intensidade. As tendências produzem crises morais, doutrinas errôneas e depois revoluções. Umas e outras, por sua vez, exacerbam as tendências. Estas últimas levam em seguida, e por um movimento análogo, a novas crises, novos erros, novas revoluções".[3]

Desta forma, por exemplo, o vício do orgulho foi sendo cada vez mais exasperado, nas pessoas que se deixaram intoxicar pelas doutrinas igualitárias. Taine faz notar finamente como isso se dá a partir mesmo de pequenos episódios da vida quotidiana.

"O Terceiro-Estado — escreve ele — julgando-se privado do lugar que lhe pertencia, sentia-se mal no lugar que ocupava. E sofria assim os mil pequenos choques, que antes não teria notado. Quando alguém se considera cidadão, irrita-se ao ser tratado como súdito, e ninguém aceita estar abaixo de quem acredita ser igual.

"É o motivo pelo qual, durante seus últimos vinte anos, o Ancien Régime, apesar de se ter aliviado, pareceu estar mais pesado, e suas picuetadas exasperavam como feridas. (...)

"Graças a Rousseau, a vaidade, tão natural ao homem, tão sensível entre os franceses, tornou-se ainda mais sensível. O menor matiz, um simples tom de voz, parecia um sinal de desdém. (...)

"Champfort conta com acrimônia que estando d'Alembert, no auge de sua reputação, em casa de Mme. du Deffand com o presidente Hénault e M. de Pont-de-Veyle, chegou um médico chamado Fournier que, ao entrar, disse a Mme. du Deffand: *Madame, tenho a honra de vos apresentar meu muito humilde respeito*; ao presidente Hénault: *Senhor, tenho a honra de vos saudar*; M. de Pont-de-Veyle: *Senhor, sou vosso humilde servidor*; e a d'Alembert: *Bom dia, Senhor*. Quando o coração está revoltado, qualquer coisa é motivo de ressentimentos. (...)

3) Plinio Corrêa de Oliveira, *Revolução e Contra-Revolução*, p. 24

"Estejais certos de que, com Marat, veterinário das cavalariças do Conde d'Artois, com Robespierre, protegido do Bispo de Arras, com Danton, que assinava d'Anton até em escritura pública, e com todos os outros, em vinte ocasiões o amor-próprio havia sangrado da mesma forma. A amargura concentrada, que embebe as memórias de Mme. Roland, não tem outra causa. *Ela não perdoava à sociedade o lugar inferior que por muito tempo ocupara.* (...)

"Champfort sentia-se amargurado pela polidez com que o cobriam. Sieyès sente-se injustiçado pela prebenda que lhe prometeram e não lhe deram. Cada um, além de reclamação geral, tem sua reclamação pessoal. As friezas, como as familiaridades, as atenções, como as desatenções, são ofensas, e, sob esses milhões de alfinetadas reais ou imaginárias, o pote de fel se enche".[4]

A Nobreza, e o próprio Rei, "conscientizam" o povo

Tocqueville observa que não só os filósofos, mas até o próprio Rei e seus ministros, se empenhavam em "conscientizar" o povo das "injustiças" de que era objeto.

"Eles empregavam sua retórica para descrever suas misérias [do povo] e seu trabalho mal recompensado: eles o enchiam de furor, procurando assim aliviá-lo. Não me refiro aos escritores, mas ao governo e a seus principais agentes, os próprios privilegiados.

"Quando o Rei, treze anos antes da Revolução, tentou abolir a *corvée,* dizia no preâmbulo de seu decreto: *Com exceção de um pequeno número de Províncias, quase todos os caminhos do Reino foram feitos gratuitamente pela parte mais pobre de nossos súditos. Todo o peso caiu, pois, sobre aqueles que não têm senão seus braços, e não são interessados nos caminhos senão muito secundariamente. Os verdadeiros interessados são os proprietários, quase todos privilegiados, cujos bens aumentam de valor pela construção das estradas. Forçando os pobres a mantê-las sozinhos, obrigando-os a dar seu tempo e seu trabalho sem salário, priva-se-os do único recurso contra a miséria e a fome, para fazê-los trabalhar em proveito dos ricos.*

"Quando se tratou, na mesma época, de fazer desaparecer as restrições que o sistema de corporações industriais impunha aos trabalhadores, proclamou-se em nome do Rei que *o direito de trabalhar é a mais sagrada de todas as propriedades; que toda lei que o atinge viola o direito natural, e deve ser considerada como nula; que as corporações existentes eram, por outro lado,*

4) H. Taine, op. cit., pp. 416 a 420

instituições ultrapassadas e tirânicas, produto do egoísmo, da cupidez e da violência. Semelhantes palavras eram perigosas. E pior ainda era pronunciá-las em vão. Alguns meses mais tarde, restabeleciam-se as corporações e a *corvée.*[5] (...)

"Um intendente, para estimular a caridade dos ricos, falava então *da injustiça e da insensibilidade desses proprietários, que devem ao trabalho dos pobres tudo o que possuem, e que os deixam morrer de fome, no mesmo momento em que eles se esgotam por valorizar seus próprios bens.*

"O Rei, por sua parte, dizia em uma ocasião análoga: *Sua Majestade quer defender o povo contra as manobras que o exponham à carência dos alimentos de primeira necessidade, e o obriguem a trabalhar por qualquer salário que os ricos queiram pagar-lhe. O Rei não permitirá que uma parte dos homens seja entregue à avidez da outra.*

"Até o fim da monarquia, a luta existente entre os diferentes poderes administrativos deu lugar a toda sorte de manifestações desta espécie: os dois contendores se acusavam de bom grado, um ao outro, das misérias do povo.

"Isto se percebia sobretudo na querela que houve em 1772, entre o Parlamento de Toulouse e o Rei, a propósito da circulação dos grãos. *O governo, por suas falsas medidas, arrisca fazer o povo morrer de fome,* dizia o Parlamento. *A ambição do Parlamento e a avidez dos ricos causam a aflição pública,* respondia o Rei. Dos dois lados trabalhava-se, assim, para introduzir no espírito do povo a idéia de que os superiores eram as causas de seus males. (...)

"Isto se tornaria visível sobretudo durante os dez anos que precederam 89. Lamentava-se freqüentemente pelos camponeses, falava-se deles sem cessar, procurava-se saber por meio de que expedientes se poderia aliviá-los, punham-se à luz os principais abusos que eles sofriam, e censuravam-se as leis fiscais que os prejudicavam particularmente".[6]

Incitamento à luta de classes

"À medida que se aproximava 1789 — continua Tocqueville — essa simpatia pelas misérias do povo tornava-se mais viva e mais imprudente. Tive em mãos circulares que várias assembléias populares dirigiram, nos primeiros dias de 1788, aos habitantes de diversas paróquias, com o objetivo de instruí-los detalhadamente sobre as queixas que poderiam fazer. (...)

---

5) Sobre as corporações e a *corvée*, ver Parte II, cap. 1.

6) Alexis de Tocqueville, *L'Ancien Régime et la Révolution*, pp. 226 a 229

"Era inflamar cada homem particularmente, pela descrição de suas misérias; apontar-lhe com o dedo os autores; torná-lo ousado pelo conhecimento do pequeno número deles [os autores], e penetrar até o fundo de seu coração, para acender ali a cupidez, a inveja e o ódio. (...)

"Nesses «panfletos», o nome de cada privilegiado, nobre ou burguês, é cuidadosamente indicado. Sua maneira de viver é às vezes descrita, e sempre criticada. Procura-se saber com empenho o valor de seus bens e descreve-se amplamente o número e a natureza de seus privilégios, e, sobretudo, o prejuízo que eles causam aos outros habitantes da aldeia. Enumera-se a quantidade de trigo que é preciso dar-lhes anualmente; calcula-se suas rendas com inveja, rendas que não beneficiam a ninguém, dizia-se. A espórtula do padre — seu salário, como já se falava na época — é excessiva; assinala-se com amargura que é preciso pagar tudo na igreja, e que o pobre não podia nem ser enterrado gratuitamente. Quanto aos impostos, eram todos injustos e opressores; não havia um só que encontrasse graça a seus olhos, e falavam de todos numa linguagem violenta, na qual se sentia o furor.

"Os impostos indiretos são odiosos, diziam; não há lar que o fiscal da fazenda não examine. Nada é sagrado a seus olhos, e a suas mãos. As taxas dos registros são esmagadoras: o cobrador de impostos é um tirano, com uma cupidez tal que se serve de todos os meios para atormentar os pobres; os oficiais de justiça não são melhores que eles; não existe um só agricultor honesto que esteja ao abrigo de sua ferocidade; os coletores são obrigados a arruinar seus vizinhos, para não se exporem, eles próprios, à voracidade desses déspotas.

"A Revolução não anuncia apenas sua proximidade: ela já está presente, já fala sua linguagem e mostra totalmente sua face".[7]

Em 1789, o pote de fel está cheio e vai transbordar

Desta forma, por obra não só dos filósofos, mas também da Nobreza e do próprio governo contaminados pelas idéias revolucionárias, o orgulho igualitário de certos elementos das classes inferiores foi se exacerbando, e, segundo a expressão de Taine, "o pote de fel foi se enchendo".

"Em 1789, ele está cheio e vai transbordar. *O título mais respeitável da Nobreza francesa* — escreve Champfort — *é de descender imediatamente de alguns dos trinta mil homens que, com capacetes, couraças, pernas e braços protegidos, em grandes cavalos revestidos de ferro, calcaram aos pés os oito ou dez milhões de homens nus, ancestrais da atual nação. Eis um direito bem*

7) Alexis de Tocqueville, op. cit., pp. 230 e 231

QU'EST-CE QUE

LE TIERS-ÉTAT?

LE plan de cet Ecrit eſt aſſez ſimple. Nous avons trois queſtions à nous faire.

1°. Qu'eſt-ce que le Tiers-Etat? TOUT.

2°. Qu'a-t-il été juſqu'à préſent dans l'ordre politique? RIEN.

3°. Que demande-t-il? A devenir QUELQUE CHOSE.

On va voir ſi les réponſes ſont juſtes. Nous examinerons enſuite les moyens que l'on a eſſayés, & ceux que l'on doit prendre, afin que le Tiers-Etat devienne, en effet, *quelque choſe*. Ainſi nous dirons:

4°. Ce que les Miniſtres ont *tenté*, & ce que les Privilégiés eux-mêmes *propoſent* en ſa faveur.

5°. Ce qu'on auroit *dû* faire.

6°. Enfin, ce qui *reſte* à faire au Tiers pour prendre la place qui lui eſt dûe.

A 2

"O QUE É O TERCEIRO-ESTADO?" – *Com este título, o Pe. Emmanuel Joseph Sieyès (1748-1836), um dos fundadores do Clube dos Jacobinos, publicou um panfleto virulento contra a Nobreza, pouco antes da eclosão da Revolução Francesa.*

evidente para o respeito e o amor de seus descendentes! E, para acabar de tornar-se respeitável, esta Nobreza se recruta e se regenera pela adoção de homens que aumentaram suas fortunas despojando a cabana do pobre que não tinha com o que pagar seus impostos".[8]

Em janeiro de 1789, Sieyès[9] perguntava:

"Por que o Terceiro-Estado não devolve para as florestas da Francônia todas essas famílias que conservam a louca pretensão de serem originárias da raça de conquistadores, e de sucedê-los nos direitos de conquista? (...)

"Todo privilégio é, por sua própria natureza, injusto, odioso e contrário ao

8) H. Taine, op. cit., p. 420

9) No campo das idéias, um dos mais violentos ataques sofridos pela Nobreza foi infligido pelo Pe. Sieyès, homem que, segundo seu biógrafo Jean-Denis Bredin, tinha por motor essencial de sua ação o ódio aos privilegiados. No panfleto intitulado "O que é o Terceiro-Estado?" Sieyès imagina uma situação intolerável, onde uma minoria (Primeiro e Segundo-Estados) detém o poder político e todos os privilégios, e a maioria (Terceiro-Estado) se encontra privada de seus direitos fundamentais.

pacto social. (...) O sangue ferve diante da simples idéia de que foi possível consagrar legalmente, no fim do século XVIII, os abomináveis frutos do abominável feudalismo. (...) A casta dos nobres é verdadeiramente um povo à parte, mas um falso povo que, não podendo, por ser inútil, existir por si mesmo, se une a uma nação real, como certos tumores vegetais que não podem viver senão da seiva das plantas que eles esgotam e dessecam (...).

"[Ponhamos um fim a este crime social,] a este longo parricídio que uma classe se honra de cometer diariamente contra as outras. (...) Não pergunteis mais que lugar os privilegiados devem ocupar na ordem social; isto equivaleria a perguntar que lugar se quer designar, no corpo de um doente, ao tumor maligno que o mina e atormenta, (...) à doença espantosa que devora sua carne viva".[10]

A única conclusão lógica a se tirar dessas idéias é apontada por Taine:

"A conseqüência é clara: extirpemos a úlcera, ou ao menos varramos a canalha! (...)

"*O que é o Terceiro-Estado? Tudo. O que ele foi até agora, na ordem política? Nada. Que pede ele? Ser alguma coisa.* — Não apenas alguma coisa, mas tudo. Sua ambição política é tão grande quanto sua ambição social, e ele aspira à autoridade tanto quanto à igualdade. (...)

"Libertado do despotismo real, o Terceiro-Estado se indigna contra o despotismo possível, e crer-se-ia escravo se consentisse em continuar súdito. O orgulho doente se levanta, se irradia e, para melhor assegurar seu direito, reivindica todos os direitos. (...)

"Segundo o princípio de Rousseau, não é preciso avaliar os homens, mas contá-los. Em política, apenas o número é respeitável; o nascimento, a propriedade, a função, a capacidade, são apenas títulos: grande ou pequeno, ignorante ou sábio, general, soldado ou ajudante, no exército social cada indivíduo é apenas uma unidade munida de um voto. Onde estiver a maioria, está o direito. É por isso que o Terceiro-Estado imagina seu direito incontestável e, por sua vez, afirma como Luís XIV: *O Estado sou eu!*".[11]

---

10) Emmanuel J. Sieyès, *Qu'est-ce que le Tiers État?*, pp. 39, 44, 45, 152, 176, 177 e 187

11) H. Taine, op. cit., pp. 423 e 424

O revolucionário arquetípico forjado pela Revolução Francesa

"Na maior parte das grandes revoluções políticas que ocorreram no mundo — escreve Tocqueville — os que atacaram as leis estabelecidas respeitaram as crenças. E, na maior parte das revoluções religiosas, os que atacaram a religião não pretenderam mudar a natureza e a ordem dos poderes e abolir totalmente a antiga constituição do governo. Havia pois, nos grandes desabamentos sociais, um ponto que continuava sólido.

"Mas, na Revolução Francesa, porque as leis religiosas foram abolidas ao mesmo tempo que as civis, o espírito humano perdeu inteiramente seu equilíbrio. Não soube mais onde apoiar-se nem onde parar. Viu-se então aparecer revolucionários de uma espécie desconhecida, que levaram a audácia até a loucura. Para eles, nenhuma novidade podia surpreender, nenhum escrúpulo arrefecer. Não hesitavam jamais diante da execução de qualquer desígnio.

"E não devemos acreditar que estes seres novos tenham sido criação isolada ou efêmera de um momento, destinada a passar com ele. Eles formaram desde então uma raça que se perpetuou e espalhou-se por todos os lugares civilizados da terra, e, em parte, conservaram a mesma fisionomia, as mesmas paixões e o mesmo caráter. Nós a encontramos no mundo que nascia; ela permanece ainda diante de nossos olhos".

(Alexis de Tocqueville, *L'Ancien Régime et la Révolution*, p. 208)

Conclusão

Por tudo o que foi exposto a respeito da profunda mudança das mentalidades, dos costumes e das idéias, ocorrida principalmente nas classes dirigentes da sociedade do Ancien Régime, pode-se concluir que a Revolução Francesa não foi apenas a mudança de um regime político, o resultado de uma crise social ou a reformulação de um sistema econômico.

Poder-se-ia até afirmar que ela nem teve verdadeiras causas econômicas. Poderá ter tido, quando muito, pretextos econômicos.[1]

Para os revolucionários, tratava-se de destruir "uma ordem de coisas, uma visão do universo e um modo de ser do homem, (...) com o intuito de substituí-los por outros radicalmente contrários".[2]

Neste sentido, Tocqueville comenta que, "como a Revolução Francesa não teve por objetivo apenas trocar um governo antigo, mas abolir a antiga forma da sociedade, ela teve que atacar ao mesmo tempo todos os poderes estabelecidos, arruinar todas as influências reconhecidas, apagar as tradições, renovar os costumes e os modos de ser e esvaziar de algum modo o espírito humano de todas as idéias sobre as quais estavam fundados o respeito e a obediência. Daí seu caráter tão singularmente anárquico".[3]

De fato, segundo Tocqueville, "a Revolução (...) destruiu inteiramente ou está destruindo (porque ela ainda continua) tudo o que, na antiga sociedade, emanasse das instituições aristocráticas e feudais, tudo o que se ligasse a elas de alguma maneira, ou que portasse em si, no menor grau, o mais leve sinal delas.

"É surpreendente que isto, hoje tão fácil de discernir, parecesse tão confuso e tão velado aos olhos mais clarividentes.

---

1) Toda a problemática referente à ameaça de bancarrota do Estado pelo "insaldável" déficit público, que motivou a convocação dos Estados-gerais para 1789, será analisada com atenção no volume seguinte, que tratará da Revolução Francesa propriamente dita.

2) Plinio Corrêa de Oliveira, *Revolução e Contra Revolução,* p. 28

3) Alexis de Tocqueville, *L'Ancien Régime et la Révolution,* p. 85

"Quereis corrigir os abusos de vosso governo, dizia Burke aos franceses, *mas por que fazer tudo de novo? Por que não retornais a vossas antigas tradições? Por que não vos limitais a restabelecer vossas antigas franquias? Ou, se já vos for impossível reencontrar a fisionomia apagada da constituição de vossos pais, por que não olhais para vosso lado? Lá encontrareis a antiga lei comum da Europa.*

"Burke não percebia o que tinha diante dos olhos. O que a Revolução deveria abolir era precisamente essa antiga lei comum da Europa. Ele não discernia que era propriamente disto que se tratava, e não de outra coisa".[4]

A Revolução Francesa não foi, pois, um fato espetacular e isolado, resultado de uma crise econômica social ou política do Ancien Régime. Mas — como indica o Prof. Plinio Corrêa de Oliveira — foi uma etapa de uma Revolução muito mais ampla de um "processo crítico já cinco vezes secular, um longo sistema de causas e efeitos que, tendo nascido, em momento dado, com grande intensidade, nas zonas mais profundas da alma e da cultura do homem ocidental, vem produzindo, desde o século XV até nossos dias, sucessivas convulsões. (...)

"Este processo não deve ser visto como uma seqüência toda fortuita de causas e efeitos, que se foram sucedendo de forma inesperada. Já em seu início possuía esta crise as energias necessárias para reduzir a atos todas as suas potencialidades..."[5]

No mesmo sentido, o decano da Faculdade de Letras de Toulouse, Jacques Godechot, escreve que "a Revolução Francesa não pode ser considerada como um fenômeno particular, isolado, nacional. Ela não constituiu senão um episódio, o mais importante sem dúvida, de uma grande Revolução que subverteu todo o Ocidente".[6]

Com outras palavras, Tocqueville confirma: "A Revolução não foi, de modo algum, um acontecimento fortuito. Ela tomou o mundo de improviso, é verdade, mas ela não foi senão o complemento de um longo trabalho, o término súbito e violento de uma obra, na qual dez gerações de homens haviam trabalhado.

"Se ela não tivesse acontecido, o velho edifício social teria tombado da mesma forma; mais cedo aqui, mais tarde lá; apenas teria continuado a cair peça por peça, em lugar de desmoronar de uma só vez.

"A Revolução realizou subitamente, por um esforço convulsivo e doloroso, sem transição, sem precaução e sem cuidados, o que se teria realizado pouco a pouco por si mesmo, a longo prazo. Tal foi sua obra".[7]

---

4) Alexis de Tocqueville, op. cit., p. 96
5) Plinio Corrêa de Oliveira, op. cit., p. 18
6) Jacques Godechot, *Les Révolutions (1770-1799)*, p. 5
7) Alexis de Tocqueville, op. cit., p. 96

BIBLIOGRAFIA

AFTALION, Florin, *L'Economie de la Révolution Française,* Ed. Hachette, Paris, 1987.

BASSE, Bernard, *La Constitution de l'Ancienne France,* Les Presses Saint-Louis, Liancourt, 1973.

BERTRAND, Louis, *Les Journées du Grand Roi,* Flammarion, Paris, 1935.

BLUCHE, François, *La Vie Quotidienne au Temps de Louis XVI,* Hachette, Paris, 1980.

BOSSENGA, Gail, *Dictionnaire Critique de la Révolution Française,* Ed. Flammarion, Paris, 1988.

BOUGAUD, Louis Émile, évêque de Laval, *Histoire de la Bienheureuse Marguerite-Marie,* Librairie Ch. Poussielgue, Paris, 1900.

BOUILLÉ, Marquis de, *Mémoires,* Boudoin Frères Imprimeurs, Paris, 1821.

BIEN, David D., *Dictionnaire Critique de la Révolution Française,* Flammarion, Paris, 1988.

BREDIN, Jean-Denis, *Sieyès, la clé de la Révolution Française,*Editions de Fallois, Paris, 1988.

CALVET, J., *Manuel Illustré d'Histoire de la Littérature Française,* J. de Gigord Editeur, Paris, 1956.

CAMPAN, Mme., *Mémoires sur la Vie Privée de Marie Antoinette,* Baudoin Frères Libraire, Paris, 1822.

CASANOVA, Antoine, *Vive la Révolution, 1789-1989,* Messidor/Editions sociales, Paris, 1989.

CHALON, Jean, *Chère Marie Antoinette,* Librairie Académique Perrin, Paris, 1988.

CHAUNU, Pierre, *Le Grand Déclassement,* Ed. Robert Laffont, Paris 1989.

COBBAN, Alfred, *Le Sens de la Révolution Française,* C. Julliard, Paris, 1984.

COCHIN, Augustin, *La Révolution et la Libre-Pensée,* Ed. Copernic, 1979.

COCHIN, Augustin, *Les Sociétés de Pensée et la Révolution en Bretagne,* Plon, Paris, 1925.

COCHIN, Augustin, *Sociétés de Pensée et Démocratie Moderne,* Ed. Plon, Paris, 1925.

CORRÊA DE OLIVEIRA, Plinio, *Automóveis, Mentalidades, Estilos de Vida,* Ambientes, Costumes e Civilizações; Catolicismo, nº 36, dezembro de 1953.

CORRÊA DE OLIVEIRA, Plinio, *Doutor, Profeta e Apóstolo na Crise Contemporânea,* Catolicismo, nº 53, maio 1955.

CORRÊA DE OLIVEIRA, Plinio, *Nobreza e elites tradicionais análogas nas alocuções de Pio XII ao Patriciado e à Nobreza romana,* Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade; São Paulo, 1992.

CORRÊA DE OLIVEIRA, Plinio, *Pintando a Alma Humana,* Ambientes, Costumes e Civilizações; Catolicismo, nº 5, maio de 1951.

CORRÊA DE OLIVEIRA, Plinio, *Popularidade de Hoje e de Outrora,* Ambientes, Costumes e Civilizações; Catolicismo, nº 4, abril de 1951.

CORRÊA DE OLIVEIRA, Plinio, *Prólogo à edição argentina de "Revolución y Contra-Revolución",* Tradición, Familia y Propiedad, Buenos Aires, 1970.

CORRÊA DE OLIVEIRA, Plinio, *Revolução e Contra-Revolução,* Diário das Leis, São Paulo, 1982, 2ª ed.

DARNTON, Robert, *O Lado Oculto da Revolução,* Editora Schwarcz Ltda. - S.Paulo, 1988.

DEBRAY, Régis, *Que vive la République,* éd. Odile Jacob, Paris, 1989.

DEFFAND, Marquise du, *Correspondence Complète,* Typographie de Henri Plon, Paris, 1865.

DELASSUS, Mons. Henri, *L'Esprit Familial,* Desclée, de Brouwer, Lille, 1910.

DUBY, Georges, *Histoire de la France — Dynasties et Révolutions — de 1348 a 1852,* Librairie Larousse, Paris, 1971.

ELLUL, Jacques, *Histoire des Institutions,* Presses Universitaires de France, Paris, 1956.

ENCICLOPÉDIA UNIVERSAL ILUSTRADA ESPASA-CALPE, Barcelona, 1924.

FAŸ, Bernard, *La Grande Révolution,* Ed. Le Livre Contemporaine, Paris, 1959.

FRÉNILLY, Baron de, *Mémoires,* Librairie Académique Perrin, 1987.

FUNCK-BRENTANO, Frantz, *Le Moyen Age,* Librairie Hachette, Paris, 1947.

FUNCK-BRENTANO, Frantz, *Les Nouvellistes,* Librairie Hachette et Cie., Paris, 1905.

FUNCK-BRENTANO, Frantz, *L'Ancien Régime,* vol. I e II, Americ=Edit., Rio de Janeiro, 1936.

FURET, François, *Dictionnaire Critique de la Révolution Française,* Flammarion, Paris, 1988.

FURET, François, *Penser la Révolution Française,* Ed. Gallimard, Paris, 1978.

FUSTEL DE COULANGES, *A Cidade Antiga,* Martins-Fontes Editora, São Paulo, 1987.

GAXOTTE, Pierre, *A Revolução Francesa,* Livraria Tavares Martins, Porto, 1962.

GAXOTTE, Pierre, *Histoire des Français,* Flammarion, Paris, 1972.

GAXOTTE, Pierre, *La France de Louis XIV,* ed. Hachette, Paris, 1946.

GAXOTTE, Pierre, *La Régence, une Révolution Manquée,* Historia nº 316, p. 129.

GODECHOT, Jacques, *Les Révolutions (1770-1799),* Presses Universitaires de France, Paris, 1970.

GONCOURT E. et J. de, *Histoire de la société française pendant la Révolution,* Flammarion, Paris, 1864.

GONCOURT, E. et J., *La Femme au Dix-huitième Siècle,* G. Charpentier et Cie., Editeurs 1890, Paris.

GORCE, Pierre de la, *Histoire Religieuse de la Révolution Française,* Libraire Plon, Paris, 1909.

GOUBERT, Pierre, *L'Ancien Régime 1: La Société,* Lib. Armand Colin, Paris, 1969.

HAZARD, Paul, *La Pensée Européenne au XVIIIe. siècle,* Libraire Arthème Fayard, Paris, 1963.

HINCKER, François, *Les Français devant l'impôt sous l'Ancien Régime,* Flammarion, Paris, 1971.

KROPOTKIN, Pedro, *A Grande Revolução 1789-1793,* Livraria Projuno Editora, Salvador, Brasil 1955.

KUNSTLER, Charles, *La Vie Quotidienne sous Louis XVI,* Lib. Hachette, Paris, 1950.

LAUNAY, Michel, *Oeuvres Complètes de Rousseau,* Edition du Seuil, Paris, 1971.

LE BON, Gustave, *A Revolução Francesa e a Psicologia das Revoluções,* Livraria Garnier, Rio de Janeiro, 1922.

LEÃO XIII, Encíclica *Au Milieu des Sollicitudes,* de 16-II-1892, "Bonne Presse", Paris.

LEÃO XIII, Encíclica *Diuturnum Illud* 29-VI-1881, Editora Vozes Ltda, Petrópolis, RJ, 1948.

LEÃO XIII, Encíclica *Immortale Dei,* de 1-XI-1885 — "Bonne Presse", Paris.

LEÃO XIII, Encíclica *Parvenu* de 19-III-1902, Editora Vozes Ltda, Petrópolis, RJ, 1947.

LENÔTRE, G., *Existences d'Artistes*, Editions Bernard Grasset, Paris, 1949.

LENÔTRE, G., *Gens de la Vieille France,* Libr. Ac. Perrin, Paris, 1919.

LENÔTRE, G., *La Révolution par ceux qui l'ont vue,* Ed. Bernard Grasset, Paris, 1934.

LENÔTRE, G., *Vielles Maisons, Vieux Papiers*, 4ª série, Librairie Académique Perrin, Paris, 1910.

LEVRON, Jacques, *La Vie Quotidienne à la Cour de Versailles,* Librairie Hachette, Paris, 1965.

LLORCA, GARCIA VILLOSLADA, MONTALBAN, *Historia de la Iglesia Católica,* B.A.C., Madrid, 1968.

MADELIN, Louis, *La Révolution,* Tallandier, Paris, 1979.

MAISTRE, Joseph de, *Considérations et Fragments sur la France,* Libr. Catholique Em. Vitte, Paris, 1924.

MANDROU, Robert, et, DUBY, Georges, *Histoire de la Civilisation Française XVIIIe. XXe. Siècle,* L. Armand Colin, Paris, 1968.

MANIN, Bernard, *Dictionnaire Critique de la Révolution Francaise,* Flammarion, Paris, 1988.

MANSEL, Philip, *La Cour sous la Révolution, l'Exil et la Restauration 1789-1830,* Tallandier, Paris, 1989.

MATHIEZ, Albert, *La Révolution Française,* Libraire Armand Colin, Paris 1963.

MAUROIS, André, *Histoire de la France,* Ed. Albin Michel, Paris, 1947.

MAZAURIC, Claude, *Vive la Révolution,* Messidor/Editions sociales, Paris, 1989.

MÉTHIVIER, Hubert, *La Fin de l'Ancien Régime,* Presses Universitaires de France, Paris, 1974.

MORNET, Daniel, *Les Origines Intelectuelles de la Révolution Française,* Librairie Armand Colin, Paris, 1967.

OBERKIRCH, Baronne d', *Mémoires,* Ed. Mercure de France, Paris, 1970.

ONKEN, Wilhelm, *Historia Universal,* Montaner y Simon Editores, Madrid, 1929.

ORIEUX, Jean, *Talleyrand,* Flammarion, Paris, 1970.

ORIEUX, Jean, *Voltaire,* Ed. Flammarion, Paris, 1966.

ORMESSON, Jean d', *Versailles aux Quatre Saisons,* Hachette, Paris, 1981.

OZOUF, Mona, *Dictionnaire Critique de la Révolution Française,* Flammarion, Paris, 1988.

PALMER, R.R., *Les Grandes Vagues Révolutionnaires — 1789 —* Ed. Calmann-Lévy, Paris, 1968.

PASTOR, Ludwig, *Historia de los Papas,* Editorial Gustavo Gili, Barcelona, 1948.

PERNOUD, Régine, *Pour en finir avec le Moyen Age,* Edition du Seuil, Paris, 1977.

PICARD, Roger, *Les Sallons Littéraires et la Société Française 1610-1789,* Brentamos, New York, 1943.

PILON, Edmond, *La Vie de Famille au XVIIIème. Siècle,* Chez Henri Jonquières Editeurs, Paris, 1928.

PIO VI, *Alocução ao Consistório,* de 17-VI-1793 — "Les Enseignements Pontificaux — La Paix Intérieure des Nations — par les moines de Solesmes" — Desclée & Cie.

PIO X, São, *Carta Apostólica Notre Charge Apostolique,* de 25-VIII-1910, Acta Apostolicae Sedis.

PIO XII, *Discorsi e Radiomessaggi di Sua Santità Pio XII,* Tipografia Poliglotta Vaticana, vol. V e VI, 1958.

PRECLIN, E. et JARRY, E., *Histoire de l'Eglise de Fliche et Martin,* Bloud & Gay, Paris, 1955.

ROBERT, Henri, *Os Grandes Processos da História,* Editora Globo, Porto Alegre, 1960.

ROHRBACHER, Pe., *Histoire Universelle de L'Eglise Catholique,* Société Générale de Librarie Catholique, Paris, 1885.

ROUSSEAU, Jean-Jacques, *Discours sur l'origine de l'inégalité,* Œuvres Complètes, Ed. du Seuil, Paris, 1971.

ROUSSEAU, Jean-Jacques, *Discours sur les sciences et les artes,* Œuvres Complètes, Ed. du Seuil, Paris, 1971.

ROUSSEAU, Jean-Jacques, *du Contrat Social,* Œuvres Complètes, Ed. du Seuil, Paris, 1971.

ROUSSEAU, Jean-Jacques, *L'Emile,* Œuvres Complètes, Ed. du Seuil, Paris, 1971.

ROUSSEAU, Jean-Jacques, *Les Confessions,* Œuvres Complètes, Ed. du Seuil, Paris, 1971.

ROUSSEAU, Jean-Jacques, *Lettre a M. de Malesherbes, 12-1-1762,* Œuvres Complètes, Ed. du Seuil, Paris, 1971.

ROUSSEAU, Jean-Jacques, *Lettres au Marquis de Mirabeau,* Œeuvres Complètes, Ed. du Seuil, Paris, 1971.

SAGNAC, Philippe, *La Formation de la Société Française Moderne,* Presses Universitaires de France, Paris, 1945.

SAINT SIMON, Duc de, *Mémoires,* vol. IV, Gallimard, Dijon, 1955.

SARDÁ Y SALVANY, D. Felix, *Piedoso Mês de Outubro,* Tipografia Casa Nun'Alvares, 1935, Porto.

SCHAMA, Simon, *Cidadãos,* Editora Schwarcz Ltda, S. Paulo, 1989.

SEDILLOT, René, *Le Coût de la Révolution Française,* Libraire Académique Perrin, Paris, 1987.

SÉGUR, Conte de, *Mémoires,* apud Jean Paul Bertaud, *Les Origines de la Révolution Française,* Presses Universitaires de France, Paris, 1971.

SEIGNOBOS, Charles, *Histoire Sincère de la Nation Française,* Presses Universitaires de France, Paris, 1946.

SIBOUTIE, Poumiès de la, *Souvenirs d'un Médecin de Paris,* Plon-Nourrit, Paris, 1910.

SIEYÈS, Emmanuel-Joseph, *Qu'est-ce que le Tiers Etat?* Flammarion, Paris, 1988.

SOBOUL, Albert, *"1789, L'an 1 de la liberté",* Ed. Sociales, Paris, 1973.

SOBOUL, Albert, *La Civilisation et la Révolution Française, I, La Crise de L'Ancien Régime,* Arthaud, Paris, 1970.

SOBOUL, Albert, *La France à la Veille de la Révolution,* Cours de l'Université de Clermont-Ferrand, Centre de Documentation Universitaire, Paris, 1964.

SOLÉ, Jacques, *A Revolução Francesa em Questões,* Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1989.

TAINE, Hipolyte, *Les Origines de la France Contemporaine,* Hachette, Paris, 20ª Ed., t. I, 1896.

TALLEYRAND, Prince de, *Mémoires,* Calmann-Levy Editeur, Paris, 1891.

TOCQUEVILLE, Alexis de, *L'Ancien Régime et la Révolution,* Ed. Gallimard, Paris, 1952.

TULARD, Jean, *História da Revolução Francesa,* Edição Livros do Brasil, Lisboa, 1989.

VAISSIÈRE, Pierre de, *Gentilshommes Campagnards de l'Ancienne France,* Librairie Académique Perrin, Paris, 1925.

VIEL-CASTEL, Conte Horace de, *Marie Antoinette et la Révolution Française,* J. Techouer Librairie, Paris, 1859.

VIGUERIE, Jean de, *Christianisme et Révolution,* Nouvelles Editions Latines, Paris, 1988.

VOVELLE, Michel, *La Chute de la Monarchie,* Seuil, Paris, 1972.

WEISS, Juan Bta., *Historia Universal,* Tip. "La Educación", Barcelona, 1931.